

# **ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS – ETAPA 3**

**Relatório Final**  
**Audiência Pública Caraguatatuba/SP**  
**20/03/2018**

**Revisão 00**  
**02 de abril de 2018**



**E&P**



## ÍNDICE GERAL

I – INTRODUÇÃO.....	4
II – DIVULGAÇÃO .....	4
1 – FAIXAS .....	4
2 – CARTAZES .....	6
3 – CARROS DE SOM .....	7
4 – ANÚNCIOS EM RÁDIO .....	8
5 – ANÚNCIOS EM JORNAL .....	8
6 – CONVITES IMPRESSOS .....	9
7 – CONVITES DIGITAIS .....	9
8 – MÍDIA ESPONTÂNEA .....	
9 – SITE .....	
III – CENTRAL DE ATENDIMENTO.....	9
IV – TRANSPORTE PARA A AUDIÊNCIA.....	9
V – REGISTRO FOTOGRÁFICO .....	
VI – FILMAGEM DO EVENTO .....	
VII – ÁUDIO E TRANSCRIÇÃO .....	
VIII – ATA DA AUDIÊNCIA .....	
IX – RESPONSÁVEL TÉCNICO .....	9

---

## ANEXOS

- I. Relatório de Divulgação e Mobilização para a Audiência Pública em Angra dos Reis (v01)
- II. Site comunicabaciadesantos.com.br
- III. Questionamentos e respostas da Central de Atendimento
- IV. Transporte e lista de passageiros
- V. Registro fotográfico da audiência
- VI. Transcrição da audiência
- VII. Ata da audiência
- VIII. Listas de presença



## I – INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) tornou público no dia 22 de dezembro de 2017, no Diário Oficial da União, Seção 3, que promoverá Audiências Públicas para discussão do Estudo de Impacto Ambiental —EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental — RIMA, da Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal da Bacia de Santos — Etapa 3, a ser desenvolvida pela empresa Petrobras, nas seguintes datas e locais:

- Dia 27 de fevereiro, às 14h, no Teatro Popular Niemayer (Rua Jornalista Rogério Coelho, s/nº - Centro), Niterói – RJ.
- Dia 06 de março, às 18h, no Teatro Sindipetro (Av. Conselheiro Nébias, 248 – Paquetá), Santos – SP.
- Dia 13 de março, às 18h, no late Clube Aquidabã (Praia no Anil, 213 – Centro), Angra dos Reis – RJ.
- Dia 20 de março, às 18h, no Teatro Mário Covas (Av. Goiás, 187 – Indaiá), Caraguatatuba – RJ.

Este relatório contém evidências da divulgação e realização da Audiência Pública no município de Caraguatatuba, no estado de São Paulo, para discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, da Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal da Bacia de Santos – Etapa 3 (Processo IBAMA nº 02001.007928/2014-44).

Nesta audiência estiveram presentes 385 pessoas, sendo: 338 público geral, 36 da Petrobras, 10 do Ibama e 1 da imprensa. A lista de presença original foi entregue ao Ibama logo após o término da audiência, no próprio local, no dia 21/03/2018. As cópias estão anexadas a este relatório final, no ANEXO IX – Listas de presença.

## II – DIVULGAÇÃO

Conforme relatado no ANEXO I, a divulgação da Audiência Pública em Caraguatatuba contemplou os municípios de Caraguatatuba, Ubatuba, Ilhabela e São Sebastião. Nesse anexo, são detalhadas as informações sobre as faixas, cartazes, carros de som, anúncios de rádio e jornal, convites impressos e digitais e sobre a divulgação no site [www.comunicabaciadesantos.com.br](http://www.comunicabaciadesantos.com.br).

Sobre o site, além da divulgação prévia da audiência pública, foi elaborada uma nota no dia 22/03/2018 que tem como objetivo relatar resumidamente as discussões observadas durante o evento.

### **III – CENTRAL DE ATENDIMENTO**

A central de atendimento, através do telefone 0800 77 00 112 e do e-mail [comunica.uobs@petrobras.com.br](mailto:comunica.uobs@petrobras.com.br), registrou 15 atendimentos solicitando informações sobre a Audiência Pública em Angra dos Reis. Todos os registros foram respondidos conforme planilha que se encontra no ANEXO VII – Questionamentos e respostas da Central de Atendimento.

### **IV – MOBILIZAÇÃO / TRANSPORTE PARA AUDIÊNCIA**

Foram disponibilizados ônibus e vans saindo de todas as cidades envolvidas na audiência conforme roteiro divulgado.

No dia 01 de março foi realizado o treinamento da equipe responsável pelo acompanhamento dos veículos. Estiveram presentes 10 pessoas. Além da distribuição do material para a atividade, foram passadas informações sobre os itinerários e orientações para conduta.

As listas dos passageiros que foram transportados, bem como as fotos que evidenciam a disponibilização dos ônibus, estão no ANEXO VIII – Transporte e lista de passageiros.

### **V – REGISTRO FOTOGRÁFICO**

As fotos do evento encontram-se no ANEXO IX – Registro fotográfico da audiência.

### **VI – FILMAGEM DO EVENTO**

A filmagem integral do evento será entregue em mãos na reunião de 09/04/2018 aos representantes da CPROD.

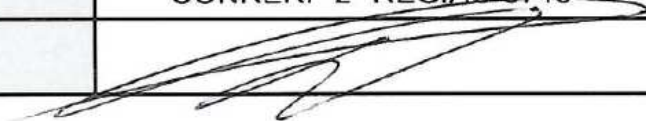
### **VII – AUDIO DE TRANSCRIÇÃO**

A transcrição do áudio do evento será entregue em mãos na reunião de 09/04/2018 aos representantes da CPROD. A ata transcrita já está disponível no ANEXO X.

### **VIII – ATA DA AUDIÊNCIA**

A ata do evento encontra-se no ANEXO – Ata da audiência.

**IV – RESPONSÁVEL TÉCNICO**

NOME	DANIEL FERRARI PENGO
ÁREA PROFISSIONAL	RELAÇÕES PÚBLICAS
REGISTRO PROFISSIONAL	CONRERP 2ª REGIÃO 3716
ASSINATURA	

## ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS – ETAPA 3

### ANEXO I

#### Relatório de Divulgação e Mobilização para a Audiência Pública realizada em Caraguatatuba/SP

Revisão 01  
04 de abril de 2018



E&P



**ÍNDICE GERAL**

I – INTRODUÇÃO.....	4
II – DIVULGAÇÃO .....	4
1 – FAIXAS .....	4
2 – CARTAZES .....	5
3 – CARROS DE SOM .....	7
4 – ANÚNCIOS EM RÁDIO .....	8
5 – ANÚNCIOS EM JORNAL .....	8
6 – CONVITES IMPRESSOS .....	8
7 – CONVITES DIGITAIS .....	9
III – CENTRAL DE ATENDIMENTO.....	9
IV – MOBILIZAÇÃO PARA A AUDIÊNCIA.....	9
V – TRANSPORTE PARA A AUDIÊNCIA.....	9
VI – RESPONSÁVEL TÉCNICO .....	9

## **ANEXOS**

- I. Layout e fotos das faixas instaladas
- II. Layout e fotos dos cartazes instalados
- III. Texto e planilha de contratação dos spots de rádio e carros de som
- IV. Modelo do anúncio de jornal, clipping e planilha de contratação
- V. Layout dos convites e mailing do envio por correio
- VI. Mailing de envio do convite digital
- VII. Contatos com lideranças por telefone
- VIII. Relatório completo de mobilização das comunidades do Projeto de Educação Ambiental Costa Verde (PEA CV)
- IX. Roteiro dos ônibus
- X. Relatório Informações Complementares

## ***I – INTRODUÇÃO***

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) tornou público no dia 22 de dezembro de 2017, no Diário Oficial da União, Seção 3, que promoveria Audiências Públicas para discussão do Estudo de Impacto Ambiental —EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental — RIMA, da Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal da Bacia de Santos — Etapa 3, a ser desenvolvida pela empresa Petrobras, nas seguintes datas e locais:

- Dia 27 de fevereiro, às 14h, no Teatro Popular Niemayer (Rua Jornalista Rogério Coelho, s/nº - Centro), Niterói – RJ.
- Dia 06 de março, às 18h, no Teatro Sindipetro (Av. Conselheiro Nébias, 248 – Paquetá), Santos – SP.
- Dia 13 de março, às 18h, no late Clube Aquidabã (Praia no Anil, 213 – Centro), Angra dos Reis – RJ.
- Dia 20 de março, às 18h, no Teatro Mário Covas (Av. Goiás, 187 – Indaiá), Caraguatatuba – RJ.

Este relatório contém evidências da divulgação e realização da Audiência Pública no município de Caraguatatuba, no estado de São Paulo, para discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal da Bacia de Santos – Etapa 3 (Processo IBAMA nº 02001.007928/2014-44).

## ***II – DIVULGAÇÃO***

A divulgação da Audiência Pública em Caraguatatuba contemplou os municípios de Caraguatatuba, Ubatuba, Ilhabela e São Sebastião.

### **1. FAIXAS**

As faixas de rua para divulgação da Audiência Pública foram afixadas entre os dias 8 a 11 de março nos municípios de Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião.

Em Ubatuba, como a autorização da Prefeitura saiu em 15/03/2018, as faixas foram colocadas no dia 16/03/2018.

#### **1.1. Caraguatatuba**

- 1.1.1. Av. Dr. Arthur Costa Filho – Praia Camaroeiro.
- 1.1.2. Av. Rio Branco, Jd. Jaqueira – em frente à rodoviária.
- 1.1.3. Praça Anizia Francisca de Souza – Perequê Mirim.



- 1.1.4. Praça Dr. Candido Mota – Centro.
- 1.1.5. Praça Jorge de Castro – Travessão.
- 1.1.6. Praça José Rabelo da Cunha – Sumaré.
- 1.1.7. Praça Walfrido Arouca – Centro.

## **1.2. Ilhabela**

- 1.2.1. Av. José Pacheco – Praça Pedro.
- 1.2.2. Av. Mario Covas – Borrifos.
- 1.2.3. Av. Riachuelo – posto de saúde.
- 1.2.4. Av. São João Perequê.
- 1.2.5. Campo do Galera – Centro.
- 1.2.6. Em frente ao Mercado Colina.
- 1.2.7. Início do antigo campo de aviação.
- 1.2.8. Norte do Ilhabela – quadra da Praia Grande centro cultural
- 1.2.9. Rotatória da balsa.
- 1.2.10. Câmara dos vereadores.

## **1.3. São Sebastião**

- 1.3.1. Av. da Enseada.
- 1.3.2. Av. Manoel Teixeira x Rua Maria Francisca – Píer Pontal.
- 1.3.3. Estrada de Boiçucanga.
- 1.3.4. Av. Manoel Teixeira – Praça do Rotary.
- 1.3.5. Estrada de Maresias.
- 1.3.6. Grade da quadra do CAE.
- 1.3.7. Rua Alto Pinder com Almirante – Centro.
- 1.3.8. Rua Antonio Januário – em frente à J. Bike.
- 1.3.9. Tebar.

## **1.4. Ubatuba**

- 1.4.1. Av. Principal – Itaguá.
- 1.4.2. BR 101 – Perequê Mirim.
- 1.4.3. Estrada de Picinguaba.
- 1.4.4. Faixódromo da Praia – Maranduba.
- 1.4.5. Mercado de Peixe (próximo à Colônia de Pescadores).
- 1.4.6. Trevo da rodovia Oswaldo Cruz – entrada da cidade.
- 1.4.7. Praça 13 de Maio – Centro.
- 1.4.8. Praça José Caregatti – Praia Grande.
- 1.4.9. Rua da Costa – Ipiranguinha.
- 1.4.10. Trevo BR 101 – Ubatubamirim.

O layout e as fotos das faixas instaladas encontram-se no ANEXO I.

## 2. CARTAZES

Os cartazes para divulgação da Audiência Pública foram afixados em diversos locais previamente autorizados, nos municípios de Caraguatatuba, Ubatuba, Ilhabela e São Sebastião.

### 2.1. Caraguatatuba

- 2.1.1. Associação de Pescadores – Camaroeira.
- 2.1.2. Associação de Pescadores – Cocanha.
- 2.1.3. Associação de Pescadores – Porto Novo.
- 2.1.4. Associação de Pescadores – Tabatinga.
- 2.1.5. Câmara dos vereadores.
- 2.1.6. Colônia de Pescadores Z-8.
- 2.1.7. Entrepasto de pesca – Camaroeiro.
- 2.1.8. Entrepasto de pesca – Porto Novo.
- 2.1.9. Ibama.
- 2.1.10. MPF
- 2.1.11. Prefeitura municipal.
- 2.1.12. Rancho de pesca – Cocanha.
- 2.1.13. Rancho de pesca – Tabatinga.
- 2.1.14. Rodoviária municipal.
- 2.1.15. Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca.

### 2.2. Ubatuba

- 2.2.1. Colônia de Pescadores Z-10.
- 2.2.2. Espaço Cultural Caiçara – Comunidade Almada.
- 2.2.3. Fundação Florestal – Saco da Ribeira.
- 2.2.4. Praia Ubatuba Mirim.
- 2.2.5. Peixaria do Romão – Caçandoca.
- 2.2.6. Quiosque Rancho do Siri – Estaleiro.

### 2.3. Ilhabela

- 2.3.1. Câmara Municipal.
- 2.3.2. Prefeitura Municipal.
- 2.3.3. Centro municipal de apoio ao pescador artesanal.
- 2.3.4. Colônia de Pescadores Z-6.
- 2.3.5. Entrepasto de pesca.
- 2.3.6. Bombordo Esportes Náuticos Passeios.
- 2.3.7. Escola de Vela Lars Grael.
- 2.3.8. Fábrica de gelo do Saco do Indaiá.
- 2.3.9. Rancho de pesca – centro municipal de apoio ao pescador artesanal.

- 2.3.10. Rotatória da balxa – posto de informações turísticas.
- 2.3.11. São Pedro – Mercado e lanchonete Zico.
- 2.3.12. Secretaria de Cultura e Fundac.
- 2.3.13. Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca.
- 2.3.14. Sede da Associação dos Pescadores.

#### **2.4. São Sebastião**

- 2.4.1. Câmara dos vereadores.
- 2.4.2. Capitania dos portos.
- 2.4.3. Colônia de pescadores Z-14.
- 2.4.4. Cooperativa pescadores São Francisco.
- 2.4.5. Peixaria do Xixico – Boiçucanga.
- 2.4.6. Prefeitura Municipal (junto com Secretaria de Turismo).
- 2.4.7. Rancho dos Pescadores – Boiçucanga.
- 2.4.8. Rancho dos Pescadores – Pontal da Cruz.
- 2.4.9. Comunidade da Pesca – rancho dos pescadores – Enseada.
- 2.4.10. Secretaria do Meio Ambiente.
- 2.4.11. Sede Cetesb.

O layout e as fotos dos cartazes instalados encontram-se no ANEXO II.

### **3. CARROS DE SOM**

Os carros de som para divulgação da Audiência Pública circularam entre os dias 6 e 19 de março de 2018 em Caraguatatuba, Ubatuba, Ilhabela e São Sebastião. Os roteiros contratados foram:

#### **3.1. Caraguatatuba**

- 3.1.1. Centro da cidade;
- 3.1.2. Tabatinga;
- 3.1.3. Coconha;
- 3.1.4. Camaroeiro;
- 3.1.5. Porto Novo.

#### **3.2. Ubatuba**

- 3.2.1. Centro;
- 3.2.2. Cambury;
- 3.2.3. Picinguaba;
- 3.2.4. Almada;
- 3.2.5. Estaleiro;
- 3.2.6. Praia de Ubatumirim;
- 3.2.7. Barra dos pescadores;
- 3.2.8. Sabo do Ribeira;
- 3.2.9. Maranduba.

### **3.3. São Sebastião**

- 3.3.1. Centro;
- 3.3.2. Enseada;
- 3.3.3. São Francisco;
- 3.3.4. Pontal da Cruz;
- 3.3.5. Boiçucanga.

### **3.4. Ilhabela**

- 3.4.1. São Pedro;
- 3.4.2. Saco do Indaiá.

No ANEXO III encontram-se o roteiro do áudio, a planilha de contratação e os relatórios de circulação dos carros de som.

## **4. ANÚNCIOS DE RÁDIO**

Os anúncios para divulgação nas rádios estão sendo veiculados. O período de veiculação iniciou-se em 06/03/2018 e foi até 15/03/2018. As rádios contratadas foram:

- 4.1. Rádio Morada do Sol FM – São Sebastião
- 4.2. Rádio Caraguá FM – Caraguatatuba
- 4.3. Rádio Beira Mar FM – Ubatuba
- 4.4. Rádio Antena 1 – Ilhabela

Encontram-se no ANEXO III a transcrição dos *spots*, a planilha de contratação e os comprovantes de irradiação.

## **5. ANÚNCIOS DE JORNAL**

Os anúncios de divulgação contendo as informações sobre a Audiência Pública em Caraguatatuba foram publicados nos seguintes jornais:

- 5.1. A Cidade (Ubatuba) – 10 de março de 2018;
- 5.2. O Estado de São Paulo Regional (São Paulo) – 1 de março de 2018.
- 5.3. O Estado de São Paulo Regional (São Paulo) – 15 de março de 2018.

Encontram-se no ANEXO IV o modelo do anúncio, o clipping e planilha de contratação.

## **1. CONVITES IMPRESSOS**

Os convites impressos foram enviados para o mailing apresentado no Anexo V.

## **2. CONVITES DIGITAIS**

Os convites digitais para a Audiência Pública foram disparados em 2 de março de 2018 às 15h00.

Encontra-se no ANEXO VI a planilha contendo as instituições e e-mails para os quais foram enviados os convites eletrônicos.

### ***III – CENTRAL DE ATENDIMENTO***

A central de atendimento, através do telefone 0800 77 00 112 e do e-mail [comunica.uobs@petrobras.com.br](mailto:comunica.uobs@petrobras.com.br), não registrou atendimento solicitando informações sobre a Audiência Pública em Caraguatatuba até a presente data. O atendimento continua até o dia da audiência.

### ***IV – MOBILIZAÇÃO PARA A AUDIÊNCIA***

Antes da abordagem no local as lideranças foram contatadas por telefone. No ANEXO VII está o registro de acompanhamento desses contatos. A mobilização foi dividida em duas partes, uma que abrange as comunidades acessíveis por terra (parte continental) e outra que engloba as que são acessadas somente pelo mar. A descrição de cada uma está no ANEXO VIII.

### ***V – TRANSPORTE PARA AUDIÊNCIA***

Foram disponibilizados ônibus para todas as cidades envolvidas na audiência conforme roteiro divulgado. Todo o roteiro encontra-se no ANEXO IX.

### ***VI – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES***

No ANEXO X consta o Relatório de Informações Complementares à respeito da mobilização e divulgação que foi disponibilizado para consulta do Ibama e participantes durante a audiência pública realizada em 20/03/2018.

**VII – RESPONSÁVEL TÉCNICO**

NOME	DANIEL FERRARI PENGO
ÁREA PROFISSIONAL	RELAÇÕES PÚBLICAS
REGISTRO PROFISSIONAL	CONRERP 2ª REGIÃO 3716
ASSINATURA	

**ANEXO I – LAYOUT E FOTOS DAS FAIXAS INSTALADAS**

Layout.

	<div><h1>AUDIÊNCIA PÚBLICA</h1><p>Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal da Bacia de Santos - Etapa 3, do empreendedor Petrobras.</p><p><b>Participe!</b></p><p>Data: 20 de março de 2018 Horário: 18h Local: Teatro Mário Covas Av. Goiás, 187 - Indaiá, Caraguatuba/SP</p><p>Transporte gratuito. Informações: 0800 77 00 112 ou comunica.uobs@petrobras.com.br www.comunicabaciadesantos.com.br</p></div>	
-----------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

**CARAGUATATUBA**

Av. Dr. Arthur Costa Filho – Praia Camaroeiro.



Av. Rio Branco, Jd. Jaqueira – em frente à rodoviária.





Praça Anizia Francisca de Souza – Perequê Mirim.



Praça Dr. Candido Mota – Centro.



Praça Jorge de Castro – Travessão.





Praça José Rabelo da Cunha – Sumaré.



Praça Walfrido Arouca – Centro.



## ILHABELA

Av. José Pacheco – Praça Pedro.



Av. Mario Covas – Borrifos.



Av. Riachuelo – posto de saúde.





Av. São João Perequê.



Campo do Galera – Centro.



Em frente ao Mercado Colina.



Início do antigo campo de aviação.





### Norte do Ilhabela – quadra da Praia Grande centro cultural



### Rotatória da balsa.



### Câmara dos vereadores.





## SÃO SEBASTIÃO

### Av. da Enseada



### Av. Manoel Teixeira x Rua Maria Francisca – Píer Pontal.



### Estrada de Boiçucanga.





Av. Manoel Teixeira – Praça do Rotary.



Estrada de Maresias.



Grade da quadra do CAE.



Rua Alto Pinder com Almirante – Centro.





Rua Antonio Januário – em frente à J. Bike.



Tebar.



## UBATUBA

Av. Principal – Itaguá.



BR 101 – Perequê Mirim.



Estrada de Picinguaba.





Faixódromo da Praia – Maranduba.



Mercado de Peixe (próximo à Colônia de Pescadores).



Trevo da rodovia Oswaldo Cruz – entrada da cidade.





Praça 13 de Maio – Centro.



Praça José Caregatti – Praia Grande.



Rua da Costa – Ipiranguinha.



Trevo BR 101 – Ubatubamirim.





**ANEXO II – LAYOUT E FOTOS DOS CARTAZES INSTALADOS****CARAGUATATUBA**

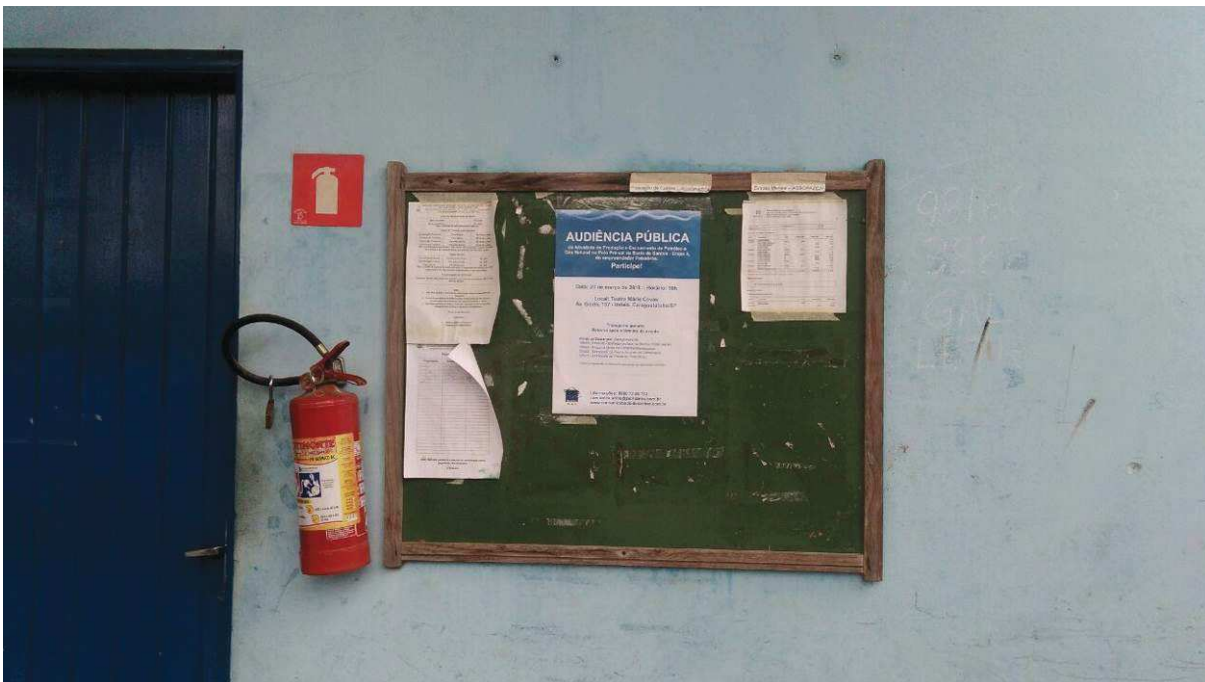
Associação de Pescadores – Camaroeira.



Associação de Pescadores – Cocanha.



Associação de Pescadores – Porto Novo.





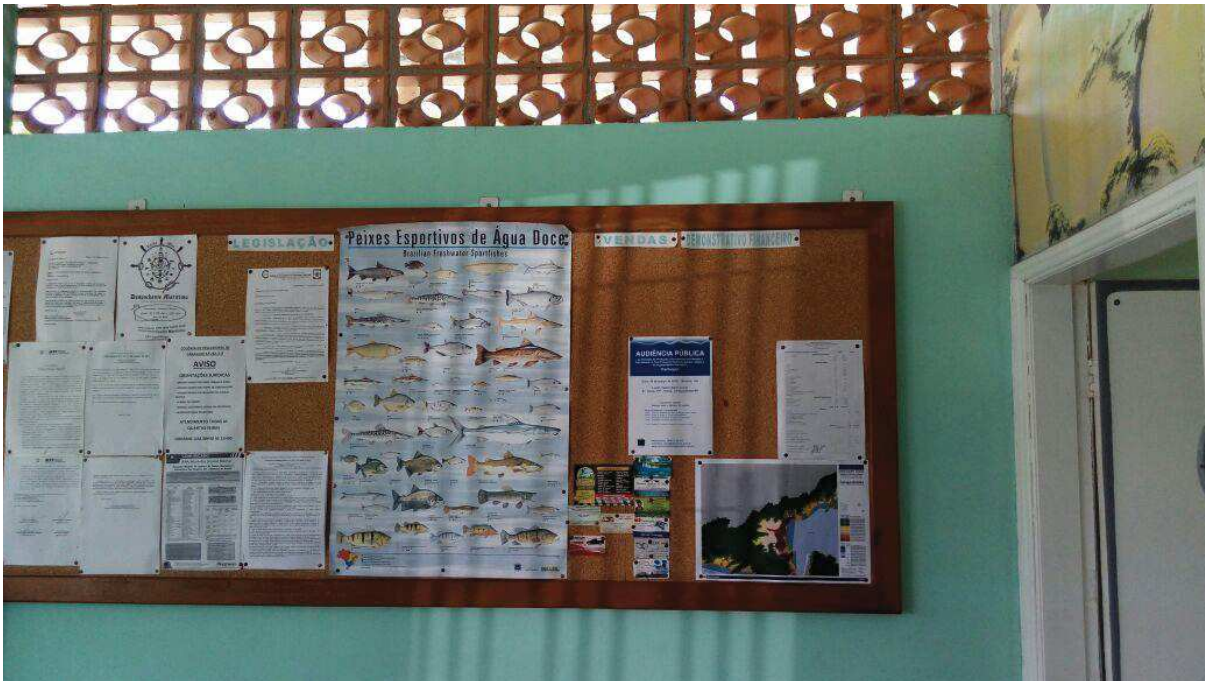
Associação de Pescadores – Tabatinga.



Câmara dos Vereadores.



Colônia de Pescadores Z-8.





Entrepasto de pesca – Camaroeiro.





Entrepósito de pesca – Porto Novo.

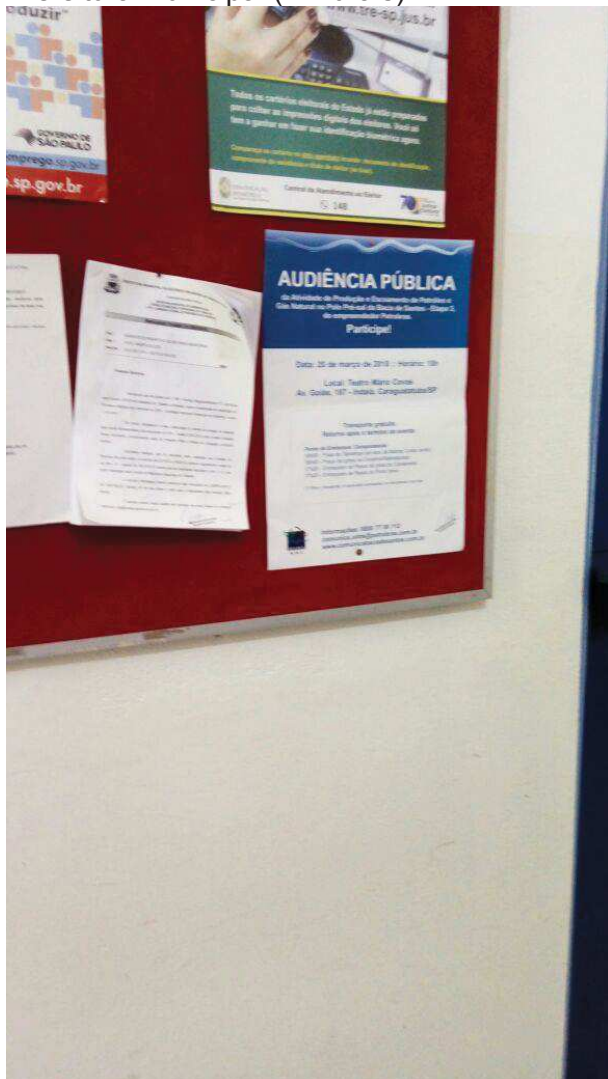


Ibama. / MPF

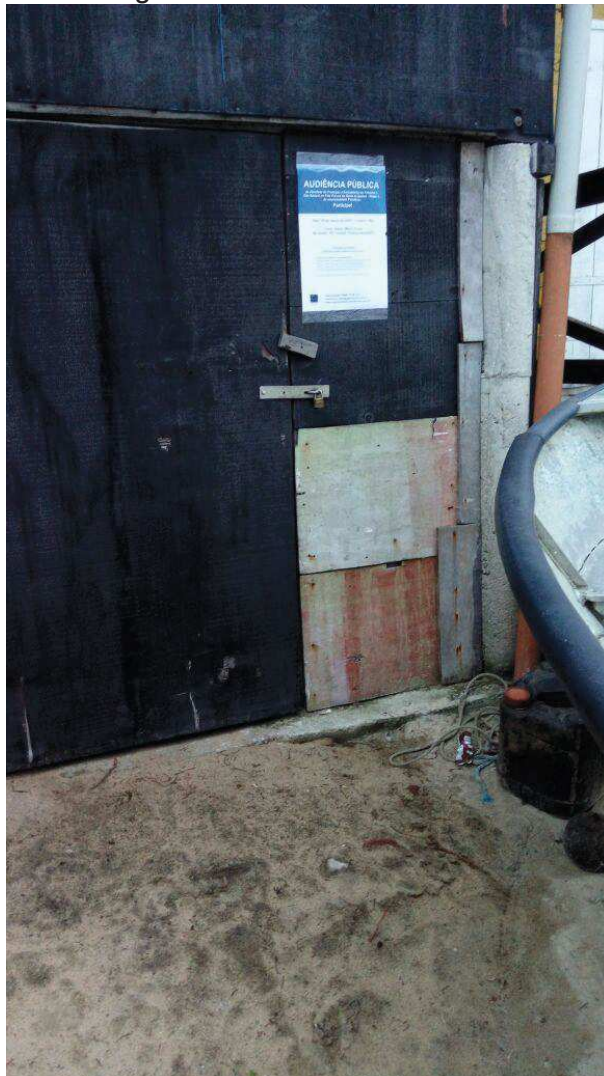
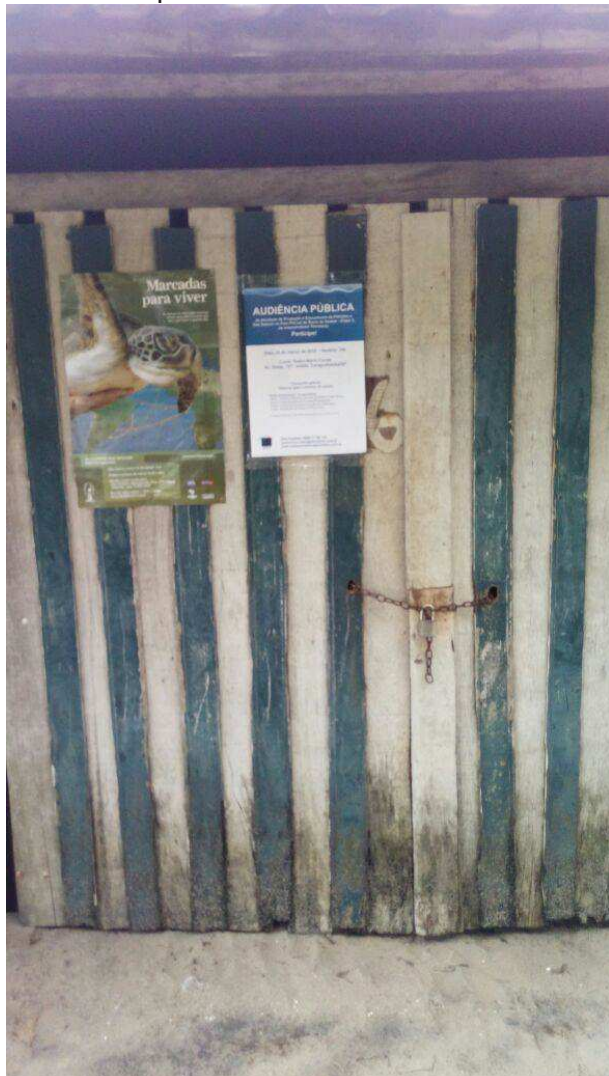




Prefeitura Municipal (2 murais).

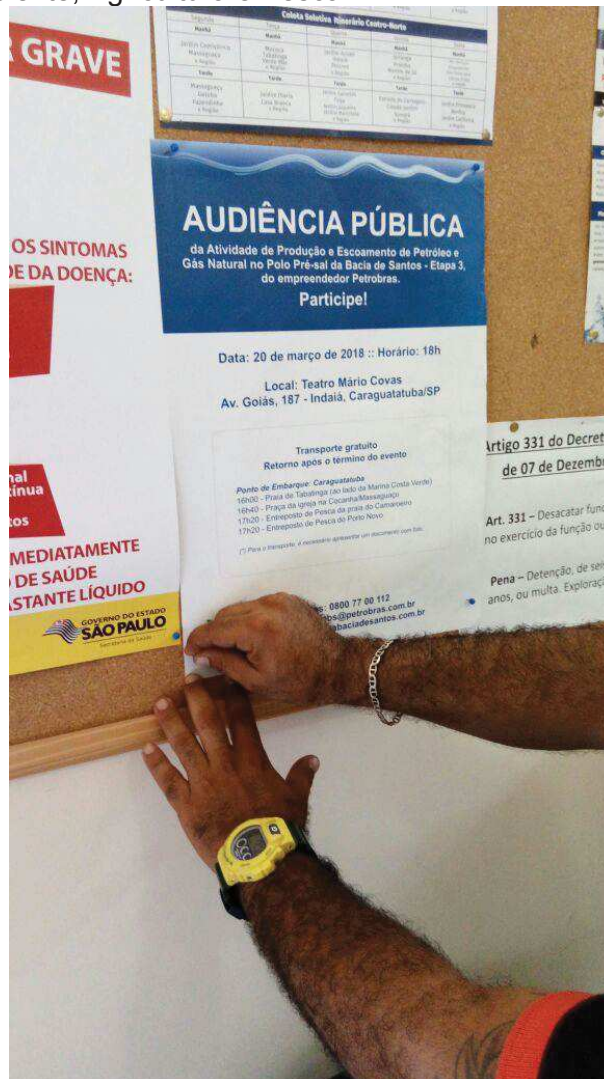


Rancho de pesca – Cocanha. / Rancho do Toto – Tabatinga.





Rodoviária municipal. / Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca.





**UBATUBA**

Colônia de Pescadores Z-10.



Espaço Cultural Caiçara – Comunidade Almada.



Fundação Florestal – Saco da Ribeira.





Praia Ubatuba Mirim. / Peixaria do Romão – Caçandoca.

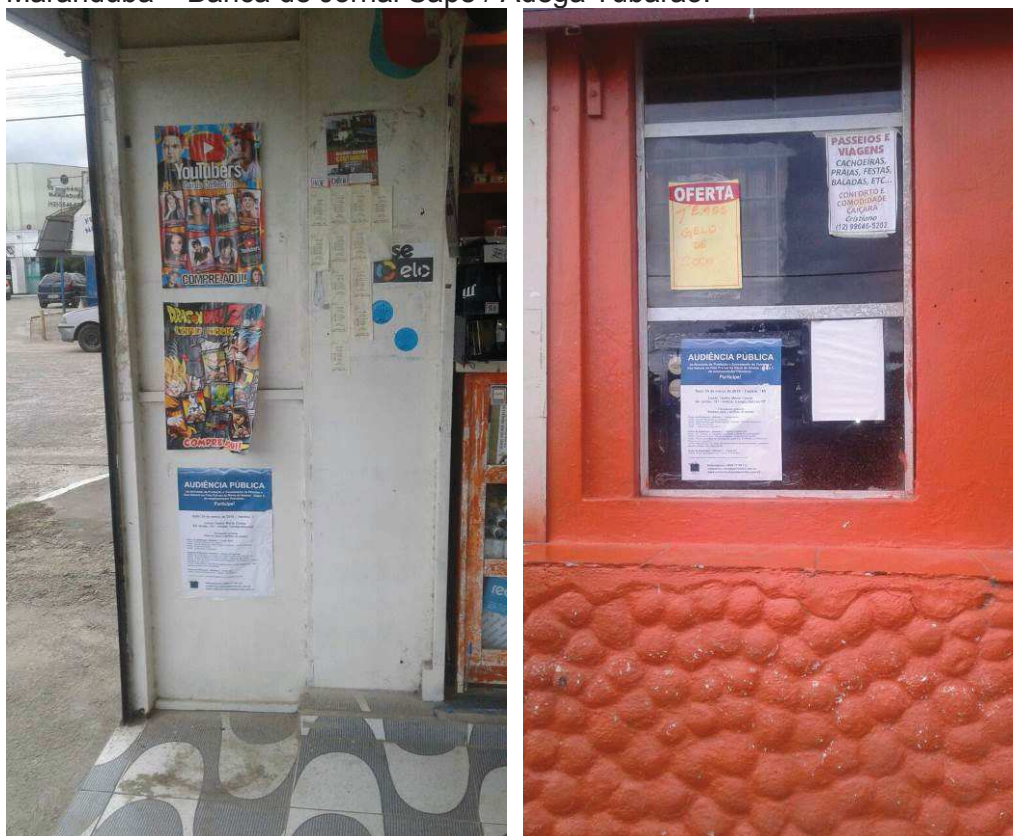


Quiosque Rancho do Siri – Estaleiro. / Associação Almada.





Maranduba – Banca de Jornal Sape / Adega Tubarão.



Câmara de vereadores. / Secretaria de Meio Ambiente.



Centro Comunitário Caçandoca.

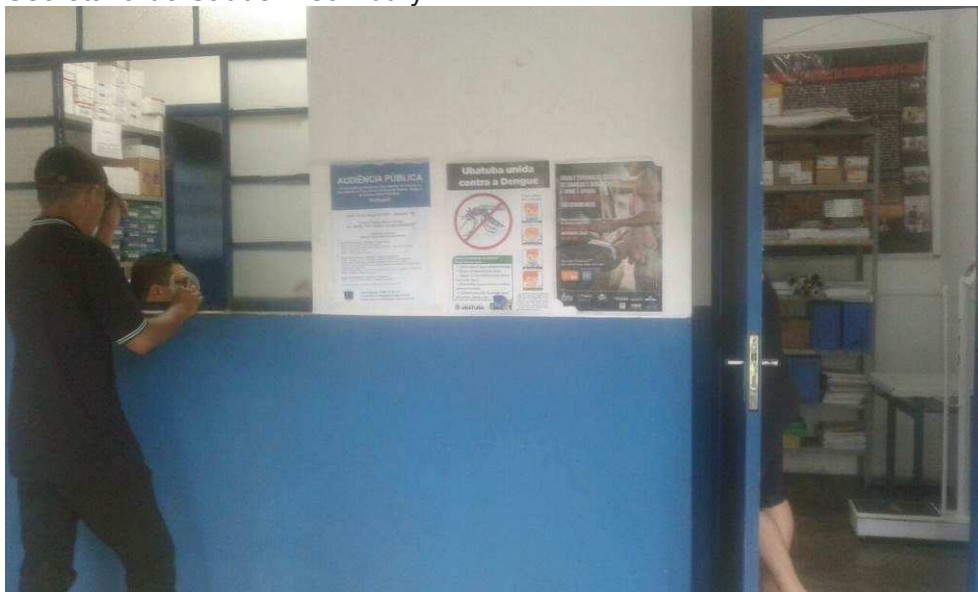


Quiosque Lia e Neto – Caçandoca. / Peixaria do Sebastião – Ubatubamirim.

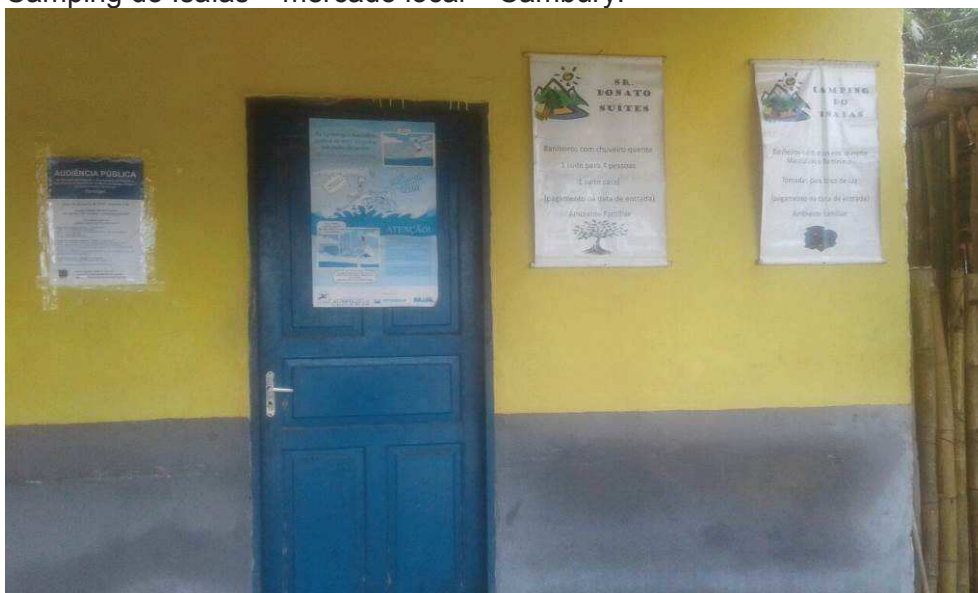




Secretaria de Saúde – Cambury.



Camping do Isaías – mercado local – Cambury.



Associação de barqueiros – Picinguaba.



Deck da Vila – Picinguaba.



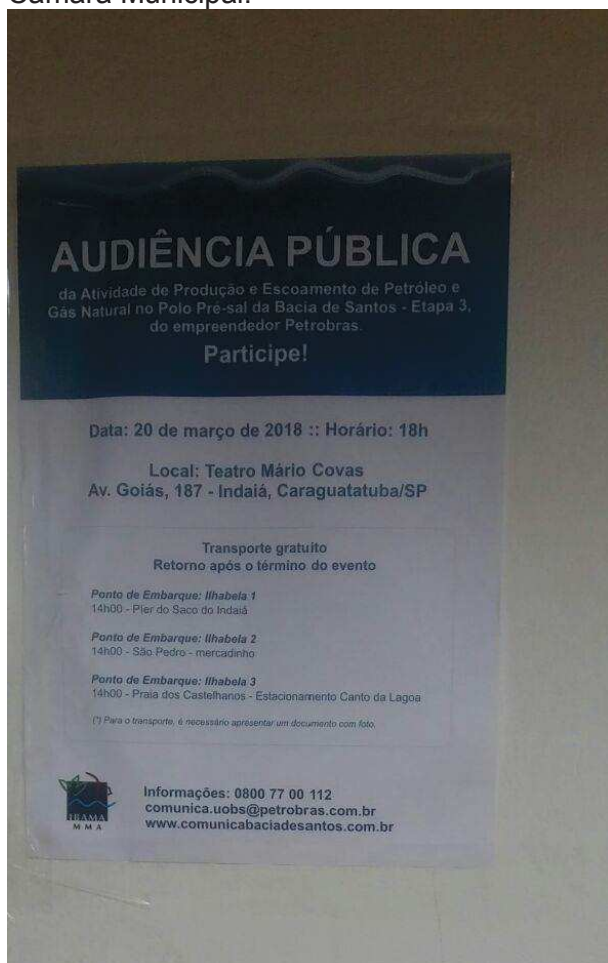
Quiosque do Jeremias. / Rua dos Pescadores – Mercado do Peixe – Saco da Ribeira.





## ILHABELA

Câmara Municipal.



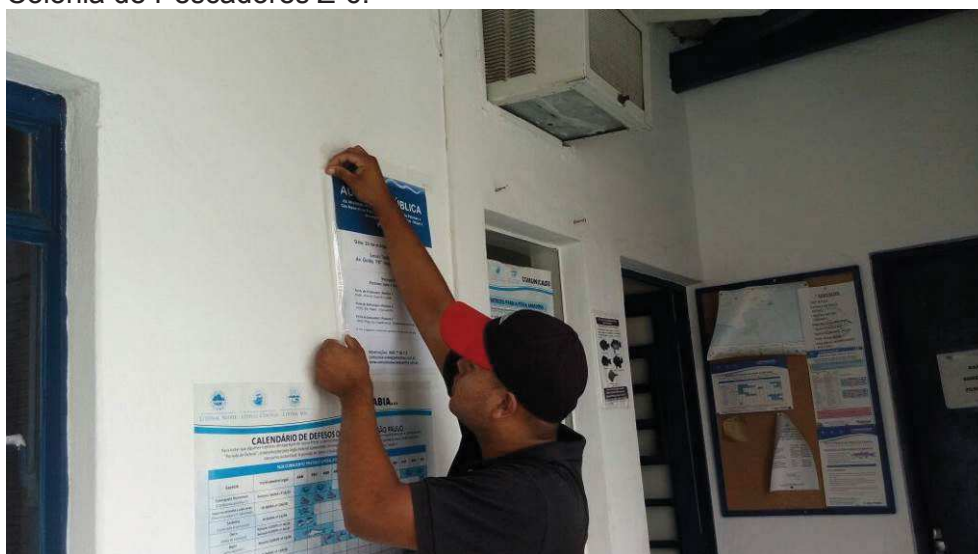
Prefeitura Municipal.



Centro municipal de apoio ao pescador artesanal.



Colônia de Pescadores Z-6.



Entrepasto de pesca.



Bombordo Esportes Náuticos Passeios.





Escola de Vela Lars Grael.



Fábrica de gelo do Saco do Indaiá.



Rancho de pesca – Centro municipal de apoio ao pescador artesanal.



Rotatória da balsa – posto de informações turísticas.





São Pedro – Mercado e lanchonete Zico.



Secretaria de Cultura e Fundac. / Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca.



Sede da Associação dos Pescadores.



## SÃO SEBASTIÃO

Câmara dos vereadores. / Capitania dos portos.





Colônia de Pescadores Z-14. / Colônia de Pescadores São Francisco.



Cooperativa de Pescadores São Francisco.



Peixaria do Xixico – Boiçucanga.





Prefeitura Municipal (junto com Secretaria de Turismo).



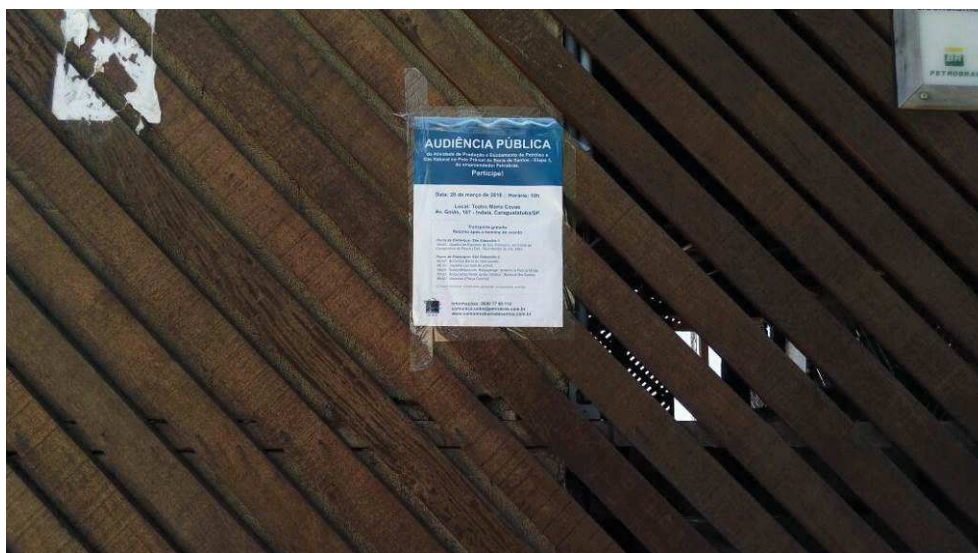
Rancho dos Pescadores – Boiçucanga.



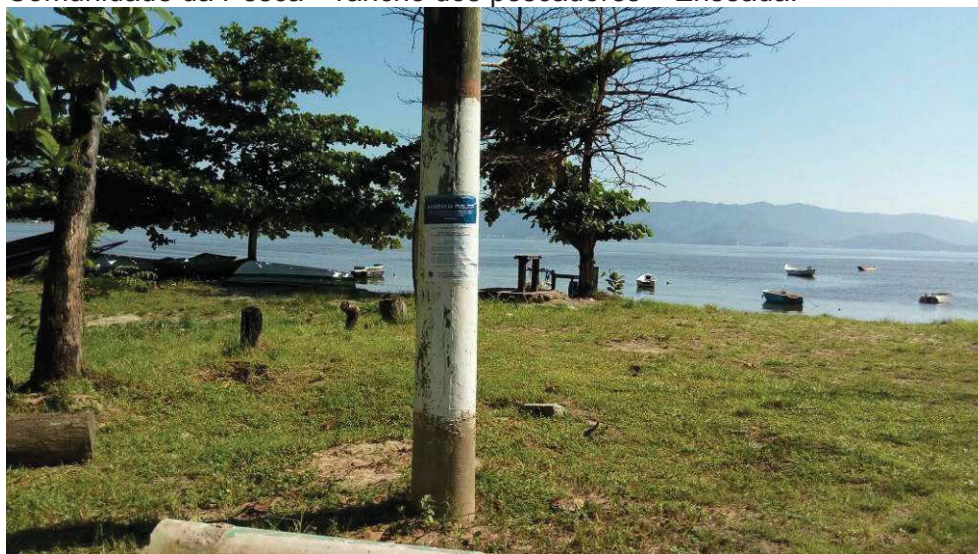




## Rancho dos Pescadores – Pontal da Cruz.



## Comunidade da Pesca – rancho dos pescadores – Enseada.





Secretaria do Meio Ambiente.



Sede Cetesb.





CLIENTE : PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS / PETROLEO  
CAMPAÑA: AUDIÊNCIA PÚBLICA - ETAPA 3 - CARAGUATATUBA  
VEÍCULO : CARRO DE SOM  
PERÍODO : MARÇO DE 2018  
Nº PI : 006555 /2018

RELATÓRIO DE CIRCULAÇÃO - RESUMO

UF	CIDADE	POPULAÇÃO	CARRO Nº	QTD. DE DIAS	TOTAL DE HORAS/DIA	TOTAL DE HORAS - GERAL	EQUIPAMENTO	TEMPO TOTAL	VEL. MÉDIA	DISTÂNCIA PERCORRIDA
SP	CARAGUATATUBA	116786	1	9	6	54	GRM ETREX CGPS2836707790075-600021BR	54:40:34	15,77	862,241
	SÃO SEBASTIÃO	85538	1	9	5	45	GRM ETREX CGPS2836707790075-600023BR	45:47:44	15,87	726,775
	UBATUBA	88313	1	9	5	45	GRM ETREX CGPS2836707790075-600024BR	45:40:21	16,12	736,241
	ILHABELA	33354	1	9	4	36	GRM ETREX CGPS2836707790075-600022BR	36:31:13	16,11	588,340
TOTAL			4			180		182:39:51	63,87	2913,597

08.998.104/0001-49

DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI

  
Marco Antônio G. de Oliveira  
Departamento de Checking  
CPF: 003.102.788-13  
AmericanSat



# *Divulgação em Carro de Som*

08.998.104/0001-49

DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI



  
Marco Antônio G. de Oliveira  
Departamento de Checking  
CPF: 003.102.788-13  
AmericanSat



# **CAMPANHA:**

## **AUDIÊNCIA PÚBLICA - ETAPA 3 - CARAGUATATUBA**

***PI 006555/2018***

*1 Carro de Som por praça.*

*Dias 06, 07, 09, 13, 14, 16, 17, 18 e 19 de Março de 2018 - Total 180 hs*

08.998.104/0001-49

DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI



**PETROBRAS**

  
Marco Antônio G. de Oliveira  
Departamento de Checking  
CPF: 003.102.788-13  
AmericanSat



## **CARAGUATATUBA - SP**

*Período: 06, 07, 09, 13, 14, 16, 17, 18 e 19 de Março de 2018 - 6 hs dia - 54 hs.*



**08.998.104/0001-49**

**DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI**

  
**Marco Antônio G. de Oliveira**  
Departamento de Checking  
CPF: 003.102.788-13  
AmericanSat



## SÃO SEBASTIÃO - SP

Período: 06, 07, 09, 13, 14, 16, 17, 18 e 19 de Março de 2018 - 5 hs dia - 45 hs.



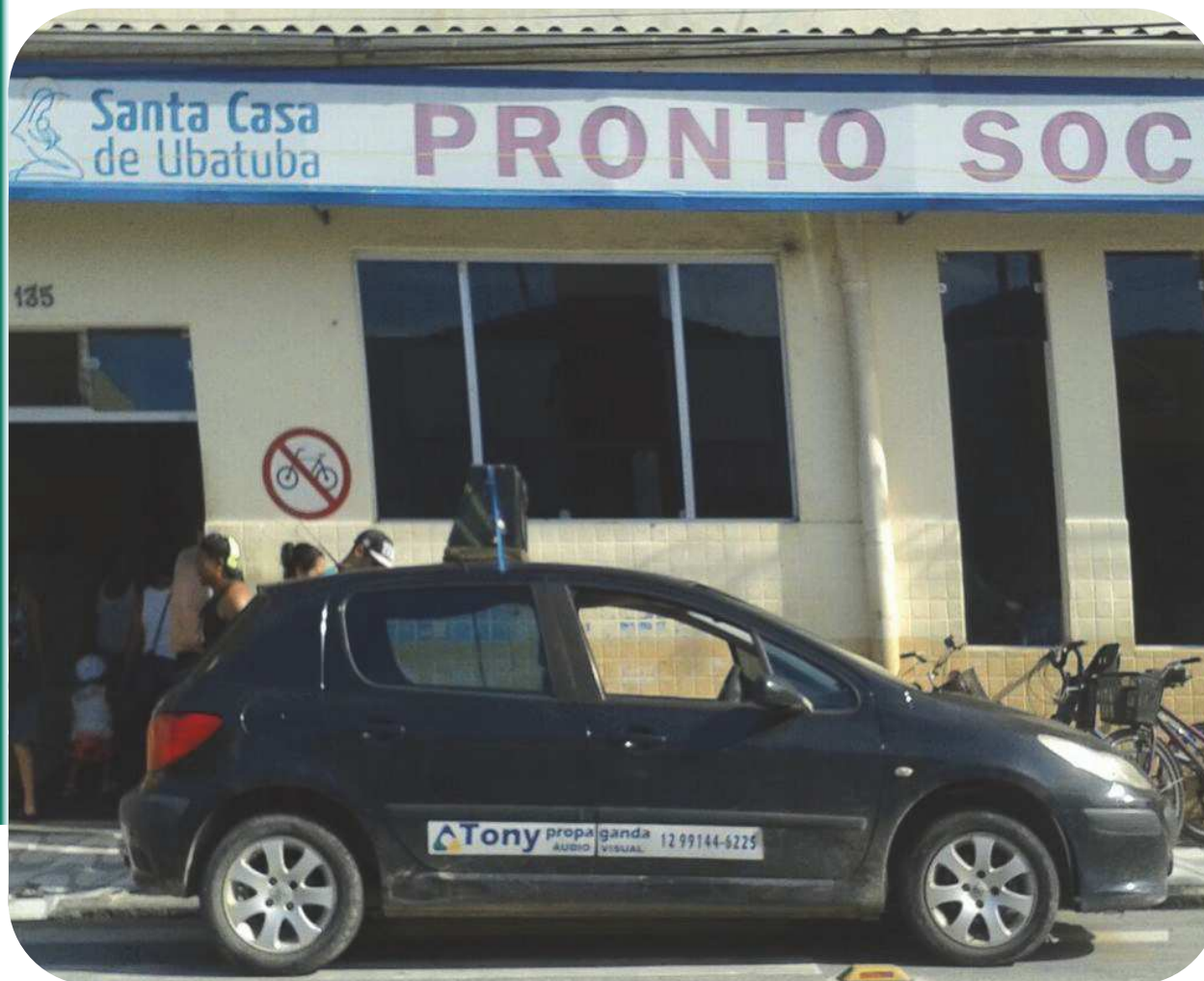
08.998.104/0001-49

DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI

  
Marco Antônio G. de Oliveira  
Departamento de Checking  
CPF: 003.102.788-13  
AmericanSat

## UBATUBA - SP

Período: 06, 07, 09, 13, 14, 16, 17, 18 e 19 de Março de 2018 - 5 hs dia - 45 hs.



08.998.104/0001-49  
DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI

  
Marco Antônio G. de Oliveira  
Departamento de Checking  
CPF: 003.102.788-13  
AmericanSat



## **ILHABELA - SP**

**Período: 06, 07, 09, 13, 14, 16, 17, 18 e 19 de Março de 2018 - 4 hs dia - 36 hs.**



**08.998.104/0001-49**

**DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI**

  
Marco Antônio G. de Oliveira  
Departamento de Checking  
CPF: 003.102.788-13  
AmericanSat



# **OBRIGADA!**



08.998.104/0001-49

DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI

  
Marco Antônio G. de Oliveira  
Departamento de Checking  
CPF: 003.102.788-13  
AmericanSat

**CLIENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS**  
**CAMPANHA: AUDIÊNCIA PÚBLICA - ETAPA 3 - CARAGUATATUBA**  
**PI 006555/2018**

**CARRO DE SOM**

**RELATÓRIO DE CIRCULAÇÃO**

**CIDADE: UBATUBA - SP**

**Período: 6, 7, 9, 13, 14, 16, 17, 18 e 19 de Março de 2018 - 9 DIAS**

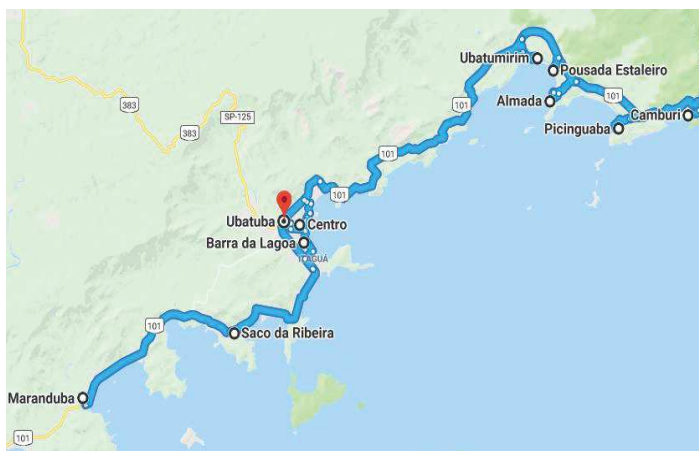
**1- Datas e Horários de veiculação**

**Horários de Rodagem**

Data	Início	Término	Tempo	Data	Início	Término	Tempo
06/mar	08:06:55	11:09:54	03:03:00	16/mar	08:01:39	11:04:57	03:03:17
06/mar	13:06:33	15:07:04	02:00:32	16/mar	12:57:56	14:58:07	02:00:11
07/mar	08:12:15	11:15:59	03:03:45	17/mar	08:00:51	11:01:44	03:00:53
07/mar	12:58:38	15:04:40	02:06:02	17/mar	13:00:18	15:02:39	02:02:21
09/mar	08:02:45	11:05:37	03:02:53	18/mar	08:04:14	11:05:37	03:01:23
09/mar	13:02:26	15:03:36	02:01:10	18/mar	13:01:34	15:01:56	02:00:23
13/mar	08:04:11	11:06:22	03:02:11	19/mar	08:01:01	11:02:44	03:01:42
13/mar	12:58:01	15:01:36	02:03:36	19/mar	12:53:05	14:54:45	02:01:40
14/mar	07:59:27	11:01:30	03:02:04				
14/mar	13:05:08	15:08:29	02:03:21				

**Total de horas: 45:40:21**

**2 - Mapa Referencial de Rodagem**



**08.998.104/0001-49**

**DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI**

  
**Marco Antônio G. de Oliveira**  
Departamento de Checking  
CPF: 003.102.788-13  
AmericanSat



## DIAGRAMAÇÃO DE ROTAS PERCORRIDAS

Version,212

WGS 1984 (GPS),60024, 6378137, 298.257223563, 0, 0, 0  
USER GRID,0,0,0,0,0

-23.435712, -45.074067  
-23.435710, -45.074066  
-23.435706, -45.074067  
-23.368833, -44.784646  
-23.368829, -44.784642  
-23.368835, -44.784642  
-23.377205, -44.836453  
-23.377207, -44.836451  
-23.377200, -44.836451  
-23.360204, -44.887824  
-23.360204, -44.887825  
-23.360206, -44.887824  
-23.341338, -44.885248  
-23.341334, -44.885250  
-23.341331, -44.885254  
-23.333919, -44.897033  
-23.333918, -44.897029  
-23.333915, -44.897032  
-23.447072, -45.070995  
-23.447078, -45.071000  
-23.447077, -45.070999  
-23.542073, -45.235955  
-23.542083, -45.235953  
-23.542078, -45.235947

TEMPO 45:40:21  
VEL. MÉDIA 16,12  
PERCORRIDO 736,241

**08.998.104/0001-49**

DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI

  
Marco Antônio G. de Oliveira  
Departamento de Checking  
CPF: 003.102.788-13  
AmericanSat

Código de Aferição do Rastreador: GRM ETREX CGPS2836707790075-60024BR





**CLIENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS**  
**CAMPANHA: AUDIÊNCIA PÚBLICA - ETAPA 3 - CARAGUATATUBA**  
**PI 006555/2018**

**CARRO DE SOM**

## **RELATÓRIO DE CIRCULAÇÃO**

**CIDADE: CARAGUATATUBA - SP**

**Período: 6, 7, 9, 13, 14, 16, 17, 18 e 19 de Março de 2018 - 9 DIAS**

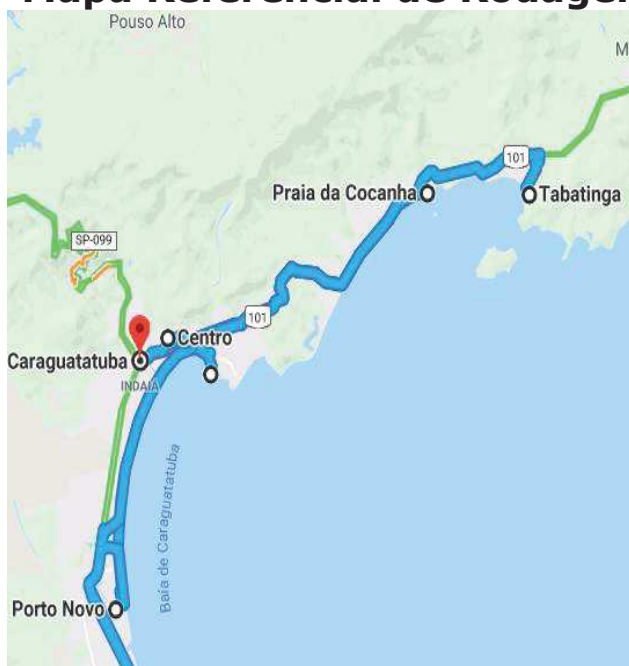
### **1- Datas e Horários de veiculação**

#### **Horários de Rodagem**

Data	Início	Término	Tempo	Data	Início	Término	Tempo
06/mar	08:01:33	11:04:05	03:02:33	16/mar	07:55:15	10:58:46	03:03:30
06/mar	13:08:06	16:12:07	03:04:01	16/mar	12:57:51	16:02:24	03:04:33
07/mar	08:01:45	11:03:05	03:01:20	17/mar	07:56:26	10:57:51	03:01:25
07/mar	13:09:47	16:14:09	03:04:22	17/mar	13:04:12	16:06:14	03:02:02
09/mar	08:04:34	11:05:16	03:00:42	18/mar	07:59:09	10:59:24	03:00:15
09/mar	12:55:42	15:58:06	03:02:24	18/mar	13:00:17	16:02:29	03:02:12
13/mar	07:57:07	10:58:58	03:01:51	19/mar	07:55:19	10:57:29	03:02:10
13/mar	13:02:38	16:06:44	03:04:05	19/mar	13:00:58	16:01:40	03:00:43
14/mar	07:55:29	10:56:11	03:00:42				
14/mar	12:57:45	15:59:27	03:01:42				

**Total de horas: 54:40:34**

### **2 - Mapa Referencial de Rodagem**



**08.998.104/0001-49**  
**DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI**

**Marco Antônio G. de Oliveira**  
Departamento de Checking  
CPF: 003.102.788-13  
AmericanSat



## DIAGRAMAÇÃO DE ROTAS PERCORRIDAS

Version,212

WGS 1984 (GPS),60021, 6378137, 298.257223563, 0, 0, 0  
USER GRID,0,0,0,0,0

-23.623202, -45.381834  
-23.623203, -45.381837  
-23.623206, -45.381832  
-23.612297, -45.394344  
-23.612289, -45.394345  
-23.612296, -45.394348  
-23.620494, -45.397281  
-23.620499, -45.397279  
-23.620494, -45.397288  
-23.617304, -45.403610  
-23.617308, -45.403606  
-23.617313, -45.403608  
-23.624185, -45.410198  
-23.624183, -45.410194  
-23.624187, -45.410198  
-23.619212, -45.419109  
-23.619214, -45.419108  
-23.619211, -45.419115  
-23.685830, -45.431826  
-23.685834, -45.431831  
-23.685836, -45.431826  
-23.653538, -45.438903  
-23.653539, -45.438902  
-23.653543, -45.438895

TEMPO 54:40:34

VEL. MÉDIA 15,77

PERCORRIDO 862,241

**08.998.104/0001-49**

DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI

  
Marco Antônio G. de Oliveira  
Departamento de Checking  
CPF: 003.102.788-13  
AmericanSat

Código de Aferição do Rastreador: GRM ETREX CGPS2836707790075-60021BR

**CLIENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS**  
**CAMPANHA: AUDIÊNCIA PÚBLICA - ETAPA 3 - CARAGUATATUBA**  
**PI 006555/2018**

**CARRO DE SOM**

**RELATÓRIO DE CIRCULAÇÃO**

**CIDADE: ILHABELA - SP**

**Período: 6, 7, 9, 13, 14, 16, 17, 18 e 19 de Março de 2018 - 9 DIAS**

**1- Datas e Horários de veiculação**

**Horários de Rodagem**

Data	Início	Término	Tempo	Data	Início	Término	Tempo
06/mar	08:05:06	10:07:09	02:02:02	16/mar	07:57:08	09:58:36	02:01:28
06/mar	13:03:00	15:04:58	02:01:58	16/mar	12:59:11	15:00:00	02:00:49
07/mar	07:59:20	10:00:43	02:01:23	17/mar	08:00:09	10:00:26	02:00:17
07/mar	13:09:00	15:14:46	02:05:47	17/mar	13:00:08	15:02:37	02:02:29
09/mar	07:51:23	09:51:55	02:00:32	18/mar	08:00:11	10:02:19	02:02:08
09/mar	12:59:58	15:01:42	02:01:43	18/mar	13:08:08	15:10:02	02:01:54
13/mar	07:53:12	09:53:26	02:00:14	19/mar	07:55:52	09:56:59	02:01:06
13/mar	12:59:56	15:00:56	02:01:01	19/mar	12:49:30	14:50:52	02:01:22
14/mar	08:00:15	10:00:25	02:00:11				
14/mar	13:14:39	15:19:27	02:04:48				

**Total de horas: 36:31:13**

**2 - Mapa Referencial de Rodagem**



**08.998.104/0001-49**

**DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI**

  
**Marco Antônio G. de Oliveira**  
Departamento de Checking  
CPF: 003.102.788-13  
AmericanSat





## DIAGRAMAÇÃO DE ROTAS PERCORRIDAS

Version,212

WGS 1984 (GPS),60022, 6378137, 298.257223563, 0, 0, 0  
USER GRID,0,0,0,0,0

-23.887381, -45.453609  
-23.887380, -45.453606  
-23.887380, -45.453600  
-23.887374, -45.453606  
-23.887381, -45.453608  
-23.888810, -45.453223  
-23.888807, -45.453225  
-23.888804, -45.453226  
-23.888805, -45.453227  
-23.888810, -45.453223  
-23.863909, -45.425952  
-23.863901, -45.425954  
-23.863902, -45.425953  
-23.863907, -45.425947  
-23.863904, -45.425950  
-23.863906, -45.425956  
-23.863904, -45.425950  
-23.863901, -45.425948  
-23.863910, -45.425951  
-23.863901, -45.425952  
-23.774637, -45.352383  
-23.774638, -45.352384  
-23.774640, -45.352384  
-23.774641, -45.352388

TEMPO 36:31:13  
VEL. MÉDIA 16,11  
PERCORRIDO 588,340

**08.998.104/0001-49**

DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI

  
Marco Antônio G. de Oliveira  
Departamento de Checking  
CPF: 003.102.788-13  
AmericanSat

Código de Aferição do Rastreador: GRM ETREX CGPS2836707790075-60022BR

**CLIENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS**  
**CAMPANHA: AUDIÊNCIA PÚBLICA - ETAPA 3 - CARAGUATATUBA**  
**PI 006555/2018**

**CARRO DE SOM**

**RELATÓRIO DE CIRCULAÇÃO**

**CIDADE: SÃO SEBASTIÃO - SP**

**Período: 6, 7, 9, 13, 14, 16, 17, 18 e 19 de Março de 2018 - 9 DIAS**

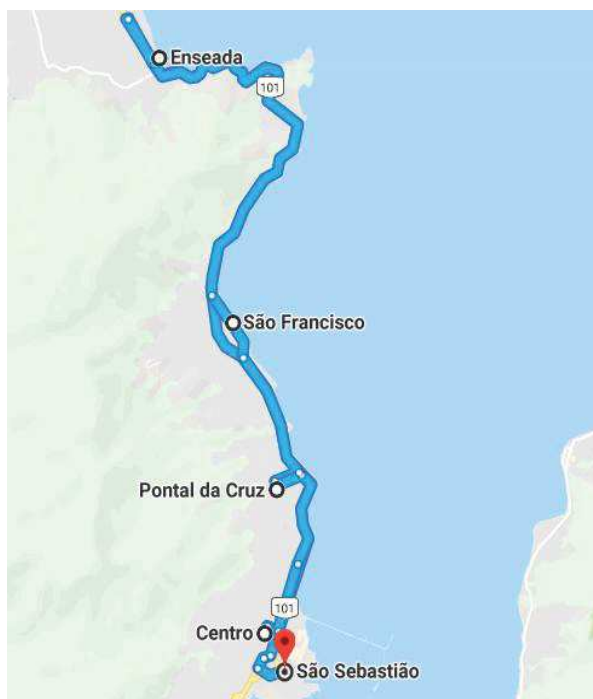
**1- Datas e Horários de veiculação**

**Horários de Rodagem**

Data	Início	Término	Tempo	Data	Início	Término	Tempo
06/mar	08:09:50	11:14:00	03:04:11	16/mar	07:54:34	11:00:55	03:06:21
06/mar	13:09:34	15:13:45	02:04:11	16/mar	12:58:59	15:04:36	02:05:37
07/mar	08:03:01	11:03:04	03:00:03	17/mar	08:11:43	11:12:19	03:00:35
07/mar	12:59:07	15:01:35	02:02:28	17/mar	13:00:02	15:00:50	02:00:48
09/mar	08:13:40	11:15:47	03:02:07	18/mar	07:59:41	11:00:59	03:01:17
09/mar	12:59:11	15:02:56	02:03:45	18/mar	13:06:52	15:09:38	02:02:46
13/mar	07:55:38	10:57:38	03:01:59	19/mar	08:03:55	11:04:28	03:00:33
13/mar	12:58:54	14:59:34	02:00:40	19/mar	13:03:11	15:05:16	02:02:06
14/mar	08:10:50	11:15:54	03:05:04				
14/mar	13:03:40	15:06:52	02:03:12				

**Total de horas: 45:47:44**

**2 - Mapa Referencial de Rodagem**



**08.998.104/0001-49**

**DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI**

  
**Marco Antônio G. de Oliveira**  
Departamento de Checking  
CPF: 003.102.788-13  
AmericanSat



## DIAGRAMAÇÃO DE ROTAS PERCORRIDAS

Version,212

WGS 1984 (GPS),60023, 6378137, 298.257223563, 0, 0, 0  
USER GRID,0,0,0,0,0

-23.801233, -45.404643  
-23.801235, -45.404649  
-23.801232, -45.404648  
-23.801234, -45.404648  
-23.801233, -45.404647  
-23.724505, -45.420756  
-23.724501, -45.420751  
-23.724505, -45.420753  
-23.724509, -45.420749  
-23.724506, -45.420750  
-23.759849, -45.409529  
-23.759854, -45.409536  
-23.759854, -45.409537  
-23.759851, -45.409537  
-23.759855, -45.409532  
-23.759977, -45.350235  
-23.759975, -45.350240  
-23.759982, -45.350234  
-23.759979, -45.350237  
-23.759982, -45.350233  
-23.782138, -45.402912  
-23.782146, -45.402910  
-23.782143, -45.402912  
-23.782142, -45.402915

TEMPO 45:47:44  
VEL. MÉDIA 15,87  
PERCORRIDO 726,775

**08.998.104/0001-49**

DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI

  
Marco Antônio G. de Oliveira  
Departamento de Checking  
CPF: 003.102.788-13  
AmericanSat

Código de Aferição do Rastreador: GRM ETREX CGPS2836707790075-60023BR



**ANEXO III – TEXTO, PLANILHA DE CONTRATAÇÃO DOS SPOTS DE RÁDIO, COMPROVANTE DE IRRADIAÇÃO E RELATÓRIOS CIRCULAÇÃO DOS CARROS DE SOM**

**TEXT0:**

O IBAMA CONVIDA VOCÊ A PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS - ETAPA 3, DA PETROBRAS.

A AUDIÊNCIA SERÁ REALIZADA EM CARAGUATATUBA, NO DIA 20 DE MARÇO, ÀS 18 HORAS, NO TEATRO MARIO COVAS. AV. GOIÁS. NÚMERO 187 - INDAIÁ.

Haverá transporte gratuito. Para mais informações, ligue 0800 77 00 112. Repetindo: 0800 77 00 112.

***PARTICIPE!***

Planilha de contratação.



EBC EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO  
SCS Q.8 BI.B-50,Ed.Venâncio 2000 - 1º Subsolo - Asa Sul - CEP 70333-900  
Brasília - DF CP08840 - Tele:(61)3799-5200 - CNPJ:09.168.704/0001-42

Planilha:
0077/2018
Data de Emissão
15/03/18 11:09

## Planilha de Ações de Divulgação

CLIENTE: PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS / PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS																						
ENDEREÇO: AV. REPUBLICA DO CHILE - SALA 1902 - N° 65 - CENTRO															CEP: 20031-912							
CIDADE: Rio de Janeiro - RJ					CNPJ: 33.000.167/0001-01 INS. ESTADUAL:										DATA: 28/02/201							
Veículo	Programa	Horário	Período / Número de Inserções Março / 2018								Qtde.	Sec.	Valor Unitário R\$	Desc. %	Valor Total R\$							
Minas de Idéias (AmericanSat ) Carro de som (São Paulo)	Ilhabela	07 ÀS 19H	6	7	9	13	14	15	16	19	4	4	4	4	4	4	4	36	30"	265,00	46,00	5.151,60
Rádio Beira Mar (SP) (Ubatuba)		07 ÀS 19H	6	7	9	13	14	15			2	2	2	2	2	2	2	16	30"	144,00	68,00	737,28
Minas de Idéias (AmericanSat ) Carro de som (São Paulo)	São Sebastião	07 ÀS 19H	6	7	9	13	14	15	16	19	5	5	5	5	5	5	5	45	30"	265,00	46,00	6.439,50
Rádio Caraguá FM (SP) (Caragatatuba)		07 ÀS 19H	6	7	9	13	14	15			2	2	2	2	2	2	2	16	30"	100,00	45,00	880,00
Minas de Idéias (AmericanSat ) Carro de som (São Paulo)	Ubatuba	07 ÀS 19H	6	7	9	13	14	15	16	19	5	5	5	5	5	5	5	45	30"	265,00	46,00	6.439,50
Rádio Antena 1 (SP) (Ilhabela)		07 ÀS 19H	6	7	9	13	14	15			2	2	2	2	2	2	2	16	30"	92,00	64,00	529,92
Rádio Morada do Sol (SP) (São Sebastião)		07 ÀS 19H	6	7	9	13	14	15			2	2	2	2	2	2	2	16	30"	338,80	87,00	704,70
Minas de Idéias (AmericanSat ) Carro de som (São Paulo)	Caragatatuba	07 ÀS 19H	6	7	9	13	14	15	16	19	6	6	6	6	6	6	6	54	30"	265,00	46,00	7.727,40

Nos **Anexos III a, b, c, d, e, f** estão os relatórios de circulação dos carros de som.

Nas páginas seguintes estão os comprovantes de irradiação coletados das rádios contratadas.

## Comprovante de irradiação Rádio Antena 1 de Ilhabela SP



Data de emissão do comprovante: 16.03.2018

Cliente: Petróleo Brasileiro S/A

Agência: EBC Empresa Brasil de Comunicação

PI: 006566/2018

Título: Audiência Pública - Etapa 3 - Caraguatatuba

Período: Março/2018 - 06 a 15.03.2018

Praça: Ilhabela - SP

Formato: spot - 30"

Dia	1ª Inserção		2ª Inserção	
	Horário	Material	Horário	Material
1				
2				
3				
4				
5				
6	09:30:34	PETROBRAS - AUDIENCIA PUBLICA	14:28:33	PETROBRAS - AUDIENCIA PUBLICA
7	09:31:52	PETROBRAS - AUDIENCIA PUBLICA	14:28:55	PETROBRAS - AUDIENCIA PUBLICA
8	09:29:56	PETROBRAS - AUDIENCIA PUBLICA	14:30:16	PETROBRAS - AUDIENCIA PUBLICA
9	09:31:26	PETROBRAS - AUDIENCIA PUBLICA	14:31:37	PETROBRAS - AUDIENCIA PUBLICA
10				
11				
12	09:32:19	PETROBRAS - AUDIENCIA PUBLICA	13:14:53	PETROBRAS - AUDIENCIA PUBLICA
13	09:31:25	PETROBRAS - AUDIENCIA PUBLICA	13:15:55	PETROBRAS - AUDIENCIA PUBLICA
14	09:32:59	PETROBRAS - AUDIENCIA PUBLICA	13:14:28	PETROBRAS - AUDIENCIA PUBLICA
15	09:31:53	PETROBRAS - AUDIENCIA PUBLICA	13:14:27	PETROBRAS - AUDIENCIA PUBLICA
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				Nome RODRIGO DE OLIVEIRA PUPO
23				CPF 310 478 308 09
24				RG 41 244 046-5
25				CARGO OPEC
26				
27				
28				
29				
30				
31				

## Comprovante de irradiação Rádio Caraguá FM de Caraguatatuba SP



Caraguatatuba, 19 de MARÇO de 2018

**CARAGUÁ FM**Razão RADIO AREIA BRANCA LTDA.  
Rua AV. DR. ARTHUR COSTA FILHO  
Cidade Caraguatatuba

Nº 937

CEP 11680-005

CNPJ

01.820.127/0001-10

IE

254.048.625.116

Cliente PETRÓLEO BRASILEIRO S/A

Rua AV. REPUBLICA DO CHILE

Nº 85

Compl 12º ANDAR

CEP 20031-912

Bairro CENTRO

Cidade Rio de Janeiro

UF RJ

CNPJ

33.000.167/0001-01

IE

81.281.882

IM

Agência EBC EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO

Cnpj 09.168.704/0001-42

Contrato T1201-2018 PI 006569 / 2018

Campanha AUDIENCIA PUBLICA ETAPA 3 CARAGUATATUBA

**COMPROVANTE DE IRRADIAÇÃO DO PERÍODO DE 06/03/2018 à 15/03/2018**

06/03/2018	Produto	Praça	Tempo	Programado	Início	Término
ETAPA 3 CARAGUA		CARAGUATATUBA	30	06/03/2018 10:00:00	06/03/2018 10:07:27	06/03/2018 10:07:57
ETAPA 3 CARAGUA		CARAGUATATUBA	30	06/03/2018 15:00:00	06/03/2018 15:10:15	06/03/2018 15:10:45
			Total	2		
07/03/2018	Produto	Praça	Tempo	Programado	Início	Término
ETAPA 3 CARAGUA		CARAGUATATUBA	30	07/03/2018 10:30:00	07/03/2018 10:36:55	07/03/2018 10:37:25
ETAPA 3 CARAGUA		CARAGUATATUBA	30	07/03/2018 14:45:00	07/03/2018 14:45:29	07/03/2018 14:45:59
			Total	2		
08/03/2018	Produto	Praça	Tempo	Programado	Início	Término
ETAPA 3 CARAGUA		CARAGUATATUBA	30	08/03/2018 09:45:00	08/03/2018 10:00:37	08/03/2018 10:01:07
ETAPA 3 CARAGUA		CARAGUATATUBA	30	08/03/2018 14:15:00	08/03/2018 14:21:15	08/03/2018 14:21:45
			Total	2		
09/03/2018	Produto	Praça	Tempo	Programado	Início	Término
ETAPA 3 CARAGUA		CARAGUATATUBA	30	09/03/2018 11:00:00	09/03/2018 11:07:14	09/03/2018 11:07:44
ETAPA 3 CARAGUA		CARAGUATATUBA	30	09/03/2018 16:30:00	09/03/2018 16:32:37	09/03/2018 16:33:07
			Total	2		
12/03/2018	Produto	Praça	Tempo	Programado	Início	Término
ETAPA 3 CARAGUA		CARAGUATATUBA	30	12/03/2018 11:15:00	12/03/2018 11:25:33	12/03/2018 11:26:03
ETAPA 3 CARAGUA		CARAGUATATUBA	30	12/03/2018 15:30:00	12/03/2018 15:40:12	12/03/2018 15:40:42
			Total	2		
13/03/2018	Produto	Praça	Tempo	Programado	Início	Término
ETAPA 3 CARAGUA		CARAGUATATUBA	30	13/03/2018 10:45:00	13/03/2018 11:18:28	13/03/2018 11:18:58
ETAPA 3 CARAGUA		CARAGUATATUBA	30	13/03/2018 14:15:00	13/03/2018 14:19:15	13/03/2018 14:19:45
			Total	2		
14/03/2018	Produto	Praça	Tempo	Programado	Início	Término
ETAPA 3 CARAGUA		CARAGUATATUBA	30	14/03/2018 11:15:00	14/03/2018 11:38:19	14/03/2018 11:38:49
ETAPA 3 CARAGUA		CARAGUATATUBA	30	14/03/2018 16:15:00	14/03/2018 16:23:33	14/03/2018 16:24:03
			Total	2		
15/03/2018	Produto	Praça	Tempo	Programado	Início	Término
ETAPA 3 CARAGUA		CARAGUATATUBA	30	15/03/2018 11:30:00	15/03/2018 11:42:55	15/03/2018 11:43:25
ETAPA 3 CARAGUA		CARAGUATATUBA	30	15/03/2018 17:15:00	15/03/2018 17:28:37	15/03/2018 17:29:07
			Total	2		



## Comprovante de irradiação Rádio Morada do Sol de São Sebastião SP

segunda-feira, 26 de março de 2018

**MORADA DO SOL - LITORAL**

Razão Social RADIO LITORAL NORTE LTDA - EPP			
Endereço AL. VEREADOR MARIO OLEGARIO LEITE	Número 177	Complemento	Cep 11.608-536
Bairro CENTRO	Cidade São Sebastião	UF SP	CNPJ 30.319.774/0001-14
Fone 1 3892-2082(12)	Fone 2	WebSite	Inscrição Estadual 654.019.638.117

## Cliente

Fantasia PETROBRAS		Razão Social PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS / PETROLEO	
Endereço AV. REPUBLICA DO CHILE	Número 65	Complemento SALA 1902	Cep 20031-912
Bairro CENTRO	Cidade Rio de Janeiro	CNPJ 33.000.167/0001-01	Inscrição Estadual
Fone 1 5586 3799(61)	Fone 2	WebSite	

## Agência

Fantasia EBC		Razão Social EBC EMPRESA BRSL DE COMUNICAÇÃO	
Telefone 3799-5586(61)	PI D06567/2018	Campanha AUDIENCIA PUBLICA - ETAPA 3 - CARAGUATATUBA	Nº Contrato 151
Tipo EXECUTADO	Período Período entre 06/03/2018 e 15/03/2018		

## Dados do contrato

<input type="checkbox"/> Patrocínio	Valor Bruto(Total)	(Bonificação)(Perda)	(Desconto)(Perdas)	Permuta	Desconto Agência	Valor Líquido
<input type="checkbox"/> Permuta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00018 - PETROBRAS - AUDIENCIA PUBLICA - 00.30.000						
06/03/2018	ter	09:22:13 15:58:30				2
07/03/2018	qua	08:56:36 17:35:29				2
08/03/2018	qui	08:04:29 13:34:26				2
09/03/2018	sex	09:57:38 15:29:16				2
12/03/2018	seg	11:28:48 16:27:19				2
13/03/2018	ter	10:28:31 18:10:11				2
14/03/2018	qua	09:20:54 15:03:12				2
15/03/2018	qui	09:39:58 14:05:32				2
						16
						<b>Total</b>
						16

## Obs

Departamento Comercial

Departamento Financeiro

São Sebastião, 26 de março de 2018

ELIANE OLIVEIRA  
RG: 30.106.649-9  
CPF: 365.121.618-74  
Cargo: OPEC

*Eliane Oliveira*

Assinatura

**REVISÃO 01**  
04/2018











## Polícia

### Homem que sequestrou criança e na sequência tentou sequestrar jovem em Ubatuba é preso pela Polícia Civil

Na tarde de quarta-feira, 28 de fevereiro, no centro da cidade de Ubatuba, o indivíduo A.C.F.S. com seu veículo Chevrolet Monza de placas BHQ 9700, abordou uma criança de 7 anos dizendo que tinha algo a dar à mãe dela e quando a criança se aproximou ele a puxou bruscamente, a colocou para dentro do veículo sequestrando-a e arrancando com o carro em alta velocidade.

Deseperado, a criança, desde o instante em que foi puxada para dentro do veículo protestou com gritos insistentes de socorro e entrou em luta corporal com o sequestrador a fim de se desvencilhar dele o que chamou a atenção dos moradores das imediações e transeuntes que correram na direção do veículo. Neste instante, a criança

mordeu a mão do sequestrador e ele, por sua vez, notando que as pessoas corriam em sua direção, a projetou para fora do veículo em movimento na rua Cunhambebe. A criança sofreu vários ferimentos nos ombros, joelhos e braços. A polícia, a menina contou que ele usava apenas cueca e queria que ela ficasse sentada em seu colo.

Proseguindo com os atos, A.C.F.S. se dirigiu até a estrada do Cais em Ubatuba onde abordou mais uma vítima de 21 anos, que acabara de sair do trabalho. Ele fingiu pedir informação mas ao descer do carro, ele percebeu que ele vestia apenas roupa íntima e foi na sua direção dizendo que ela teria que ir com ele. Já assustada e com medo, alegou que seus amigos estavam por perto e que ele poderia ter algum tipo

de problema. Começou a pedir socorro e então, inconformado com a reação da jovem, arancou com o veículo em alta velocidade tentando atropelá-la mas ela por sorte caiu no chão, danificando apenas sua bicicleta e suas roupas.

Assim que tomou conhecimento dos fatos o SIG de Ubatuba iniciou as investigações para determinar a autoria delitiva, e através da placa do veículo, identificaram a proprietária bem como seu marido, autor de um homicídio no Estado de Santa Catarina.

Na tarde de quinta-feira, 1 de março, uma equipe da Polícia Militar, comandada pelo Sargento Dantora localizou o veículo movido com duas mulheres (esposa e sogra do autor) no bairro Praia Grande e as conduziram para Delegacia de Polícia para prestar

esclarecimentos conforme noticiamos na edição nº 2932 com destaque na capa.

No mesmo dia, a Delegada Drª Ana Carolina Pereira de Oliveira representou pela Prisão Temporária de A.C.F.S. que foi prontamente atendida pelo Judiciário local.

O mandado foi cumprido ainda na noite de quinta-feira, 1 de março, quando ele foi preso em sua casa em Taubaté.

Trazido a Ubatuba, A.C.F.S., de 43 anos, foi identificado pelas vítimas como autor dos crimes de sequestro e tentativa de estupro relatados e que causaram grande repercussão e revolta na cidade.

Ele permanece preso e à disposição da Justiça.

## Editais & Comunicados



COOPERATIVA EDUCACIONAL  
DE UBATUBA – COOEDUBA  
CNPJ 03.428.325/0001-68

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

#### 1ª, 2ª e 3ª Convocação

O Diretor Presidente da Cooperativa Educacional de Ubatuba – COOEDUBA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca os cooperados a comparecerem à **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, que será realizada em sua sede social à Av. Carlos de Almeida de Andrade, nº 516 – Itaguá, Ubatuba/SP, no dia **28 de março de 2018, às 16h30** em primeira convocação, com 2/3 (dois terços) dos seus cooperados; em segunda convocação às **17h30**, com metade mais um dos seus cooperados, ou em terceira e última convocação às **18h30** com o mínimo de 10 cooperados, para tratar da seguinte ordem do dia:

- Informes Pedagógicos;
  - Prestação de contas do órgão de administração compreendendo Balanço Geral do exercício de 2017, das Contas de Sobras e Perdas, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório da Diretoria, documentos que estarão à disposição dos cooperados em sua sede social a partir do dia 19 de março de 2018;
  - Eleição de Conselheiros Fiscais e Administrativos;
  - Outros assuntos de interesse da sociedade.
- Ubatuba, 10 de março de 2018.

Rogério Grassetto Artacho - Diretor Presidente

### CONVOCAÇÃO

A **Associação Espírita Umbandista de Ubatuba (AEUU)**, CNPJ nº 03.227.367/0001-30, dando cumprimento ao que determina a letra b do Artº 10, letra a do Art. 11º, e letra b do Art. 16º, do seu estatuto, **CONVOCA** a todos os seus associados, para uma **Assembleia Geral Ordinária**, seguindo a pauta abaixo:

**Assunto:** Eleição e posse de Diretoria e Conselho Fiscal.

**Data:** 01/04/2018

**Hora:** 1ª convocação, às 17:00 h e 2ª convocação, às 17:30 h.

**Local:** Centro Espírita Umbandista.

Raul Pereira Borges - Presidente

## Meteorologia

### Previsão do tempo - Ubatuba

SÁBADO 10/03/18	DOMINGO 11/03/18	SEGUNDA-FEIRA 12/03/18	TERÇA-FEIRA 13/03/18	QUARTA-FEIRA 14/03/18
				
21° 29°	22° 31°	22° 31°	22° 32°	21° 33°
Índice UV 12	Índice UV 12	Índice UV 12	Índice UV 12	Índice UV 12
Prob. de Chuva 90%	Prob. de Chuva 30%	Prob. de Chuva 5%	Prob. de Chuva 5%	Prob. de Chuva 5%
 06:00	 06:00	 06:01	 06:01	 06:01

## Editais de Proclamas

**Carolina Moura de Almeida Bueno**, Oficial do Cartório do Registro Civil, no Distrito, Município e Comarca de Ubatuba, SP. Faz saber que pretende casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro.

**ELÁDIO SANTOS FERREIRA e ANASILVIA ALVES DOS SANTOS**. Ele, nascido em Itaguá, BA, aos 13/05/1980, motorista, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Maria Madalena Charleaux, 183, Taquaral, filho de ELÁDIO DIAS FERREIRA e MARIA SANTOS FERREIRA. Ela, nascida em Ubatuba, SP, aos 10/04/1975, babá, divorciada, residente e domiciliada nesta cidade, à Rua Maria Madalena Charleaux, 183, Taquaral, filha de SERGIO DOMINGUES DOS SANTOS e IZAIRA FERNANDES DOS SANTOS.

**ÉLITO CAMPOS DE SOUZA e IZAIRA FERNANDES DOS SANTOS**. Ele, nascido em Padre Paraíso, MG, aos 29/07/1974, servente de padaria, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Maria Madalena Charleaux, 183, Taquaral, filho de JOSE GERALDO GOMES DE SOUZA e IVANY CAMPOS DE SOUZA. Ela, nascida em Ubatuba, SP, aos 30/05/1954, diarista, viúva, residente e domiciliada esta cidade, à Rua Maria Madalena Charleaux, 183, Taquaral, filha de JOÃO PAULO FERNANDES e MARIA ROQUE FERNANDES.

**ISAÍRES ALEXANDRE MATEUS e JULIANA SOARES DE SOUSA**. Ele, nascido em Ubatuba, SP, aos 19/07/1975,

**FARIAS**. Ele, nascido em Ubatuba, SP, aos 10/04/1998, electricista de autos, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Sérgio Lucindo da Silva, 880, Estufa Dois, filho de ELIAS GARCEZ MAXIMIANO e EUNICE DE OLIVEIRA BARRETO MAXIMIANO. Ela, nascida em Ubatuba, SP, aos 19/02/2000, comerciante, solteira, residente e domiciliada nesta cidade, à Rua Nestor Fonseca, 223, Sumaré, filha de MARCOS ANTONIO JORDÃO FARIAS e MARLETE LOPES FARIAS.

**DIOGO HENRIQUE CAMPOS TEIXEIRA e ANA LUIZA CONCEIÇÃO DA SILVA**. Ele, nascido em Ubatuba, SP, aos 25/03/1989, serviços gerais, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Antonio Felix, 105, Ipiranguinha, filho de MARA CRISTINA CAMPOS TEIXEIRA. Ela, nascida em Caraguatatuba, SP, aos 22/11/1980, doméstica, solteira, residente e domiciliada nesta cidade, à Rua Antonio Felix, 105, Ipiranguinha, filha de HELENA CONCEIÇÃO DA SILVA.

**IGOR RODRIGUES DE OLIVEIRA e GABRIELA DA ROCHA TAVARES**. Ele, nascido em Ubatuba, SP, aos 12/09/1996, comerciante, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade, à Rodovia Oswaldo Cruz, 1903, Jardim Samambaia, filho de JOÃO DOMINGOS DE OLIVEIRA e MARIA DOS ANJOS RODRIGUES. Ela, nascida em Ubatuba, SP, aos 09/07/1999, do lar, solteira, residente e domiciliada nesta cidade, à Rodovia Oswaldo Cruz, 1903, Jardim Samambaia, filha de CICERO MIGUEL TAVARES e LUCI CAETANO DA ROCHA.

**Perequê-Açu, filha de EDVALDO FERREIRA DE OLIVEIRA e IZABEL CRISTINA VIEIRA. BRUNO CHAGAS DOS SANTOS e JENNIFER DO NASCIMENTO MARTINELLI SERAFIM**. Ele, nascido em Caraguatatuba, SP, aos 15/04/1999, electricista, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Pavaia, 71, Rio Escuro, filho de ARNALDO GONÇALVES DOS SANTOS e ADAL DAS CHAGAS LEITE DOS SANTOS. Ela, nascida em Ubatuba, SP, aos 01/11/1998, cabeleleira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade, à Rua Avestruz, 210, Rio Escuro, filha de AURELIO MARTINELLI SERAFIM e ALDE TEIXEIRA DO NASCIMENTO.

**IVALDO MARIANO CHAVES e IVANETE MENDES FERNANDES**. Ele, nascido em Cunha, SP, aos 26/05/1997, serviços gerais, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Alexandre Ferreira, 25, Sertão do Ubatumirim, filho de LOURIVAL FERREIRA CHAVES e NEUZA MARIANO CHAVES. Ela, nascida em Ubatuba, SP, aos 04/09/1999, do lar, solteira, residente e domiciliada nesta cidade, à Rua Alexandre Ferreira, 25, Sertão do Ubatumirim, filha de SEBASTIANA MENDES FERNANDES.

**MARCOS CARNAVALI SILVA JUNIOR e ERIN FALQUEIRO KAVALLIAUSKIS**. Ele, nascido em Belo Horizonte, MG, aos 17/03/1993, comerciante, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Praia do Promim, 296, casa 02, Perequê-Açu, filho de MARCOS CARNAVALI SILVA e ORNELA SILVEIRA MORAIS CARNAVALI.

**Amaral Viana, 130, casa 01, Centro, filho de JOSÉ FLORES DE ARAUJO e SONIA MARIA CORREIA DE ARAUJO**. Ela, nascida em Ubatuba, SP, aos 13/08/1991, auxiliar administrativo, solteira, residente e domiciliada nesta cidade, à Rua Amaral Viana, 130, casa 01, Centro, filha de URSULINO MANOEL DOS SANTOS e MARIA LUIZA DA SILVA CASSIANO.

**LUCAS EUGÊNIO DE OLIVEIRA PORCEL e PAOLA CAROLINE DOS SANTOS VENTURA**. Ele, nascido em São José dos Campos, SP, aos 29/05/1990, sorveteiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Goiás, 410, Perequê-Açu, filho de ADEMIR PORCEL e ANTONIA CRISTINA DE OLIVEIRA PORCEL. Ela, nascida em Ubatuba, SP, aos 21/01/1993, recepcionista, solteira, residente e domiciliada nesta cidade, à Rua Goiás, 410, Perequê-Açu, filha de JACKSON ALBERTO LOPES VENTURA e NEZILDA DOS SANTOS.

**LUCAS EUGÊNIO DE OLIVEIRA PORCEL e PAOLA CAROLINE DOS SANTOS VENTURA**. Ele, nascido em São José dos Campos, SP, aos 29/05/1990, sorveteiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Goiás, 410, Perequê-Açu, filho de ADEMIR PORCEL e ANTONIA CRISTINA DE OLIVEIRA PORCEL. Ela, nascida em Ubatuba, SP, aos 21/01/1993, recepcionista, solteira, residente e domiciliada nesta cidade, à Rua Goiás, 410, Perequê-Açu, filha de JACKSON ALBERTO LOPES VENTURA e NEZILDA DOS SANTOS.

**COMUNICADO DE EXTRAVIO SOLANGE ZAMBALDI DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO, RG Nº 12.665.215-6, COMUNICA** que foi extraviada a **Certidão do Tempo de Contribuição do Estado de São Paulo**. Conforme o Boletim de Ocorrência nº 1009/2018.

Ubatuba, 27 de fevereiro de 2018

Ed. 2944

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital de Convocação, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE UBATUBA**, inscrito no CNPJ/MF nº 65.511.883/0001-40, com sede provisória na Rua Gastão Madeira, nº 395, centro Ubatuba, CEP 11.680-000, de acordo com o ARTIGO 16 INCISO III do Estatuto Social da Entidade, convoca todos associados quites com suas responsabilidades para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada dia 16 de março de 2018, na sede provisória do sindicato, situada na Rua Gastão Madeira, 395 centro da cidade de Ubatuba, em **1ª Convocação às 17:00hs**, e **2ª Convocação às 17:30hs** conforme parágrafo único do artigo 15 do estatuto social para a seguinte ordem do dia: Concessão de autorização para aquisição de crédito para a finalidade de complementação de valores para término de obras no edifício sede da entidade situado à rua Maranhão nº357 na cidade de Ubatuba.

Sandra da Silva - Presidente





**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama convida a população a participar da audiência pública para Licenciamento Ambiental da Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3, na Petrobras, que será realizada no dia 20 de março, às 16 horas, no Teatro Mario Covas – Av. Goiás, 157 – Indaá – Caraguatatuba / SP. Haverá transporte gratuito, com retorno após o evento. Para mais informações, ligue 0800 77 00 112.



Planilha de contratação.

**EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A.**SCS Q. 8, Bl. B-50, Ed. Venâncio 2000 - 1º  
Subsolo  
Asa Sul - CEP 70333-900  
Brasília/DF  
CNPJ: 09.168.704/0001-42  
Gerência de PublicidadeNº Planilha:  
**0076/2018**Data Emissão:  
27/02/2018**Planilha de Ações de  
Divulgação - EBC**

Identificação do órgão: <b>PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS</b>		CNPJ: 33.000.167/0001-01								
Razão Social: PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS		Inscrição Estadual:								
Título da publicação: <b>AUDIÊNCIA PÚBLICA</b>										
Fornecedor: <b>EBC Serviços</b>		Tipo de campanha: <b>LEGAL</b>								
Mídia solicitada pelo cliente: <b>R\$ 5.451,92</b>		Mídia técnica informada pela EBC: <b>R\$ 0,00</b>								
Mídia valor total: <b>R\$ 5.451,92</b>										
<b>MÍDIA SOLICITADA PELO CLIENTE</b>										
PI / PO	Nome do Veículo	Cidade - UF	Data de publicação	Desconto %	Formato col x alt	Edição	Valor	Circulação	Fonte	CPM **
PO006243/2018	A Cidade (Ubatuba - SP)	Ubatuba - SP	03/03/2018	45,00	2 x 5	Ind.Reg.	R\$ 165,00	3.000	Editor	55,00
PO006244/2018	A Cidade (Ubatuba - SP)	Ubatuba - SP	10/03/2018	45,00	2 x 5	Ind.Reg.	R\$ 165,00	3.000	Editor	55,00
PO006240/2018	Noroeste News (SP)	Caraguatatuba - SP	15/03/2018	26,00	2 x 5	Ind.Reg.	R\$ 76,96	5.000	Editor	15,39
PO006239/2018	Noroeste News (SP)	Caraguatatuba - SP	01/03/2018	26,00	2 x 5	Ind.Reg.	R\$ 76,96	5.000	Editor	15,39
PO006242/2018	O Estado de São Paulo (SP) Regional	São Paulo - SP	15/03/2018	54,00	2 x 5	Ind.Reg.	R\$ 2.484,00	78.856	IVC_dez/2017	31,50
PO006241/2018	O Estado de São Paulo (SP) Regional	São Paulo - SP	01/03/2018	54,00	2 x 5	Ind.Reg.	R\$ 2.484,00	78.856	IVC_dez/2017	31,50
<b>MÍDIA TÉCNICA OPCIONAL INFORMADA PELA EBC</b>										
PI / PO	Nome do Veículo	Cidade - UF	Data de publicação	Desconto %	Formato col x alt	Edição	Valor	Circulação	Fonte	CPM **
<b>Observações, justificativas e esclarecimentos:</b> ** CPM = Custo por mil: valor a ser pago pela publicação em cada 1.000 exemplares deste jornal.  > As datas mencionadas acima são apenas exemplo para efeito de cálculo. > Os jornais sugeridos pela EBC são baseados em estudos em mídia técnica. Servem como parâmetro para a escolha do veículo mais adequado e/ou de menor custo, ou ainda como complemento à mídia indicada pelo cliente.										
Cidade - UF		Solicitante				Identificação e assinatura do responsável				
Rio de Janeiro - RJ		Alcides Amadeu Junior Fone: (21) 3224-0075 / (24) 3371-8707				MARCOS VAILAN Responsável				
Espaço reservado à subsecretaria de comunicação institucional da SCS/PR.										
"A concordância da subsecretaria de Comunicação Institucional da SCS/PR com a Ação de Comunicação caracterizada nesta Planilha"										



## ANEXO V – LAYOUT DOS CONVITES E MAILING DO ENVIO POR CORREIO

Layout do convite.



O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA  
convida para a Audiência Pública

**Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural no  
Polo Pré-sal da Bacia de Santos - Etapa 3 - Empreendedor: Petrobras.**

**Data:** 20 de março de 2018

**Horário:** 18h

**Local:** Teatro Mário Covas  
Av. Goiás, 187 - Indaiá - Caraguatatuba

Transporte gratuito. Informações: 0800 77 00112 ou [comunica.uobs@petrobras.com.br](mailto:comunica.uobs@petrobras.com.br)  
[www.comunicabaciadesantos.com.br](http://www.comunicabaciadesantos.com.br)

Mailing para audiência pública em Caraguatatuba.

Cidade	Destinatário	Órgão / Entidade	Endereço
Ubatuba	Décio José Sato	Prefeito Municipal	Rua Dona Maria Alves, 865 - Centro, Ubatuba/SP – CEP: 11680-000
	Silvinho Brandão	Presidente da Câmara Municipal de Ubatuba	Rua Antônio Marques do Vale, nº250, Silop - Ubatuba/SP - CEP: 11680-000
	Claudio dos Santos - Secretário Municipal	Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Abastecimento de Ubatuba	Praça 13 de Maio, 200 – Centro, Ubatuba/SP – CEP 11680-000
	Anthero Mendes Pereira Junior - Secretário Municipal	Prefeitura Municipal de Ubatuba Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Rua Professor Thomas Galhardo, 1172 - Centro - Ubatuba/SP. CEP: 11.680-000

Priscila Wiederkehr	Fundacao Pró-TAMAR	Avenida Farol Garcia D Avila, s/n - Praia do Forte - Mata de Sao Joao/BA. CEP: 48.280-000
Hugo Gallo Neto	Instituto Argonauta	Rua Guarani, 835 - Itagua - Ubatuba/SP. CEP: 11.680-000
Fábio Luciano Pincinato Secretaria Executiva	Comite das Bacias Hidrograficas do Litoral Norte (CBH-LN)	Rua Esteves da Silva, 510 - Centro - Ubatuba/SP CEP: 11.680-000
	Associação dos Pescadores de Maranduba	Estrada da Caçandoca, 490 – Casa 3 – Sala 1 Maranduba – Ubatuba/SP - CEP: 11.680-000
	Colônia de Pescadores de Ubatuba (Z-10)	Rua dos pescadores, 130 - Centro Ubatuba/SP - CEP: 11.680-000
Márcia Regina Denadai	Instituto Costa Brasilis – Desenvolvimento Socioambiental	Rua Jabuticabeira, 98 - Praia do Lázaro Ubatuba/SP - CEP: 11680-000
José Henrique Becker Berenice Maria Gomes da Silva	Projeto TAMAR – Núcleo de Ubatuba	Rua Antônio Atanásio da Silva, 273 - Jardim Paula Nobre Ubatuba/SP - CEP: 11.680-000
	Associação Socioambientalista 'Somos Ubatuba' - ASSU-Ubatuba	Rua dos Pescadores, 35 - Ilha dos Pescadores Ubatuba/SP - CEP: 11680-000
Marcus Henrique Carneiro	Instituto de Pesca	Rua Prof Joaquim L M C Neto, 2275 Praia de Itagua - Ubatuba - SP - CEP 11680-000
Alexandre Turra	Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo Base de Pesquisas	Rodovia Manoel Hipólito do Rego, 1165 - Praia do Lamberto, Ubatuba - SP, 11680-000
Beto Francine Patricia Ortiz Tami Albuquerque Ballabio	Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta – ACIA	Rua Andreino Miguel, 151 - Lázaro Ubatuba/SP - CEP: 11680-970
Marcio José dos Santos Gestor APA Marinha Litoral Norte e ARIE São Sebastião	Fundação Florestal - Gestores UCs do LN	Rua Esteves da Silva, 510, Centro - Ubatuba - SP
Priscila Saviolo Moreira - Gestora Parque Estadual de Ilha de Anchieta	Fundação Florestal - Gestores UCs do LN	Avenida Plínio de França, Nº 85 – Saco da Ribeira – Ubatuba-SP (Pier Saco da Ribeira)
	Associação dos Pescadores Profissionais do Saco da Ribeira	Rua Ameixa 120 – Lázaro Ubatuba/SP - CEP: 11.680-000

	Claudia Camila Faria de Oliveira - Gestor Parque Estadual da Serra do Mar de Ubatuba - Nucleo Picinguaba	Fundação Florestal - Gestores UCs do LN	Rodovia Rio Santos Br 101 Km 11, Praia da Fazenda, Ubatuba SP
	Prof. Dr. José Rui Camargo Patricia Ortiz	Universidade de Taubaté – Unitaú / Campos Ubatuba	Av. Castro Alves, 392 – Itaguá, Ubatuba/SP – CEP 11680-000
<b>Caraguata tuba</b>	José Pereira de Aguilar Junior	Prefeito Municipal	Rua Luiz de Passos Júnior, 50 - Centro, Caraguatatuba/SP CEP: 11660-900
	Renato Leite Carrijo de Aguilar	Presidente da Câmara Municipal de Caraguatatuba	Av. Frei Pacífico Wagner, 830 - Centro - CEP: 11 660-280
	Marcel Luis Giorgeti	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	Rua Santos Dumont, 502 - Centro - Caraguatatuba/SP. CEP: 11660-280
	Dra. Maria Rezende Capucci Dra. Walquiria Imamura Picoli	Procuradoria da Republica em Caraguatatuba - Ministerio Publico Federal	Avenida Prefeito Geraldo Nogueira da Silva Filho, 644 - Indaia - Caraguatatuba/SP. CEP: 11.665-000
	Pedro Henrique Wisniewski Koehler (Gestor) Leonardo Teixeira (Analista Ambiental)	Unidade Avançada II de Caraguatatuba – UA/CARAGUA/SP- IBAMA	Av. Rio Branco, 880, Bairro Indaiá - Caraguatatuba/SP
		Associação de Pescadores de Tabatinga	Rua João Manoel de Oliveira, 14 - Tabatinga Caraguatatuba/SP - CEP: 11660-000
	Carmelita Bognozzi	Instituto Ambiental Ponto Azul (IAPA)	Rua Boreste, 310 - Massaguaçu Caraguatatuba/SP - CEP: 11.677-762
		Associação de Pescadores do Camaroeiro	Rua Arthur Costa Filho, 2280 - Entrepasto do Camaroeiro Caraguatatuba/SP - CEP: 11660-915
		Associação de Amigos do Grande Parque Ecológico e Turístico de Caraguatatuba – ONG Caraguatá	Avenida Santa Catarina, 908 Indaiá – Caraguatatuba/SP CEP: 11665-280
		Associação de Pescadores Artesanais e Turismo da Zona Sul de Caraguatatuba	Rua LG Câmara Coutinho, 1350 - Porto Novo Caraguatatuba/SP - CEP: 11667-715



		Associação de Pescadores do Porto Novo	Al. Antônio Luis da Câmara Coutinho, 1350 - Porto Novo Caraguatatuba/SP - CEP: 11667-715
		Colônia de Pescadores de Caraguatatuba (Z-08)	Av. Sergipe, 1021 - Indaiá Caraguatatuba/SP - CEP: 11.675-190
		Associação dos Pescadores e Maricultores da Praia da Cocanha	Rua Sebastiana Felício de Oliveira, 460 Caraguatatuba/SP - CEP: 11677-100
	Capitão PM Marco Aurélio Ribeiro da Silva	Polícia Militar Ambiental	Av Horacio Rodrigues, 607 - Martim De Sa - Caraguatatuba - 11662-400
	Miguel Nema Gestor Parque Estadual da Serra do Mar - Nucleo Caraguatatuba	Fundação Florestal	Rua do Horto Florestal, nº1200 - Rio do Ouro - Caraguatatuba - SP - CEP: 11675- 730
	Paulo André Cunha Ribeiro – Presidente	Associação Projeto Eco Adventur	Travessa Pereira Barreto, nº 22 – Centro – Caraguatatuba/SP - CEP: 11660-185
	Sérgio Pereira de Souza	Federação Pró Costa Atlântica	Rua dos Comendadores, 25, Praia de Barequeçaba – Caraguatatuba/SP – CEP: 11600-000
	Fernando Nelson do Rego	Instituto Educa Brasil	Rua Três Bandeirantes, 116 – Caraguatatuba/SP - CEP: 11675-692
	Profa. Dra. Sueli Cristina Marquesi - Reitora Profª. Ms. Maria Antônia de Lima Ribeiro Furgeri - Pró-reitora Acadêmica	Centro Universitário Módulo - Campus Centro	Av. Frei Pacífico Wagner, 653 - Centro - Caraguatatuba/SP - CEP 11660-903
	Adriene Norma Viviani Oliveira - Diretora Leonardo Prates - Assistente Técnico	ETEC de Caraguatatuba	Av. Rio Grande do Norte, 480 - Indaiá, Caraguatatuba - SP, 11665-310
	Tania Cristina Soares - Diretora Elaine Barreto - Assessoria	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Caraguatatuba	Av. Bahia, 1739 - Indaiá, Caraguatatuba - SP - 11665-071
		Associação de Pescadores de Massaguaçu	Rua João Gonçalves Santana, 500 - Cocanha/ Massaguaçu - Caraguatatuba/SP CEP: 11677-500
<b>Ilhabela</b>	Márcio Batista Tenório	Prefeito Municipal	Rua Prefeito Mariano Procópio de Araújo Carvalho, 86, Perequê - Ilhabela/SP CEP 11630-000

	Nanci Peres de Araújo Zanato	Presidente da Câmara Municipal de Ilhabela	Av. Dona Germana, 85 - Centro - Ilhabela - SP - CEP 11630-000
	Mauro Oliveira Pinto - Secretário Municipal	Prefeitura Municipal de Ilhabela Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Rua Prefeito Mariano Procopio de Araujo Carvalho, 86 - Pereque - Ilhabela/SP. CEP: 11.630-000
		Associação dos Moradores e Pescadores de São Pedro - AMPESP	Rua Jaguatirica, 164 - São Pedro - Ilhabela/SP - CEP: 11630-000
		Associação dos Pescadores Artesanais de Ilhabela – APARI	Av. Força Expedicionária Brasileira, 301 - Saco do Indaiá -Ilhabela/SP - CEP: 11630-000
		Espaço Cultural Pés no Chão	Rua Macapá, 72 - Ilhabela/SP - CEP 11630-000
	Georges Henry Grego Carlos Nunes - Diretor Gilda Nunes	Instituto Ilhabela Sustentável	Rua Olímpio Leite da Silva, 77 - Ilhabela/SP CEP: 11630-000
		Associação Elementos da Natureza Projeto Azimuth Ponto de Cultura e Sustentabilidade	Rua Dr. Carvalho, 150 -Ilhabela/SP CEP: 11630-790
		Colônia de Pescadores de Ilhabela (Z-06)	Rua Dr. Carvalho, 150 - Centro Ilhabela/SP - CEP: 11630-970
	Maria Inez Fazzini - Gestora Parque Estadual de Ilhabela	Fundação Florestal	Praça Coronel Julião de Moura Negrão,, 115 - Vila Centro, Ilhabela - SP, 11630-000
	Edson M. Lobato André Motta Waetge	Instituto Conservação Costeira	End 2 - R. Maria Angela, 06 - 01 e 05 - Saco da Capela - Ilhabela - SP - 11630-0001
	Luiz Cruz Villares / Janine Bergmann e Ricardo Anderáos	Ilhabela.org	Av. Princesa Isabel, 1101, Perequê – Ilhabela/SP – CEP: 11630-000
		Associação dos Municípios Produtores de Gás Natural - AMPROGÁS	Avenida dos Vagalumes, 206 - Engenho D'água - Ilhabela/SP CEP: 11630-000
São Sebastião	Felipe Augusto	Prefeito Municipal	Rua Sebastião Silvestre Neves, 214, Centro, São Sebastião/SP - CEP 11600-614
	Reinaldinho Moreira	Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião	Praç. Prof. Antônio Argino, 84 - Centro - São Sebastião / SP CEP: 11608-554

Anacleto de Oliveira Neto - Secretário Municipal Auracy Mansano Filho - Secretário Adjunto	Secretaria de Habitação e Meio Ambiente de São Sebastião	Rua Antônio Januário do Nascimento 213, Centro – São Sebastião - CEP: 11609-503
Promotor de Justiça de São Sebastião: Dr. Alfredo Luis Portes Neto Promotor de Justiça de Ilhabela: Dr. Tadeu Salgado Ivahy Badaró Junior	Ministerio Publico do Estado de Sao Paulo _ Grupo de Atuacao Especial de Defesa do Meio Ambiente - Nucleo Litoral Norte (GAEMA-LN)	Praca Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, s/nº - Centro - Sao Sebastiao/SP. CEP: 11.608-555
Fernando Nelson do Rego	Instituto Educa Brasil – IEB	Av. Três Bandeirantes, 116 São Sebastião/SP - CEP: 11.600-000
	Ambiental Litoral Norte – ALNORTE	Rua Três Bandeirantes, 136 - Centro São Sebastião/SP - CEP: 11.600-000
	Associação Brasileira de Municípios com Terminais Marítimos, Fluviais, Terrestres de Embarque e Desembarque de Petróleo e Gás Natural – ABRAMT	Rua Sebastião Silvestre Neves, 214 - Centro São Sebastião/SP - CEP: 11.600-000
	Associação Amigos Pescadores de Pontal da Cruz – AAPPC	Alameda Santana, 662 - Pontal da Cruz São Sebastião/SP - CEP: 11600-000
	Associação dos Moradores e Pescadores de Enseada	Rua Sebastião Eduardo de Moraes, 80 São Sebastião/SP CEP: 11600-000
	Cooperativa de Pesca de São Sebastião	Rua Martin do Val, 346 - São Francisco São Sebastião/SP - CEP: 11600-000
Sérgio Pereira de Souza	Federação Pró Costa Atlântica	Rua dos Comendadores, 25 - Praia de Baraqueçaba São Sebastião/SP - CEP: 11.600-000
	Movimento de Preservação de São Sebastião – MOPRESS	Rua Antônio Cândido, 204 São Sebastião/SP CEP: 11600-000
	Instituto Terra e Mar	Rua Gertrudes Custódio Correa, 123 - São Francisco - São Sebastião/SP - CEP: 11.629-553



		USP – Centro de Biologia Marinha	Rod. Dr. Manoel Hipólito do Rêgo, S/N - Praia do Cabelo Gordo - São Sebastião SP
	Edilson Esteves Kelen Ferreira Leite	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)/ ESEC Tupinambás	Endereço: Rod. Dr. Manoel Hipólito do Rêgo, 1907 - Praia do Arrastão, São Sebastião - SP, 11610-000
	Capitão-de- Fragata Luis Antônio Anídio Moreira Aparecida Ferraz - Ass. Administrativa	Capitania dos Portos de São Sebastião	Endereço: Av. Dr. Altino Arantes, 544 - Centro, São Sebastião - SP, 11600-000
	Eng.º Antonio Rivas Galindo Junior - Gerente	Agência Ambiental Litoral Norte _ CETESB	Rua Francisco da Cruz Maldonado, 132 - Portal da Olaria – São Sebastião/SP - CEP: 11600-000
	Ricardo Romero Gestor Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo São Sebastião	Fundação Florestal	Rua Serra do Mar, 13 Juquehy - São Sebastião - SP - CEP: 11600-000
	Prof. Me. Daniel Roberto Jung - Diretor	Faculdade de Tecnologia de São Sebastião - Fatec	R. Ítalo do Nascimento, 366 - Porto Grande - São Sebastião/SP – CEP: 11600-000
	Cláudio Gonçalves Tiago	Centro de Biologia Marinha - CEBIMAR/USP - São Sebastião	Rod. Dr. Manoel Hipólito do Rêgo, S/N - Praia do Cabelo Gordo, São Sebastião - SP, 11600-001
São Paulo	Walter Tesch – Diretor Executivo da Fundação Florestal	Fundação Florestal - Diretoria/ Gerência/Assessoria	Sede Fundação Florestal - Rua Professor Frederico Herman Junior, 345 – Cep: 05459-010 – São Paulo
	Carlos Zacchi Neto - Diretor FF LN e BS Leandro de Oliveira Caetano - Gerente Litoral Norte FF Lucila Pinsard Vianna - Assessoria		Rua do Horto, 931, São Paulo/SP, CEP: 02377-000
	Andrée Redder	Instituto Supereco	Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 550, 1º andar – São Paulo/SP

## Mailing Estado de SP.

Destinatário	Órgão / Entidade	Endereço
--------------	------------------	----------

Mauricio Brusadin	Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Sao Paulo Governo do Estado de Sao Paulo	Av. Professor Frederico Hermann Jr., nº 345 - Alto dos Pinheiros - Sao Paulo/SP. CEP: 05489-900
Geraldo do Amaral Filho	Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental Companhia Ambiental do Estado de Sao Paulo- CETESB	Av. Professor Frederico Hermann Jr., nº 345 - Alto dos Pinheiros - Sao Paulo/SP. CEP: 05459-900
Renato Cymbalista	Instituto Pólis	Rua Araujo, 124 - Centro - Sao Paulo/SP. CEP: 01220-020
Ana Cristina Pasini da Costa	Diretoria de Avaliacao de Impacto Ambiental Companhia Ambiental do Estado de Sao Paulo- CETESB	Av. Professor Frederico Hermann Jr., nº 345 - Alto dos Pinheiros - Sao Paulo/SP. CEP: 05459-900
Dra. Elisabete de Santis Braga da Graça Saraiva	Instituto Oceanografico da Universidade de Sao Paulo (IO-USP)	Praca do Oceanografico, 191 - Cidade Universitaria - Sao Paulo/SP CEP:05508-120
Dra. Sueli Angelo Furlan	Nucleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas em Areas Umidas Brasileiras da Universidade de Sao Paulo (NUPAUB/USP)	Rua do Anfiteatro, 181 - Colmeia - Favo 6 - Cidade Universitaria - Sao Paulo/SP CEP: 05508-060
	Instituto Planeta Azul – IPA	Rua Camberra, 233 - Vila Formosa São Paulo - SP - CEP: 03357-010.
	Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – IARBMA	Rua do Horto, 931 – Horto Florestal São Paulo/SP - CEP: 02377-000
	Conselho Nacional de Defesa Ambiental – CNDA	Rua Dr. Renato Paes de Barros, 512, cj 131 - Itaim Bibi São Paulo/SP - CEP: 04530-000
	Associação Brasileira de Organizações não Governamentais – ABONG	Rua General Jardim, 660 – Cj. 81 CEP: 01223-010
	Fundação SOS Mata Atlântica	Av. Paulista, 2073 – 24º andar - Bela Vista São Paulo/SP - CEP: 01311-300
	Greenpeace Brasil	Rua Fradique Coutinho, 352, - Pinheiros São Paulo/SP - CEP 05416-000
Carlos Alberto Hailer Bocuhi	Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental – PROAM	Av. Brigadeiro Faria Lima, 1811 - 1º andar – conj. 127/28 Jardim Paulista – São Paulo/SP - CEP: 01452-913
	Instituto de Energia e Meio Ambiente – IEMA	Rua Ferreira de Araújo, 202 – 10º andar Pinheiros – São Paulo/SP - CEP: 05428-000
	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP	Av. Paulista, 1313, São Paulo/SP CEP: 01311-923

	Associação de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo - Adema-SP	Rua Pedroso Alvarenga, 1245 5º Andar - Itaim Bibi - São Paulo/SP CEP: 04531-012
	Instituto Socioambiental – ISA	Av. Higienópolis, 901 CEP: 01238-001
	INSTITUTO DE PROJETOS E PESQUISAS	Rua Avelino Soares Rodrigues, nº90, sala 03. Vargem Grande Paulista - SP. CEP 06730-000.



## Mailing geral.

UF	Cidade	Destinatário	Órgão / Entidade	Endereço
ES	Vitória	Joao Carlos Alciati Thome	Centro Nacional de Pesquisa e Conservacao das Tartarugas Marinhas (TAMAR) Instituto Chico Mendes de Conservacao da Biodiversidade	Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 451 / 1601 - Ed. Petro Tower - Enseada do Sua - Vitória/ES CEP: 29.050-335
DF	Brasilia	Rodrigo Paranhos Faleiro	Diretoria de Promocao ao Desenvolvimento Sustentavel - Fundacao Nacional do Indio - FUNAI	SBS - Quadra 02 - Lote 14 - Ed. Cleto Meireles - Brasilia/DF CEP 70.070-120 / Endereco REENVIO: Edifício Parque Cidade Corporate, setor comercial sul, quadra 9, bloco B, lote C. CEP: 70307-902
		Dr. Nivio de Freitas Silva Filho	Coordenador da 4a Camara de Coordenacao e Revisao - Meio Ambiente e Patrimonio Cultural - Procuradoria-Geral da Republica - Ministerio Publico Federal	SAF Sul Quadra 4 Conjunto C - Brasilia/DF. CEP 70.050-900
		Dr. Luciano Mariz Maia	Coordenador da 6a Camara de Coordenacao e Revisao - Populacoes Indigenas e Comunidades - Tradicionais - Procuradoria-Geral da Republica - Ministerio Publico Federal	SAF Sul, Q. 04, Conjunto C, Bl. A, Cobertura C2 - Brasilia/DF. CEP 70.050-900
			Associação Nacional dos Municípios Produtores – ANAMUP	SAS – Setor de Autarquias Sul, Quadra 05 Lote 5ª – Bloco F – Térreo – Brasília/DF CEP: 70.070-910
		Carolina Conceição Nascimento	Departamento de Protecao ao Patrimonio Afro-Brasileiro - Fundacao Cultural Palmares	Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 02, Bloco C, nº 256 - Ed. Toufic - Brasilia/DF CEP 70.302-000
PB	Cabedelo	Priscilla Prudente do Amaral	Centro Nacional de Pesquisa e Conservacao de Aves Silvestres (CEMAVE) Instituto Chico Mendes de Conservacao da Biodiversidade	BR 230, KM 10 - Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo - Renascer - Cabedelo/PB CEP: 58.108-012
MA	São Luís	Louiziane Gabrielle Soeiro	Centro Nacional de Pesquisa e Conservacao da S6cio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) - Instituto Chico Mendes de Conservacao da Biodiversidade	Avenida Beira Mar, 111 - Centro - Sao Luis/MA CEP: 65.010-070

## ANEXO VI – MAILING DE ENVIO DO CONVITE DIGITAL

Cidade	Destinatário	Órgão / Entidade	E-mail
Ubatuba	Délcio José Sato	Prefeito Municipal	<a href="mailto:chefiadegabinete@ubatuba.sp.gov.br">chefiadegabinete@ubatuba.sp.gov.br</a> ; <a href="mailto:prefeito@ubatuba.sp.gov.br">prefeito@ubatuba.sp.gov.br</a>
	Claudio dos Santos - Secretário Municipal	Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Abastecimento de Ubatuba	<a href="mailto:pesca@ubatuba.sp.gov.br">pesca@ubatuba.sp.gov.br</a>
	Anthero Mendes Pereira Junior - Secretário Municipal	Prefeitura Municipal de Ubatuba Secretaria Municipal de Meio Ambiente	<a href="mailto:meioambiente@ubatuba.sp.gov.br">meioambiente@ubatuba.sp.gov.br</a>
	Hugo Gallo Neto	Instituto Argonauta	<a href="mailto:institutoargonauta@uol.com.br">institutoargonauta@uol.com.br</a>
	Fábio Luciano Pincinato Secretaria Executiva	Comite das Bacias Hidrograficas do Litoral Norte (CBH-LN)	<a href="mailto:cbhlnorte@gmail.com">cbhlnorte@gmail.com</a> <a href="mailto:fabio.crhi@gmail.com">fabio.crhi@gmail.com</a>
	Márcia Regina Denadai	Instituto Costa Brasilis – Desenvolvimento Socioambiental	<a href="mailto:instituto@costabrasilis.org.br">instituto@costabrasilis.org.br</a> <a href="mailto:olicami@hotmail.com">olicami@hotmail.com</a>
	José Henrique Becker Berenice Maria Gomes da Silva	Projeto TAMAR – Núcleo de Ubatuba	<a href="mailto:tamaruba@tamar.org.br">tamaruba@tamar.org.br</a> ; <a href="mailto:curupira@tamar.org.br">curupira@tamar.org.br</a> ; <a href="mailto:bere@tamar.org.br">bere@tamar.org.br</a>
	Marcus Henrique Carneiro	Instituto de Pesca	<a href="mailto:mhcarneiro@ig.com.br">mhcarneiro@ig.com.br</a> <a href="mailto:mcarneiro@pesca.sp.gov.br">mcarneiro@pesca.sp.gov.br</a>
	Alexandre Turra	Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo Base de Pesquisas	<a href="mailto:turra@usp.br">turra@usp.br</a>
	Beto Francine Patricia Ortiz Tami Albuquerque Ballabio	Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta – ACIA	<a href="mailto:falecom@cunhambebe.org.br">falecom@cunhambebe.org.br</a> ; <a href="mailto:ass_cunhambebe@yahoo.com.br">ass_cunhambebe@yahoo.com.br</a> ; <a href="mailto:patyortizmonteiro@terra.com.br">patyortizmonteiro@terra.com.br</a> ; <a href="mailto:patricia@epts.com.br">patricia@epts.com.br</a> ; <a href="mailto:tamioceano@gmail.com">tamioceano@gmail.com</a> ;
	Marcio José dos Santos Gestor APA Marinha Litoral Norte e ARIE São Sebastião	Fundação Florestal - Gestores UCs do LN	<a href="mailto:apamarinhaln@fflorestal.sp.gov.br">apamarinhaln@fflorestal.sp.gov.br</a> / <a href="mailto:apamarlitoralnorte@gmail.com">apamarlitoralnorte@gmail.com</a>
	Priscila Saviolo Moreira - Gestora Parque Estadual de Ilha de Anchieta	Fundação Florestal - Gestores UCs do LN	<a href="mailto:pe.ilhaanchieta@fflorestal.sp.gov.br">pe.ilhaanchieta@fflorestal.sp.gov.br</a>
	Claudia Camila Faria de Oliveira - Gestor Parque Estadual da Serra do Mar de Ubatuba - Nucleo Pinguaba	Fundação Florestal - Gestores UCs do LN	<a href="mailto:pesm.pinguaba@fflorestal.sp.gov.br">pesm.pinguaba@fflorestal.sp.gov.br</a>

	Prof. Dr. José Rui Camargo Patricia Ortiz	Universidade de Taubaté – Unitau / Campos Ubatuba	nead@unitau.br; patyortizmonteiro@terra.com.br; patricia@epts.com.br;
<b>Caragua tatuba</b>	José Pereira de Aguilar Junior	Prefeito Municipal	<a href="mailto:gabinete@caraguatatuba.sp.gov.br">gabinete@caraguatatuba.sp.gov.br</a>
	Dra. Maria Rezende Capucci Dra. Walquiria Imamura Picoli	Procuradoria da Republica em Caraguatatuba - Ministerio Publico Federal	maria@mpf.mp.br; prsp- prm_caraguatatuba@mpf.mp.br
	Pedro Henrique Wisniewski Koehler (Gestor) Leonardo Teixeira (Analista Ambiental)	Unidade Avançada II de Caraguatatuba – UA/CARAGUA/SP- IBAMA	pedro.koehler@ibama.gov.br;leoib ama@hotmail.com
	Carmelita Bognozzi	Instituto Ambiental Ponto Azul (IAPA)	<a href="mailto:iapontoazul@yahoo.com.br">iapontoazul@yahoo.com.br</a>
	Capitão PM Marco Aurélio Ribeiro da Silva	Polícia Militar Ambiental	marcoars@policiamilitar.sp.gov.br
	Miguel Nema Gestor Parque Estadual da Serra do Mar - Nucleo Caraguatatuba	Fundação Florestal	<a href="mailto:pesm.caragua@fflorestal.sp.gov.br">pesm.caragua@fflorestal.sp.gov.br</a>
	Paulo André Cunha Ribeiro _ Presidente	Associação Projeto Eco Adventur	<a href="mailto:arquitetopa@uol.com.br">arquitetopa@uol.com.br</a>
	Sérgio Pereira de Souza	Federação Pró Costa Atlântica	procostaatlantica.org.br
	Fernando Nelson do Rego	Instituto Educa Brasil	<a href="mailto:ieb@institutoeducabrasil.org.br">ieb@institutoeducabrasil.org.br</a> ; <a href="mailto:fernandodorego@gmail.com">fernandodorego@gmail.com</a> ;
	Profa. Dra. Sueli Cristina Marquesi - Reitora Profª. Ms. Maria Antônia de Lima Ribeiro Furgeri - Pró- reitora Acadêmica	Centro Universitário Módulo - Campus Centro	<a href="mailto:sueli.marquesi@cruzeirodosul.com.br">sueli.marquesi@cruzeirodosul.com.br</a> ; <a href="mailto:maria.furgeri@modulo.edu.br">maria.furgeri@modulo.edu.br</a> ;
	Adriene Norma Viviani Oliveira - Diretora Leonardo Prates - Assistente Técnico	ETEC de Caraguatatuba	<a href="mailto:e213dir@cps.sp.gov.br">e213dir@cps.sp.gov.br</a> ; <a href="mailto:leonardo.prates@etec.sp.gov.br">leonardo.prates@etec.sp.gov.br</a> ;
	Tania Cristina Soares - Diretora Elaine Barreto - Assessoria	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Caraguatatuba	tania-soares@ifsp.edu.br; elaine.barreto@ifsp.edu.br;
<b>Ilhabela</b>	Márcio Batista Tenório	Prefeito Municipal	<a href="mailto:prefeito@ilhabela.sp.gov.br">prefeito@ilhabela.sp.gov.br</a>
	Mauro Oliveira Pinto - Secretário Municipal	Prefeitura Municipal de Ilhabela Secretaria Municipal de Meio Ambiente	<a href="mailto:meioambiente@ilhabela.sp.gov.br">meioambiente@ilhabela.sp.gov.br</a>



São  
Sebastião

Georges Henry Grego Carlos Nunes - Diretor Gilda Nunes	Instituto Ilhabela Sustentável	secretaria@nossailhamaisbela.org.br georgesgrego@gmail.com carlos.nunes@iis.org.br; carlos.r.nunes@uol.com.br gilda.nunes@uol.com.br; gilda.nunes.ilhabela@gmail.com
Maria Inez Fazzini - Gestora Parque Estadual de Ilhabela	Fundação Florestal	<a href="mailto:peilhabela@fflorestal.sp.gov.br">peilhabela@fflorestal.sp.gov.br</a>
Edson M. Lobato André Motta Waetge	Instituto Conservação Costeira	lobatoambiental@gmail.com; amottaw@gmail.com
Felipe Augusto	Prefeito Municipal	segov@saosebastiao.sp.gov.br gabinete@saosebastiao.sp.gov.br;
Anacleto de Oliveira Neto - Secretário Municipal Auracy Mansano Filho - Secretário Adjunto	Secretaria de Habitação e Meio Ambiente de São Sebastião	semam@saosebastiao.sp.gov.br; aonarq@yahoo.com; a.mansano@uol.com.br
Promotor de Justiça de São Sebastião: Dr. Alfredo Luis Portes Neto Promotor de Justiça de Ilhabela: Dr. Tadeu Salgado Ivahy Badaró Junior	Ministerio Publico do Estado de Sao Paulo _ Grupo de Atuacao Especial de Defesa do Meio Ambiente - Nucleo Litoral Norte (GAEMA-LN)	alfredoportes@mpsp.mp.br; tadeubadaro@mpsp.mp.br
Fernando Nelson do Rego	Instituto Educa Brasil – IEB	<a href="mailto:ieb@institutoeducabrasil.org.br/">ieb@institutoeducabrasil.org.br/</a>
Sérgio Pereira de Souza	Federação Pró Costa Atlântica	<a href="http://procostaatlantica.org.br/">procostaatlantica.org.br/</a>
Edilson Esteves Kelen Ferreira Leite	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)/ ESEC Tupinambás	edilson.esteves.icmbio@gmail.com; kelen.ferreira@icmbio.gov.br
Capitão-de-Fragata Luis Antônio Anídio Moreira Aparecida Ferraz - Ass. Administrativa	Capitania dos Portos de São Sebastião	teixeira.alves@marinha.mil.br; cidinha.ferraz@marinha.mil.br
Eng.º Antonio Rivas Galindo Junior - Gerente	Agência Ambiental Litoral Norte _ CETESB	<a href="mailto:ssebastiao@cetesbnet.sp.gov.br">ssebastiao@cetesbnet.sp.gov.br</a> ; <a href="mailto:argjunior@sp.gov.br">argjunior@sp.gov.br</a>
Ricardo Romero Gestor Parque Estadual da Serra do Mar - Nucleo São Sebastião	Fundação Florestal	<a href="mailto:pesm.saosebastiao@fflorestal.sp.gov.br">pesm.saosebastiao@fflorestal.sp.gov.br</a>
Prof. Me. Daniel Roberto Jung - Diretor	Faculdade de Tecnologia de São Sebastião - Fatec	<a href="mailto:daniel.jung@fatec.sp.gov.br">daniel.jung@fatec.sp.gov.br</a>

	Cláudio Gonçalves Tiago	Centro de Biologia Marinha - CEBIMAR/USP - São Sebastião	<a href="mailto:clgtiago.usp.br@gmail.com">clgtiago.usp.br@gmail.com</a>
<b>São Paulo</b>	Walter Tesch – Diretor Executivo da Fundação Florestal	Fundação Florestal - Diretoria/ Gerência/Assessoria	<a href="mailto:fflorestal@fflorestal.sp.gov.br">fflorestal@fflorestal.sp.gov.br</a>
	Carlos Zacchi Neto - Diretor FF LN e BS Leandro de Oliveira Caetano - Gerente Litoral Norte FF Lucila Pinsard Vianna - Assessoria		<a href="mailto:carlospesm@gmail.com">carlospesm@gmail.com</a> ; <a href="mailto:legestoruc@gmail.com">legestoruc@gmail.com</a> ; <a href="mailto:leandroc@fflorestal.sp.gov.br">leandroc@fflorestal.sp.gov.br</a> ; <a href="mailto:lucilapinsard@gmail.com">lucilapinsard@gmail.com</a> ;
	Andrée Redder	Instituto Supereco	<a href="mailto:andree.ridder@gmail.com">andree.ridder@gmail.com</a>

## ANEXO VII – CONTATO COM LIDERANÇAS

	Comunidades	Liderança	Telefone	Status 8/03	Status 9/03	Status 10/03
ILHABELA	São Pedro	Roberto G. de Freitas	12 99108 2346	18:20 - não atende		
		Diego Baltazar de L. Jacinto	12 98151-0141	18:23 - não atende		
		Valdeci de Souza	12 99187-0946	18:25 - não atende		
		Willians Romano dos Santos (São Pedro)	12 98130-3953	18:25 - não atende		
	Praia Mansa/Praia Vermelha *	Elisângela de Souza (Praia Mansa)	12 99757-0937			
		Angélica de Souza (Praia Mansa)	12 99687-4079			
		Osmar Rodrigues de Macedo (Praia Mansa)	12 99687-4079	Em Amarelo ficou por conta da petrobrás		
		Almir Rafael de Souza (Praia Vermelha)	12 99149-7106			
	Canto da Lagoa	Lauriana Maria de Amarais Lúcio	12 99765-5667			
		Arlindo de Souza	12 3894-7010 - orelhão			
		Fernando de Souza Rangel	12 98238-0391			
		Cilene de Souza	12 3894-7010 - orelhão			
	Canto do Ribeirão	Celeste Natalia (Natalia)	(12) 99126-0977			
		Cristiane Cardoso Leal	(12) 99231-8241			
		Lilian de Oliveira Moraes	(12) 99132-5281			
		Janete Igima da Silva Moraes	(12) 99975-0836			
	Saco do Indaiá	Djalma	12 98107 2831	18:30 - não atende		
		Paulinho Molinare	12 98180 0990	18:30 - não atende		
		Alexandre	12 3896-3237	18:33 - não tem nenhum conhecimento contato incorreto ( numero de Sr Sérgio)		
Ubatuba	Cambury	Alcides Alves jorge	12 99735 2994			
		Maria Alice dos Santos	12 99637 4058			
		Isaias Soares				
		Jussara dos Santos Soares	12 99797 5195			
		André Luiz	---			
		Maria Aparecida	---			
		Maximiniano Firmino Soares	---			
	Picinguaba	Marilene dos Santos	12 99600 5843			
		Benedito Correa da Silva (Pú)	12 3836 9100			
		Denis B. dos Santos	12 99723 7420			
		Patricia dos Santos	12 99714 2625			
		Célia Regina de Paula	12 99763 1051			



		Igor de Souza	12 99659 2089			
		Josenir Santos	12 99703 7773			
Almada		Edson Leopoldo dos Santos	12 99793 9335			
		Ailton dos Santos	12 99747 0638			
		Lucas de Souza	12 99749 5412			
		Maria Aparecida Souza	12 99757 4178			
		Helen Diana	12 99656 3756			
		Jaime Florindo de Souza	12 99754 3517			
		Marcio Roberto dos Santos (Chico)	12 99733 8197			
		Euzita Ferreira de Oliveira *	12 995113222			
Praia Ubatumirim		Domingos Neto	12 975506704			
		Eduardo F.	12 997670609			
		Juarez B. Pimenta	12 997264918			
		Mário Ricardo de Oliveira	12 997951517			
		Ana Carolina S. Barbosa	12 997726863			
		Dario B. Santos	12 99787 7250			
Estaleiro		Altino Paulos dos Santos (Tino)	12 99730 5362			
		Paulo Henrique Leite	12 99751 8556			
		Juliana O. Salomon	12 99793 6834			
		Leonardo	12 99746 3695			
		Jerri Eduardo Moraes	12 99760 0219			
Barra dos Pescadores		Fabio Chagas	12 99666 2027			
		Rosildo de Paula	12 99655 3884			
		Nilson da Costa	12 99243 3582			
		Edmilson Batista	12 99704 1801			
		Dario Santos	12 99787 7250			
		Ademar dos Santos	12 97819 4290			
		Wagner de Oliveira	12 99737 0872			
Saco da Ribeira		José Roberto dos Santos (Betum)	12 99771 2279			
		Luis Henrique de Oliveira	12 97408 9010			
		Michel da Silva Fragoso	12 97407 8182			
		Fábio Antônio Oliveira	12 99196 3952			
		Rafael da Silva	12 99630 3138			
		Vicente Manoel dos Santos	---			
Caçandoca		Isabel de Sá	12 3849 8391			
		Neide Antunes de Sá	12 99747 9049			
		Jurandir Prado	---			

		Joviano Machado	12 99733 2232			
		Almir Conceição	12 99769 4955			
		Rafaela	---			
	Maranduba	Mário Gabriel do Prado	12 99725 0124			
		Wagner Marcolino	12 99742 6801			
		Matheus Quintino	12 99637 9172			17:00 - caixa postal
Caraguá	Tabatinga	Carlos de Oliveira	12 8788 610?			18:15 apenas caixa postal
		Aguinaldo Borba	12 99675 3502			18:01 número de telefone não existe
		Benedito de Oliveira (Badico)	12 99665 0791			18:03 apenas caixa postal
		Arivanildo Borba (Careca)	12 99768 7860			18:05 apenas caixa postal
		Vitoriano dos Santos (Totó)	12 99776 0432			18:07 apenas caixa postal
		Gilmar Antunes (verificar)	12 99751 5041			18:10 agendado a entrega de convites dia 13/03 às 13:00 / box dos pescador
	Cocanha	Guilherme Soares de Matos (pescador)	12 99622 7921			
		Guilherme da Faria Neto (maricultor)	12 99733 0110			
		Julio Cesar Alves (maricultor)	12 99711 9314			
		Fábio Matos (maricultor/pescador)	12 9638 1396			
		Felipe de Oliveira (maricultor/pescador)	12 9638 1396			
		Leandro Sodré (pescador)	12 99616 3758			
		José Luiz Alves (maricultor)	12 99767 2163			
		Claudio de Oliveira Soares (pescador)	12 99738 2234			
		Antônio Estevam (maricultor)	12 99784 4876	16:50 agendado entrega dos convites dia 9/03 às 12:00	não encontramos	
	Camaroeiro	Alexandre Carreiro (Alex)	12 99713 6965			
		Carlos Roberto	12 99794 5040 ou 12 3883 3396			
		Glaudson Macedo (Gresso) *	12 99791 6139	16:00 iremos reunir todos na associação dia 09/3 às 10:00 com auxílio do presidente GRESSO	Reunimos alguns membros/ lideres as 10:00 onde entregamos os convites, entre eles Alex, Nilo Rolin (cabeça), Rogério tapigliani, Luiz Antônio, Clodoaldo Antunes, Romário Antunes e Isaias Antunes.	
		Alessandro	12 99606 3574	entrega de convites às 10:00 na associação		
		Paulo Cesar	12 99783 5200			
		Douglas da Silva	12 98192 8610			
		Caetano Teixeira Leite	12 99741 0382	12:31 apenas caixa postal		
	Porto Novo					

		Túlio Amaral Leite	12 99703 5729	11:30 agendado entrega de convites dia 9/03 às 16:00	convites entregue na associação	
		Eraldo Pinto Barbosa	12 99624 8210	11:40 agendado entrega de convites dia 9/03 às 16:00	convites entregues na associação	
		Stefanio Nobrega (Tuta) *	12 97401 5224	15:00 alguns destes contatos desta lista não tem nenhum vínculo mais com a associação e estão prejudicando-a segundo o atual presidente "TUTA", entre estas foi citado o nome da Ladsla. - o Sr Tuta fara um auxílio para concentrar a maioria do membros para que tenhamos uma breve conversa e entrega de convites no dia 9/03	entrega dos convites para alguns membros da associação	
		Fernando Lima	12 99773 6316	12:00 apenas caixa postal		
		Ladislau Santos	12 98239 9982	12:50 agendado entrega de convites dia 9/03 às 16:00	entrega de convites para Ladsla no entreposto de pesca (fará um comunicado com alguns membros para incentivar a ida na audiencia publica	
São Sebastião	Enseada	Ariane de O. Carusso	12 99176 2895			10:00 apenas caixa postal
		Carlos de Souza (Carlinhos)	12 98117 5259			10:10 apenas caixa postal
		André B. Lopes	12 98204 2270			10:19 apenas caixa postal
		Jandira P. O. *	12 99794 7734			10:35 apenas caixa postal
		Léo	12 99768 4382			10:25 apenas caixa postal
		Ademir Carusso	12 98294 9405			10:30 relatou que o número de telefone não existe
	Pontal da Cruz	Joselito Moraes (Tito) *	3862-1147 / 99205-7103			13:06 agendado entrega de convites dia 12/03 às 10:30 / Rancho dos Pescadores
		Antonio Carlos de Souza	12 98282-7701			12:12 apenas caixa postal
		Marcos Antonio Nonato	12 99771-5088			12:08 agendado a entrega de convites dia 12/03 às 10:30 /Rancho dos Pescadores
	Boiçucanga	Rivelino Rodrigues dos Santos	12 99778 2941			16:04 agendado a entrega de convites dia 12/03 às 13:00 /praça da mentira
		Alexandre de Matos	12 3865 7434			16:10 número não existente
		Autamir de Matos	12 98242 1040			16:12 agendado a entrega de convites dia 12/03 às 11:00 /praça da mentira
		Nilton Santos Raimundo	12 9374 2181 / 11 94634 6838 (Oi / Whatsapp)			



		Paulo Henrique	12 99790 9397			
		Ademir de Matos	12 99704 4059			16:23 agendado entrega de convites dia 12/03 às 13:00 / praça da mentira
		Vitor Roberto Gimenez	12 3865 3701 / 99773 1650			16:26 apenas caixa postal
		Rafael Serafim Santos	12 99635 5839			
		Celso de Souza Filho (Xixico)	12 99767 6351		17:00 estava em viagem, retornaremos noutro horário	
	São Francisco	Thiago Fortunato	12 997955730			11:00 agendado para entrega de convites dia 13/03 às 9:30 / Colônia dos pescadores
		Waldemar Danifeu (Varda)	12 38620385			11:28 apenas caixa postal
		Jorge Marques de Oliveira	12 38622863			11:31 não se encontrava retornar as 13:00
		Nilton Gerônimo	12 981848787			11:20 número de telefone não existe
		Roberto Costa (Beto)	12 981818133			11:33 não terá certeza de seu comparecimento dia 12/03 às 9:30 / Colônia dos pescadores
		Janete M. Cerpa	12 38620482			11:36 apenas caixa postal
		Lucineia de Souza (Néia)	12 997883484			10:45 apenas caixa postal

	Comunidades	Liderança	Telefone	Status 12/03	Status 13/03	Status 14/03
ILHABELA	São Pedro	Roberto G. de Freitas	12 99108 2346			
		Diego Baltazar de L. Jacinto	12 98151-0141			
		Valdeci de Souza	12 99187-0946			
		Willians Romano dos Santos (São Pedro)	12 98130-3953			
	Praia Mansa/Praia Vermelha *	Elisangela de Souza (Praia Mansa)	12 99757-0937			
		Angélica de Souza (Praia Mansa)	12 99687-4079			
		Osmar Rodrigues de Macedo (Praia Mansa)	12 99687-4079			
		Almir Rafael de Souza (Praia Vermelha)	12 99149-7106			
	Canto da Lagoa	Lauriana Maria de Amarais Lúcio	12 99765-5667			
		Arlindo de Souza	12 3894-7010 - orelhão			
		Fernando de Souza Rangel	12 98238-0391			
		Cilene de Souza	12 3894-7010 - orelhão			
	Canto do Ribeirão	Celeste Natalia (Natalia)	(12) 99126-0977			
		Cristiane Cardoso Leal	(12) 99231-8241			
		Lilian de Oliveira Moraes	(12) 99132-5281			
		Janete Igima da Silva Moraes	(12) 99975-0836			
	Saco do Indaiá	Djalma	12 98107 2831	18:40 - não atende		

		Paulinho Molinare	12 98180 0990	19:28 - não atende		
		Alexandre	12 3896-3237			
Ubatuba	Cambury	Alcides Alves jorge	12 99735 2994		17:20 caixa postal	
		Maria Alice dos Santos	12 99637 4058		17:22 agendado a entrega de convites dia 14/03	às 9:30 convites entregue
		Isaias Soares				
		Jussara dos Santos Soares	12 99797 5195		17:24 apenas caixa postal	
		André Luiz	---		17:26 apenas caixa postal	
		Maria Aparecida	---			
		Maximiniano Firmino Soares	---			
	Picinguaba	Marilene dos Santos	12 99600 5843		17:35 agendado a entrega de convites	não compareceu ao local
		Benedito Correa da Silva (Pú)	12 3836 9100			
		Denis B. dos Santos	12 99723 7420			
		Patricia dos Santos	12 99714 2625		17:45 apenas caixa postal	
		Célia Regina de Paula	12 99763 1051		17:46 apenas caixa postal	
		Igor de Souza	12 99659 2089		17:48 apenas caixa postal	
		Josenir Santos	12 99703 7773			
	Almada	Edson Leopoldo dos Santos	12 99793 9335			
		Ailton dos Santos	12 99747 0638			
		Lucas de Souza	12 99749 5412			
		Maria Aparecida Souza	12 99757 4178		18:30 agendado a entrega de convites dia 14/03 às 11:30	às 11:30 entregue os convites
		Helen Diana	12 99656 3756		18:30 solicitou que retornamos no dia 14/03 pois trabalhava no	às 11:30 entregue os convites
		Jaime Florindo de Souza	12 99754 3517		18:35 apenas caixa postal	
		Marcio Roberto dos Santos (Chico)	12 99733 8197		18:38 apenas caixa postal	
	Praia Ubatumirim	Euzita Ferreira de Oliveira *	12 995113222		18:12 número de telefone não existe	
		Domingos Neto	12 975506704		18:22 número não existe	
		Eduardo F.	12 997670609		18:25 agendado a entrega de convites dia 14/03 às 11:00	às 11:00 entregue os convites
		Juarez B. Pimenta	12 997264918		18:29 apenas caixa postal	
		Mário Ricardo de Oliveira	12 997951517			
		Ana Carolina S. Barbosa	12 997726863			
	Estaleiro	Dario B. Santos	12 99787 7250			
		Altino Paulos dos Santos (Tino)	12 99730 5362			
		Paulo Henrique Leite	12 99751 8556			
		Juliana O. Salomon	12 99793 6834		17:53 agendado a entrega de convites	às 10:30 entregue os convites

					dia 14/03 às 10:30	
		Leonardo	12 99746 3695		18:07 agendado a entrega de convites dia 14/03 às 10:30	
	Barra dos Pescadores	Jerri Eduardo Morais	12 99760 0219		18:50 número de telefone não existe	
		Fabio Chagas	12 99666 2027		18:51 número de telefone não existe	
		Rosildo de Paula	12 99655 3884		18:53 número incorreto	
		Nilson da Costa	12 99243 3582		18:55 número não existe	
		Edmilson Batista	12 99704 1801		18:57 agendado a entrega de convites dia 14/3	às 12:30 agendado a entrega de convites
		Dario Santos	12 99787 7250		18:58 habita no estaleiro	às 10:30 entregue os convites
		Ademar dos Santos	12 97819 4290		19:00 número de telefone não existe	
	Saco da Ribeira	Wagner de Oliveira	12 99737 0872		19:03 agendado a entrega de convites dia 14/03 às 13:00	às 13:00 entregue os convites
		José Roberto dos Santos (Betum)	12 99771 2279		19:05 apenas caixa postal	
		Luis Henrique de Oliveira	12 97408 9010		19:07 agendado a entrega de convites dia 14/03 às 13:00 levará cinco pessoas	
		Michel da Silva Fragoso	12 97407 8182		19:00 apenas caixa postal	
		Fábio Antônio Oliveira	12 99196 3952			
		Rafael da Silva	12 99630 3138			
	Caçandoca	Vicente Manoel dos Santos	---			
		Isabel de Sá	12 3849 8391		18:40 não está disponível	
		Neide Antunes de Sá	12 99747 9049		18:43 apenas caixa postal	
		Jurandir Prado	---			
		Joviano Machado	12 99733 2232			
		Almir Conceição	12 99769 4955		18:43 agendado a entrega de convites dia 14/03 às 12:00	às 15:00 entregue os convites
		Rafaela	---			
	Maranduba	Mário Gabriel do Prado	12 99725 0124			13:51 agendado as 15:00 na escola municipal com outros Lideres
		Wagner Marcolino	12 99742 6801			14:00 agendado as 15:00 na escola municipal com outros Lideres
		Matheus Quintino	12 99637 9172			14:27 - caixa postal     14:59 estava retornando do mar, foi feito o convite via telefone
Caraguá	Tabatinga	Carlos de Oliveira	12 8788 610?			
		Aguinaldo Borba	12 99675 3502			
		Benedito de Oliveira (Badico)	12 99665 0791		13/03 não aceitou a entrega do convite	
		Arivanildo Borba (Careca)	12 99768 7860			



São Sebastião		Vitoriano dos Santos (Totó)	12 99776 0432		13/03 entregue convites/ cartaz esposa do totó	
		Gilmar Antunes (verificar)	12 99751 5041			
	Cocanha	Guilherme Soares de Matos (pescador)	12 99622 7921			
		Guilherme da Faria Neto (maricultor)	12 99733 0110			
		Julio Cesar Alves (maricultor)	12 99711 9314			
		Fábio Matos (maricultor/pescador)	12 9638 1396			
		Felipe de Oliveira (maricultor/pescador)	12 9638 1396			
		Leandro Sodré (pescador)	12 99616 3758			
		José Luiz Alves (maricultor)	12 99767 2163		13/03 - entrega de convites as 17:00 na sede da associação	
		Claudio de Oliveira Soares (pescador)	12 99738 2234			
		Antônio Estevam (maricultor)	12 99784 4876			
	Camaroeiro	Alexandre Carreiro (Alex)	12 99713 6965			
		Carlos Roberto	12 99794 5040 ou 12 3883 3396			
		Glaudson Macedo (Gresso) *	12 99791 6139			
		Alessandro	12 99606 3574			
		Paulo Cesar	12 99783 5200			
		Douglas da Silva	12 98192 8610			
	Porto Novo	Caetano Teixeira Leite	12 99741 0382			
		Túlio Amaral Leite	12 99703 5729			
		Eraldo Pinto Barbosa	12 99624 8210			
		Stefanio Nobrega (Tuta) *	12 97401 5224			
		Fernando Lima	12 99773 6316			
		Ladislau Santos	12 98239 9982			
	Enseada	Ariane de O. Carusso	12 99176 2895			
		Carlos de Souza (Carlinhos)	12 98117 5259			
		André B. Lopes	12 98204 2270			
		Jandira P. O. *	12 99794 7734			
		Léo	12 99768 4382			
		Ademir Carusso	12 98294 9405			
	Pontal da Cruz	Joselito Moraes (Tito) *	3862-1147 / 99205-7103			
		Antonio Carlos de Souza	12 98282-7701			
		Marcos Antonio Nonato	12 99771-5088			
	Boiçucanga	Rivelino Rodrigues dos Santos	12 99778 2941			
		Alexandre de Matos	12 3865 7434	convites entregue		

		Autamir de Matos	12 98242 1040	Não foi no local/ hora agendada, tentamos contatos via telefone, porém não atende.		
		Nilton Raimundo Santos	12 9374 2181 / 11 94634 6838 (Oi / Whatsapp)			
		Paulo Henrique	12 99790 9397			
		Ademir de Matos	12 99704 4059	13:00 não estava no local por motivos familiares, deixaremos convites na peixaria do xixico entre outros membros		
		Vitor Roberto Gimenez	12 3865 3701 / 99773 1650			
		Rafael Serafim Santos	12 99635 5839			
		Celso de Souza Filho (Xixico)	12 99767 6351	13:25 convite feito via telefone pois não estava no litoral, deixamos alguns convites impresso na peixaria do mesmo.		
	São Francisco	Thiago Fortunato	12 997955730	convites entregues		
		Waldemar Danifeu (Varda)	12 38620385			
		Jorge Marques de Oliveira	12 38622863	13:02 não atende		
		Nilton Gerônimo	12 981848787			
		Roberto Costa (Beto)	12 981818133	convites entregues		
		Janete M. Cerpa	12 38620482			
		Lucineia de Souza (Néia)	12 997883484			

**Quadro 1 – Instituições governamentais (esfera federal)**

Grupo de Interesse	Responsável/Representante pela instituição	Telefone	e-mail	Status em 19/03
Ministério Público Federal Caraguatatuba	Procuradora Federal - Maria Rezende Capucci	(12) 3886.6200	<a href="mailto:maria@mpf.mp.br">maria@mpf.mp.br</a>	8:52 - Ninguém atende (Derruba a ligação)
	Procuradora Federal -Walquiria Imamura Picoli		<a href="mailto:prsp-prm_caraguatatuba@mpf.mp.br">prsp-prm_caraguatatuba@mpf.mp.br</a>	
	Bruno Gios - Assessor		<a href="mailto:brunogios@mpf.mp.br">brunogios@mpf.mp.br</a>	
	Rodrigo Gomes Gobbo - Assessor		<a href="mailto:gomesgobbo@mpf.mp.br">gomesgobbo@mpf.mp.br</a>	
Capitania dos Portos de São Sebastião	Capitão-de-Fragata Luis Antônio Anídio Moreira	(12) 3892-1550	<a href="mailto:teixeira.alves@marinha.mil.br">teixeira.alves@marinha.mil.br</a>	8:53 - em reunião porém confirmado através do Sr Oliveira o recebimento de convite através do Cartaz e comunicado interno da Marinha)
	Aparecida Ferraz - Assessoria Administrativa		<a href="mailto:cidinha.ferraz@marinha.mil.br">cidinha.ferraz@marinha.mil.br</a>	8:55 - em reunião porém confirmado através do Sr Oliveira o recebimento de convite através do Cartaz e comunicado interno da Marinha)
Unidade Avançada II de Caraguatatuba – UA/CARAGUA/ SP- IBAMA	Chefe Pedro Henrique Wisniewski Koehler	(12) 3883-7520/ 3883 9362	<a href="mailto:pedro.koehler@ibama.gov.br">pedro.koehler@ibama.gov.br</a>	9:02 - Secretária Priscila informou que não havia chego, retornar por volta das 10:30
	Analista Ambiental Leonardo Teixeira		<a href="mailto:leoibama@hotmail.com">leoibama@hotmail.com</a>	

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)/ ESEC Tupinambás	Edilson Esteves	(12) 3892- 4427	edilson.esteves.icmbio@gmail.com	09:00 transferido para Unidade de Foz do Iguaçu
	Kelen Luciana Leite (cheffe imediato)		<a href="mailto:kelen.leite@icmbio.gov.br">kelen.leite@icmbio.gov.br</a>	
	Marília Nobre		<a href="mailto:marilia.nobre@icmbio.gov.br">marilia.nobre@icmbio.gov.br</a>	9:05 - não faz parte da unidade
	Gerhard Kentkes (cheffe substituto)		Gerhard.Kentkes@icmbio.gov.br	
	<b>Email com acesso de todos da Unidade</b>		<a href="mailto:ngi.alcatrazes@icmbio.gov.br">ngi.alcatrazes@icmbio.gov.br</a>	Sr Jaqueline, nos informou um email em que todos da unidade tem acesso, porém já estão ciente da audiência Pública
	Marli Penteado		marli.penteado@icmbio.gov.br	aposentou - se



Quadro 2 – Instituições governamentais (esfera estadual SP)

Grupo de Interesse	Responsável/Representante pela instituição	Telefone	e-mail/Endereço Eletrônico	Status em 19/03
Ministério Público do Estado de São Paulo (Litoral Norte)	Promotor de Justiça de São Sebastião: Alfredo Luis Portes Neto	(12) 3892-1616 / 3892-1810	alfredoportes@mpsp.mp.br	9:11 - encontra - se de férias
	Promotor de Justiça de Ilhabela: Tadeu Salgado Ivahy Badaró Junior		tadeubadaro@mpsp.mp.br	9:11 - secretária irá confirmar e nos retornar assim que localiza-lo.
Fundação Florestal - Diretoria/ Gerência/Assessoria	Walter Tesch – Diretor Executivo da Fundação Florestal	(11) 29975011 / (11) 29975012	fflorestal@fflorestal.sp.gov.br/ waltertesch@sp.gov.br	9:15 - Dr Beth - não receberam, porém atualizamos o email para o reenvio - convite já feito via Telefone
	Carlos Zacchi Neto - Diretor FF LN e BS	(11) 29975089 / (12) 996321687	<a href="mailto:carlospesm@gmail.com">carlospesm@gmail.com</a>	09:20
	Leandro de Oliveira Caetano - Gerente Litoral Norte FF	(12) 38823166 / (11) 29975018 / (11) 942635714 (Inst)	legestoruc@gmail.com; leandroc@fflorestal.sp.gov.br	
	Eliana - secretaria litoral norte	(11) 29975011	<a href="mailto:elianafs@sflorestal.sp.gov.br">elianafs@sflorestal.sp.gov.br</a>	9:26 - reenviar o convite por email para repassar para geral
	Lucila Pinsard Vianna - Assessoria	12 99141 2393	<a href="mailto:lucilapinsard@gmail.com">lucilapinsard@gmail.com</a>	9:27 - recebeu por diversos meios de comunicação
Fundação Florestal - Gestores UCs do LN	Miguel Nema Gestor Parque Estadual da Serra do Mar - Nucleo Caraguatatuba	(12) 38825999 / 38823166	<a href="mailto:pesm.caragua@fflorestal.sp.gov.br">pesm.caragua@fflorestal.sp.gov.br</a>	9:29 - Atende/ derruba a ligação
	Ricardo Romero Gestor Parque Estadual da Serra do Mar - Nucleo São Sebastião	(12) 38631707	<a href="mailto:pesm.saosebastiao@fflorestal.sp.gov.br">pesm.saosebastiao@fflorestal.sp.gov.br</a>	9:31 - ocupado
	Maria Inez Fazzini - Gestora Parque Estadual de Ilhabela	(12) 38962585 / 38961646	<a href="mailto:peilhabela@fflorestal.sp.gov.br">peilhabela@fflorestal.sp.gov.br</a>	9:33 - em reunião - ficou de retornar
	Carlos Paiva	(12) 3842 - 2811	-	9:40 - Segundo Secretária Letícia, o Próprio está em Reunião com a Petrobrás em SP, porém já estão todos cientes - pois foi fixado cartazes e faixas na região.
	Claudia Camila Faria de Oliveira - Gestor Parque Estadual da Serra do Mar de Ubatuba - Nucleo Picinguaba	(12) 38329011 / 38321397	<a href="mailto:pesm.picinguaba@fflorestal.sp.gov.br">pesm.picinguaba@fflorestal.sp.gov.br</a>	9:35 - está de férias - porém feito o convite via telefone para repassar a equipe (forneceu telefone do Sr Carlos Paiva 3842-2811 (substituto de priscila neste caso)
	Priscila Saviolo Moreira - Gestora Parque Estadual de Ilha de Anchieta	(12) 38421231	<a href="mailto:pe.ilhaanchieta@fflorestal.sp.gov.br">pe.ilhaanchieta@fflorestal.sp.gov.br</a>	9:56 -Letícia secretária nos informou que a própria está de Férias / Leandro Caetano no lugar cobrindo férias (3882-3166)
	Marcio - Gestor APA LN	(12)3832 - 4725	-	10:03 - Sueli secretária (já estava ciente - porém fizemos a confirmação do convite (Sr Marcio encontra se em reunião com a Petrobrás em SP no momento)
	Evandro Figueiredo Sebastiani Gestor APA Marinha Litoral Norte e ARIE São Sebastião	(12) 38324725 / 38336554 / 38331241/	apamarinhaln@fflorestal.sp.gov.br / apamarlitoralnorte@gmail.com	não trabalha mais na fundação, agora é com o Sr Marcio; onde já fizemos o contato com a secretária para

		3832-1397		confirmação.
Agência Ambiental Litoral Norte – CETESB	Eng.º Antonio Rivas Galindo Junior - Gerente	(12) 3862 2300	<a href="mailto:ssebastiao@cetesbnet.sp.gov.br">ssebastiao@cetesbnet.sp.gov.br</a> <a href="mailto:r_argjunior@sp.gov.br">r_argjunior@sp.gov.br</a>	
Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte	Délcio José Sato - Presidente	(12) 3833- 9702 (CBH LN) / (12) 3834-1010 (PMU - Gab)	<a href="mailto:prefeito@ubatuba.sp.gov.br">prefeito@ubatuba.sp.gov.br</a> <a href="mailto:gabinete@ubatuba.sp.gov.br">gabinete@ubatuba.sp.gov.br</a>	
	Paulo André Cunha Ribeiro - Vice Presidente	(12) 99766- 4907	<a href="mailto:arquitetopa@uol.com.br">arquitetopa@uol.com.br</a>	
	Márcio José dos Santos	(12) 3833- 9702	cbhlnorte@gmail.com	
	Fábio Luciano Pincinato	(12) 3833- 9702	fabio.crhi@gmail.com	
	Sylvio do Prado Bohn Júnior - Secretário Executivo	(12) 3833- 9702 (CBH LN)	<a href="mailto:spbjunior@sp.gov.br">spbjunior@sp.gov.br</a> <a href="mailto:cbhlnorte@gmail.com">cbhlnorte@gmail.com</a>	
Polícia Militar Ambiental	Capitão PM Marco Aurélio Ribeiro da Silva	(12) 3882- 3688 (12) 3882- 2499	marcoars@policiamilitar.sp.gov. br	
	Sargento Herivelto Medeiros dos Santos	(12) 3832- 6088 (12) 3832- 2876	heriveltomedeiros@policiamilitar .sp.gov.br	
	1º Tenente PM Jonas Stanich Conde	(12) 3882- 2499	conde.jonas@hotmail.com	

**ANEXO VIII - RELATÓRIO COMPLETO DA MOBILIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COSTA VERDE (PEA CV)**

As comunidades tradicionais participantes do PEA CV, região do Litoral Norte de São Paulo (LN de SP), dos municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela, foram mobilizadas para a Audiência Pública (AP) de Caraguatatuba, SP.

A mobilização foi dividida entre as comunidades da parte continental da região e as comunidades cujo acesso se dá somente pelo mar.

Em cada comunidade visitada foram entregues às lideranças: *Informativo do Etapa 3*, *Cartaz* e *Convite* da AP. Tais lideranças foram previamente contatadas por telefone para agendamento de tal ação.

Seguem abaixo as informações referentes à mobilização realizada no período de 28/fevereiro até 15/março/2018.

**COMUNIDADES PARTE CONTINENTAL**

A mobilização nas comunidades com acesso por terra foi realizada por uma equipe contratada composta por 10 pessoas. Todos os mobilizadores participaram de um treinamento ministrado pela Petrobras no dia 01/03/2018, no qual foram orientados a contatar as lideranças previamente, receberam instruções de conduta na abordagem das comunidades, foram informados sobre questões de segurança às quais deveriam ficar atentos e receberam o material necessário para o desenvolvimento da sua atividade. O trabalho foi iniciado logo no dia seguinte ao treinamento, e continua em andamento.

Segue abaixo tabela que apresenta todas as comunidades da parte continental da região que foram mobilizadas via agência para a Audiência Pública do Etapa 3 de Caraguatatuba.

Comunidades PEA-CV LN de SP	
ACESSO POR TERRA	
Município	Comunidade
Ubatuba	Saco da Ribeira



		Caçandoca
		Maranduba
		Barra dos Pescadores
		Almada
		Estaleiro
		Ubatumirim
		Picinguaba
		Cambury
Caraguatatuba		Tabatinga
		Camaroeiro
		Cocanha
		Porto Novo
São Sebastião		Enseada
		Bolçucanga
		São Francisco
		Pontal da Cruz
Ilhabela		São Pedro
		Saco do Indaiá

Apresentamos a seguir os registros da mobilização por terra.

## CARAGUATATUBA – COMERCIANTES.



## CARAGUATATUBA – LIDERANÇAS CAMAROEIRO.



CARAGUATATUBA – LIDERANÇAS PORTO NOVO.



UBATUBA – ALMADA.





UBATUBA – ESTALEIRO.



BARRA DOS PESCADORES COLÔNIA Z-10.



UBATUBA – CAMBURI E PICINGUABA.



UBATUBA – CAÇANDOCA.



UBATUBA – SACO DA RIBEIRA.



UBATUBA MIRIM – QUIOSQUE DA ZITA.





SÃO SEBASTIÃO – MEMBROS DE DIVERSAS COMUNIDADES – REUNIÃO DO PEA.



SÃO SEBASTIÃO – BOIÇUCANGA.





SÃO SEBASTIÃO – COLÔNIA DOS PESCADORES – SÃO FRANCISCO.



SÃO SEBASTIÃO – RANCHO DOS PESCADORES – PONTAL DA CRUZ.



### **COMUNIDADES COM ACESSO SOMENTE PELO MAR**

A mobilização foi realizada entre os dias 28/02 e 15/03/2018, visitando-se cada comunidade ou na oportunidade da “Ação Formativa” do PEA-CV, onde se reuniram mais de uma comunidade.

Destacamos que houve comunidades cujo acesso é por terra que foram mobilizadas também pela equipe da Petrobras por meio dos comunitários presentes nas Ações Formativas.

Segue abaixo tabela que apresenta todas as comunidades que foram mobilizadas para a Audiência Pública do Etapa 3 de Caraguatatuba.

**MOBILIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA CARAGUATATUBA E 2º AÇÃO FORMATIVA LITORAL  
NORTE DE SP - PEA CV**

Data	Horário/Local	Local	Comunidade*	Município	Observações
28/Fev	18h às 22h	Sobradão do Porto - Fundart. Praça Anchieta, 38	Saco da Ribeira	Ubatuba	ação formativa conjunta sobre licenciamento - comunidades centro-sul de Ubatuba
			Caçandoca		
			Maranduba		
			Barra dos Pescadores		
			Praia Grande do Bonete		
7/Mar	09h às 13h	Centro de Visitantes - Núcleo Picinguaba, Praia da Fazenda	Almada	Ubatuba	ação formativa conjunta sobre licenciamento - comunidades norte de Ubatuba
			Estaleiro		
			Ubatumirim		
			Picinguaba		
			Cambury		
8/Mar	16h às 20h	Escola do Bonete	Bonete	Ilhabela	ação formativa conjunta sobre licenciamento - Bonete e São Pedro
			São Pedro		
8/Mar	14h às 18h	Biblioteca de Caraguatatuba. Rua Santa Cruz, 396, centro	Tabatinga	Caraguatatuba	ação formativa conjunta sobre licenciamento - comunidades Caraguatatuba
			Camaroeiro		
			Cocanha		
			Porto Novo		
9/Mar	18h às 22h	CATI de São Sebastião. Rua Martins do Val, 99	Enseada	São Sebastião	ação formativa conjunta sobre licenciamento - comunidades
			Boiçucanga		
			São Francisco		

			Pontal da Cruz		São Sebastião
10/Mar	13h às 17h	Escola de Porto do Meio	Guanxumas de Búzios	Ilhabela	ação formativa conjunta sobre licenciamento - Ilha de Búzios
			Porto do Meio		
11/Mar	09h30 às 17h	Rancho Comunitário Canto da Lagoa	Canto da Lagoa	Ilhabela	09h30 às 13h – mobilização presencial em cada comunidade (exceto Fome e Canto do Ribeirão)  13h às 17h - Ação formativa conjunta sobre licenciamento - Baía de Castelhanos
			Canto do Ribeirão		
			Praia da Figueira		
			Praia Vermelha e Praia Mansa		
			Saco do Sombrio		
			Serraria		
			Praia da Fome		
			Praia de Guanxumas		
14/Mar	10h às 14h	Escola da Vitória	Ilha da Vitória	Ilhabela	
16/Mar	16h40 às 17h40		Grande do Bonete	Ubatuba	Mobilização presencial

*\*Em azul são as comunidades cujo acesso é por mar, em marrom são as comunidades cujo acesso é por terra e em amarelo são as comunidades que podem ser acessadas tanto por trilha quanto por mar. No caso das comunidades da baía de Castelhanos, atualmente o acesso só pode se dar pelo mar devido à manutenção da estrada.*

Além disso todas as comunidades do PEA-CV da região do LN de SP receberam o RIMA e o convite eletrônico da Audiência Pública de Caraguatatuba, por meio dos grupos de *Whatsapp* do projeto. Atualmente são 32 comunidades da região do litoral norte paulista, ou seja, são 32 grupos de whatsapp.



Segue abaixo listagem geral das comunidades desta região:

Comunidades PEA-CV LN de SP	
Município	Comunidade
Ubatuba	Saco da Ribeira
	Caçandoca
	Maranduba
	Barra dos Pescadores
	Praia Grande do Bonete
	Almada
	Estaleiro
	Ubatumirim
	Picinguaba
	Cambury
Caraguatatuba	Tabatinga
	Camaroeiro
	Cocanha
	Porto Novo
São Sebastião	Enseada
	Boiçucanga
	São Francisco
	Pontal da Cruz
Ilhabela	Guanxumas de Búzios
	Porto do Meio
	Canto da Lagoa
	Canto do Ribeirão
	Praia da Figueira

	Praia Vermelha e Praia Mansa
	Saco do Sombrio
	Serraria
	Praia da Fome
	Praia de Guanxumas
	Ilha da Vitória
	Bonete
	São Pedro
	Saco do Indaiá

*\*Em azul são as comunidades cujo acesso é por mar, em marrom são as comunidades cujo acesso é por terra e em amarelo são as comunidades que podem ser acessadas tanto por trilha quanto por mar. No caso das comunidades da baía de Castelhanos, atualmente o acesso só pode se dar pelo mar devido à manutenção da estrada.*

Vale ressaltar que no site do PEA CV, [WWW.MINERAL.ENG.BR/PEA/](http://WWW.MINERAL.ENG.BR/PEA/) , também foi divulgado convite e mais informações referentes à Audiência.

Segue abaixo o registro de mobilização feito nas comunidades cujo acesso é somente pelo mar.

## COMUNIDADES COM ACESSO SOMENTE PELO MAR

### 1. UBATUBA

Em Ubatuba, a comunidade da praia **Grande do Bonete** foi mobilizada durante a Ação Formativa sobre Licenciamento Ambiental do PEA ocorrida no dia **28/02/18, das 18h às 22h**, no Sobradão do Porto - Fundart. Praça Anchieta, 38, conforme Figura 1.

Na ocasião, estavam presentes comunitários das comunidades do **Barra dos Pescadores, Saco da Ribeira, Grande do Bonete e Caçandoca**, além de representantes da prefeitura, do ITESP, da Colônia de Pescadores Z-10 e do Tamar (Figura 1). Estava prevista também a participação da comunidade da Maranduba, porém, os quatro comunitários da Maranduba que se interessaram em participar da AF não puderam estar presentes por motivos pessoais.

A representante da Petrobras aproveitou a oportunidade para informar sobre o processo de licenciamento da Etapa 3, explicar sobre a importância da participação da sociedade civil na audiência pública, convidar para o evento, informar sobre o transporte gratuito, sobre o contato do 0800 e pedir apoio para as lideranças divulgarem a AP para suas comunidades, entregando uma cópia do cartaz e convites as lideranças.



**LISTA DE PRESENÇA E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Autorizo o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens/vídeos e documentos, para ser utilizada na divulgação das atividades realizadas pelo PEA, desenvolvido pela empresa Mineral Engenharia e Meio Ambiente. Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

**2ª AÇÃO FORMATIVA – LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO ETAPA 3 DO PRÉ-SAL**  
Comunidades: Barra dos Pescadores, Saco da Ribeira, Bonete, Maranduba e Caçandoca  
Local: Sobradão do Porto – FUNDART  
Data: 28/02/2018  
Horário: 18h00

	NOME	COMUNIDADE/ INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ASSINATURA
1	José Henrique Beken	Conselho Mun. Deq. Para	(12) 993265188	
2	Fábio A.T. Oliveira	Conselho Com. / A.P.R.	991963952	
3	Domaildo C. Braga	Caçandoca	38334582	
4	Leonardo Bordini de Sá	Colônia de Caçandoca	38495712	
5	Antônio Antunes	Caçandoca	997820977	
6	Antônio F. de Sá	Caçandoca	6836892-82F8	
7	Cláudio de Sá	Caçandoca	12/9944F9045	
8	Márcia Regina Romaluz	SMAPA	93229-2401	
9	Adriano S. de Sá	Praia Grande Bonete	(11) 99899011 (w)	
10	Flávia de Sá	Saco da Ribeira A.P.R.	12-994089010	
11	João Batista de Sá	Bonete	12/38491653	
12	Ana Rosa de Sá	Bonete	12/38481653	
13	Colônia de Pesca	3-10 Pescador	12/38332382	
14	Rosângela Amaral de Sá	2-10 Pescador	(12) 996468176	
15	Ezequiel de Sá	CAÇANDOCA	(12) 991664887	
16	Nilmar de Sá	Mineral / Barra dos Pescadores	(12) 997938345	
17	Jonas Eduardo Moraes	Colônia 2-10	997039372	
18	Maria F. de C. Moraes	Colônia de Pesca	992275050	
19	CLEIDE AZEVEDO	ITESP	12-981255455	
20				

Figura 1: Lista de presença da AF sobre licenciamento realizada com as comunidades do centro-sul de Ubatuba, no dia 28/02/2018, das 18 às 22h.

No dia 18/03/2018 foi feita também mobilização presencial na comunidade **Praia Grande do Bonete**, sendo mobilizados alguns comunitários (Leda, Márcia, Ana Rosa, Dona Lourdes e três pescadores que estavam próximos ao rancho de pesca). Foram afixados 4 cartazes (Figura 2) e foram entregues 20 convites e 20 boletins informativos à presidente da Associação de Moradores, Ana Rosa, que se comprometeu a entregar aos moradores, conforme protocolo de entrega (Figura 3).

Os cartazes foram afixados nos locais de maior circulação da comunidade, conforme indicação de Ana Rosa:

- ✓ Escola;
- ✓ Chichicos Bar (estabelecimento comercial de D. Lourdes);
- ✓ Cerveja Capita (estabelecimento comercial de Cláudia);
- ✓ Rancho dos pescadores, localizado na praia.

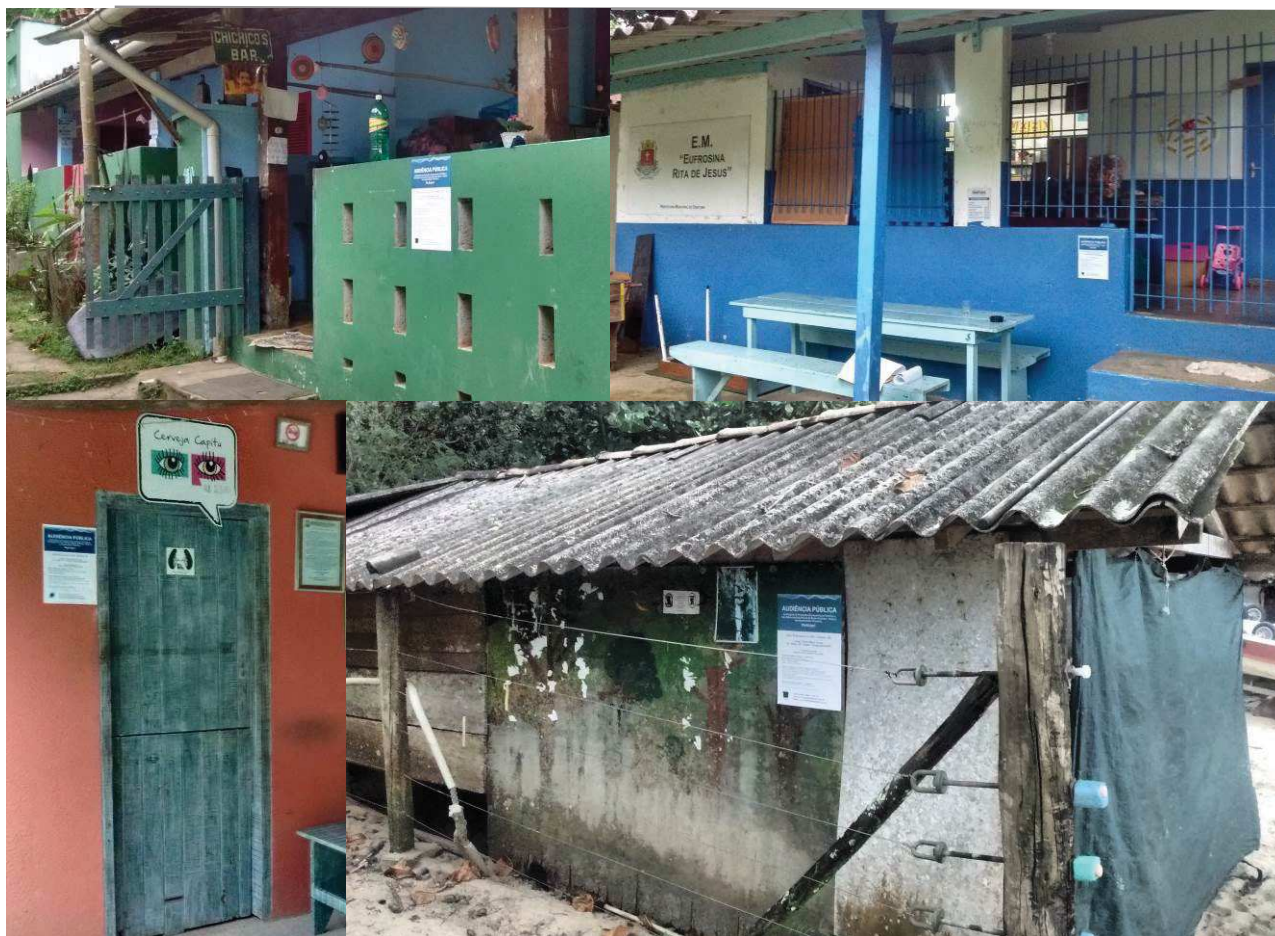


Figura 2: Cartazes afixados na Praia Grande do Bonete, em Ubatuba, conforme locais indicados pela presidente da Associação de Moradores.

PROTOCOLO DE ENTREGA - CONVITES E INFORMATIVOS DO ETAPA 3

DIVULGAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ETAPA 03 DE CARAGUATATUBA – 20/03/2018

NOME	Função/Instituição	TELEFONE	Assinatura
Ana Rosa da Silva	Presidente - Associação	(12) 38481653	[Assinatura]

Figura 3: Protocolo de entrega de convites e boletins informativos para a presidente da associação de moradores da comunidade da Grande do Bonete, em Ubatuba, no dia 18/03/2018.



No dia 20/março, das 09h às 13h, foi realizada AF do PEA-CV no Centro de Visitantes - Núcleo Picinguaba, praia da Fazenda, com as comunidades do norte de Ubatuba, a saber: **Cambury, Picinguaba, Almada, Estaleiro e Ubatumirim.**

Estava prevista a mobilização dessas comunidades apenas via agência porque o acesso se dá por via terrestre. Porém, a Petrobras aproveitou a oportunidade para reforçar a mobilização durante a AF. Na ocasião, a representante da Petrobras aproveitou a oportunidade para informar sobre o processo de licenciamento da Etapa 3, explicar sobre a importância da participação da sociedade civil na audiência pública, convidar para o evento, informar sobre o transporte gratuito, sobre o contato do 0800 e pedir apoio para as lideranças divulgarem a AP para suas comunidades, entregando cartazes e convites a essas lideranças. Foram entregues convites e boletins informativos, conforme Figuras 4 e 5.





DIVULGAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ETAPA 03 DE CARAGUATATUBA – DIA 20/03/2018

ENTREGA DE CONVITES, CARTAZES E BOLETIM INFORMATIVO DO ETAPA 03

NOME	COMUNIDADE	TELEFONE	QT MATERIAL	Assinatura
Rogério dos Santos Soares	AMAC-Comburi	(24) 99918-3336		Rogério dos Santos Soares
Paulo Lucio Santelli	Paulista-Comburi	(12) 999019745		Paulo L. S.
Roberto Tomazini	Comburi	(12) 997 990512		Roberto
Alessander Carlo Castro Silva	Comburi	(24) 99 8256413		Alessander Silva
Eduardo Costa Rigo	Picinguaba	(12) 996019683		Eduardo
Edson Leopoldo dos Santos	Almada	(12) 994939335		Edson
João Zúñiga de Jesus	Ubatuba	(12) 992551517		João
Patricia de Souza	Picinguaba	(12) 993142625		Patricia
Roberto dos Santos	Picinguaba	(12) 997881059		Roberto
Márcio Roberto dos Santos	Almada	(12) 997338194		Márcio
Francine Gabriela de Souza	Almada	(12) 99732-1081		Francine
LEIDE AZEVEDO	FUNDACAO ESTAD. UBATUBA	(12) 98125 5755		Leide
Danielson Paulo Lima de Souza	Almada			Danielson
Sandro Ygor Louder	Instituto de Pesca	(12) 992064611		Sandro
Luiz C. Santiago Bernardes	Comburi	(12) 981392533		Luiz
Roberto Barbosa Pinheiro	Ubatuba	(12) 99160 2044		Roberto
Enrique Mendes de Souza	Almada	(12) 99799488		Enrique

Figura 4: Protocolo de entrega de convites e boletins informativos para as comunidades de Ubatuba durante a Ação Formativa conjunta sobre licenciamento com as comunidades do Norte de Ubatuba no âmbito do PEA-CV. Ressalta-se que essas comunidades possuem acesso por terra e foram mobilizadas também através da agência contratada.

## 2. CARAGUATATUBA

Os comunitários de Caraguatatuba foram mobilizados durante a Ação Formativa conjunta sobre licenciamento no âmbito do PEA-CV, realizada no dia 08/março/2018, na Biblioteca de Caraguatatuba (Rua Santa Cruz, 396, centro), das 14h às 17h30. Estava prevista a mobilização dessas comunidades (**Porto Novo, Camaroeiro, Cocanha e Tabatinga**) apenas via agência porque o acesso se dá por via terrestre. Porém, a Petrobras aproveitou a oportunidade para reforçar a mobilização durante a AF. Na ocasião, a representante da Petrobras aproveitou a oportunidade para informar sobre o processo de licenciamento da Etapa 3, explicar sobre a importância da participação da sociedade civil na audiência pública, convidar para o evento, informar sobre o transporte gratuito, sobre o contato do 0800 e pedir apoio para as lideranças divulgarem a AP para suas comunidades, entregando cartazes e convites a essas lideranças, conforme Figura 5.



PROTOCOLO DE ENTREGA

DIVULGAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ETAPA 03 DE CARAGUATATUBA – DIA 20/03/2018

ENTREGA DE CONVITES, CARTAZES E BOLETIM INFORMATIVO DO ETAPA 03

NOME	COMUNIDADE	TELEFONE	QT MATERIAL	Assinatura
Amorilli de Sato	Caraguatuba	97304965		
Valdir Rueda de Almeida				
Guidson Alves Mendes	Comandante	987916139		
Sor Luz Alvor	MAPEC	997672163		
Roberto	Comandante	38975088		
Denis Coelho	Porto Novo	981234768		
FRANCISCO MAGALHÃES	Porto Novo	981349078		
LADISLA Coelho	Porto Novo	482399982		
Castano M. de Jesus	Colônia 2B	(12) 99602-1534		
Paula V. de Jesus	Colônia 2B	981259176		
Katia Regina Guimarães	Buções	996048446		
Minio Costa Oliveira	Porto do Meio	992-38-29-17		

Figura 5: Protocolo de entrega de convites e boletins informativos para as comunidades de Caraguatatuba durante a Ação Formativa conjunta sobre licenciamento com as comunidades do município de Caraguatatuba no âmbito do PEA-CV. Ressalta-se que essas comunidades possuem acesso por terra e foram mobilizadas também através da agência contratada.

### 3. SÃO SEBASTIÃO

Os comunitários de São Sebastião foram mobilizados durante a Ação Formativa sobre licenciamento no âmbito do PEA-CV (comunidades da **Enseada, Pontal da Cruz, Boiçucanga e São Francisco**), realizada no dia 09/março/2018, na CATI de São Sebastião (Rua Martins do Val, 99, centro), das 18h às 22h. Estava prevista a mobilização dessas comunidades apenas via agência porque o acesso se dá por via terrestre.

Durante a Ação Formativa, um dos agentes mobilizadores contratados pela agência foi até a CATI procurar um dos funcionários e a representante da Petrobras explicou ao agente do que se tratava a reunião e sugeriu aproveitar a oportunidade para reforçar a mobilização, a qual foi feita conjuntamente entre o agente e a representante da Petrobras. Na ocasião, aproveitou-se a oportunidade para informar sobre o processo de licenciamento da Etapa 3, explicar sobre a importância da participação da sociedade civil na audiência pública, convidar para o evento, informar sobre o transporte gratuito, sobre o contato do 0800 e pedir apoio para as lideranças divulgarem a AP para suas comunidades, entregando cartazes e convites a essas lideranças.

Estavam presentes também representantes da Cati, da Colônia Z-14 e comunitários de outras comunidades não-contempladas pelo PEA-CV, como Araçá e Santiago, conforme Figura 6.



il: Centro Cultural Baturá – São Francisco  
e: 03/03/2018  
rio: 09h00

NOME	COMUNIDADE/ INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ASSINATURA
Paulo Roberto Gost	colônia Z-14	38620482	
João das	SANTIAGO	997869047	
Moisés LIMA	SANTIAGO	981723491	
Edson dos Santos	colônia Z-14	991430810	
Maria Angélica M. Miranda	ETEC/ANIS/CCF	992449945	
TIAGO FORTUNATO	Z-14		
Leonardo Estan	RA	992184080	
Helena Mendes do Carmo	ARASA	992604532	
Vitor Roberto GIMENEZ FILHO	BOISSUCANGA	997781650	
Leandro S. M. Silva	AAPDC	98211147-9920570	
Maurício Rubia Pinó Alves	EMI - Casa da Cultura	38921540	
Adriano Fortunato Mota	Enseada	982552655	
Mário da S. Fernandes	Município	991601252	
ANTONIO J. PEREIRA	COLETIVO ENSEADA	991465596	
Angélica Oliveira de Sá	Coletivo Cagarr	987062570	
Agostinho Sales		981614881	
Amélia Oliveira Lima	Enseada	997777654	
André Lamare da Costa	Pontal da Cruz	996080816	
Luizomar dos Santos	PEA	981260598	

Projeto de Educação Ambiental  
PEA

**LISTA DE PRESEÇA E ASSINATURA**

**AÇÃO FORMATIVA – LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO ETAPA 3 DO PRÉ-SAL**  
Unidades: Enseada, São Francisco, Pontal da Cruz e Boicucanga  
il: Centro Cultural Baturá – São Francisco  
e: 03/03/2018  
rio: 09h00

NOME	COMUNIDADE/ INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ASSINATURA
Marcos Akemi Akemi	Colônia Z-14		
ADENIR CARUSSO	PEA/ENSEADA	991771654	
EDMILSON JOSE VIZIERA	SÃO FRANCISCO	(11)97535-6787	

Figura 6: Lista de presença da AF sobre licenciamento realizada com as comunidades do município de São Sebastião, no dia 03/03/2018, das 18 às 22h.

#### 4. ILHABELA

A comunidade do **Bonete** foi mobilizada durante Ação Formativa sobre licenciamento realizada no dia 08/março, das 16h às 20h, na escola do Bonete. Na ocasião, a representante da Petrobras aproveitou a oportunidade para informar sobre o processo de licenciamento da Etapa 3, explicar sobre a importância da participação da sociedade civil na audiência pública, convidar para o evento, informar sobre o transporte gratuito, sobre o contato do 0800 e pedir apoio para as lideranças divulgarem a AP para a comunidade, entregando boletins informativos e convites aos presentes na AF.

Os cartazes e o restante dos convites e informativos foi entregue à Márcia, Agente Social do PEA-CV que reside nesta comunidade. Foram entregues no total 30 convites, 30 boletins informativos e 05 cartazes (Figuras 7 e 8).

Márcia se comprometeu a fixar os cartazes nos seguintes locais:

- ✓ Escola
- ✓ Praça da Conversa Mole
- ✓ Orelhões (2)
- ✓ Caminho do Pau Oco







**BR PETROBRAS** Projeto de Educação Ambiental PEA **IBAMA**

**LISTA DE PRESEÇA E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Autorizo o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens/vídeos e documentos, para ser utilizada na divulgação das atividades realizadas pelo PEA, desenvolvido pela empresa Mineral Engenharia e Meio Ambiente. Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Ação Formativa – Comunidade: Bonete e São Pedro

Local: rua Bonete

Data: 08/03/2018

Horário: 16h00

	NOME	COMUNIDADE/ INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ASSINATURA
1	Laticiana J. Matuk	Mineral	11 998959562	<i>LM</i>
2	maíra de souza filho	Bonete	12 996126467	<i>maíra</i>
3	deprimazal	Bonete		
4	mpuelo f. dos Santos	Bonete	11 997668070	<i>mpuelo</i>
5	ziel S de Jesus	Bonete		
6	monica de Souza	Bonete		
7	David de Barros	Bonete	12 996117850	<i>David</i>
8	Waldemar de A.	Bonete		
9	Reginaldo dos Santos			
10	<i>[assinatura]</i>			
11	<i>[assinatura]</i>			
12	marcio de Souza	Mineral	9 82 71 7512	<i>marcio</i>
13	Patricia Mielchages	Petrobras	(11) 96192-8278	<i>Patricia</i>
14	Edilaine Reis	Mineral	99733-3049	<i>Edilaine Reis</i>
15	Wilton C. Redino	Mineral		<i>Wilton Redino</i>

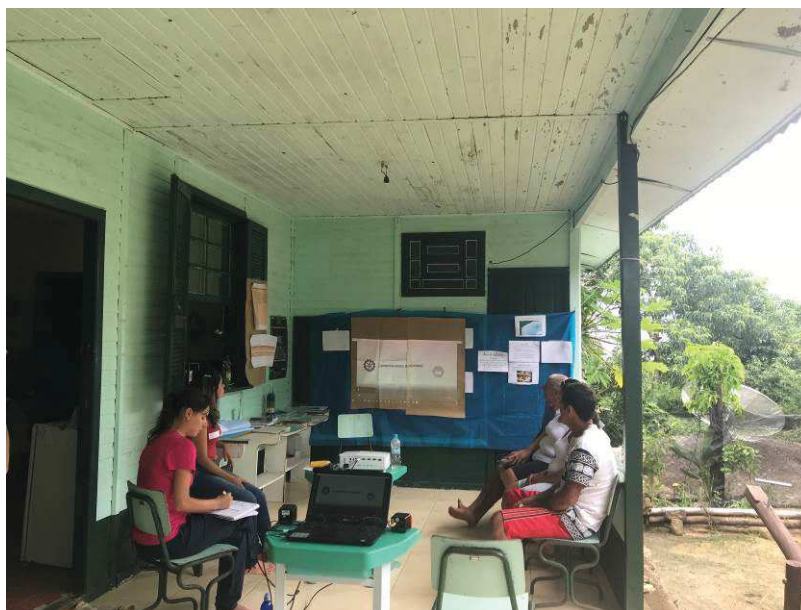
Figura 7: AF e lista de presença da AF sobre licenciamento realizada no Bonete (Ilhabela), no dia 14/03/2018.



PROTOCOLO DE ENTREGA				
KIT DE DIVULGAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA ETAPA 3 DO PRÉ-SAL EM ANGRA DOS REIS (13/MARÇO) - CONVITES, CARTAZES, BOLETIM				
"INFORME BACIA DE SANTOS SOBRE A ETAPA 3"				
Angra dos Reis, março de 2018.				
NOME	CONTATO (telefone/e-mail)	COMUNIDADE	Quantidade	ASSINATURA
marcio de sauzo	996249458	Bonete	5 cartazes	

Figura 8: Protocolo de entrega de material de divulgação para a comunidade do Bonete, em Ilhabela.

As comunidades da **Ilha de Búzios (Guanxumas e Porto do Meio)** foram mobilizadas durante Ação Formativa sobre licenciamento realizada no dia 10/março, das 13h às 17h, na escola de Porto do Meio (Figura 9). Na ocasião, a representante da Petrobras aproveitou a oportunidade para informar sobre o processo de licenciamento da Etapa 3, explicar sobre a importância da participação da sociedade civil na audiência pública, convidar para o evento, informar sobre o transporte gratuito, sobre o contato do 0800 e pedir apoio para as lideranças divulgarem a AP para suas comunidades, entregando cartazes e convites a essas lideranças.





**BR PETROBRAS** Projeto de Educação Ambiental PEA **IBAMA**

**LISTA DE PRESENÇA E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Autorizo o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens/vídeos e documentos, para ser utilizada na divulgação das atividades realizadas pelo PEA, desenvolvido pela empresa Mineral Engenharia e Meio Ambiente. Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Ação Formativa – Comunidade: Porto do Meio e Guanxumas de Búzios

Local: Ilha Porto do Meio

Data: 10/03/2018

Horário: 14h00min

	NOME	COMUNIDADE/ INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ASSINATURA
1	Eliziane de Jesus Alves	Porto do Meio	996442885	(assinatura)
2	Edemir de Oliveira	Porto do Meio	982620023	Edemir de Oliveira
3	Jurme Luciano Tiliro	Porto do Meio	991-37-4802	Jurme Luciano
4	Ana Carolina Fui	Pitombas / UOBS	3886-5484	(assinatura)
5	Dimas André Costa	Porto do Meio	992-38-29-17	Dimas Costa
6	Kelia Regina Guimarães	Guanxumas Búzios	996048446	Kelia R. Guimarães
7	Dilson C. Redino	Mineral		Dilson Redino
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				

Figura 9: Lista de presença da AF sobre licenciamento realizada na Ilha de Búzios, com as comunidades de Porto do Meio e Guanxumas, no dia 10/03/2018.

Foram entregues 20 convites, 20 boletins informativos e 02 cartazes para a comunidade de Guanxumas de Búzios e a mesma quantidade para a comunidade de Porto do Meio (Figura 5).

As comunidades da **Baía de Castelhanos** foram mobilizadas durante a Ação Formativa do PEA-CV sobre licenciamento conjunta com as comunidades de **Saco do Sombrio, Figueira, Mansa, Vermelha, Canto da Lagoa, Canto do Ribeirão, Guanxumas, Serraria e Fome**. A Ação Formativa foi realizada no dia 11/março/2018, das 13h às 17h15 (Figura 10). Na ocasião, a representante da Petrobras aproveitou a oportunidade para informar sobre o processo de licenciamento da Etapa 3, explicar sobre a importância da participação da sociedade civil na audiência pública, convidar para o evento, informar sobre o transporte gratuito, sobre o contato do 0800 e pedir apoio para as lideranças divulgarem a AP para suas comunidades, entregando cartazes e convites a algumas lideranças (Figura 11).





**BR PETROBRAS** Projeto de Educação Ambiental PEA **IBAMA**

**LISTA DE PRESENÇA E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Autorizo o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens/vídeos e documentos, para ser utilizada na divulgação das atividades realizadas pelo PEA, desenvolvido pela empresa Mineral Engenharia e Meio Ambiente. Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Ação Formativa – Comunidade: Castellanos (Baía); Praia da Fome; Guanxumas e Serraria  
Local: CANTO DA LAGOA  
Data: 11-03-2018  
Horário: 13:00

	NOME	COMUNIDADE/ INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ASSINATURA
1	Carvalho			
2	Peginaldo			
3	Lucimara M. M. Lucio	Praia da Fome		Lucimara
4	Maria Izabel Lima Correia	Praia de Guanxumas		Maria Izabel
5	Lucimara Romão	1. Mansa		Lucimara
6	Osmar Rodrigues de Mello	Mansa		Osmar
7	Milton de Souza Lucio			
8	Bruno Costa Tenório	Praia da Fome	(11) 997101598	Bruno
9	Imeneu de Souza Lucio	CANTO DA LAGOA		
10	Amplício de Souza	Praia Mansa		
11	Roberto Medeiros	Petrobras	(11) 96192-8278	Roberto
12	Kerim Moraes dos Santos	Serraria	(12) 997319722	Kerim
13	Mariana Luiz Trança	Praia da Fome	(11) 997064762	Mariana
14	Ima Claudio de Souza Tenório	Praia da Fome	(11) 997774442	Ima Claudio
15	Rosilda Rafael de Souza	Praia Mansa		

**BR PETROBRAS** Projeto de Educação Ambiental PEA **IBAMA**

**LISTA DE PRESENÇA E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Autorizo o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens/vídeos e documentos, para ser utilizada na divulgação das atividades realizadas pelo PEA, desenvolvido pela empresa Mineral Engenharia e Meio Ambiente. Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Ação Formativa – Comunidade: \_\_\_\_\_  
Local: CANTO DA LAGOA  
Data: 11-03-2018  
Horário: 13:00

	NOME	COMUNIDADE/ INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ASSINATURA
1	Alvaresa de Souza	Praia Mansa	33945010	Alvaresa
2	Aurea Rafael de Souza	Castellanos		
3	Almir Rafael de Souza	PRAIA VERMELHA		
4	Marcilene de Souza	Praia Mansa		Marcilene
5	Edson de Souza			
6	Valmir Rafael de Souza			
7	João de Souza Lucio			
8	Silvia			
9	Dilma C. Redino	Mineral		Dilma Redino
10				
11				

Figura 10: AF e Lista de presença da AF sobre licenciamento realizada no rancho comunitário do Canto da Lagoa (Ilhabela), no dia 11/03/2018, das 13h às 17h15, com as comunidades a Fome, Serraria, Guanxumas, Canto do Ribeirão, Canto da Lagoa, Mansa, Vermelha, Figueira e Saco do Sombrio.



Antes da Ação Formativa, durante o período da manhã, foram visitadas todas as comunidades supracitadas (exceto Fome e Canto do Ribeirão) para fixação de cartazes, mobilização para a AF e para a AP, conforme Figuras 12 a 18. Na ocasião, foi oferecido transporte a alguns comunitários que estavam atrasados (Bruno e seu filho que são da Fome mas estavam na Mansa e um casal da Mansa com uma criança de colo) ou com dificuldade de ir para a AF (Iza de Guanxumas). No retorno da AF, foi oferecido transporte a alguns comunitários e aproveitou-se a oportunidade para entregar cartazes, boletins e convites aos comunitários da Praia da Fome, conforme protocolo de entrega (Figura 11).

Como não estava presente nenhum comunitário do Canto do Ribeirão, pretendia-se passar nesta comunidade para realizar a mobilização, porém, devido ao horário de término da Ação Formativa (por volta de 17h15) e ao fato da embarcação não poder navegar no período noturno, não foi possível visitar a comunidade do Canto do Ribeirão, sendo entregue o material ao André, Agente Social do PEA-CV nesta comunidade (conforme Figura 11). André se comprometeu a fixar o cartaz na escola e entregar os 10 convites e boletins informativos aos comunitários.

PROTOCOLO DE ENTREGA  
KIT DE DIVULGAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA ETAPA 3 DO PRÉ-SAL EM ANGRA DOS REIS (13/MARÇO) - CONVITES, CARTAZES, BOLETIM  
"INFORME BACIA DE SANTOS SOBRE A ETAPA 3"  
Ilhabela, março de 2018.

NOME	CONTATO (telefone/e-mail)	COMUNIDADE	Quantidade	ASSINATURA
Raissa Maria da Costa	(12) 997319728	SERRARIA	20 convites 20 boletins	Raissa
Adriano Filho de Almeida	(12) 991992928	SOMBRIO	5 convites 5 boletins	Adriano
Cláudioilton Justino da Silva	(12) 99921535	Sombrio	5 convites 5 boletins	Cláudioilton
Maurício Luiz da Silva	12-911254782	Siquetão	10 convites 10 boletins	Siquetão
Angélica de Souza		Praia da Fome	10 convites 10 boletins	Angélica
André Ricardo de Souza	99650-8548	Ribeirão da Fome	10 convites 10 boletins	André
ALMIR Rafael de Souza		Ubatuba	10 convites 10 boletins	ALMIR
Maíla Maria de Souza Tenório	997777442	Serra	10 convites 10 boletins	Maíla
VALDEMIR DE OLIVEIRA	991051799	Ilhabela	14 convites 14 boletins 2 cartazes	VALDEMIR

Figura 11: Protocolo de entrega de convites, boletins informativos e cartazes para as comunidades de Ilhabela cujo acesso é possível somente pelo mar.





*Figura 12: Cartazes fixados na praia da Serraria, em Ilhabela, no dia 11/03/2018, conforme locais indicados pela Agente Social Karina do PEA-CV, que reside nesta comunidade. Os locais foram: escola (2) e igreja.*



*Figura 13: Cartaz afixado no único quiosque da praia de Guanxumas, no dia 11/03/2018, conforme indicação dos comunitários Sílvia e Iza.*



*Figura 14: Cartaz afixado no Saco do Sombrio, no dia 11/03/2018, conforme indicação de Damião e Elivelton.*





*Figura 15: Cartaz afixado no rancho da praia da Figueira, conforme indicação do pescador Maurício.*



*Figura 16: Cartaz afixado no rancho da praia Vermelha, conforme indicação do pescador Douglas.*





*Figura 17: Cartazes afixados na escola e no frigorífico da praia Mansa, respectivamente, conforme indicação da liderança Marcelino de Souza.*



*Figura 18: Cartaz afixado no rancho comunitário do Canto da Lagoa, no dia 11/março, conforme indicação dos comunitários presentes na AF. A liderança André se comprometeu a fixar os cartazes também nos seguintes locais: Quiosque da Vivian, escola e saída da trilha para a Mansa/Vermelha.*

A comunidade da **Ilha Vitória** foi mobilizada durante Ação Formativa sobre licenciamento realizada no dia 14/março, das 10h às 14h, na escola da Ilha Vitória, conforme lista de presença (Figura 19). Na ocasião, a representante da Petrobras aproveitou a oportunidade para informar sobre o processo de licenciamento da Etapa 3, explicar sobre a importância da participação da sociedade civil na audiência pública, convidar para o evento, informar sobre o transporte gratuito, sobre o contato do 0800 e pedir apoio para os presentes divulgarem a AP para a sua comunidade, entregando cartazes e convites.



Lista de Presença - Ilha da Vitória - 14/03

Edvalaine Reis - 99733 - 3049  
 Benedito Silveira Leite  
 Kátia Regina Guimarães (12) 99604 8446  
 Paulo Alex de Lencas  
 VALDEMIR DE OLIVEIRA  
 Catholize Muelvaz (11) 96192-8278 Petrobras Muelvaz  
 Elias Ant'Ona dos Santos (12) 981089928  
 Manoel  
 Pedro Costa  
 Diêira C. Redino.

Figura 19: AF e Lista de presença da Ação Formativa realizada no dia 14/março/2018, das 10h às 14h, na Ilha Vitória.

Foram entregues no total 20 convites, 20 boletins informativos e 01 cartaz (Figura 11) à liderança Valdemir. Foi fixado cartaz na escola, conforme Figura 20. Havia mais dois cartazes

previstos para essa comunidade, porém os presentes informaram que somente na escola era suficiente.



*Figura 20: Cartaz afixado na escola da Ilha Vitória, no dia 14/março.*



**ANEXO IX – ROTEIRO DOS ÔNIBUS E LISTA DE PASSAGEIROS**

Rota	Ponto	horário	Ponto de Partida
<b>Caraguatatuba</b>	1	16:00	Praia de Tabatinga (sair ao lado da Marina Costa Verde, onde os pescadores estarão reunidos)
	2	16:40	Praça da igreja na Cocanha/Massaguaçu
	3	17:20	Entrepasto de Pesca da praia do Camaroeiro
	4	17:20	Entrepasto de Pesca do Porto Novo
<b>UBATUBA 1 COSTA NORTE **</b>	1	13:00	Escola Municipal do Cambury ( ao lado do Posto de Saúde) e vai passando lentamente nos pontos da estrada de terra até chegar na Rodovia Rio Santos
	2	14:00	Seguir sentido Escola Municipal Iberê Ananias Pimentel - Vila de Picinguaba - Ubatuba/SP -
	3	15:00	a partir desse ponto passar na praia da Almada
	4	16:00	Ubatumirim (Estaleiro)
<b>UBATUBA 2 CENTRO E COSTA SUL **</b>	1	14:30	Av. Iperoig (av. da praia) em frente a barra dos pescadores
	2	15:30	Saco da Ribeira - Ponto de ônibus - Rodovia Rio Santos (em frente a Posto de Shell);
	3	16:30	Ponto de ônibus do bairro/praia LAGOINHA frente ao condomínio "Recanto da Lagoinha
	4	17:00	Maranduba - Entrada da estrada para a praia caçandica - próximo a Marina/ estaleiro dos pescadores.
<b>UBATUBA 3 COSTA SUL DE UBATUBA **</b>	1	16:00	Praia da Caçandoca - Centro Comunitário, frente a praia da Caçandoca.
<b>Ilhabela 1 **</b>	1	14:00	Piér do Saco do Indaiá (passando lentamente pelos pontos de ônibus pela avenida da praia até a balsa)
<b>Ilhabela 2 **</b>	1	14:00	São Pedro - mercadinho (passando lentamente pelos pontos de ônibus da estrada até a balsa)
<b>Ilhabela 3 **</b>	1	14:00	Praia dos Castelhanos - Estacionamento Canto da Lagoa
<b>São Sebastião 1 *</b>	1	16:00	Quadra de Esportes do São Francisco, em frente da Cooperativa de Pesca (End.: Rua Martins do Val, 346) - Passar na praia da Enseada ( Local onde existia rancho de pesca)
<b>São Sebastião 2 *</b>	1	14:00	Boracéia/ Barra do Una (ponte)
	2	14:30	Juquehy (ao lado do portal)
	3	15:00	Sub-prefeitura em Boiçuganga - próximo a Polícia Militar;
	4	15:30	Boiçuganga frente igreja católica - Rodovia Rio Santos
	5	16:00/16:30	Maresias (pça central)

# **ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS – ETAPA 3**

## **RELATÓRIO INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA EM CARAGUATATUBA/SP**

**Revisão 00  
20 de março de 2018**



**E&P**

## **ÍNDICE GERAL**

I – INTRODUÇÃO .....	3
II – INSCRITOS NO TRANSPORTE PARA A AUDIÊNCIA .....	4
III – INSCRITOS PARA O VALE COMBUSTÍVEL .....	10
V – INSCRITOS PARA HOSPEDAGEM .....	11
VI – RESPONSÁVEL TÉCNICO .....	12



## I – INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) tornou público no dia 22 de dezembro de 2017, no Diário Oficial da União, Seção 3, que promoveria Audiências Públicas para discussão do Estudo de Impacto Ambiental — EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental — RIMA, da Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal da Bacia de Santos — Etapa 3, a ser desenvolvida pela empresa Petrobras, nas seguintes datas e locais:

- Dia 27 de fevereiro, às 14h, no Teatro Popular Niemayer (Rua Jornalista Rogério Coelho, s/nº - Centro), Niterói – RJ.
- Dia 06 de março, às 18h, no Teatro Sindipetro (Av. Conselheiro Nébias, 248 – Paquetá), Santos – SP.
- Dia 13 de março, às 18h, no Iate Clube Aquidabã (Praia no Anil, 213 – Centro), Angra dos Reis – RJ.
- Dia 20 de março, às 18h, no Teatro Mário Covas (Av. Goiás, 187 – Indaiá), Caraguatatuba – RJ.

Informa-se que o relatório parcial dos esforços de comunicação e mobilização, realizados até o dia 14 de março de 2018, onde são apresentadas as evidências da divulgação e realização da Audiência Pública no município de Caraguatatuba, no estado de São Paulo, foi protocolado no Ibama, no dia 17/03/2018, por meio da carta UO\_BS 0178/2018.

Já este relatório apresenta informações complementares dos esforços de mobilização realizados até o dia 20 de março de 2018, buscando a máxima participação das comunidades tradicionais do Litoral Norte de São Paulo.

Destaca-se que as demais evidências serão apresentadas no relatório final, após o evento.

## // – INSCRITOS NO TRANSPORTE PARA A AUDIÊNCIA

Para participar da Audiência Pública em Caraguatatuba foi realizada divulgação nos municípios de Caraguatatuba, Ubatuba, Ilhabela e São Sebastião. Tal divulgação informou que haveria transporte gratuito a todos.

Seguem abaixo cartazes de divulgação que contemplam a rota do transporte em cada município. Tal material foi entregue às lideranças de todas as comunidades participantes do Projeto de Educação Ambiental Costa Verde, região do Litoral Norte (PEA CV LN de SP).

- **CARAGUATATUBA**



**Data: 20 de março de 2018 :: Horário: 18h**

**Local: Teatro Mário Covas  
Av. Goiás, 187 - Indaiá, Caraguatatuba/SP**

**Transporte gratuito  
Retorno após o término do evento**

***Ponto de Embarque: Caraguatatuba***

16h00 - Praia de Tabatinga (ao lado da Marina Costa Verde)  
16h40 - Praça da igreja na Cocanha/Massaguaçu  
17h20 - Entrepósito de Pesca da praia do Camaroeiro  
17h20 - Entrepósito de Pesca do Porto Novo

(\*) Para o transporte, é necessário apresentar um documento com foto.



**Informações: 0800 77 00 112  
[comunica.uobs@petrobras.com.br](mailto:comunica.uobs@petrobras.com.br)  
[www.comunicabaciadesantos.com.br](http://www.comunicabaciadesantos.com.br)**

## • SÃO SEBASTIÃO



Data: 20 de março de 2018 :: Horário: 18h

Local: Teatro Mário Covas  
Av. Goiás, 187 - Indaiá, Caraguatatuba/SP

Transporte gratuito  
Retorno após o término do evento

**Ponto de Embarque: São Sebastião 1**

16h00 - Quadra de Esportes do São Francisco, em frente da  
Cooperativa de Pesca (End.: Rua Martins do Val, 346)

**Ponto de Embarque: São Sebastião 2**

14h00 - Boracéia/ Barra do Una (ponte)  
14h30 - Juquehy (ao lado do portal)  
15h00 - Subprefeitura em Boiçuganga - próximo à Polícia Militar  
15h30 - Boiçucanga frente igreja católica - Rodovia Rio Santos  
16h00 - Maresias (Praça Central)

(\*) Para o transporte, é necessário apresentar um documento com foto.



Informações: 0800 77 00 112  
[comunica.uobs@petrobras.com.br](mailto:comunica.uobs@petrobras.com.br)  
[www.comunicabaciadesantos.com.br](http://www.comunicabaciadesantos.com.br)



- **ILHABELA**



**Data: 20 de março de 2018 :: Horário: 18h**

**Local: Teatro Mário Covas  
Av. Goiás, 187 - Indaiá, Caraguatatuba/SP**

**Transporte gratuito  
Retorno após o término do evento**

***Ponto de Embarque: Ilhabela 1***  
14h00 - Píer do Saco do Indaiá

***Ponto de Embarque: Ilhabela 2***  
14h00 - São Pedro - mercadinho

***Ponto de Embarque: Ilhabela 3***  
14h00 - Praia dos Castelhanos - Estacionamento Canto da Lagoa

*(\*) Para o transporte, é necessário apresentar um documento com foto.*



**Informações: 0800 77 00 112  
[comunica.uobs@petrobras.com.br](mailto:comunica.uobs@petrobras.com.br)  
[www.comunicabaciadesantos.com.br](http://www.comunicabaciadesantos.com.br)**

## • UBATUBA



Data: 20 de março de 2018 :: Horário: 18h

Local: Teatro Mário Covas  
Av. Goiás, 187 - Indaiá, Caraguatatuba/SP

Transporte gratuito  
Retorno após o término do evento

**Ponto de Embarque: Ubatuba 1 - Costa Norte**

13h00 - Escola Municipal do Cambury  
14h00 - Escola Municipal Iberê Ananias Pimentel - Vila de Picinguaba  
15h00 - Praia da Almada  
16h00 - Ubatimirim (Estaleiro)

**Ponto de Embarque: Ubatuba 2 - Centro e Costa Sul**

14h30 - Av. Iperoig (Av. da praia), em frente à barra dos pescadores  
15h30 - Saco da Ribeira - Ponto de ônibus - Rodovia Rio Santos  
16h30 - Ponto de ônibus do bairro/praias Lagoinha, em frente ao condomínio "Recanto da Lagoinha"  
17h00 - Maranduba - Entrada da estrada para a praia Caçandica - próximo à Marina/ estaleiro dos pescadores

**Ponto de Embarque: Ubatuba 3 - Costa Sul**

16h00 - Praia da Caçandoca - Centro Comunitário

(\*) Para o transporte, é necessário apresentar um documento com foto.



Informações: 0800 77 00 112  
[comunica.uobs@petrobras.com.br](mailto:comunica.uobs@petrobras.com.br)  
[www.comunicabaciadesantos.com.br](http://www.comunicabaciadesantos.com.br)

Segue ainda listagem dos inscritos, pelo 0800 no transporte para a Audiência referida.

### • CARAGUATATUBA – 12 passageiros

Inscrições Transporte CARAGUATATUBA para AP Caraguatatuba						
Nº	ROTA	Nome	Local	OBS	Horário	Ponto de embarque
1	Caraguatatuba 1 - VAN	LADSLA COELHO CRISPIM DOS SANTOS	Caraguatatuba	Vai com mais 10 pessoas	17:20	PORTO NOVO - CARAGUATATUBA - SP.
2		LADSLA COELHO CRISPIM DOS SANTOS	Caraguatatuba	Vai com mais 10 pessoas	17:20	PORTO NOVO - CARAGUATATUBA - SP.
3		LADSLA COELHO CRISPIM DOS SANTOS	Caraguatatuba	Vai com mais 10 pessoas	17:20	PORTO NOVO - CARAGUATATUBA - SP.
4		LADSLA COELHO CRISPIM DOS SANTOS	Caraguatatuba	Vai com mais 10 pessoas	17:20	PORTO NOVO - CARAGUATATUBA - SP.
5		LADSLA COELHO CRISPIM DOS SANTOS	Caraguatatuba	Vai com mais 10 pessoas	17:20	PORTO NOVO - CARAGUATATUBA - SP.
6		LADSLA COELHO CRISPIM DOS SANTOS	Caraguatatuba	Vai com mais 10 pessoas	17:20	PORTO NOVO - CARAGUATATUBA - SP.
7		LADSLA COELHO CRISPIM DOS SANTOS	Caraguatatuba	Vai com mais 10 pessoas	17:20	PORTO NOVO - CARAGUATATUBA - SP.
8		LADSLA COELHO CRISPIM DOS SANTOS	Caraguatatuba	Vai com mais 10 pessoas	17:20	PORTO NOVO - CARAGUATATUBA - SP.
9		LADSLA COELHO CRISPIM DOS SANTOS	Caraguatatuba	Vai com mais 10 pessoas	17:20	PORTO NOVO - CARAGUATATUBA - SP.
10		LADSLA COELHO CRISPIM DOS SANTOS	Caraguatatuba	Vai com mais 10 pessoas	17:20	PORTO NOVO - CARAGUATATUBA - SP.
11		LADSLA COELHO CRISPIM DOS SANTOS	Caraguatatuba	Vai com mais 10 pessoas	17:20	PORTO NOVO - CARAGUATATUBA - SP.
12	Caraguatatuba 2 - VAN	GLADES SILVIA COSTA TOLEDANDO CORREIA LIMA	Caraguatatuba		17:00	Entrada do bairro Cidade Jardim, no posto BR - nova parada

### • SÃO SEBASTIÃO – 25 passageiros

Inscrições Transporte SÃO SEBASTIÃO para AP Caraguatatuba						
Nº	ROTA	Nome	Local	OBS	Horário	Ponto de embarque
1	SÃO SEBASTIÃO 2 - ÔNIBUS	SABRINA MORAES PEREIRA	JUQUEHY	COLETIVO DE CAIÇARA DE SÃO SEBASTIÃO	14:30	Juquehy (ao lado do portal)
2		VITOR ROBERTO GIMENEZ FILHO	BOIÇUCANGA	Passou a informação de que tinha que fazer cadastro prévio	15h30	15h30 - Boiçucanga frente igreja católica - Rodovia Rio Santos
3		LINDOMAR DOS SANTOS	Barequeçaba	Barequeçaba (na praça)	16:00	Barequeçaba (na praça)
4		NEIDE SALES DOS SANTOS	COMUNIDADE MANGUE DO ARAÇA - VARADORO - SÃO SEBASTIÃO - SP.	MAIS 4 PESSOAS DA COMUNIDADE TAMBÉM QUEREM UTILIZAR O TRANSPORTE.	17h00	Após o Ginásio de Esporte, o segundo ponto. Rio Santos, próximo ponto depois da Autovia - (Bairro Varadouro)
5		NEIDE SALES DOS SANTOS				
6		NEIDE SALES DOS SANTOS				
7		NEIDE SALES DOS SANTOS				
8		NEIDE SALES DOS SANTOS				
9		HUMBERTO MESSIAS SALES ALMEIDA	VARADORO - SÃO SEBASTIÃO - SP.		17h00	Após o Ginásio de Esporte, o segundo ponto. Rio Santos, próximo ponto depois da Autovia - (Bairro Varadouro)
10		REINALDO MUNIZ	VARADORO - SÃO SEBASTIÃO - SP.		17h00	Após o Ginásio de Esporte, o segundo ponto. Rio Santos, próximo ponto depois da Autovia - (Bairro Varadouro)
11	RT	MOISES DE OLIVEIRA	São Sebastião	PEA DO BAIRRO DE SÃO FRANCISCO - PORTADOR DE NECESSIDADE ESPECIAL - DIFICULDADE EM LOCOMOÇÃO - USO DE MULETAS	17h00	Local: Av. Manoel Teixeira, 2648 - São Sebastião (Referência Placa Sítio Arqueológico) - Programado carro .
12	SÃO SEBASTIÃO 1 - MICRO ÔNIBUS	Manuel Euzebio de Moraes	Canto do Ribeirão	Comunitários vieram de Castelhanos com embarcação contratada.	16:00	Bairro São Francisco - Piér do pescador frente a igreja - São Sebastião
13		Erinaldo Silva de Jesus	Canto do Ribeirão			
14		Joao Lucio de Jesus Filho	Canto da Lagoa			
15		Laurinda M. Moraes Lucio	Canto da Lagoa			
16		Benedito Euzebio de Moraes	Canto da Lagoa			
17		Jairo de Souza Lucio	Canto da Lagoa			
18		Simone dos Santos	Canto da Lagoa			
19		Írineu de Souza Lucio	Canto da Lagoa			
20		Arlindo de Souza	Canto da Lagoa			
21		Andre Ricardo de Souza	Canto da Lagoa			
22		Rosana de Oliveira Souza	Praia Mansa			
23		Ronaldo de Souza	Praia Mansa			
24		Alvaro de Souza	Praia Mansa			
25		Marcelino de Souza	Praia Mansa			
26		Vanildo dos Santos	Praia Mansa			
27		Almir Rafael de Souza	Praia Vermelha			
28	SÃO SEBASTIÃO 1 - MICRO ÔNIBUS	Léo - Claudinei Oliveira Costa	Enseada		16:30	Praia da Enseada, no local onde existia o rancho de pesca
29		Aryane Caruso	Enseada			



## • ILHABELA – 20 PASSAGEIROS

Inscrições ILHABELA Transporte para AP Caraguatatuba						
Nº	ROTA	Nome	Local	OBS	Horário	Ponto de embarque
1	ILHABELA 1 - VAN + 01 VEÍCULO	Cristiane Cardoso Leal	Canto do Ribeirão	Comunitários que solicitaram vale diesel	14:00	Saco do Indaiá - Pier do Mercado de Peixe e Fábrica de Gelo
2		Paulo César de Oliveira	Ilha de Vitória		14:00	
3		Valdemir de Oliveira	Ilha de Vitória			
4		Valter de Oliveira	Ilha de Vitória			
5		Hilário Costa	Ilha de Vitória			
6		Ramiro Costa	Ilha de Vitória			
7		Firno Teixeira Filho	Ilha de Búzios			
8		Dinéia Cosa Oliveira	Ilha de Búzios			
9		Benedita Ap. Leite Costa	Ilha de Búzios			
10		Katia Regina Guimarães	Ilha de Búzios			
11		Orlando Euzébio de Moraes Filho	Serraria			
12		Benedito Tenório	Praia da Fome			
13		Maria Marcia de Oliveira	Praia da Fome			
14		Adriano Costa Tenório	Praia da Fome			
15		Bruno Costa Tenório	Praia da Fome			
16		Anderson de Souza Santos	Praia da Fome			
17		Mariana Cruz França	Praia da Fome			
18		Fabio Junior dos Santos	Saco do Sombrio			
19		Benedito Teixeira	Ilha de Búzios		16:00	Balsa de São Sebastião
20	ILHABELA 2 - 01 VEÍCULO	Marcia de Souza	Bonete	Comunitários que solicitaram vale diesel	14:00	São Pedro - Ilhabela

## • UBATUBA – 23 PASSAGEIROS

Inscrições Transporte UBATUBA para AP Caraguatatuba						
Nº	ROTA	Nome	Local	OBS	Horário	Ponto de embarque
1	UBATUBA 1 - COSTA NORTE - VAN	Queli	Cambury		13:00	Ao lado do Posto de Saúde na Comunidade
2		Santiago	Cambury			
3		Marilene	Cambury			
4		Soraia (talvez)	Cambury			
5		Silmara (talvez)	Cambury			
6		Rose (talvez)	Cambury			
7			Cambury	Mora na parte de cima do bairro - irá esperar no bar da entrada e irá chamar mais pessoas que moram na parte		No bar da entrada - Na estrada Rodovia Santos Esquina
8		Leila Soares				
		ELIZABETHE PRATA	Cambury	Pegará Van no Posto de Saúde , na c	13:00	Pegará Van no Posto de Saúde , na comunidade.
			Picinguaba	Ninguém confirmou ainda	14:00	Escola Municipal Iberê Ananias Pimentel
	UBATUBA 2 - COSTA CENTRO E SUL - 02 VEÍCULOS SPIN		Almada	a maioria vai de carro próprio/ Ninguém se inscreveu.	15:00	
9		Dudu ou Juliana	Estaleiro	Ir até a praia do Estaleiro. / Ninguém se inscreveu.	16:00	Na praia.
10		Juarez	Ubatumirim		16:30	Trevo do Ubatumirim, na Rodovia Rio-
11		Nilmara dos santos				
12		GABRIELA TIBIRIÇA SARTORI	Barra dos Pescadores		14:30	Ubatuba 2
13		LARA BUENO CHIARELLI LEGASPE			14:30	Ubatuba 2
14		RENATA MONDINE TAKAHASHI			14:30	Ubatuba 2
15	UBATUBA 3 - Costa Sul de Ubatuba - VEÍCULOS 4X4	SUZANA	Centro	Moradora do bairro do centro de Ubatuba.		
16		FÁBIO ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA.	SACO DA RIBEIRA	SECO DA RIBEIRA E VICE- PRESIDENTE CONSELHO RURAL E PESQUEIRO DE UBATUBA.	15:30	Saco da Ribeira (posto shell) - Ubatuba 2
17		DARA DE OLIVEIRA	PRAIA DO BONETE - UBATUBA - SP.	Comunitária solicitou vale combustível	16:30	Ponto de ônibus do bairro/praias Lagoinha em frente ao condomínio Recanto da Lagoinha
18		MARCIA SALGADO				
			Maranduba	Ninguém confirmou/Mandaram recado que enquanto a draga não for resolvida não irão participar	17:00	Entrada da estrada para a praia Caçandoca - próximo à marina/estaleiro dos pescadores
19	Ubatuba 3 - Costa Sul de Ubatuba - VEÍCULOS 4X4	Rafael (AS)	Caçandoca	Centro Comunitário, frente à praia da Caçandoca/ 02 VEÍCULOS 4X4	16:00	Centro Comunitário, frente à praia da Caçandoca
20		Neide				
21		Vagner				
22		Mário				
23		Jurandir				

### III – INSCRITOS PARA O VALE COMBUSTÍVEL

Para as comunidades isoladas, cujo acesso é somente pelo mar, a Petrobras ofereceu auxílio combustível aos comunitários para que os mesmos pudessem utilizar suas próprias embarcações e participarem do evento. O auxílio corresponderá ao abastecimento de combustível referente ao trajeto Comunidade x Píer do Saco do Indaiá (Ilhabela) x Comunidade.

Segue listagem dos inscritos que receberão o auxílio combustível.

Comunitários do município de Ilhabela inscritos na audiência pública no dia 20/03 em Caraguatatuba - PEDIDO DE VALE COMBUSTÍVEL						
Nome		RG	Comunidade	Telefone	Vai com a própria embarcação?	Trajetos da Embarcação
1	Paulo César de Oliveira	23.241.594-8	Ilha de Vitória	99631-3950	Sim	Comunidade x Pier do Saco do Indaiá (Ilhabela) x Comunidade
2	Valdemir de Oliveira	36.997.233-8	Ilha de Vitória	99105-1799	Sim	
3	Hilário Costa	35.634.774-6	Ilha de Vitória	98158-6072/ 98164-2073	Sim	
4	Ramiro Costa	19.830.393-2	Ilha de Vitória	98190-8367	Sim	
5	Benedito Teixeira	17.305.307-5	Ilha de Búzios	99753-5366	Sim	
6	Dinéia Cosa Oliveira	30.844.910-1	Ilha de Búzios	99238-2917	Sim	
7	Benedita Ap. Leite Costa	26.599.745-8	Ilha de Búzios	98114-1438	Sim	
8	Katia Regina Guimarães	23.805.539-27	Ilha de Búzios	99604-8446	Sim	
9	Orlando Euzébio de Moraes Filho	15.917.550-1	Serraria	99185-3145	Sim	
10	Benedito Tenório	7.875.219	Praia da Fome	99710-1598	Sim	
11	Adriano Costa Tenório	47.044.201.3	Praia da Fome	99710-1598	Sim	
12	Bruno Costa Tenório	47.044.092.2	Praia da Fome	99710-1598	Sim	
13	Anderson de Souza Santos	47.044.195.1	Praia da Fome	99621-1557	Sim	
14	Mariana Cruz França	48.773.572-9	Praia da Fome	99706-4762	Sim	
15	Marcia de Souza	25.500.27-1	Bonete *	98271-7512	Sim	
Comunidades da Baía de Castelhanos						
16	Fabio Junior dos Santos	41.943.799-x	Saco do Sombrio	99159-9381	Sim	Comunidade x Pier do Saco do Indaiá (Ilhabela) x Comunidade
UBATUBA						
17	Dara de Oliveira	49.799.203-6	Praia Grande do Bonete	12 99773-8002	Sim	Comunidade x Praia da Lagoinha x Comunidade
18	Marcia Salgado	16.222.304-3	Praia Grande do Bonete	11 99639-9011	Sim	

**IV – INSCRITOS PARA HOSPEDAGEM**

Considerando o horário de término da Audiência Pública, a Petrobras disponibilizou hospedagem para aqueles que não podem retornar à sua residência no mesmo dia.

Vale destacar que a não disponibilidade de hospedagem inviabilizaria a participação do comunitário ou interessado. Segue listagem abaixo dos inscritos para hospedagem.

Comunitários do município de Ilhabela inscritos para Hospedagem				
Nome		Comunidade	Necessidade de hospedagem	Tipo de Acomodação
1	Benedito Tenório	Praia da Fome	Sim	casal
2	Maria Marcia de Oliveira	Praia da Fome	Sim	
3	Adriano Costa Tenório	Praia da Fome	Sim	triplo
4	Bruno Costa Tenório	Praia da Fome	Sim	
5	Anderson de Souza Santos	Praia da Fome	Sim	
6	Mariana Cruz França	Praia da Fome	Sim	individual
Comunidades da Baía de Castelhanos				
7	Manuel Euzebio de Moraes	Canto do Ribeirão	Sim	duplo
8	Erinaldo Silva de Jesus	Canto do Ribeirão	Sim	
9	Joao Lucio de Jesus Filho	Canto da Lagoa	Sim	duplo
10	Irineu de Souza Lucio	Canto da Lagoa	Sim	
11	Laurinda M. Moraes Lucio	Canto da Lagoa	Sim	duplo
12	Simone dos Santos	Canto da Lagoa	Sim	
13	Benedito Euzebio de Moraes	Canto da Lagoa	Sim	duplo
14	Jairo de Souza Lucio	Canto da Lagoa	Sim	
15	Arlindo de Souza	Canto da Lagoa	Sim	duplo
16	Andre Ricardo de Souza	Canto da Lagoa	Sim	
17	Rosana de Oliveira Souza Saco do Indaiá	Praia Mansa	Sim	duplo
18	Ronaldo de Souza Saco do Indaiá	Praia Mansa	Sim	
19	Alvaro de Souza	Praia Mansa	Sim	duplo
20	Marcelino de Souza	Praia Mansa	Sim	
21	Vanildo dos Santos	Praia Mansa	Sim	duplo
22	Almir Rafael de Souza	Praia Vermelha	Sim	
23	Firmo Teixeira Filho	Ilha de Búzios	Sim	individual



## VI – RESPONSÁVEL TÉCNICO

NOME	DANIEL FERRARI PENGO
ÁREA PROFISSIONAL	RELAÇÕES PÚBLICAS
REGISTRO PROFISSIONAL	CONRERP 2ª REGIÃO 3716
ASSINATURA	

## ANEXO II – SITE COMUNICABACIADESANTOS.COM.BR

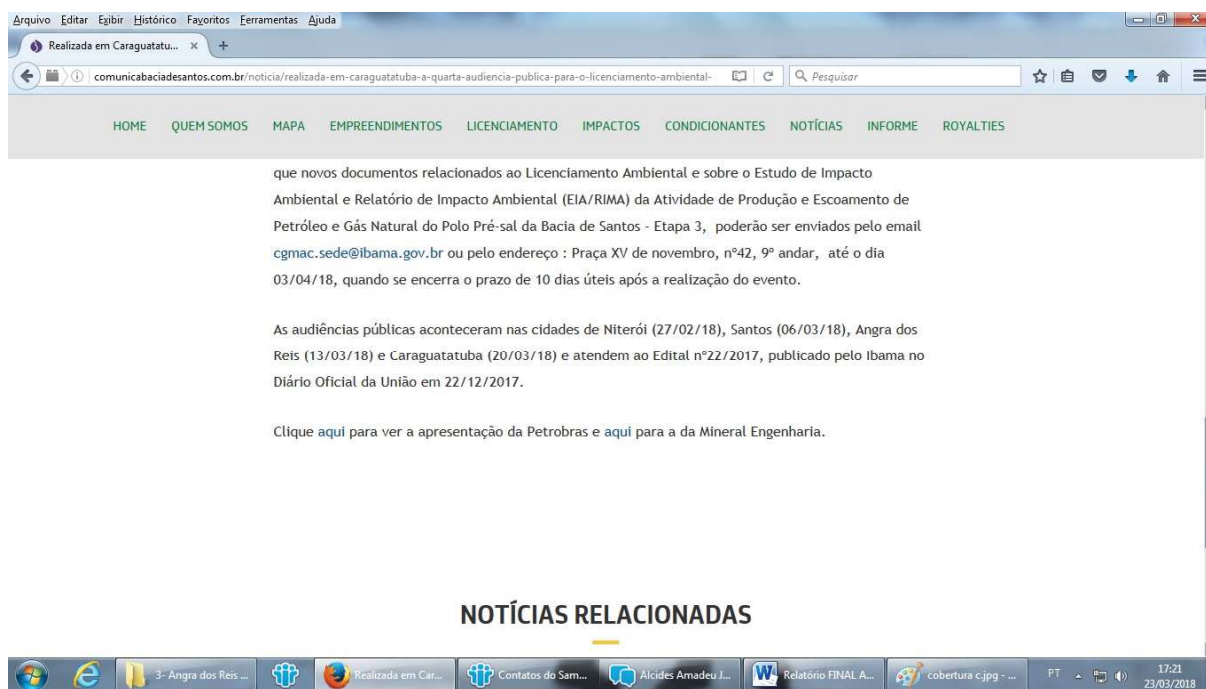
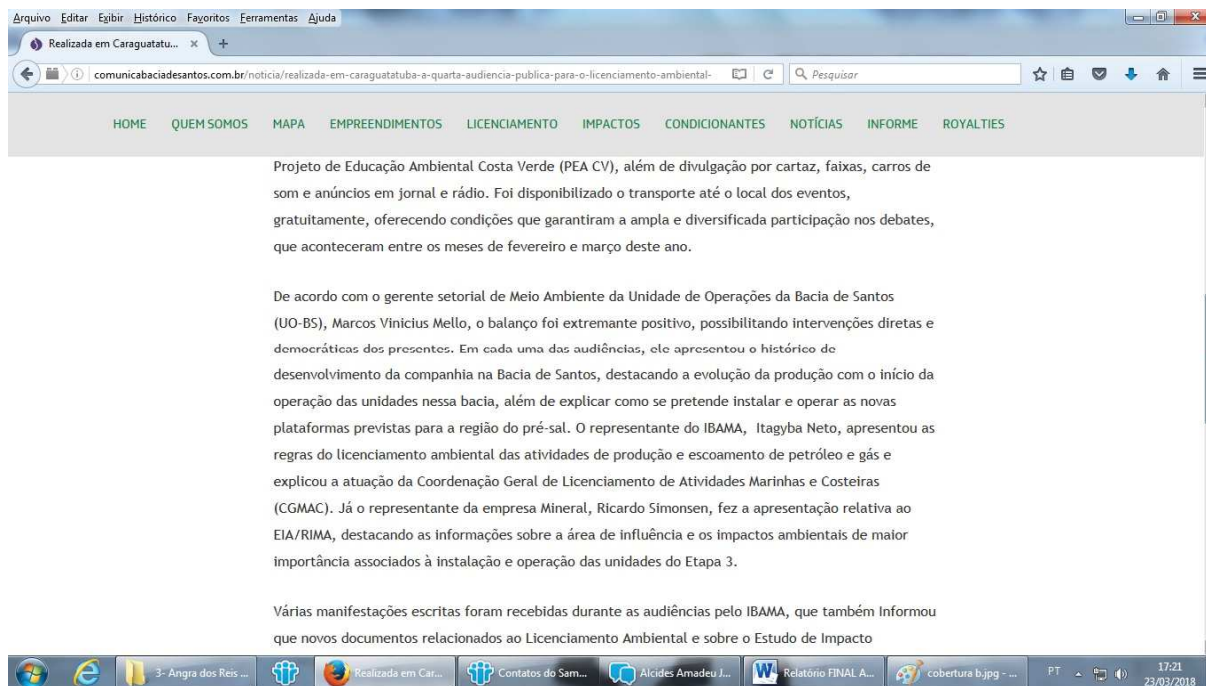
Convite.



## Cobertura.







## NOTÍCIAS RELACIONADAS

### ANEXO III – QUESTIONAMENTOS E RESPOSTAS DA CENTRAL DE ATENDIMENTO

Nome	N. de protocolo	Demanda	Resposta	RG	Telefone	Local
FÁBIO ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA.	23319573	Solicita informações sobre transporte terrestre para AP de Caraguatatuba		22892597-6.	12*99196-3952.	Ubatuba
LADSLA COELHO CRISPIM DOS SANTOS	23319686	Solicita informações sobre transporte terrestre para AP de Caraguatatuba		13627242-3	12*98239-9982	Caraguatatuba
GLADES SILVIA COSTA TOLEDANDO CORREIA LIMA	s/ protocolo	Solicita informações sobre transporte terrestre para AP de Caraguatatuba		RG: 17629137-4	012 99714-2708	Caraguatatuba
DINEIA ANDRÉ COSTA OLIVEIRA	s/ protocolo	Solicita apoio para transporte marítimo	Retorno da Petrobras. Inscrito no auxílio combustível	30844910/1	012 99238-2917	
FIRMO TEIXEIRA FILHO	s/ protocolo	Solicita apoio para transporte marítimo	Retorno da Petrobras. Inscrito no auxílio combustível	24751841-4	12 982620023	
VITOR ROBERTO GIMENEZ FILHO	23320504	Solicita informações sobre transporte terrestre para AP de Caraguatatuba	Retorno por telefone da Petrobras, informada a rota.	34.153.392-0	12*3865-3701 / VITORGIMENEZ F@GMAIL.COM	BOISSUCANGA
NEIDE SALES DOS SANTOS	23320580	Solicita informações sobre transporte terrestre para AP de Caraguatatuba	Retorno por telefone da Petrobras. Solicitada a inclusão da rota em Varadouro	24751886-4	12*98161-4881	COMUNIDADE MANGUE DO ARAÇA - VARADORO - SÃO SEBASTIÃO - SP.
HUMBERTO MESSIAS SALES ALMEIDA	23320590	Solicita informações sobre transporte terrestre para AP de Caraguatatuba	Retorno por telefone da Petrobras. Solicitada a inclusão da rota em Varadouro	42053887-2	12*99760-4532	VARADORO - SÃO SEBASTIÃO - SP.
REINALDO MUNIZ	23320594	Solicita informações sobre transporte terrestre para AP de Caraguatatuba	Retorno por telefone da Petrobras. Recado com Teresa, esposa, informando da parada do ônibus.	6036917-6	12*98154-7819	VARADORO - SÃO SEBASTIÃO - SP.
MOISES DE OLIVEIRA	23320620	Solicita informações sobre transporte terrestre para AP de Caraguatatuba	Retorno por telefone da Petrobras. Solicitado transporte: portador de necessidade especial.	6036915-2	12*99273-3275	São Sebastião
LEILA SOARES	23320704	Solicita informações sobre transporte terrestre para AP de Caraguatatuba	Retorno por telefone da Petrobras. Não conseguimos falar. Mandei mensagem por whatsapp.	28222499-3	12*99663-1413	CAMBURI - UBATUBA - SP
DARA DE OLIVEIRA	23320710	Solicita informações sobre transporte terrestre para AP de Caraguatatuba	Retorno por telefone da Petrobras. Não conseguimos falar. Mandei mensagem por whatsapp. E informei o roteiro de Ubatuba	49799203-6	12*99773-8002	Ubatuba
nilmara dos santos	23320774	Solicita informações sobre transporte terrestre para AP de Caraguatatuba	Retorno por telefone. Não atende.	29.477.462-2	12*3833-2382	barra dos pescadores
MARCIA SALGADO	23320777	Solicita informações sobre transporte terrestre para AP de Caraguatatuba	Retorno por telefone. Número errado. Cai em outra pessoa.	16222304-3	11*99639-9011	PRAIA DO BONETE - UBATUBA - SP.

SABRINA MORAES PEREIRA	sem protocolo	Solicita informações sobre transporte terrestre para AP de Caraguatatuba	Retorno por telefone. Informado o itinerário de São Sebastião .	321846072	12 99207-4727	COLETIVO DE CAIÇARA DE SÃO SEBASTIÃO
ELIZABETHE PRATA	23321066	Solicita informações sobre transporte terrestre para AP de Caraguatatuba	Retorno por telefone. Número não existe.	18623316	12 999965296	
LINDOMAR DOS SANTOS		Solicita informações sobre transporte terrestre para AP de Caraguatatuba		22385560-1	012 98126-0598	São Sebastião 2
GABRIELA TIBIRIÇA SARTORI		Solicita informações sobre transporte terrestre para AP de Caraguatatuba		392638964	11 99469-4824	Ubtuba 2
LARA BUENO CHIARELLI LEGASPE		Solicita informações sobre transporte terrestre para AP de Caraguatatuba		43950717-0	12 98123-0465	Ubatuba 2
RENATA MONDINE TAKAHASHI	23321180	Solicita informações sobre transporte terrestre para AP de Caraguatatuba		35107532X	12996083288	Ubatuba 2
SUZANA	sem protocolo	Solicita informações sobre transporte terrestre para AP de Caraguatatuba				



## ANEXO IV – TRANSPORTE E LISTAS DE PASSAGEIROS

## Caraguatatuba 1

Assistente responsável: João Pedro Gerardi.



## Caraguatatuba 1

Lista de passageiros (a van chegou vazia).



## AUDIÊNCIA PÚBLICA

Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3 –  
Empreendedor: PETROBRAS

## LISTA DE PASSAGEIROS

Município: Caraguatatuba - SPRota: Caraguatatuba - 01Responsável: João Pedro Gerardi

NOME	DOCUMENTO	CEL
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		

**Caraguatatuba 2.**

Assistente responsável: Wesley Domingues Martins.

**Caraguatatuba 2.**

Lista de passageiros.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 3 -  
Empreendedor: PETROBRAS**LISTA DE PASSAGEIROS**

Município: CARAGUATATUBA  
Rota: CARAGUATATUBA - PORTO NOVO 02  
Responsável: WESLEY DOMINGUES MARTINS.

NOME	DOCUMENTO	CEL
1. PEDRO PAES SOBRINHO	92.08016-9	(12) 3887-6037/1976
2. FRANCIS XAVIER P. JORDÃO	9.990.483-4	(12) 9.8294-2099
3. EUNICE SOUZA JORDÃO	16.547.890-1	(12) 9.8294-2094
4. GETÂNDIA TEIXEIRA LITE	14.319.519-0	(12) 9.9741-0382
5.		
6.		
7.		
8.		
9.		



**Ubatuba 1 – Costa Norte.**

Assistente responsável: Diego Lopes.

**Ubatuba 1 – Costa Norte.**

Passageiros.





**Ubatuba 1 – Costa Norte.**

Lista de passageiros.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3  
Empreendedor: PETROBRAS**LISTA DE PASSAGEIROS**

Município: Ubatuba  
Rota: Ubatuba I  
Responsável: Diego Lopes

NOME	DOCUMENTO	CEL
1. QUELI LUCIO IARTELLI	47.164.816-4	(12) 99701-974
2. SORAIA BASILIO LOPES	49.712.807-X	(12) 996811154
3. MARIA LUCIO	26.145.052-9	(12) 997872138
4. LETICIA LUCIO DA CRUZ	39.229.553-7	"
5. ALCIDES ALVES JORGE	52.252.897-1	(12) 99735299
6. DEBORA DE CASSIA BARONI	33.198.460-X	(12) 9972150
7. ELIZABETH PRATA	18.623.316	(12) 996599
8. MARIA ALICE DOS SANTOS	25.583.617-X	(12) 9963740
9. ROJEMARY DO NASCIMENTO	26.875.446-9	(12) 99624009
10. MARILENE DOS SANTOS	33.324.137-5	(12) 99600584
11. LEONEL CORREA	18.592.705-1	
12. LUIZ CLAUDIO BERNARDES	26.439.903-1	(12) 98138252
13. LEILA SOARES	28.222.499-3	(12) 99663141
14. DEJARD MARIELINO DE AGUIAR	57.922.164-7	(24) 9995291
15.		
16.		
17.		
18.		

**Ubatuba 2 – Centro e Costa Sul (dois veículos).**

Assistentes responsáveis: Gustavo dos Santos Siqueira e Wesley Alexandre Ribeiro Prudente.





**Ubatuba 2 – Centro e Costa Sul.**  
Listas de passageiros.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3 –  
Empreendedor: PETROBRAS**LISTA DE PASSAGEIROS**Município: UBATUBARota: UBATUBA 02Responsável: Guilherme Das Santos Siqueira

NOME	DOCUMENTO	CEL
1. RENATA MONDINI TAKAHASHI	35107532 X (RG)	12 996083288
2. Gabriela Tibiricá Sartori	39263896-4	11 994694824
3. Lara Bruno Chiarelli Legaspe	43950717-0	12 981230465
4.		
5.		
6.		





## AUDIÊNCIA PÚBLICA

Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 3 -  
Empreendedor: PETROBRAS

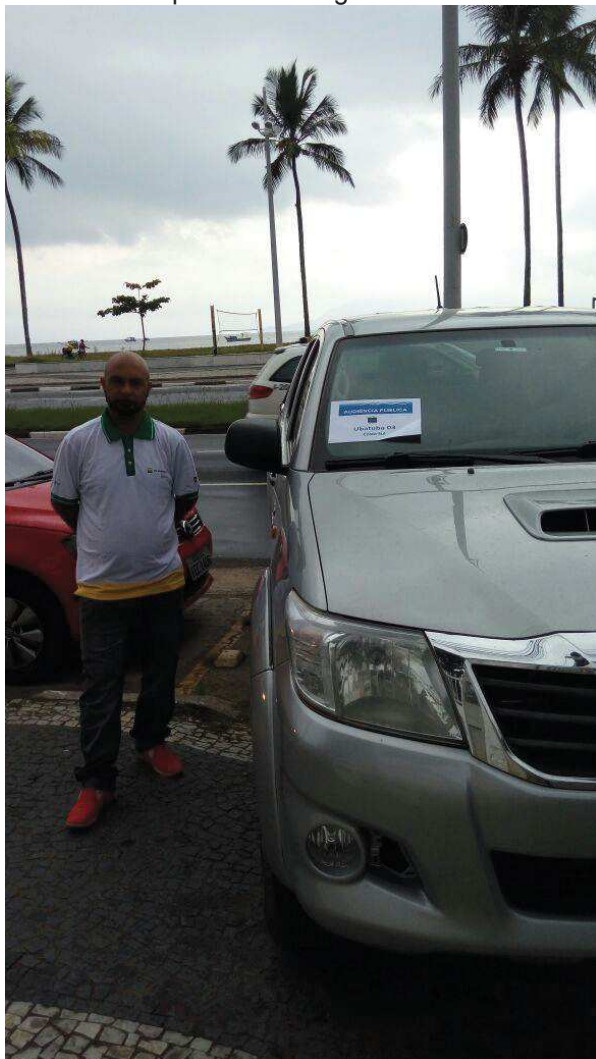
## LISTA DE PASSAGEIROS

Município: UBATUBARota: UBATUBA 02Responsável: Wesley Alexandre Ribeiro Paudense

NOME	DOCUMENTO	CEL
1. <u>Antônio Antônio Ferreira de Oliveira</u>	<u>22.892.592-6</u>	<u>99196-3952</u>
2. <u>BRUNCI A Salgado</u>	<u>16-222-304-3</u>	<u>11) 99539.9011</u>
3. <u>Diana de Oliveira</u>	<u>49.799.203-6</u>	<u>99773-8002</u>
4. <u>Ismael de Oliveira</u>	<u>27.995.589-2</u>	<u>24) 999 681541</u>
5.		
6.		
7.		
8.		

**Ubatuba 3 – Costa Sul (veículo 4x4)**

Assistente responsável: Diego Lemes Hambacher.



**Ubatuba 3 – Costa Sul (veículo 4x4)**

Passageiros embarcados.



**Ubatuba 3 – Costa Sul (veículo 4x4)**

Desembarque dos passageiros.



Ubatuba 3 – Costa Sul (veículo 4x4)  
Lista de passageiros.



**AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gas Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 3  
Empreendedor: PETROBRAS

**LISTA DE PASSAGEIROS**

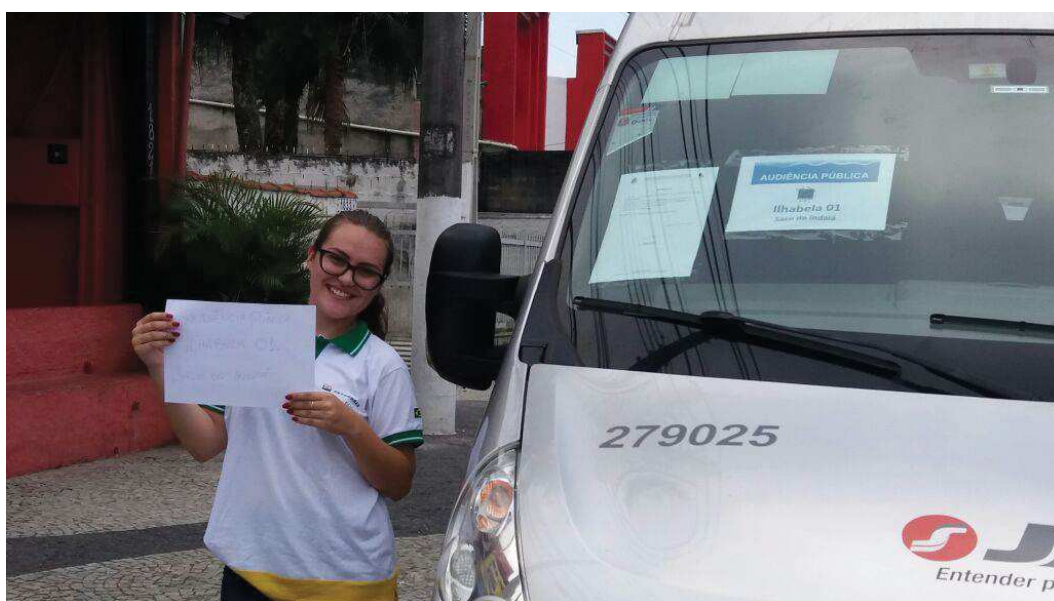
Município: UBATUBA, SP  
Rota: UBATUBA 3 COSTA SUL  
Responsável: Luiz Gomes Nogueira

NOME	DOCUMENTO	CEL
1. RAFAEL MARCOLINO	40.274.786-0	996051497
2. NEIDE ANTUNES DE SA	23.256.782-2	997429045
3. MAGNUS ALEXANDRE	470801153	992426801
4. RAFAELA MACOLINO	40.274777x	997661256
5.		
6.		
7.		



**Ilhabela 1 – Saco do Indaiá (dois veículos, sendo uma van e uma Spin).**

Assistente responsável: Gabriela Camargo Ferraz.



**Ilhabela 1 – Saco do Indaiá**

Entrada dos passageiros na van.





**Ilhabela 1 – Saco do Indaia**

Lista de passageiros.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gas Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3  
Empreendedor: PETROBRAS**LISTA DE PASSAGEIROS**Município: ILHABELARota: SACO DO INDAIAResponsável: Gabriela Comarço Fevry

NOME	DOCUMENTO	CEL
1. Benedita A. Lito Costa	26.599.745-8	(12) 98114-1438
2. Dinéia Andre Costa Oliveira	30.844.910-1	(12) 99238-2917
3. Katia Regina Quimorões	23.805.539-5	(12) 99604-8446
4. Ramiro Costa	19.830.393-2	11
5. Valdemir de Oliveira	36.997.233-8	(12) 99105-1793
6. Evonias Costa	36.997.291-0	(12) 99179-7793
7. Paulo Sérgio de Oliveira	23.241.594-8	(12) 99631-3950
8. Dalker de Oliveira	37.575.169-5	(12) 99155-5781
9. Adelson de Souza Santos	47.044.195-1	(12) 99621-1550
10. Hilario Costa	35.634.774-6	(12) 99158-6072
11. Mariana Cruz Franco	48.773.572-9	(12) 99706-4712
12. Jennifer Maria da Mota Silva	22/10/2012 - filha	Mariana Cruz
13. Fabio Junior dos Santos	41.943.799-X	(12) 99179-3581
14. André Ricardo de Souza	47.774.268-3	(12) 99650-8541
15. Orlando Aguiar de M. Filho	15.917.550-1	
16. Maria Marcia de Oliveira	35.114.637-4	(12) 9963-4072
17. Benedito Junior	7.875.219-X	11
18. Marcos Oliveira Junior	11	11
19. Marcelus M. Oliveira Campos	11	11
20. Roberto Gonçalves de Freitas	25.649.999-8	
21. Benedito Teixeira	17.305.307-5	(12) 99757-6680
22.		
23.		
24.		



**Ilhabela 2.**

Assistente responsável: Alexandre de Almeida Ferreira da Silva.

**Ilhabela 2.**

Passageira e assistente.



## Ilhabela 2.

Lista de passageiros.



## AUDIÊNCIA PÚBLICA

Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 3 -  
Empreendedor: PETROBRAS

## LISTA DE PASSAGEIROS

Município:

Ilha Bela

Rota:

Ilha Bela 2.

Responsável:

Alexandre de Almeida F. de Silva

NOME	DOCUMENTO	CEL
1. Cristiane C. Leal	42.053.86.8-9	992318241
2.		
3.		
4.		

## São Sebastião 1.

Assistente responsável: Jaiane Vieira da Silva.



## São Sebastião 1.



Desembarque dos passageiros.



São Sebastião 1.  
Lista de passageiros.

## AUDIÊNCIA PÚBLICA

Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3  
Empreendedor: PETROBRAS

## LISTA DE PASSAGEIROS

Município: São Sebastião  
 Rota: SÃO SEBASTIÃO 1  
 Responsável: Jaime Vieira

	NOME	DOCUMENTO	CEL
1.	celso alissiras de Jesus	07201486-3	24-9913-
2.	Paula Roberto Costa	20.789.493-4	3862281-
3.	Daniel Daniel de Jesus	18.072016-1	3832281-
4.	Silvana Aparecida	<del>3532448-9</del>	3862107-
5.	Daniel de Jesus	<del>17305825-1</del> 17.746358-2	789534-4
6.	Alcio Rafael de Jesus	28280768-8	
7.	Ernesto de Jesus	50351194-1	98152-
8.	Luciana Ribeiro de Jesus	27260327-9	
9.	Matheus de Jesus		
10.	Murilo de Jesus	50335045-4	5292341-
11.	Murilo de Jesus	33859991-4	9323413-
12.	Murilo de Jesus	26258338-2	
13.	Murilo de Jesus	36392229-6	9905341-
14.	Alciana de Jesus	19828009-9	
15.	Ernesto de Jesus	72999328	
16.	Ernesto de Jesus	20009336	
17.	Ernesto de Jesus	1435060613	
18.	Ernesto de Jesus	293518717	
19.			
20.			
21.			



## São Sebastião 2.

Assistente responsável: Carlos Claito.



## São Sebastião 2.

Embarque e desembarque de passageiros.





**São Sebastião 2.**  
Lista de passageiros.

## AUDIÊNCIA PÚBLICA

Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 3 -  
Empreendedor: PETROBRAS**LISTA DE PASSAGEIROS**Município: São Sebastião

Rota: \_\_\_\_\_

Responsável: \_\_\_\_\_

NOME	DOCUMENTO	CEL
1. Sônia Maria Pereira	32184607-2	12 98207437
2. Sônia dos Santos	22 385560-1	12-9812605
3. Suelino Muniz	6036917	
4. MARCO CAVALCANTE OLIVEIRA	24243429	
5. Humberto Messias Sales	42 053.827-01	
6. Zeca Augusto Sales Silva	55-770072-2	
7. Manoel Sales de, S. S. S.	24.781.286-9	
8. Leonardo Michael Platon	37.080609-8	
9. Carlos Cavalcanti Faria	39237.309-3	
10. Maurício Manoel Lima	40512.996-8	Não vai voltar
11.		
12.		

42

## ANEXO V – REGISTRO FOTOGRÁFICO

Montagem e testes.





Estrutura: geradores, ambulâncias com equipe médica, seguranças  
brigadistas, e recepcionistas.





Fachada do teatro.



Recepção.



Mesa diretora.



Plateia.





## Apresentações.





Intervalo: lanches servidos a todos os participantes.



Mesa de protocolo do Ibama.



Terminais de consulta ao EIA e distribuição do RIMA para interessados.





Sessão de perguntas e respostas.





**ANEXO VI– ÁUDIO E TRANSCRIÇÃO****Áudio**

O áudio da referida audiência será entregue em mãos no dia 09/04/2018, na ocasião da reunião com a CPROD.

**Transcrição****AUDIÊNCIA PÚBLICA CARAGUATATUBA  
20/03/2018**

Sejam todos bem vindos, é uma grande satisfação recebê-los aqui para essa audiência pública relativa à atividade de produção e escoamento de petróleo e gás natural do Polo Pré sal da bacia de Santos, etapa III.

Antes de darmos início, gostaria de pedir a atenção de todos para as orientações de segurança e outras informações importantes do teatro.

(Infos de segurança / do teatro)

Antes de iniciarmos o evento, convidamos a todos para que fiquem em pé para a execução do hino nacional.

(Hino Nacional Brasileiro)

Agradecemos a presença de todos nesse evento em que a Petrobrás cumpre uma exigência legal do Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - referente ao licenciamento da atividade de produção e escoamento de petróleo e gás natural no pólo Pré Sal da bacia de Santos, etapa III. Informamos que para a realização desta audiência foram entregues cópias do estudo de impacto ambiental Eia, e do relatório de impacto ambiental, Rima, do referido empreendimento. A lista das instituições que receberam o Eia e o Rima encontra-se disponível para consulta na mesa do Ibama, localizado aqui ao lado direito do palco. Cópias do Eia e do Rima também estão disponíveis para consulta e coleta caso interesse, no saguão ao fundo do teatro. Durante toda a audiência o Ibama também estará recebendo documentos para protocolo aqui na sua mesa a direita do palco. Informo ainda que o relatório de divulgação dessa audiência também está disponível para consulta na recepção. Para iniciarmos os trabalhos desta noite, convidamos então pra compor a mesa: o senhor Itagiba Alvarenga Neto, coordenador de licenciamento ambiental, de produção de petróleo e gás do Ibama; que irá presidir a mesa. O senhor Guilherme Augusto do Santos Carvalho, coordenador geral de licenciamento ambiental de empreendimentos marinhos e costeiros, que será o secretário executivo desta audiência. O senhor Marcos Vinicius de Melo, gerente setorial de meio ambiente da unidade de operações da bacia de Santos da Petrobrás. E pela Mineral, a empresa responsável pela elaboração do Eia Rima, convido o senhor Ricardo Magalhães Simonsen, coordenador geral do Eia Rima.

E então para fazer a abertura oficial desse evento, convido o senhor Itagiba Alvarenga Neto. Boa noite a todos, são 18 horas e 33 minutos e estamos iniciando nesse momento a audiência pública referente ao processo de licenciamento ambiental do desenvolvimento de produção do polo Pré sal da bacia de Santos, o etapa III.

Esse momento nessa audiência pública, é uma etapa do processo de licenciamento que vai ser melhor descrito na apresentação que eu vou fazer daqui a alguns minutos, mas é uma etapa prevista antes da emissão da licença, onde o órgão licenciador convoca a sociedade, seus representantes, a população, instituições, órgãos públicos, pra colaborar com o processo de licenciamento. Colaborar com informações, colaborar com seus questionamentos, suas dúvidas, suas demandas, pra que a gente possa trazer e incorporar isso dentro do nosso processo. É uma forma de enriquecer o processo e efetivamente e tentar alcançar um melhor resultado pros seus objetivos.

Nós temos ciência que a figura da audiência pública tem suas limitações, é um instrumento que nós ainda estamos lidando, talvez... tem suas deficiências, mas ela é um momento extremamente rico, nós temos que aprimorá-la e valorizá-la. Então, aqui nesse momento, uma recomendação, um ponto que eu coloco, nós estamos aqui pra responder a vocês, nós como órgão licenciador, a Petrobrás como empreendedor, a consultora, a Mineral no caso, como a responsável pela elaboração do estudo. Nós estamos aqui para dar as respostas que vocês demandarem da gente e pra absorver as colocações que vocês fizerem. Então eu entendo como um momento extremamente rico dentro desse processo. Convido vocês pra que efetivamente tornem essa audiência realmente construtiva. Antes de passar a palavra pros demais componentes da mesa, só fazendo uma correção, o Guilherme Augusto ele é analista ambiental da coordenação de produção, nosso coordenador geral é o senhor Antonio Celso, que tinha um outro compromisso hoje vinculado a diretoria de licenciamento e não pode estar aqui presente hoje, senão aqui ele estaria, e ele estaria presidindo a mesa, só para registro.

Passo a palavra aos demais integrantes da mesa pra fazer uma fala inicial.

Boa tarde a todos, sejam muito bem vindos ao teatro Mario Covas, é uma honra e uma deferência estar na noite de hoje aqui podendo apresentar o projeto do processo de licenciamento ambiental do etapa 3 do Pré sal da bacia de Santos. Espero que ao final dessa noite, principalmente aqueles que tem alguma dúvida ainda em relação ao estudo ambiental e ao projeto do Pré sal, saiam daqui com essas dúvidas dirimidas. Muito obrigado por terem vindo.

Obrigada a todos pela saudação inicial e para dar continuidade ao evento convido então novamente o senhor Itagiba para iniciar com a apresentação do Ibama.

Mais uma vez boa noite a todos. A minha apresentação é bastante rápida, até por que eu acho que o foco dessa audiência é sobretudo a descrição do projeto, o diagnóstico e as conclusões deles, então a apresentação do Ibama é mais pra dar um *overview*, apresentar pra vocês o status que hoje se encontra o processo de licenciamento do etapa 3 no órgão. Nós estamos na terceira etapa. O etapa 2 como o nome dele diz já vem, nós já tivemos o etapa 1, o etapa 2, que já tiveram o processo de licenciamento ambiental junto ao Ibama, já obtiveram uma série de licenças, no caso etapa 1 ele efetivamente não tem mais nenhuma licença a ser emitida no escopo do seu processo, ele hoje é um processo ativo por que ele se encontra em processo de pós licença, ou seja nós estamos acompanhando a efetividade, o cumprimento das condicionantes que foram desenhadas dentro do processo. Temos o etapa 2, que nós ainda temos algumas licenças sendo trabalhadas, licenças de instalação e operação, paralelamente nós trabalhamos sempre a variação das condicionantes, a efetividade do seu cumprimento, tomando as medidas para correção, para que a empresa, o empreendedor efetivamente cumpra e que a gente com isso consiga avaliar o impacto e tomar as medidas necessárias. E agora nós estamos na etapa 3.

Primeiramente essa é uma rápida descrição do que é o processo de licenciamento ambiental: O processo de licenciamento ambiental é um processo administrativo, de caráter público que visa fazer a avaliação ambiental, a avaliação de impacto, análise de risco e definir pela sua viabilidade ou não, dentro de determinadas condições.

Uma palavra que tem que ser destacada é a palavra público. O processo é público, qualquer cidadão, qualquer um de vocês tem direito a solicitar informação, demandar, fazer seus questionamentos, apresentar contribuições ao órgão licenciador, nesse caso o Ibama. Nós temos obrigação de prestar as respostas e de incorporar, de receber, analisar e incluir essas demandas dentro do processo de licenciamento. Então reforçando a minha fala inicial na mesa, vamos valorizar esse momento da audiência pública, trazer suas questões, suas dúvidas, suas contribuições, são muito ricas, nós recebemos contribuições às vezes da sociedade civil, instituições públicas, órgãos ambientais do município, do estado, ministério público nos questiona também, contribui muitas vezes com informação e isso enriquece o processo de licenciamento, torna ele melhor. Então reforçando o que já foi dito, participem. Pra além disso, a qualquer momento no processo de licenciamento ele pode ser consultado, ele pode recepcionar pedidos de informações, de demandas da sociedade de forma geral.

O Ibama é o órgão licenciador desse empreendimento. Toda atividade de exploração e produção de petróleo *offshore* é de competência do Ibama, só o Ibama licencia essa categoria de atividade. Esse é o organograma da diretoria de licenciamento ambiental, que se localiza em Brasília. Ela é responsável por conduzir, ela é diretoria dentro do Ibama, responsável por gerir todos os processos de licenciamento ambiental de sua responsabilidade. A sua organização se dá por coordenações gerais que tem como organização as suas tipologias. Então nós temos a “Cgtes”, que é de empreendimentos pontuais terrestres, a “Cglin” que é a coordenação geral de empreendimentos terrestres lineares e a coordenação geral de empreendimentos marinhos e costeiros, que é a coordenação geral a qual nós estamos vinculados. Então está a “Coprod” coordenação de licenciamento de produção de petróleo e gás, que conduz o processo da etapa 3, como a coordenação de exploração de petróleo e gás, que conduz os processos de licenciamento ambiental referente a perfuração marítima e atividade sísmica. Dentro da “Cgmac” ainda há a “Comar” que é a coordenação de licenciamento de portos, pesquisa e empreendimentos marítimos. Esse é o arcabouço, a estrutura, são as caixinhas do Ibama que analisam os empreendimentos conforme a sua tipologia.

Aqui é uma simplificação, uma breve descrição do fluxo do processo de licenciamento ambiental. Inicialmente quando o empreendedor, no nosso caso nesse processo a Petrobrás deseja protocolar, deseja desenvolver um projeto, um empreendimento, ele faz uma ficha de caracterização de atividade, que é uma descrição extremamente sucinta do que ele quer fazer, de qual empreendimento ele quer desenvolver, o ambiente aonde ele pretende desenvolver, algumas informações básicas sobre o empreendedor em si, e ele inicia o processo. Nesse momento, quando nós recebemos a FCA, automaticamente é aberto um processo. Para demais tipologias existe a figura da análise de competência. A diretoria de licenciamento ambiental dentro dos parâmetros legais avalia se esse empreendimento é de competência ou não do Ibama. No nosso caso essa etapa ela é pulada por que só a União pode fazer o licenciamento ambiental de exploração e produção de petróleo e gás *offshore*, então na prática não há análise de competência, se é uma atividade de exploração e produção de petróleo, é competência do Ibama. Então é aberto o processo, é feito o enquadramento que se aplica a atividade de exploração, o nosso caso não é o caso, e o Ibama emite um termo de referência. O que é o termo de referência: é um documento que dá as diretrizes para a elaboração do estudo ambiental que irá subsidiar o processo de licenciamento ambiental. Nele consta o diagnóstico da área, a descrição do empreendimento, a avaliação do impacto, a análise de risco, já consta nele uma proposta de medidas mitigadoras para os impactos do empreendimento. Então o termo de referência ele dá a receita, como se fosse uma receita, ó empresa, me apresente o estudo dentro desses parâmetros. E é isso que ela tem que fazer. Ao receber o TR a empresa elabora o estudo, no tempo que ela leva pra isso. Então ela entrega ao Ibama o estudo, acompanhado do seu requerimento de licença, no caso, requerimento de licença prévia. E aí se inicia o processo de análise desse documento por parte do Ibama. A primeira análise é se efetivamente eles atenderam, se o documento apresentado está dentro das diretrizes registradas no termo de referência. Basicamente uma análise de estar de acordo ou não com o que foi pedido. Nesse momento ainda não há análise de conteúdo. Ok, então o estudo é aceito e então começamos a análise. Durante a análise o Ibama emite seus pareceres técnicos que avalia todo o conteúdo dele. Mais pra frente a gente vai ter o histórico já dos pareceres que já foram emitidos no âmbito desse processo. Ao mesmo tempo nós iniciamos o processo de consulta pública, no nosso caso através de audiências públicas. Essa aqui em Caraguatatuba é a quarta audiência que nós estamos realizando, já realizamos em Niterói no Rio de Janeiro, em Angra dos Reis também no Rio de Janeiro, em Santos aqui em São Paulo e agora estamos aqui. Nesse momento, como já foi dito, nós recebemos questionamentos, contribuições, pedidos, enfim, uma série de informações que serão obrigatoriamente incorporadas ao processo de licenciamento. Passada toda essa etapa, pareceres intermediários podem ser emitidos, a empresa responde uma série, as colocações que são postas aqui são avaliadas pelo Ibama e encaminhadas pra empresa, absorvemos as respostas, enfim, entra num processo de análise. O Ibama emite pareceres intermediários, a empresa responde até que nós cheguemos ao ponto de conseguir fazer uma emissão de um parecer conclusivo. O que é o parecer conclusivo? É onde a equipe técnica do Ibama vai se



manifestar, com base nas questões técnicas, pela viabilidade ou não do empreendimento. Nesse momento nós faremos um parecer recomendando ou não a emissão da licença requisitada. Esse parecer com a indicação ou não da emissão da licença é submetido à diretoria de licenciamento ambiental, a equipe técnica faz o parecer, é feito um despacho da coordenação, no nosso caso da “Coprod”, acompanhado de um despacho da coordenação geral e toda essa sequência de documentos é submetido à diretoria de licenciamento ambiental que irá se manifestar com base nesse parecer. E a última etapa é submeter à presidência do Ibama. Toda licença ambiental é emitida pela autoridade máxima do nosso órgão, no caso a nossa presidente. Ela vai receber o parecer, as manifestações técnicas das coordenações de área, da coordenação geral, da diretoria, e ela assinará ou ratificará o deferimento da licença. Nesse momento, no cenário onde a indicação seja pela emissão e o órgão emita a licença, a licença é emitida e inicia-se o acompanhamento. O processo de licenciamento ambiental não se encerra na emissão da licença, pelo contrário, a maior parte do nosso esforço, do nosso tempo é acompanhar uma série de condicionantes de empreendimentos que levarão 20, 25, 30 anos. Então nós temos a obrigação, é obrigação do órgão licenciador acompanhar as condicionantes, avaliar sua efetividade e cobrar do empreendedor que elas efetivamente sejam implementadas e com base nisso, ao longo do tempo, como eu disse o empreendimento de 20, 25, 30 anos, ajustes podem ser realizados ao longo do tempo de vida útil do empreendimento de forma a mitigar os impactos, minimizar os impactos efetivos do empreendimento.

Esse é o último slide, é só pra fazer um histórico do processo atual. Em julho de 2015 foi emitido o termo de referência, como eu disse, são as diretrizes pra elaboração do estudo ambiental. Em julho de 2017 foi protocolado pela Petrobrás o requerimento de licença prévia e o Eia Rima, que foi baseado no termo de referência 11 de 2015. No mês seguinte já, o Ibama emitiu o parecer técnico 107, 2017, que avaliou se o estudo apresentado estava dentro das diretrizes constantes no termo de referência. Foram feitas algumas observações mas foi considerado que o estudo, poderia se iniciar a análise. E em 26 de fevereiro desse ano foi emitido o primeiro parecer de análise do conteúdo do estudo de impacto ambiental do processo de licenciamento ambiental do etapa 3. É um parecer bastante denso com uma série de questões, um parecer com mais de 200 páginas onde a equipe do Ibama analisou profundamente o estudo e solicitou uma série de complementações, uma série de questões foram repassadas ao empreendedor para que ele respondesse para que nós possamos dar sequência ao processo de licenciamento ambiental. Então nesse momento nós estamos no aguardo da empresa nos encaminhar a resposta. Paralelo a isso, estamos aqui, como já estivemos em outras audiências públicas, recebendo a contribuição de vocês, as questões que se somarão à resposta da empresa na construção do processo de licenciamento. Até que nós tenhamos condições de efetivamente emitir o nosso parecer conclusivo pelo deferimento ou não do empreendimento.

É isso, passo a palavra pra empresa que poderá, acho que é um momento rico que a empresa apresentará a descrição do projeto, a consultora também fará a descrição de como foi elaborado o estudo, temos aqui o contato tanto da coordenação geral, nossa coordenação geral está em Brasília, como a coordenação de produção que é a coordenação de área que conduz o presente processo e o email. Qualquer um desses canais está aberto pra qualquer um que queira entrar em contato, trazer suas questões, pedir informação sobre o processo, então todos eles estão aqui para servir a sociedade, para lhe atender. Então por favor, que tenhamos uma audiência muito rica, e consigamos fazer um processo de licenciamento ambiental melhor. Muito obrigado a todos, e uma ótima audiência pra gente.

Muito obrigada senhor Itagiba pela apresentação, então agora passaremos a palavra ao gerente setorial de meio ambiente da unidade de operações da bacia de Santos da Petrobrás, o senhor Marcos Vinicius de Melo, que fará uma apresentação sobre o empreendimento e seus objetivos.

Mais uma vez boa noite, vou passar os próximos 15 minutos aproximadamente discorrendo sobre o empreendimento que compõem as atividades de produção e escoamento de petróleo e gás do Pré sal na bacia de Santos etapa 3.

A nossa agenda de uma maneira bastante simplificada ela conduz a um histórico das atividades da bacia de Santos, o que que acontece desde a década de 90 pra cá,

efetivamente sobre as atividades que vem já ocorrendo na bacia de Santos que é um breve esclarecimento sobre o que é o Pré sal, o que é um navio FPSO que é um navio que tem capacidade de produzir e estocar petróleo e gás, exportar o gás né, o sistema submarino que compõe o sistema de produção, o transporte do óleo e depois falaremos especificamente sobre as atividades em licenciamento, que é a terceira etapa do Pré sal da bacia de Santos. Atividades sendo desenvolvidas, a localização, aonde se situa o empreendimento, justificativa do empreendimento, por quê fazer esse empreendimento e aonde estão localizadas as bases de apoio marítimas e aérea.

Bom, importante, fundamental conhecermos o que é a bacia de Santos. Nós estamos falando da maior bacia sedimentar da costa brasileira, que tem as suas atividades iniciadas nos idos anos 90 especificamente em 1993 com o início da produção do campo de merluza que tinha o foco exclusivo em gás natural e o chamado condensado leve de petróleo que é basicamente uma gasolina natural. Esse campo por produzir apenas gás e condensado, o gás e o condensado são escoados por gasoduto até a refinaria Presidente Bernardes em Cubatão. Em 2006 foi definido o polígono que compõe a área geográfica da bacia de Santos, ou seja, a região onde podemos efetivamente prosseguir nas atividades de produção e exploração de petróleo e gás.

Nessa época em 2006, nós produzíamos aproximadamente 965 mil metros cúbicos de gás por dia e 1.200 barris de condensado leve de petróleo. Em 2011 já com o advento do etapa 1 do Pré sal e cumpre lembrar que o campo pioneiro, o campo de Lula, ele tem um licenciamento exclusivo pra ele que iniciou-se a condução em 2006. Mas em 2011 nós já tínhamos em produção o campo de lagosta, vizinho a merluza, a plataforma de mexilhão que foi o início efetivo da bacia de Santos, produz gás, o maior campo de gás não associado que se tem conhecimento no mundo, quer dizer o seguinte, quando você produz petróleo, o petróleo geralmente vem associado a gás. O caso de merluza é basicamente um campo de gás, só que com o advento do Pré sal se optou por fazer uma linha, nós chamamos de linha os gasodutos, que é o chamado rota 1, que escoo o gás da região do Pré sal para merluza, pra plataforma de merluza e depois, ainda o rota 1 prossegue até a unidade de tratamento de gás em Caraguatatuba.

Também em 2011 já havia operação no campo do Pós sal de Uruguá-Tambaú por meio do FPSO cidade de Santos. Em 2011 produzíamos 9 milhões e 500 mil metros cúbicos de gás por dia e 81 mil barris de petróleo por dia na bacia de Santos. Também não menos importante destacar, que aí já havíamos recebido autorização do Ibama para realizar a perfuração, que é um outro processo de licenciamento de poços de petróleo na bacia de Santos. No caso a licença de operação de perfuração de poços na bacia de Santos é para 120 poços por ano, isso é acompanhado por meio de relatórios periódicos. Então em dezembro de 2014 já com o advento do etapa 2 do Pré sal sendo implementado, algumas unidades, a primeira unidade principalmente, nós já tínhamos essa configuração na bacia de Santos produzíamos 26 milhões de metros cúbicos de gás natural e 462 mil barris de petróleo por dia.

Em dezembro do ano passado, essa aqui é uma atualização fotográfica, nós tínhamos já implementados muitos projetos da etapa 2, todos os projetos do etapa 1 já implantados, eram 3 projetos do etapa 1 e 12 do etapa 2 e também o sistema de produção antecipado do pioneiro de libra no campo de Mero, também não menos importante destacar.

Adicionalmente, ainda no campo do Pós sal, também em operação está o FPSO cidade de Itajaí produzindo no campo Baum em Piracaba. E no Pré sal esse universo de unidades de produção. Aí também temos a entrada em operação do gasoduto chamado rota 2 que ele faz uma variante do rota 1 exportando o gás da região do Pré sal até o terminal de Cabiúnas no Rio de Janeiro.

Em dezembro de 2017 a nossa produção exclusiva da bacia de Santos é da ordem de 52 milhões de metros cúbicos de gás por dia e 1 milhão e 120 mil barris de petróleo por dia. É importante lembrar que a produção atual de petróleo do Brasil está na ordem de 2 milhões e meio barris de petróleo por dia ou seja, a bacia de Santos já é responsável por aproximadamente metade da produção de petróleo do Brasil. E fizemos uma projeção pro ano de 2019 ainda sem os projetos da etapa 3, mas com os projetos do etapa 2

integralmente implementados, somando 1 milhão e 800 mil barris na bacia de Santos e 82 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural. É importante lembrar da importância do gás natural na matriz energética brasileira. Ele é considerado o combustível de natureza fóssil, natureza natural desculpem a redundância foi um ato falho, mais ambientalmente adequado que existe por que ele tem apenas 1 carbono em mais de 90% de sua composição.

Vamos agora focar no etapa 3 que é efetivamente o processo que encontra-se em licenciamento. O Pré sal da bacia de Santos é esta área compreendida do sul do estado do Espírito Santo até o extremo sul ou norte do estado de Santa Catarina, como eu disse, a maior bacia sedimentar brasileira. Ela ocupa, nós temos hoje autorizados pela ANP pra efetivamente explorar petróleo e gás numa área de aproximadamente 149 mil quilômetros quadrados, só que exclusivo para a bacia de Santos, que tem os seus limites compreendidos atualmente entre Arraial do Cabo no estado do Rio de Janeiro e o sul de Santa Catarina, Florianópolis. São grandes reservatórios de petróleo e gás natural, que encontram-se 5 a 7 mil metros abaixo do nível do mar. Então nós temos aqui um FPSO, um navio de produção de petróleo na superfície do mar, uma lâmina d'água de aproximadamente 2 mil metros, são 2km de lâmina d'água, uma camada de pós sal até onde muito pouco tempo atrás, até 10 anos atrás era a única região aonde a Petrobrás explorava petróleo e gás, bacia de Campos por exemplo, a camada de sal, aproximadamente 2 a 2km e meio especificamente de sal e depois os reservatórios que encontram-se na camada do Pré sal. Isso aqui totaliza algo entre 5 a 7 km de distância do navio até a rocha reservatória.

O que é um FPSO, aqui é uma sigla inglesa que traduzindo para a nossa língua quer dizer que é um navio plataforma que produz, armazena e transfere petróleo e gás. O gás devido a distância onde se encontram os campos de petróleo estão a no mínimo 170 km da costa e alguns a 300 km da costa, é viável de você fazer a exportação de gás por meio de gasodutos, mas o petróleo no caso não, então se utilizam navios aliviadores. Um navio plataforma que é esquematicamente esse desenho que vocês estão vendo aqui, ele tem capacidade pra acomodar até 160 pessoas a bordo. São pessoas que operam tanto na parte de marinharia vamos dizer assim, segurança de navegação, ele não navega, ele fica fixo, mas tem questões ligadas a navegação e a parte operacional específica da operação das plantas e separação de gás, enfim de tratamento de óleo, de coisas dessa natureza. Se alinhássemos todas as linhas que compõe um sistema de produção desse estaríamos falando algo em torno de 350 km entre dutos flexíveis e rígidos, algo similar a distância daqui até o Rio de Janeiro possivelmente. Eles encontram-se a 2 mil metros entre a superfície do mar e o assoalho marinho, o petróleo como eu disse, ele é descarregado por meio de navios tanque e aí é importante uma ressalva: nós estamos falando de um projeto em licenciamento que é exclusivamente deste ponto aqui, que é o mangote de *offload* até esse ponto aqui, ou seja tudo compreendido entre a árvore de natal e o mangote de *offload* faz parte do processo de licenciamento. O transporte de petróleo se dá por uma empresa contratada pela Petrobrás em que pese ser da *holding*, ela tem o Cnpj próprio tem sua gestão exclusiva, a Petrobrás não tem nenhuma relação no que diz respeito a gestão da “TransPetro” e a “TransPetro” não tem nenhuma relação no que respeita a gestão da Petrobrás.

Um FPSO típico tem capacidade de produzir 180 mil barris de petróleo por dia e algo em torno de 6 milhões de metros cúbicos de gás. Ele mede em torno de 330 metros que é o equivalente a 3 campos de futebol e pesa o equivalente a 63 mil e 300 toneladas, alguma coisa parecida com 143 boeing 747 800, aquele famoso “Jumbo”, um avião grande.

Então aqui é um desenho esquemático do sistema submarino ou seja, o que está debaixo d'água. Então como eu disse, o poço ele tem seu licenciamento próprio, tem sua licença de operação hoje vigindo para até 120 poços por ano, é um processo que está conduzido pelo Ibama. O que nós estamos falando hoje são desses “*raizers*”, são essas linhas de produção que estão aqui e do navio plataforma. Então os sistemas nós temos linhas de produção de petróleo, geralmente algo em torno de 8, que essas mesmas linhas também podem trazer gás e água pra reinjetar no campo, isso é uma prática comum na atividade de petróleo e gás no mundo. Existem as linhas de exportação, os gasodutos de exportação como aquele que chega aqui em Caraguatatuba aqui na base de gás e linhas de produção e ingestão e a famosa árvore de natal molhada que é este equipamento aqui que fica em cima do poço que regula a produção, essa produção pode ser ampliada pode ser interrompida, essa efetivamente se tem ingestão por meio do navio plataforma.



O navio plataforma ele fica ancorado por meio de um sistema de 24 âncoras, mas na verdade são estacas torpedos cada uma delas com aproximadamente 120 toneladas são 12 na proa, na frente do navio e 12 na popa que é na parte de trás do navio, esse posicionamento da embarcação ela é escolhida com critérios “meta-oceanográficos” pra garantir a melhor posição de fixação do navio plataforma.

Pro transporte de petróleo no Pré sal da bacia de Santos são utilizados aproximadamente 30 navios aliviadores que fazem as viagens entre o Pré sal da bacia de Santos e os terminais na costa brasileira, mas também pode ser que esse petróleo seja exportado para um outro país, nós temos parceiros na atividade, lembrando não menos importante também, hoje operando na bacia de Santos já existem 13 empresas de petróleo e 7 delas são parceiras da Petrobrás, também isso não é menos importante. E mais uma vez reiterando, o transporte de petróleo não faz parte desse processo de licenciamento.

Como serão as atividades do projeto etapa 3? Nós teremos projetos de curta duração e de longa duração, os projetos de curta duração tem o objetivo específico de realizar testes para avaliação da capacidade de produção de uma área, então são projetos que duram em torno de 6 meses a 1 ano e são chamados teste de longa duração ou sistemas de produção antecipada, mera semântica por que é efetivamente a mesma atividade, apenas quando há a declaração de comercialidade de um campo pela ANP, se muda o nome de TLD pra SPA, se muda o nome de teste de longa duração pra sistema de produção antecipada. Ambos tem a mesma finalidade, produzir testes no reservatório, tem apenas 1 poço produtor e tem a duração em média de 6 meses. No etapa 3 também tem a previsão de um piloto de curta duração, que nesse caso específico há a previsão da implantação de 1 poço injetor de gás, o petróleo sobre para o navio plataforma junto com o gás, lá ele é separado e reinjetado no campo, nesse momento ainda não se há uma avaliação do potencial produtivo daquele campo então não há sentido em fazer um gasoduto ou interligar o piloto a uma das 3 rotas existentes na bacia de Santos, 2 delas em operação e 1 ainda em fase de licenciamento. E os projetos de longa duração duram em média 30 anos, eles tem aproximadamente 8 poços produtores e 6 poços injetores interligados ao navio plataforma e a possibilidade de gás por meio de gasodutos.

Aqui é esquemático, uma fotografia ilustrativa apenas, esse aqui é um navio típico que realiza um teste de longa duração e esse é um navio típico que realiza um projeto de longa duração. Então no etapa 3 estão previstos 1 teste de longa duração, 9 sistemas de produção antecipadas e 1 piloto de curta duração e 11 projetos de desenvolvimento da produção e 1 piloto de longa duração de igual período também aproximadamente 30 anos.

No que respeita aqui dando um zoom aonde serão implantados esses projetos, aqui a gente ainda não tem uma visão da costa brasileira onde eles estão situados mas no próximo *slide* dá essa noção bastante clara. Então nós já temos alguns processos implementados e a previsão nesses campos que estamos mostrando aqui, libra, Bms 24, sul de Lula, Bms 11, sul de Sapinhoá, Sagitário, Itapu, enfim e Sururu também e “Atapu” então basicamente são nesses locais que, aí sim dá pra ter uma boa ideia, os projetos que estão em vermelho são os projetos do etapa 3 que ainda não tem a sua viabilidade ambiental aprovada pelo Ibama, atestada pelo Ibama, eles encontram-se em fase apenas de licenciamento e projeto. Então dá pra perceber que o grande número de projetos está pra porção mais ao norte do sudeste brasileiro, mais para o lado do Rio de Janeiro, e aqui já é uma projeção do rota 3 que é a terceira rota de gasoduto que encontra-se em licenciamento, este chegando ao “Comperj”, complexo petroquímico do Rio de Janeiro.

E por que realizar o etapa 3, por que a Petrobrás deseja implementar esse projeto? Por que é um significativo avanço na produção de petróleo e gás natural do Brasil lembrando que a nossa matriz energética hoje é a base de petróleo, temos poucas alternativas ainda talvez num médio, longo prazo teremos a substituição integral do petróleo como combustível, mas nesse momento ainda não é possível e mesmo que haja essa substituição por combustível, a nossa indústria, a indústria mundial petroquímica ela é focada na indústria de petróleo, então diversos produtos da nossa utilização cotidiana que vai desde a aspirina até o assento da cadeira onde os senhores estão sentados são originárias, tem origem no petróleo.

Previsão de produção média de todos os empreendimentos é superior a 500 mil barris a nossa expectativa é que até 2022 haja um incremento efetivo na produção de petróleo da bacia de Santos da ordem de 2 milhões de barris de petróleo e aumento de oportunidades para a indústria nacional.

E se o etapa III não for realizado? Não haverá a arrecadação de tributos, inclusive royalties que contribuem com a economia e ampliam o potencial de investimento dos municípios, também não haverá a ocorrência dos impactos negativos nos meios físicos, bióticos e sócio econômicos previstos na fase de instalação e operação. O que no Eia se chama de impactos operacionais ou impactos efetivos, aqueles que seguramente acontecerão, e menor probabilidade de ocorrência de impactos potenciais relacionados ao derramamento de óleo, igualmente no Eia se chama impactos potenciais.

Enfim, as bases de apoio da bacia de Santos para o etapa 3 não há nenhuma previsão de incremento nem alteração do que a Petrobrás já vem realizando hoje ou seja no que respeita a base de apoio marítimo continuaremos operando pelo porto de Niterói e Rio de Janeiro e a base de apoio aérea por Cabo Frio e Jacarepaguá e Itanhaém apenas para alguma eventualidade, situação de emergência ou coisa que o valha. Nós, pra ter uma ideia, no ano passado não tivemos nenhum voo de Itanhaém para o Pré sal da bacia de Santos.

Era isso que eu tinha a apresentar aos senhores e as senhoras, eu espero que após o intervalo, quando haverá oportunidade da realização de perguntas escritas e orais, vocês tragam suas dúvidas para nós, muito obrigado.

Obrigada senhor Marcos Vinicius, e agora para falar sobre o estudo de impacto ambiental do empreendimento convidamos o representante da consultoria Mineral, o senhor Ricardo Magalhães Simonsen.

Senhoras e senhores presentes boa noite, meu nome é Ricardo Magalhães Simonsen, trabalho na Mineral Engenharia e Meio Ambiente, a empresa contratada pela Petrobrás pra elaboração dos estudos ambientais, que procuram trazer informações pra que o Ibama possa analisar e decidir sobre a viabilidade ambiental desse empreendimento. A minha função aqui hoje é trazer para os senhores informações sobre esses estudos, como foram feitos, suas principais conclusões, os principais impactos ambientais ou seja as alterações no meio ambiente que esse empreendimento pode ocasionar, como elas vão se manifestar, como gerenciar essas modificações do meio ambiente. A apresentação está estruturada da seguinte forma: vamos falar um pouquinho sobre o estudo de impacto ambiental, a área de estudo ou seja, a área de abrangência onde no primeiro momento se entende que o meio ambiente possa sentir os reflexos do empreendimento, o diagnóstico ambiental, as características do meio ambiente, aqui é a parte mais importante do Eia, quais são os impactos ambientais que ocorrem, as medidas pra diminuir o efeito desses impactos, corrigir pra torná-los aceitáveis, a área onde esses impactos realmente acontecem, os projetos ambientais, análise de riscos ambientais, é um empreendimento que produz, manuseia e estoca óleo e gás, então tem um componente de risco envolvido e as conclusões do estudo. O Eia Rima foi elaborado seguindo o termo de referência emitido pelo Ibama, como nós vimos aqui na apresentação do Ibama, do Itagiba, que é um documento que traz de forma bastante clara o quê e como o Ibama entende que deve ser estudado pra que ele possa avaliar a viabilidade ambiental desse empreendimento. O Eia é um estudo bastante complexo esse em particular entre texto e anexo tem mais de 8 mil páginas, é feito por algumas dezenas de profissionais de várias formações diferentes, pra que a gente possa realmente entender como esse empreendimento vai ser relacionar com o meio ambiente. E ele tem uma estrutura bastante simples, bastante razoável de ser. É importante a gente conhecer o empreendimento ou seja, quais são as ações do empreendimento que podem ter algum reflexo no meio ambiente. A localização dos projetos, as bases de apoio, quantidade de mão de obra, quantidades produzidas, são ações importantes da gente conhecer pra saber quais que podem modificar o meio ambiente. Importante conhecer o meio ambiente em bastante nível de detalhe todos os meios envolvidos. O conhecimento desses 2 grandes blocos de informação então permite que seja feita a identificação e a avaliação dos impactos ambientais. Posteriormente são propostas as medidas e projetos ambientais procurando garantir a viabilidade ambiental desse empreendimento.

Uma vez concluindo o Eia é feito um documento chamado Rima, este em particular tem cerca de 90 páginas numa linguagem mais fácil, acessível, trazendo as principais informações do Eia, aquele documento pesado, técnico com alguns milhares de páginas. Quem tiver a oportunidade de ler o Rima eu recomendo, é uma leitura bastante fácil,

bastante fluida, gostosa de ler e traz uma série de informações importantes sobre esse empreendimento.

Quando se começa a fazer o Eia a primeira coisa é definir aonde vamos estudar, qual a área que será estudada. O termo de referência do Ibama trouxe os critérios pra definição dessa área de estudo, ele é um espaço de amplas dimensões aonde com base numa previsão preliminar dos impactos procura-se cobrir todo o espaço possível de ocorrer impactos desse empreendimento ou seja, não se poupa espaço, se procura ser o mais conservador possível garantindo que se estude toda a área que pode ter algum reflexo desse empreendimento. Pro meio físico e pro meio biótico, pro meio natural foi definida toda a área da bacia de Santos como área de estudo. Já pro meio sócio econômico, também com base nos critérios definidos pelo termo de referência do Ibama, identificados os municípios que tivessem infra estrutura de apoio de serviços de equipamentos públicos que pudessem ser utilizados pelo empreendimento, atividades econômicas que pudessem ser afetadas pelo empreendimento, municípios que poderiam vir a receber royalties pelo critério de serem confrontantes as áreas de produção e modelagem de vazamento de óleo, municípios que possam ter suas atividades econômicas de turismo e de lazer alteradas de alguma forma em caso de vazamento de óleo.

Foram incluídos na área de estudo 24 municípios nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Aqui no litoral norte do estado de São Paulo foram incluídos São Sebastião por que está na área geoeconômica de Caraguatatuba que é um município que oferece estrutura de serviços e equipamentos, tem uma base, um terminal da Petrobrás que processa gás natural lá. Ilhabela, município que pela sua localização geográfica deverá receber royalties dos empreendimentos do etapa 3, Caraguatatuba justamente aonde recebe o gasoduto que chega trazendo gás do Pré sal, tem a unidade de tratamento de gás, funcionários da Petrobrás utilizando infra estrutura, serviços de equipamentos públicos e Ubatuba também por estar na área geoeconômica de Caraguatatuba. Já foram utilizados para a elaboração desse estudo alguns projetos ambientais que vem sendo desenvolvidos pela Petrobrás, entre eles, o projeto de monitoramento do tráfego de embarcações na bacia de Santos que monitora a rota das embarcações de apoio e de alívio da Petrobrás na bacia de Santos, aqui é um exemplo do resultado desse projeto, aonde se tem em cores mais fortes a área com maior densidade de movimento de embarcações que ocorrem justamente junto as unidades de produção e junto ao principal porto utilizado na baía da Guanabara, os portos de Rio e Niterói e uma área grande com pouca movimentação de embarcações, quer dizer esses resultados desses projetos já foram utilizados pra definição da área de estudo do Eia. O projeto de monitoramento de atividade pesqueira, é um projeto também desenvolvido pela Petrobrás com a operacionalização do instituto de pesca da secretaria de agricultura que é o órgão responsável pela execução do projeto, aonde se procura conhecer a pesca artesanal, industrial, desde lá de Santa Catarina até Cabo Frio no Rio de Janeiro, é um projeto grande com 2.800 km de litoral, monitoramento do desembarque pesqueiro e conhecimento do perfil sócio econômico dos pescadores artesanais de toda a área da bacia de Santos.

Aqui nós temos alguns exemplos de resultados desse projeto de monitoramento da atividade pesqueira, esse daqui é um exemplo deles aonde a gente tem as áreas de pesca artesanal dos 4 municípios do litoral norte a gente vê aonde eles ocorrem isso com base nos levantamentos feitos pelo instituto de pesca no âmbito desse projeto e aqui nós trazemos para o município de Ubatuba especificamente que é um município cuja área de pesca tem interferência com a rota das embarcações de apoio e o projeto traz não só aonde pescam mas com que frequência pescam, ou seja, uma vez feitos os levantamentos de campo quantas citações de uso de um determinado local foi feita pelos pescadores. Então em cores mais fortes aqui os locais mais pescados até o verde claro, os locais menos utilizados pelos pescadores.

Depois de uma vez definido a área de estudo foi feito o diagnóstico ambiental ou seja procurou-se conhecer o meio ambiente aonde o empreendimento será implementado, foi estudado o meio físico em bastante detalhes, questão de condições climáticas, correntes, marés, movimentos, questão de ventos, qualidade das águas e dos sedimentos, a geologia do fundo do mar, a geomorfologia do fundo do mar, foram utilizados equipamentos que conseguem fazer imagens de profundidade, aqui nós temos um exemplo dessa imagem pra verificar como é o fundo marinho, ocorrência de bancos de corais, algumas outras ocorrências dignas de nota.



O meio biótico foi estudado também, a parte de tartarugas, peixes, as aves marinhas sejam elas costeiras, oceânicas, migratórias ou que de fato fiquem na região, os mamíferos marinhos, baleias, golfinhos, botos, bancos de corais profundos ou mais próximos à costa. É importante destacar que no local onde serão implantados os empreendimentos do etapa 3 inexistem bancos de corais, os seres que ficam na coluna d'água, o plâncton, os seres que ficam ou no fundo ou junto às estruturas de produção do etapa 3 os “bentos” e as unidades de conservação.

Foram identificadas mais de 200 unidades de conservação na área do empreendimento, aqui nós temos elas mapeadas as de uso sustentável, as de proteção integral, e a relação desse empreendimento que está lá a cerca de 170 km da costa e utilizará como base de apoio os portos na baía da Guanabara, Rio de Janeiro e Niterói é a rota das embarcações de apoio. Então as unidades de conservação que podem ser impactadas por esse empreendimento estão aqui localizadas na região da baía de Guanabara. Foi estudado também o meio sócio econômico, uso e ocupação do solo como acontece hoje em dia, a infra estrutura disponível de transporte, de energia, de comunicação, infra estrutura pública, dinâmica demográfica, movimentos migratórios, crescimento da população, as atividades econômicas existentes, oportunidades de trabalho, o nível de emprego, qualidade de vida, saúde, educação, atividades de lazer, turismo, muito importante pros municípios do litoral do Rio de Janeiro e São Paulo, aqui o litoral norte do estado de São Paulo tem no turismo uma atividade muito importante, pesca artesanal, industrial, a produção através de aquicultura, povos e comunidades tradicionais, grupos de interesse, organizações não governamentais, entidades civis, associações de pescadores, os recursos naturais e a paisagem natural. Uma vez conhecido o empreendimento e o meio ambiente então é possível identificar e avaliar os impactos ambientais.

De acordo com o termo de referência, os impactos ambientais tem que ser classificados de acordo, conforme seus atributos. São diversos os atributos, se eles são temporários, permanentes, de curto prazo, de médio ou de longo prazo, se eles ocorrem numa área reduzida ou numa área mais ampla ou seja, incidência local ou regional ou estratégica e tem algumas classificações que são bastante importantes pra gente poder entender os impactos desse empreendimento. A primeira delas é se os impactos são efetivos ou potenciais, os impactos efetivos são impactos de ocorrência certa. O empreendimento em suas condições normais de operação gerará esses impactos, como por exemplo a geração de resíduos nas atividades que serão adequadamente descartados em locais licenciados para esse fim, mas ocorre a geração de resíduo, isso faz parte da operação do empreendimento ou seja, é um impacto de ocorrência certa, um impacto efetivo. E os impactos potenciais, aqueles que tem possibilidade de ocorrer mas quem em condições normais de operação no empreendimento não se espera que ocorram. Em sua grande maioria eles são relacionados ao vazamento de óleo que possa acontecer e atingir as águas do mar.

Outra classificação os impactos negativos e positivos, essa é mais intuitiva, aqueles negativos que traz efeitos que não se quer, efeitos adversos, os positivos que trazem algum benefício, normalmente relacionados ao meio sócio econômico, a geração de tributos, contratação, geração de massa salarial, contratação de produtos e serviços.

Outra classificação importante dos impactos é quanto a sua importância, se ela é pequena, média ou grande e como que isso é feito? Ela decorre de uma característica do meio ambiente ou seja, da sensibilidade do meio ambiente em relação a uma determinada ação do empreendimento, em relação a uma determinada capacidade do empreendimento de modificar o meio ambiente e a magnitude, o tamanho dessa ação do empreendimento, a capacidade dessa ação de modificar o meio ambiente. Então se você tem o meio ambiente menos sensível a uma determinada ação você vai ter um impacto de importância pequena e opostamente se você tem um componente ambiental mais sensível a uma ação do empreendimento, você vai ter uma importância grande para determinado impacto. Isso é importante por que como se identifica, se procura identificar todos os impactos que possam ocorrer nesse empreendimento, conhecê-los, saber a sua importância permite uma melhor percepção de como o meio ambiente será afetado pelo empreendimento.

Pra avaliação de impactos desse projeto, foram considerados os impactos em todas as fases do empreendimento, planejamento, instalação, operação e desativação, para os empreendimentos de curto e longo prazo, foram identificados no total 82 impactos efetivos, mais ou menos distribuídos de forma igual entre o meio natural, físico e biótico e o meio

sócio econômico, sendo que 22 de grande importância em sua grande maioria no meio sócio econômico, foram identificados 58 impactos potenciais principalmente sobre o meio físico e biótico e 25 sendo de grande importância, na sua quase totalidade sobre o meio físico e biótico, repetindo os impactos potenciais estão basicamente relacionados ao vazamento de óleo.

De toda aquela quantidade de impactos identificados nós vamos nos deter aos impactos de grande importância, o Eia traz todos os impactos bem avaliados, bem descritos, bem interpretados, o Rima traz uma lista de todos os impactos também, mas nós vamos aqui na apresentação tratar dos impactos de grande importância.

Vamos começar com os impactos negativos sobre o meio físico e biótico: contribuição para o efeito estufa, a ação do empreendimento que contribui para o efeito estufa são as emissões atmosféricas, na apresentação anterior do Marcos Vinicius da Petrobrás nós vimos que há queima de gás nas plataformas principalmente pra geração de energia em turbo geradores, em caldeiras e as emissões atmosféricas dessa queima contribuem para o efeito estufa. Em alguns projetos de curta duração também há a queima do gás produzido que não é escoado por gasoduto.

Perturbação dos animais que se movem na coluna d'água como peixes e mamíferos marinhos, pela geração de ruídos do empreendimento, pela instalação e presença das unidades de produção, pelas árvores de natal, pelas tubulações que levam óleo até os FPSO's, nessas estruturas podem se fixar alguns seres marinhos, os "bentos" que vão acabar atraindo os seres que nadam na coluna d'água, então há uma perturbação na forma como esses animais se locomovem e aonde eles se localizam, a geração de luminosidade pode atrair alguns animais também e acaba então interferindo com a vida natural, com os peixes. Perturbação nas aves marinhas, algumas dessas aves usam a luminosidade pra se orientar e a luminosidade gerada pelas unidades de produção pode interferir com a capacidade de orientação dessas aves.

Existem uma série de medidas associadas pra diminuir ou eliminar o efeito adverso dessas ações do empreendimento sobre o meio ambiente.

Entre elas, o tratamento de efluentes ou seja nas unidades de produção é gerado efluente, tanto efluente operacional das operações de tratamento do óleo e do gás pra que ele possa ser transportado e depois comercializado e também do tratamento de efluentes sanitários, de cozinha e tudo mais nas operações decorrente da presença de pessoas nas unidades de produção. Então esse efluente tem que ser tratado e descartado conforme a legislação prevê os limites e as características desse efluente. Os resíduos alimentares também são triturados e descartados conforme legislação, pra reduzir a contribuição pro efeito estufa a separação e reinjeção do CO<sub>2</sub> que vem associado ao gás no próprio reservatório, a manutenção dos equipamentos das plataformas procurando uma queima mais eficiente pra geração de energia, quanto mais eficiente a queima menos emissões causadoras de efeito estufa ocorrem, o controle dos resíduos sólidos gerados através de um sistema de gerenciamento de resíduos sólidos, separando e dando acondicionamento e destino adequado pra esses resíduos e a otimização das viagens das embarcações de apoio, busca-se cada vez que uma embarcação de apoio sai do porto que ela atenda a maior quantidade de unidades de produção possível.

Existem alguns impactos de importância grande no meio sócio econômico, como a geração de expectativas, ele ocorre na fase de planejamento do empreendimento, nessa fase que nós temos agora o empreendimento ainda não começou a ser implantado, ele está sendo estudado e avaliado mas a divulgação da existência desse empreendimento gera expectativa, o que vai acontecer, com o trabalho que eu tenho, com o lugar que eu moro com o valor da residência que eu tenho e assim por diante, interferência na atividade pesqueira artesanal isso ocorre na fase de operação pelo trânsito de embarcações de apoio, interferência no uso e ocupação e valor do solo.

Existe uma demanda por aquisição de bens e serviços em alguns municípios da área de estudo e isso acaba tendo reflexo no uso e ocupação do solo e no valor do mercado imobiliário.

Tem algumas medidas previstas para diminuir o efeito desses impactos, ações de comunicação trazendo informações sobre o que é este empreendimento, os impactos que ele causar, vai causar, a mão de obra necessária, aonde estarão as bases de apoio, aonde

estarão sendo demandados bens e serviços de tal forma a diminuir a expectativa quanto a esse empreendimento.

O fortalecimento de grupos sociais vulneráveis através de programas ambientais, programa de educação ambiental por exemplo. Divulgação dos conhecimentos adquiridos, nós já vimos aqui que estamos utilizando resultados dos projetos ambientais implantados pela Petrobrás pra poder estudar o próprio projeto que será implantado, divulgação dos dados de monitoramento da atividade pesqueira, do tráfego de embarcações isso permite que o pescador possa planejar melhor suas atividades que se possa conhecer melhor a relação do empreendimento com os pescadores artesanais.

Existem alguns impactos positivos para o meio sócio econômico, a mobilização da sociedade civil com a divulgação do empreendimento, alguns grupos se organizam pra vir tanto nas audiências públicas quanto em outros fóruns buscar conhecimento, pleitear algo que eles entendam como lícito pra que eles possam pedir, se organizar, se manifestar. Aumento do conhecimento técnico científico seja decorrente do desenvolvimento tecnológico pra produção do petróleo, a gente lembra que até pouco tempo atrás o Pré sal era algo que não se tinha certeza que seria possível de ser explorado, houve um desenvolvimento tecnológico e hoje ele está sendo explorado e também o aumento do conhecimento em função dos projetos de monitoramento, nós vamos ver mais pra frente um pouquinho na apresentação diversos projetos de monitoramento sobre movimentação de baleias a nível de ruído no fundo do mar que vão trazendo uma série de informações que vão aumentando o nível do conhecimento científico.

Alteração da dinâmica econômica ou seja, contratação de mão de obra, contratação de bens e serviços e o aumento da arrecadação pública pela oferta de óleo e gás e pela geração de royalties, tributos e tudo mais.

Uma vez então definida a área de estudo e de fato conhecidos e avaliados os impactos ambientais então é possível definir a área de influência que é aquela área que se sabe, a região que de fato pode ser alterada direta ou indiretamente pelos impactos efetivos do empreendimento ou seja, já se conheceu o meio ambiente, já se conheceu a dimensão a localização dos impactos então a área de estudo fica ultrapassada e passa-se então a falar da área de influência. Também tem seus critérios definidos pelo termo de referência do Ibama e ela é um pouco diferente dos critérios pra definição da área de estudo.

Pra área de influência dos meios físico e biótico enquanto a área de estudo era toda a área da bacia de Santos, a área de influência é bastante reduzida. Ela fica no local das bases de apoio aéreo das bases das embarcações, da rota das embarcações e uma área no entorno das unidades de produção seja uma zona de exclusão legal de 500 m aonde nenhuma embarcação pode se aproximar, seja pelo alcance dos efluentes lançados que a modelagem indicou que eles podem alterar a qualidade da água num raio de 500 m ou ainda pela área dos equipamentos submarinos, um raio de 5 km. Na apresentação anterior nós vimos que 1 FPSO pode ter até 8 poços produzindo, então esses poços e esses equipamentos no fundo do mar geram uma zona dos equipamentos num raio de 5km.

Já pro meio sócio econômico dos 24 municípios originais restaram 19 municípios na área de influência, quer dizer 5 municípios saíram da área de estudo, aqui no litoral norte do estado de São Paulo os 4 municípios que estavam na área de estudo foram mantidos na área de influência pelos mesmos motivos que os levaram a estar na área de estudo.

Vamos falar um pouquinho sobre os projetos ambientais praticados pela Petrobrás que vem sendo desenvolvidos em decorrência dos projetos de etapa 1, etapa 2 e que eles tem bastante relação com o projeto etapa 3, o etapa 3 demandaria projetos similares a esses, que serão adequados pra que possam também acolher os impactos do etapa 3. Então nós temos aqui alguns projetos relacionados ao meio físico e biótico, o projeto de controle da poluição que monitora o controle das emissões atmosféricas, efluentes líquidos, dos resíduos sólidos gerados nas embarcações, o projeto de monitoramento ambiental, a água do mar, a água de produção é aquela que é separada do óleo que é extraído, do petróleo que é extraído, do sedimento e da “Biota”, da vida marinha, projeto de monitoramento da paisagem acústica submarina, esses empreendimentos geram ruído, não se tem muito conhecimento do nível de ruído no meio marítimo então está sendo feito um projeto de monitoramento que vai trazer bastante conhecimento, permitir avaliar os impactos não só desse empreendimento como também de todo o comportamento da vida marinha na região, projeto de monitoramento de praias ele é um projeto bastante importante ele procura identificar aves,



tartarugas e mamíferos marinhos que por algum motivo venham a encalhar numa faixa de 2.200 km de litoral entre Santa Catarina e Rio de Janeiro com os postos de atendimento veterinário pra se necessário tratar e soltar esses animais ou identificar o porquê que eles vieram a encalhar na praia, a situação deles.

Meio físico e biótico ainda projeto de monitoramento de baleias avaliação dos possíveis impactos sobre as baleias e golfinhos, de Florianópolis a Arraial do Cabo, o que está acontecendo com essa população se está tendo alguma relação direta dos empreendimentos da Petrobrás, de outros empreendimentos ou seja, conhecer melhor os cetáceos, projeto de monitoramento do impacto das plataformas sobre as aves marinhas, um programa de comunicação social regional da bacia de Santos que procura trazer uma série de informações não só sobre os empreendimentos da unidade operacional da bacia de Santos mas também sobre os projetos ambientais que ela vem desenvolvendo, tem um site com informações bastante interessantes “Comunica bacia de Santos.com.br” ele é de fácil acesso basta ir lá e você consegue uma série de informações sobre os projetos e programas ambientais, um projeto de educação ambiental que vem sendo feito junto a algumas comunidades da região, de pescadores procurando organizar, trazer informações permitindo que eles tenham uma melhor organização própria, o projeto de monitoramento da atividade pesqueira, já falamos deles é aquele que já gerou informações que foram utilizadas nesse “Eia”, um projeto de monitoramento sócio econômico da bacia de Santos procurando desenvolver indicadores ambientais que possam trazer uma melhor percepção das modificações que o meio sócio ambiental vem sofrendo nos últimos anos em decorrência não só de empreendimentos da Petrobrás como de toda a modificação que a região vem sofrendo, o projeto de caracterização de territórios tradicionais trabalhando com comunidades indígenas, quilombolas e caiçara, um projeto de avaliação dos impactos cumulativos, ele é maior do que uma avaliação ambiental de um Eia, ele é feito em longo prazo com uma área de abrangência maior não só com a área de influência de um determinado projeto como do etapa 3 por exemplo ele procura entender melhor toda uma correlação de pressões que estão ocorrendo na região, o projeto de monitoramento de tráfego das embarcações, já falamos dele, e o projeto de desativação das unidades operacionais, elas tem uma vida útil em torno de 20 a 30 anos pros projetos de longa duração e ao término dessa vida esse projeto tem que ser desativado de forma a não trazer impactos adversos ao meio ambiente.

Importante pra esse empreendimento também a questão dos riscos ambientais como nós já vimos ele produz, manuseia e estoca derivados de petróleo, óleo ou gás então a questão de riscos é inerente a essa atividade, e como é que é feita essa análise, primeiro é importante conhecer a atividade mas aí é de uma forma um pouco diferente do que se conhece pra fazer a avaliação de impacto, aqui é uma análise mais técnica da atividade, uma questão de fluxograma, vazões, temperatura, sistemas de segurança, sistemas operacionais e tudo mais, é feita uma análise histórica de acidentes ou seja através de bancos de dados procura se identificar que tipo de acidentes já ocorreram com instalações similares a essa que se pretende implantar. É feita uma análise preliminar de perigos, então se identifica todos os possíveis cenários acidentais, principalmente aqueles que possam evoluir pra um vazamento de óleo no mar. Pra esse projeto em questão dadas as suas características o pior caso foi o afundamento de um FPSO completamente carregado, com todos os seus tanques preenchidos com o óleo produzido e com todas as suas unidades de produção plenamente cheias também de material em processamento.

De acordo com a resolução Conama, quando se avalia o vazamento são consideradas 3 classes de vazamento: um vazamento pequeno de 8 metros cúbicos, um médio de 200 metros cúbicos e o pior caso que pra esse projeto em particular em decorrência das análises preliminares de perigo identificadas foi considerada 450 mil metros cúbicos e que todo esse material vazasse em 24 horas ou seja seria um acidente bastante catastrófico o afundamento total do navio, sua ruptura total e o vazamento de todo o material em 24 horas. A possibilidade disso acontecer é muito remota mas é importante que se considere pra que se possa entender a pior situação ou o pior cenário em caso de vazamento de óleo.

Uma vez identificados esses cenários, foram escolhidos 7 pontos de possíveis vazamentos em função da localização dos empreendimentos e foram feitas simulações, modelagem de computador com duração de 30 dias ou seja, uma vez iniciado o vazamento, se acompanhava o comportamento do material vazado através das modelagens durante 30 dias

sem que nenhuma ação de remediação fosse tomada. Ou seja, vazou, não vieram barcos pra recolher pra conter o material vazado. Se considerou que ele continuou vazando e o material foi acompanhado por 30 dias sem interferência. Foram feitas mais de 50 mil simulações de computador pra poder entender como se comportaria o material, o óleo vazado naqueles 3 cenários previstos.

Considerados condições variáveis de ventos e correntes, períodos diferentes do ano e considerado um óleo representativo da região, suas características de densidade de viscosidade, componentes.

Aqui nós temos o exemplo de um resultado daquelas mais de 50 mil modelagens feitas, aqui teria o ponto de vazamento e aonde seria possível de ter a presença de óleo.

Como resultado daquelas 50 mil modelagens se constrói uma probabilidade de presença de óleo em caso de vazamento, essa probabilidade vai de 1 até 100%, as cores mais fortes são as probabilidades maiores, o tom azulado menores probabilidades, então naquele pior cenário considerando todas as simulações feitas essa seria a distribuição de probabilidade de presença de óleo. E pra quê que se faz essa modelagem? Um, pra definir a área de estudo. Os critérios definidos pelo Ibama dizem que a possibilidade de presença de óleo é um fator pra definição da área de estudo, dentro de critérios de definição de uma condição de contorno, com 30% de possibilidade de 7 dias de período de vazamento, aí você faz uma área limite e consegue identificar a área de estudo desde que haja interferência das atividades de determinado município com essa área mais vulnerável à presença de óleo.

E você usa também isso pra fazer uma análise de vulnerabilidade ambiental, uma análise pra gestão dos riscos ambientais e ela é feita considerando não só as características do meio ambiente ou seja os componentes de valor ambiental que ocorrem de forma fixa ou que se movimentam, como as aves oceânicas, a questão de manguezais, áreas costeiras, as praias, a sensibilidade ambiental é considerada, a frequência com que pode acontecer um vazamento, o tempo de recuperação desses componentes de valor ambiental em caso de contato com o óleo, em função de todas essas informações então é feita a análise do cálculos dos riscos ambientais e os resultados pra esse caso definiram que os riscos são aceitáveis mas é importante a implantação de alguns programas muito específicos pra questão do risco, entre eles o plano de gerenciamento de riscos, o plano de emergência individual e o plano de emergência pra vazamento de óleo que, entre diversos dos seus sub planos, tem um de proteção à fauna, em caso de contato da fauna com o óleo vazado. O plano de gerenciamento de riscos, ele é um plano que age pra diminuir a possibilidade de um acidente acontecer. Então procura-se fazer a manutenção adequada, a inspeção dos equipamentos, testes, capacitação dos trabalhadores, monitoramento do tráfego de embarcações, tudo isso procurando fazer com que não aconteça um acidente. Caso venha a acontecer então são outros programas que são implantados, o plano de emergência individual que cada unidade de produção implanta e gerencia em caso de vazamento que não atinja o mar que fique restrito aquela unidade de produção e o “Pevo” o plano de emergência de vazamento de óleo que aí, houve o vazamento e ele atingiu uma área então ele é um plano que extrapola aquela determinada unidade de produção, ele é um plano de envergadura regional e ele tem uma série de atividades como interrupção das atividades de produção, a comunicação a quem de direito do derramamento, monitoramento, contenção e recolhimento do óleo, lembrem que eu disse que a modelagem foi feita considerando que por 30 dias nada disso tivesse sido feito. Proteção das áreas vulneráveis, limpeza das áreas atingidas, coleta e disposição dos resíduos gerados nas ações de resposta.

Aqui na região existe uma base avançada da Petrobrás que tem equipamentos, pessoal capacitado e treinado pra agir em caso de vazamento pra implantação do “Pevo”.

Existem também os impactos potenciais de grande importância como eu disse são aqueles em sua maioria relacionados ao vazamento de óleo. Caso ocorra um vazamento de óleo então haverá impacto nos manguezais, costões rochosos, nas planícies de maré, nas áreas de marismas, nos terraços de baixa mar, alterar a qualidade da água, interferência com os mamíferos marinhos, com os mamíferos costeiros, com os peixes com as aves, com as tartarugas, e como consequência disso pode haver interferência com o turismo e a pesca artesanal na região onde ocorrer o vazamento do óleo.

Tem outros impactos potenciais que não estão relacionados ao vazamento do óleo que é a perturbação dos seres que ficam na coluna d'água pelo trânsito das embarcações de apoio, pode ocorrer colisão, ferimento, fatalidade, perturbação desses animais, e a introdução ou disseminação de espécies exóticas, o transporte dos navios, das unidades produtivas dos FPSO's, o trânsito de embarcações de apoio pode trazer presença de espécies como por exemplo o Coral Sol.

Concluindo, esse projeto da Petrobrás ele é desenvolvido já trazendo na sua concepção o tratamento cuidadoso de questões ambientais como os projetos de monitoramento, os projetos de tratamento de efluentes, de reinjeção de CO2, treinamento do pessoal, uma série deles. O projeto é similar a outros já desenvolvidos pela Petrobrás, temos aqui o etapa 1 e o etapa 2 já sendo desenvolvidos ou seja existe um aprendizado do empreendedor sobre esse tipo de empreendimento e a relação desse empreendimento com o meio ambiente. Tem uma série de medidas associadas, nós passamos pelas principais delas, projetos ambientais que já vem sendo implantados em decorrência das etapas 1 e 2 desse grande empreendimento de produção de óleo e gás, vão ser adequados pra acolher o etapa 3 e a questão de gerenciamento de risco. Considerando toda essa questão, a importância do empreendimento pra oferta de óleo, gás, energia pro país, as questões ambientais adequadamente endereçadas e os programas de gerenciamento de risco, nós que fizemos o Eia Rima entendemos que esse empreendimento é ambientalmente viável

A decisão da viabilidade ambiental não é nossa, é do órgão licenciador, do Ibama que vai uma vez analisados os estudos que foram feitos, o Eia, obtido a colaboração de outros órgãos que são gestores do sistema de licenciamento, coletado informações em audiências públicas e outros eventos, vai pedir esclarecimentos, vai pedir estudos complementares e decidirá pela viabilidade ambiental ou não do empreendimento.

O objetivo da minha apresentação era esse, trazer as principais informações do Eia Rima, como foi feito, suas principais conclusões e estaremos aqui a disposição pra próxima etapa que é a sessão de perguntas e respostas, eu tenho certeza que tem muitas dúvidas sobre o empreendimento vamos tentar responder da melhor forma possível, muito obrigado, boa noite.

Obrigada senhor Ricardo pela apresentação, agora faremos um intervalo de 15 minutos (instruções sessão perguntas)

Gostaria de pedir aos presentes que retornem aos seus lugares para que possamos retomar as atividades.

Sessão de perguntas (instruções)

Boa noite pessoal, acho que agora a gente vai iniciar o momento mais rico da audiência pública sem desmerecer o momento anterior que é a oportunidade tanto do Ibama quanto da empresa, da Petrobrás quanto da consultora da Mineral de apresentar o trabalho que foi feito até o momento mas acredito que esse seja o momento mais importante da audiência. Gostaria de fazer algumas colocações iniciais, a participação de vocês foi bastante intensa nas questões, nos questionamentos apresentados tanto orais quanto escritos então pra permitir efetivamente que todos utilizem o seu direito de falar e de ter sua resposta, por escrito também, peço que se atentem a questão do tempo, dos 3 minutos pra fazer suas colocações e seus questionamentos orais. Nas escritas, quando houver oportunidade se manifestar se está satisfeito ou não, se precisa de alguma informação adicional também se atentar ao tempo, sem nenhuma pretensão de tolher vocês mas enfim como eu disse a



participação tá bastante intensa, muito interessante, já estamos com mais de 33 inscrições para questionamentos orais e já estamos com aproximadamente 40 questionamentos por escrito. Então é um volume bastante grande de respostas que nós temos que dar então peço que todos se atentem ao tempo de cada um pra que a gente possa dar fluidez.

A dinâmica do trabalho, acho que até pra conseguir contemplar a todos que se inscreveram, nós vamos alternar respostas das questões escritas e orais, nós faremos uma bateria de resposta a questionamentos encaminhados via formulário e teremos uma sequência de questionamentos orais, assim acho que a gente dá uma dinâmica e atende a todos os que se inscreveram e tem interesse em participar efetivamente da audiência. Informo que em mais 5 minutos nós vamos encerrar o período de inscrição para questionamentos orais e escritos então se ainda há questões a serem apresentadas ou inscrições a serem feitas pra colocações orais eu peço que formalizem agora na nossa mesa aqui ao lado.

Vamos iniciar pelas questões escritas, uma sequência de questões escritas. Só mais um esclarecimento, pras questões que forem encaminhadas pra gente via formulário, nós chamaremos a pessoa que fez a pergunta pra que ela se identifique se está presente então será feita a leitura. Pras questões escritas colocadas que a pessoa se ausentou, o questionamento dele constará do processo mas nós não faremos a resposta aqui pra poder responder efetivamente aos que estão presentes e formalizaram suas perguntas.

Senhor Santiago Bernardes.

Senhor Djalma de Oliveira.

Um representante do quilombo Caçandoca.

Por que as comunidades tradicionais não são efetivamente inseridas no processo do empreendimento Pré sal com caráter decisório, visto que seus territórios serão diretamente impactados?

Gostaria de saber aonde estão as comunidades tradicionais - localização - e como as mesmas são monitoradas.

Foi estudado os impactos nas comunidades tradicionais e as leis que a protege?

Bom, boa noite, aos senhores e as senhoras que fizeram as perguntas eu vou fazer uma breve introdução a resposta, com algum destaque bastante importante no que respeita a identificação da área de influência. Nosso entendimento inicial é que conforme foi apresentado pela consultoria não há uma interferência direta sobre as comunidades tradicionais, mas independente disso elas estão caracterizadas e fazem parte do estudo de impacto ambiental entregue ao Ibama. Adicionalmente, advindo do licenciamento do etapa 1 do Pré sal, o Ibama por meio de uma condicionante de licença que por um período de aproximadamente 5 anos ficou em discussão dentro do próprio Ibama, entre a Petrobrás com alguns questionamentos, exigiu a implantação do projeto de caracterização de territórios tradicionais. Foi emitido um termo de referência pelo Ibama, quanto a caracterização dos territórios tradicionais, as etnias quilombolas, caiçaras e indígenas, de forma que nesse momento a Petrobrás procede a contratação de uma empresa pra executar esse serviço.

Senhor Santiago.

Boa noite, a resposta não acho muito satisfatória não por que como não tem interferência nas comunidades tradicionais? Nos seus territórios, na área de pesca. Mesmo baseado em informação científica, também é questionável essa informação, queria um aprofundamento sobre isso, qual o detalhe, como essa informação procede, não é, não tem interferência como?

Nós conduzimos o projeto de monitoramento do desembarque pesqueiro no litoral aqui de São Paulo, sul do Rio de Janeiro e não identificamos efetivamente nenhuma alteração no estoque pesqueiro ao longo de pelo menos 2008. Importante destacar, aqui no estado de São Paulo e no sul fluminense mais recentemente por meio da “Fiperj”.

Tamos também o projeto de monitoramento de praias, nos quais nós já coletamos ao longo dos 2 anos e meio mais ou menos do projeto, mais de 30 mil peixes que chegaram, peixes,

cetáceos e aves que chegaram na praia que receberam necropsia e um número ínfimo de animais foi identificado a presença de óleo, nenhum deles originário do Pré sal. Adicionalmente, não há base de apoio marítimo nem aéreo próximos as comunidades tradicionais, a nossa base de apoio marítimo como foi mostrado aqui, fica no município do Rio de Janeiro e Niterói. Apoio aéreo fica mais ao norte do estado ainda, na própria cidade do Rio de Janeiro, nós temos Jacarepaguá e temos Arraial do Cabo então efetivamente o que se tem é muita especulação em torno de quando o Pré sal chegar, o Pré sal já é uma realidade a quase 10 anos e não se identifica alterações significativas, alterações, a não ser a efetiva especulação em torno de um eventual impacto que não se mensurou até então.

Eu vou pedir ao analista Carlos Eduardo que faça uma colocação sobre o tema. Boa noite. Da parte do Ibama eu posso garantir pra vocês que o Ibama vai considerar o impacto sobre as comunidades tradicionais, a gente escreveu um parecer recentemente pra Petrobrás agora, mês de fevereiro, parecer 23 de 2008 do Ibama, nesse parecer a gente já fala pra colocar o projeto de comunidades tradicionais, dos territórios tradicionais no âmbito da etapa 3. No termo de referência ele não era considerado, no estudo de impacto ambiental ele não consta, justamente por que não constava no termo de referência, mas a gente já nesse parecer técnico falou que é uma necessidade que a Petrobrás implemente esse projeto em cima dos territórios tradicionais. Esse projeto ele tá começando como um projeto piloto em Ubatuba, Angra dos Reis e Paraty, mas ele é um projeto pra toda bacia de Santos, justamente pra gente monitorar e verificar esses impactos que serão provocados nessas comunidades. Na verdade os impactos nas comunidades tradicionais assim como em todo o meio sócio econômico são impactos difusos, relacionados a atividade desenvolvida pela empresa e a toda cadeia de petróleo e gás que ela movimenta. Eu quero garantir pra vocês aqui que a gente vai considerar esses impactos, os pareceres do Ibama já apontam isso, a gente vai cobrar da Petrobrás que esse projeto seja efetivamente implementado.

Com relação aos dados do monitoramento do desembarque pesqueiro, que hoje ele não tem esse nome né, é o projeto de monitoramento da atividade pesqueira que tá indo além da coleta de dados do desembarque pesqueiro e pega dados sócio econômicos das comunidades pesqueiras também, a gente entende que é um projeto que apesar do litoral norte, está sendo desenvolvido desde 2008 no âmbito de outras licenças de operação emitidas pelo Ibama, que os resultados por si só desses projetos, eles não apontam de forma categórica que não existe impacto, por que a gente não está falando de impacto direto sobre os estoques pesqueiros, a gente tá falando sobre interferência provocada pela atividade da empresa na atividade pesqueira, o que é muito diferente. O estoque pode estar sendo mantido mas o esforço de pesca pode estar sendo alterado, pode ter uma série de características da pesca que estão mudando, a área de pesca pode estar sendo modificada, outras comunidades podem estar sendo afetadas, então a gente entende que o projeto ainda não é suficiente pra comprovar que não existe interferência nenhuma da empresa na atividade pesqueira dessa região. Por fim, os dados do monitoramento de praias, o projeto começou como o Marcos Vinícius falou, tem 2 anos e meio, a gente acha que o projeto ainda tem muito que caminhar pra poder apontar qualquer impacto sobre os cetáceos na região, sobre os recursos pesqueiros na região, então a gente acha que a gente tá no começo de um ciclo de desenvolvimento do Pré sal na bacia de Santos, e a gente até o momento não tem como afirmar, nem a gente, nem a Petrobrás, que não existe impacto das atividades que ela tá promovendo na região.

Bom, eu gostaria de destacar também que certamente o Ibama deve ter executado uma análise crítica sobre os resultados dos projetos preliminares, óbvio, até agora 2 anos e meio de dados, e entendemos que efetivamente isso vai ter uma contribuição bastante importante pra desenvolvimento do Pré sal da bacia de Santos, como dito anteriormente, são 13 empresas já que atuam aqui na bacia de Santos e a Petrobrás conduz o projeto de monitoramento de praias e certamente conduzirá como eu disse agora, encontra-se em fase de contratação o projeto de caracterização de territórios tradicionais, esperamos que até o meio do ano essa contratação seja concluída e também não menos importante destacar que o termo de referência e o projeto executivo foi efetivamente conduzido pelo fórum das comunidades tradicionais e a organização dos territórios sustentáveis e saudáveis da

Bocaina, foi um projeto de parceria, foi submetido ao Ibama, o Ibama avaliou, aprovou o projeto executivo, agora estamos realizando o plano de contratação, nosso objetivo é efetivamente até o meio do ano ter isso concluído - a contratação - e aí se inicia os projetos em campo, então é bastante importante destacar na fala do analista Carlos com todo respeito, mas nós temos também o nosso contraponto, nós não entendemos assim. É muito claro pra Petrobrás que, esse volume de informações obtidas elas tem que efetivamente ser analisadas e feito uma análise crítica sobre a interferência da nossa atividade no Pré sal da bacia de Santos, a partir daí discutiremos em cima de bases técnicas, então o que temos informação hoje são as informações coletadas pelos projetos exigidos pelo Ibama, nós temos o projeto de monitoramento de praias, projeto de monitoramento da atividade pesqueira, projeto de caracterização sócio ambiental da pesca. O que eu lhes digo na análise da Petrobrás até o momento, não identificamos impactos potenciais. Obviamente é uma atividade de risco, se houver um vazamento de petróleo efetivamente as comunidades poderão ser afetadas. Não existem medidas associadas de uma maneira, conforme determina resolução Conama que rege as questões de licenciamento ambiental para impacto potencial, nós temos medidas exigidas pelo Ibama ou seja condicionantes de licença para os impactos efetivos. As demais são compensadas, existem diversos outros mecanismos que obviamente ao longo da noite nós teremos oportunidade de discutir sobre eles.

Só fazer um registro que as colocações e os entendimentos que o Carlos passou aqui, nosso analista, são entendimentos da equipe técnica do Ibama, da diretoria de licenciamento ambiental, não colocações individuais do analista.

Senhor Djalma.

Boa noite. Eu queria saber como eu fico sabendo sobre o mapeamento daonde estão as comunidades tradicionais do litoral.

O senhor quer acesso ao estudo, é isso?

O mapeamento aonde estão as comunidades tradicionais do litoral norte, todo o litoral.

A informação com relação a populações indígenas e tradicionais a Funai possui os registros das populações indígenas existentes e a fundação Palmares das populações tradicionais. Elas possuem esse mapeamento que são públicos e devem estar disponíveis pra população.

A pergunta é o seguinte, o mapeamento, a comunidade A, B, C, aonde estão localizadas e aonde tá classificado, aonde existe um mapeamento aonde estão essas comunidades. Como que eu fico sabendo?

Então, como eu disse, os órgãos de competência de proteção a essas populações é a Funai pras populações indígenas e a fundação Palmares pras demais populações, então eles possuem esse registro, o Ibama não tem registro das populações, nós não temos esse controle. As informações que nós temos disponíveis são as presentes nos estudos ambientais que nós recebemos.

Deixa eu tentar esclarecer, a avaliação técnica do Ibama do que foi apresentado o estudo de impacto ambiental, que as informações sobre comunidades tradicionais está insuficiente no estudo. A gente pediu no parecer uma série de complementações que a Petrobrás tá em elaboração, a gente tá aguardando essas complementações, mas a gente sabe com a experiência no etapa 1 e do etapa 2 que mesmo essas complementações elas serão insuficientes por que existe de fato uma dificuldade de acesso a informação, parte da informação tá com a Funai, parte da informação tá com a fundação Palmares, por que a gente não quer apenas aquelas terras tradicionais que estão regularizadas, que estão escrituradas, a gente quer saber de fato aonde existe, onde estão essas populações tradicionais do estado de São Paulo. A gente quer dar visibilidade a essas populações. Então através disso, o projeto ele existe pra isso. A gente sempre parte do pressuposto: se a empresa não consegue apresentar uma informação no estudo pela ausência dessa informação qualificada e a gente precisa dessa informação pra poder fazer uma avaliação do



impacto que pode vir em cima desse recurso, seja a população humana, sejam comunidades tradicionais, seja o recurso pesqueiro, a gente exige que a empresa produza essa informação. Por quê que a empresa faz o monitoramento da atividade pesqueira? Por que a gente não tem uma estatística pesqueira no país que permita a gente fazer a avaliação de fato do impacto que ela tá provocando. Se essa estatística pesqueira fosse produzida seja pelo antigo ministério da pesca, seja pelo ministério da agricultura por algum setor governamental, a gente não exigiria da empresa por que a gente teria o acesso a informação. Isso vale pras comunidades tradicionais, a gente quer de certa forma através desse projeto consolidar as informações sobre as comunidades tradicionais da bacia de Santos, e não apenas aonde elas estão localizadas, mas a situação real delas, a situação de modo de vida, as condições em que elas estão. A gente quer trazer esse documento pra não apenas esse documento servir pra subsidiar as nossas avaliações de impacto na etapa 3 nos licenciamentos posteriores mas como esse documento servir pra própria comunidade utilizar ele como um documento de referência que ela possa apresentar pra reivindicar seus direitos em outros setores governamentais ou não. Por isso, ele foi construído junto com o fórum de comunidades tradicionais, a gente não quer um projeto construído pela Petrobrás e Ibama, a gente quer um projeto que seja construído pela comunidade pra que ela possa utilizar esse projeto também. Então é isso, a gente vai avaliar as informações que a Petrobrás vai apresentar na resposta ao parecer técnico pra saber se elas são suficientes pra dar continuidade a esse processo de licenciamento. O que não impede que através do projeto que a gente começou por essa região no litoral sul do Rio e em Ubatuba, que a gente vai expandir, que a gente obtenha resultados muito mais importantes pra essas comunidades através desses projetos que a gente possa considerar isso nos processos futuros.

O Eia traz as informações disponibilizadas pela Funai e pela fundação Palmares no capítulo 2, item 5, ponto 3 na parte do diagnóstico ambiental lá tem mapa com a localização dessas comunidades, as que são disponibilizadas pela Funai e pela fundação Palmares.

Só pra finalizar nossa participação nesse tema, é importante lembrar que a atividade de petróleo e gás recolhe tributos como em qualquer outro empreendimento no Brasil e efetivamente nesse caso como a gente tem observado em outros também, a Petrobrás ocupa o lugar do estado.

Representante do quilombo. Respondendo a pergunta do moço aí que perguntou onde a gente está, a gente tá na Caçandoca, eu sou representante do quilombo e o que a Petrobrás não fez foi obedecer a OIT, que é a organização internacional do trabalho e que fala que tem que fazer uma consulta prévia e nós não tivemos isso, eu só vou ler uma parte do artigo sétimo que diz assim: os povos interessados terão o direito de definir suas próprias propriedades no processo de desenvolvimento na medida em que afete sua vida, crença, instituição, bem-estar espiritual e as terras que ocupam ou usam para outros fins e de controlar, na medida possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso nós temos que participar da formulação, da implementação e avaliação de planos e programa de desenvolvimento nacional e regional, e não foi feito nada disso com a gente. Senhora, muito obrigado pelas suas colocações elas certamente trazem luz sobre esse processo mas é importante lembrar que efetivamente a consulta não foi feita e que como também não consta no termo de referência pra elaboração do Eia, é por que o empreendimento não tem impacto sobre o quilombo da “Caçandoca” por exemplo.

Só fazendo um esclarecimento, essa questão já surgiu nas audiências públicas anteriores que nós já realizamos no âmbito da etapa 3, e a equipe técnica do Ibama tá formalizando uma consulta, a diretoria de licenciamento ambiental e a nossa procuradoria federal em Brasília, pedindo orientação à interpretação sobre o enquadramento do nosso processo de licenciamento nesse artigo da OIT, então nós estamos encaminhando pra Brasília um questionamento específico quanto a isso e a resposta que nós recebermos será encaminhada, será incorporado ao processo de licenciamento ambiental, então essa é uma questão que já vem sendo tratada pela equipe já decorrente das audiências públicas que nós já realizamos dentro do processo de licenciamento ambiental.

Primeiramente gostaria de informar que estão encerradas as inscrições tanto pra questionamentos escritos quanto orais.

Questões orais.

Senhor Antonio Alexandre Lopes.

Boa noite, na realidade o que a gente vai fazer não são questionamentos e sim colocações. A primeira colocação é pretendendo ajudá-los, as prefeituras do litoral norte, Ilhabela com certeza absoluta e com quase toda certeza as demais, sabem exatamente a localização de suas comunidades tradicionais, portanto, dirijam-se por favor às prefeituras. Eu fiz uma análise do Rima, não li o Eia, e o que eu vou colocar é exclusivamente sobre o Rima. O Rima me demonstra, esse Rima que a gente recebeu, uma certa insegurança pra nós quanto a qualidade da elaboração do estudo, eu vou dar alguns exemplos. Figura 17 na página 22 que são áreas que tem importância biológica. Nessa figura está excluída a bacia de Paranaguá e o Parque nacional do Superagui. É uma das regiões de manguezal e de bacia marítima mais importantes do mundo a riqueza que está entre Cananéia e o Paranaguá, eu convido quem não conhece a ir lá conhecer.

Na tabela 22, pesca e turismo no litoral norte tá dado como zero, não existe. Na apresentação feita aqui houve um pequeno engano: Torres é no Rio Grande do Sul e não em Santa Catarina. Torres tem um rio que faz o limite entre os dois estados e Torres tá ao sul do rio.

A economia com a indústria petrolífera está considerada como importante nos municípios do litoral norte, isso na nossa opinião, é absolutamente desnecessário dizer por que não existe economia da indústria petrolífera em Ilhabela, nem em Ubatuba com certeza absoluta, uma pequena influência existe em Caraguatatuba por causa da unidade de gás com todos os seus efeitos negativos também, e uma influência na área central de São Sebastião provocando problemas com a existência do terminal marítimo que lá existe “Tebar” - Terminal Almirante Barroso. Aliás, lá tá se iniciando uma operação “*cheap to cheap*” me foi dito que parece que a Petrobrás não é fã disso e quem é fã disso seria o Ibama e a “TransPetro”.

Na tabela 13 tá indicado que existem zero colônias e associações e cooperativas de pesca. Na página 47 nessa tabela 13 existem zero sindicatos de pescadores marítimos e petroleiros e também zero de entidades na sociedade civil. Isso me faz recomendar que o estudo de impacto ambiental seja refeito e inclua a importância do litoral norte principalmente no aspecto de turismo.

Bom senhor Antonio, agradecemos as suas colocações, o senhor efetivamente fez uma bela avaliação do Rima, não sei se eu vou conseguir aqui, depois eu passo pro Ricardo, na verdade não é Torres, se o senhor olhar direito, desculpa, se o senhor visitar o Rima, o senhor verá que não estamos falando de Torres e sim Passos de Torres que efetivamente é no estado de Santa Catarina, isso nós temos absoluta certeza. Com relação as suas outras colocações, nós anotamos acho que todas elas aqui, são bastante extensas, as questões ligadas a economia aqui no litoral norte nós efetivamente sabemos que a interferência da atividade do Pré sal da bacia de Santos no litoral norte de São Paulo no que respeita a economia é nula, ou quase zero, no máximo o que nós temos de interferência é na base de gás Caraguatatuba, que não é objeto desse licenciamento ele tem seu licenciamento próprio, foi conduzido, houveram audiências públicas, encontra-se com licença de operação emitida pelo Ibama. As questões ligadas à sociedade civil como o senhor falou, nós já a alguns anos vimos conduzindo fóruns de discussões aqui no litoral norte, as últimas reuniões que houveram foram no final de 2016 e no ano de 2017 promovemos uma discussão de reavaliação desse processo que encontra-se assim até hoje, fizemos uma pequena especificação técnica pra contratação de uma empresa pra nos apoiar na continuidade desse processo, efetivamente a Petrobrás está reavaliando essa contribuição da sociedade civil por que ao longo dos anos nós temos tido uma relação mais próxima com as instituições efetivamente constituídas como fundação Florestal, IcmBio e Ibama e queremos trazer também a discussão pra sociedade civil e temos que ver se esse caminho efetivamente tá sendo melhor. Havia um coletivo de entidades ambientalistas no litoral norte que era a “Real Norte” que hoje ele não está mais atuante, existem grandes instituições das quais nós

nutrimos enorme respeito como o Instituto (...) sustentável, como a instituição que o senhor representa por exemplo, e temos uma relação bastante próxima. Ricardo:

Boa noite senhor Antonio Alexandre, apenas a título de esclarecimento, esse mapa que o senhor falou das áreas prioritárias pra conservação ele é um mapa do ministério do meio ambiente, nós simplesmente colocamos nele as informações do empreendimento. Não é uma interpretação nossa, é o que o ministério do meio ambiente entende, publica esse mapa, ele é de domínio público.

Quanto a tabela 13 que o senhor falou, essas entidades elas estão enquadradas em outras linhas da mesma tabela, elas tinham algum caráter que nós entendemos que elas ficariam melhor se estivessem em outras linhas e não nessa linha que o senhor falou, mas o diagnóstico detalhado dessas entidades e organizações de interesse, tá logo no começo do diagnóstico do meio sócio econômico do Eia, na página 1 do capítulo 2, item 5.3 aonde estão lá esmiuçados e o senhor entenderá os critérios que adotamos pra classificar essas entidades em outras linhas da mesma tabela.

Senhor Antonio só complementando da parte do Ibama, como já foi dito nós elaboramos o parecer técnico de análise não só do Rima como de todo o Eia onde foi solicitado uma série de complementações de alterações, é um parecer bastante denso com mais de 200 páginas onde praticamente todos itens o Ibama fez alguma pontuação, algum questionamento. Acho que seria também bastante interessante se o senhor tiver acesso, tiver interesse solicitar que nós podemos encaminhar e o senhor vai poder ter a avaliação do Ibama já sobre o estudo protocolado.

Senhora Gilda Nunes.

Boa noite eu gostaria de colocar que parece que existe um problema no TR, no termo de referência. Eu acho que o TR infelizmente não tá atingindo a necessidade para o empreendimento e eu vou colocar isso até por que foi respondido que não tava no TR então a gente não considera. A questão por exemplo do transporte de toda parte do transporte que não foi incluída assim como as unidades de conservação aqui do litoral norte ficaram fora, quer dizer todas as condicionantes que a gente conquistou na etapa 2 se perdeu por que se tá fora da área de influência não tem condicionante. Sendo que, especificamente falando de Ilhabela, a gente tem também as comunidades tradicionais inseridas, são 17 comunidades tradicionais inseridas dentro do município, dentro das áreas de conservação também, e eu acho que é fundamental que se tenha uma audiência pública também em Ilhabela, eu sou presidente do conselho de meio ambiente de Ilhabela, o conselho já solicitou, eu estou solicitando também como parte, como associação de bairro a qual eu pertencço, eu também protocolei um documento aí e eu gostaria principalmente com relação as unidades de conservação deixar registrado assim como foi falado a questão da população tradicional que vai ser considerada, tem que ser consideradas também as unidades de conservação. Se eu não me engano são 26 impactos no meio biótico, metade desses bióticos são de grande potencial e principalmente são todos negativos. Todos são impactos negativos. Vou falar rapidamente também sobre a questão dos royalties que pra mim é um impacto negativo inclusive pras unidades de conservação, por que existe uma pressão muito grande, Ilhabela é o município que mais cresce percentualmente no estado de São Paulo, isso em função do grande recebimento de royalties. Os royalties atraem as pessoas, atraem obras e isso também impacta a unidade de conservação. 3 minutos não dá pra falar muita coisa mas eu protocolei um documento que tem outras coisas também.

Gilda, boa noite, obrigado, rapidamente, desnecessário lembrar que a questão de royalties a Petrobrás não tem nenhuma gestão sobre isso, efetivamente é uma decisão do governo federal e até onde nós sabemos existem aproximadamente 23 projetos de lei em tramitação querendo alterar a distribuição de royalties no Brasil. Efetivamente acredito que a maioria das pessoas tenham essa informação mas Ilhabela em 2015 recebeu pelos critérios vigentes 240 milhões de reais em royalties, 2016, 265 milhões de reais e 2017, 495 milhões de reais, pelo critério vigente é isso que nós temos, no que respeita a transporte, aí eu fico na dúvida, você tá falando transporte rodoviário ou marítimo? Marítimo, nós temos projeto de monitoramento de tráfego de embarcações, é uma condicionante de licença que continuará a existir durante todo o projeto, 30 anos pela frente, aonde nós fazemos o mapeamento do



deslocamento de cada umas das embarcações que atendem ao Pré sal da bacia de Santos. Esse projeto ele pode ser consultado por meio do site “Comunica bacia de Santos.com.br”, que ele está lá, todos os relatórios enviados ao Ibama estão disponíveis inclusive pra download. É importante destacar que entre a conclusão do Eia e o seu efetivo protocolo no Ibama decorreram 13 meses então tem um *delay* na atualização das informações no Eia em relação ao projeto de monitoramento do tráfego de embarcações, isso vai ser corrigido, obviamente agora por meio de pareceres que o Ibama está emitindo, esse parecer ele foi emitido na véspera da primeira audiência pública, a equipe técnica da bacia de Santos tá dedicada nesse momento a audiência pública, tem uma parte da equipe que está analisando o parecer juntamente com a Mineral e entendemos que até o final do mês de abril devemos protocolar a resposta a esse parecer.

Boa noite Gilda, com relação as unidades de conservação, toda vez que se faz uma avaliação de impacto é fundamental que se leve em consideração as características do empreendimento. Esse empreendimento etapa 3 ele tem algumas peculiaridades que o tornam diferente do etapa 1 e do etapa 2, eventualmente de outros empreendimento da Petrobrás na região, que é a definição de uma única área como base de apoio marítimo que é a baía da Guanabara, todo o tráfego de embarcações de apoio está concentrado nos portos de Rio e Niterói. As unidades produtivas especificamente estão a mais de 170km da costa, então não se prevê impacto desse empreendimento sobre as unidades de conservação aqui do litoral norte na situação normal de operação do empreendimento. Por que a distância dele é de 170km da costa em relação as unidades de conservação que são costeiras ou em ilhas próximas a costa e a inexistência de tráfego de embarcações de apoio aqui na região norte do estado de São Paulo fazem com que não haja esse impacto. Eventualmente outros empreendimentos da Petrobrás na mesma região, relacionados a petróleo e gás possam ter impactos, mas não é o caso do etapa 3 pelas suas características, pela concentração da rota das embarcações na baía da Guanabara.

Dona Gilda, como o questionamento inicial da senhora reportou o termo de referência, acho importante também nós colocarmos nossa posição. Com relação ao transporte, se a senhora está se referindo as embarcações de apoio a atividade desenvolvida, elas são contempladas sim no termo de referência, nos estudos. Se a senhora tá falando dos navios aliviadores, do *offloading*, ele não é contemplado no processo de licenciamento, ele não está no escopo, ele tá dentro da limitação do nosso processo de licenciamento. O Vinicius ele apresenta isso mais claro, o escopo do nosso projeto, o que nós estamos licenciando aqui, é da árvore de natal ao mangote de *offload* do FPSO. O transporte não tá contemplado, na verdade o transporte não é uma atividade licenciada, ela possui uma autorização, ela é autorizada, então na prática nós não temos, não está no escopo do processo de licenciamento, por isso não consta no termo de referência, por que é algo que a legislação vigente não tá coberta no processo que nós temos em mãos. Com relação as unidades de conservação o termo de referência solicita que seja feito o diagnóstico e a avaliação de impacto e riscos sobre as unidades de conservação também, então eu entendo que as demandas sobre unidades estão cobertas pelo nosso termo de referência.

A questão do *royaltie* também está coberto por que nós solicitamos inclusive que seja avaliado o impacto dele como o impacto da atividade, então da mesma forma é solicitado no nosso termo de referência.

Com relação ao documento que a senhora protocolou, assim como as mesmas colocações feitas aqui, ao fim dessas primeiras audiências públicas que nós fizemos o Ibama vai emitir um parecer técnico com a avaliação de todas as considerações que foram feitas dentro desse processo, eu acho que é um documento bastante interessante pra depois todos que tiverem interesse ter acesso e verificar os encaminhamentos que serão dados dentro do processo de licenciamento.

Dona Gilda.

Apesar de não concordar eu sei que a parte de transporte tá fora, pra mim não é novidade mas na realidade assim como, todos os empreendimentos estão sendo avaliados aqui de forma cumulativa, também isso faz parte do processo também, então também deveria estar sendo avaliado, mas eu gostaria se possível ouvir o analista do Ibama falar com relação a

inclusão das comunidades tradicionais assim como ele falou das unidades de conservação, assim como ele falou das comunidades tradicionais, se for possível ele falar sobre isso.

Então, o Itagiba falou né, a gente solicita essa avaliação e o Eia vem com uma proposta de impacto sobre as unidades de conservação que apontam pra esses impactos concentrados principalmente na região costeira da baía de Guanabara no Rio de Janeiro. Isso realmente é um pouco diferente do que a gente viu nas etapas anteriores, a gente tinha mais incerteza, então trabalhando com uma área de influência mais ampla na costa, coisa que na etapa 3 da forma como a gente recebeu as informações, isso tá mais concentrado. Isso não quer dizer que não haja impacto nas outras unidades de conservação, então a gente já recebeu um primeiro parecer da fundação Florestal, sabe que eles estão elaborando um segundo parecer com outros pontos que não foram abordados nesse parecer, já conversou também com o IcmBio que também tá elaborando pareceres sobre essa questão dos impactos nas unidades de conservação e na mão de todas essas informações que vão chegar pra gente, acho até que no seu documento, a gente vai avaliar esses argumentos e talvez a partir daí dar algum encaminhamento pra Petrobrás no sentido de uma possível inclusão de outras áreas que ainda não estejam contempladas.

Senhora Silvia do IcmBio. O que tem de novo neste Eia em relação aos Eias anteriores do etapa 1 e 2? E que critérios foram utilizados para alterar a área de influência da etapa 3 em relação às anteriores?

Por que o Rima chegou as comunidades com tão pouco tempo para ser estudado? Não estamos confortáveis com o prazo.

Silvia obrigado pelas suas contribuições. Os projetos são muito parecidos etapa 1, 2 e 3 efetivamente, a diferença do etapa 3 é que os projetos de produção como eu mostrei na apresentação eles estão deslocados mais pra porção norte do sudeste. E isso efetivamente causam algumas alterações na área de influência do projeto. No que respeita a, depois obviamente o Ibama fará a complementação, a distribuição dos Rimas, o Ibama emitiu uma lista com aproximadamente 100 comunidades que nós fizéssemos a distribuição e aí por iniciativa da Petrobrás por meio do projeto de educação ambiental nós distribuímos mais 71 Rimas, fisicamente, 1 pra cada comunidade que faz parte do "Peia". Eu vou passar pro Ricardo fazer uma complementação.

Silvia.

O meu questionamento ele foi acho que parcialmente respondido com a pergunta da Gilda e em relação a distribuição dos Eia Rimas não fui eu que perguntei deve ter sido uma outra pessoa, da distribuição pras comunidades tradicionais. Mas se quiserem complementar se vocês acham que já tem tempo suficiente de monitoramento e respostas dos programas básicos de monitoramento do etapa 1 e do etapa 2 pra já alterar a área de influência daí eu agradeço.

A alteração da área de influência não foi em decorrência de resultados de monitoramento ou alguma coisa similar, foi em decorrência da característica do empreendimento. A localização geográfica dele um pouco mais ao norte que as demais unidades de produção e a decisão da Petrobrás de centralizar as operações das embarcações de apoio na baía da Guanabara e a atividade das aeronaves nos aeroportos de Jacarepaguá e Cabo Frio fizeram com que houvesse a mudança na área de influência, é decorrência da característica desse projeto, de como ele será operado que mudou a área de influência.

Eu acho que pra resposta que ele pode me dar hoje eu acho que é essa, eu acho que protocolados os documentos, aí eu acredito que possa ser alterado um pouco essa resposta.

Isso, a avaliação ela está em curso na verdade então é como a gente fala, toda contribuição feita aqui como nas outras audiências e mesmo após ela irão ser incorporadas ao processo de licenciamento e pode dar novas diretrizes para o processo.

Com relação ao Rima só pra registro, o Ibama emitiu o edital e a distribuição do Rima no fim de dezembro então nós estamos 20 de março, então tem 3 meses, pouco mais de 3 meses que foi definido a distribuição dos relatórios. Então nós entendemos que era um tempo suficiente pra que as pessoas recebessem pudessem incorporar, então o Ibama julgou como um tempo adequado pra isso.

Só pra complementar aqui nós ao longo do ano passado, segundo semestre principalmente, estivemos em diversas localidades fazendo apresentação desse estudo efetivamente da etapa 3 do Pré sal e fazendo uma apresentação focada também no resultado dos projetos ambientais, foram várias apresentações em diversos segmentos da sociedade.

Senhora Ana Cristina Gonçalves. Como é feita a reinjeção de CO<sub>2</sub> no reservatório? Essa pergunta que pode ser uma resposta bastante complexa ou bastante simples. Vou tentar fazer um meio termo aí. O CO<sub>2</sub> ele tá presente no gás natural que vem junto com o petróleo pra unidade de produção. Essa unidade de produção tem um sistema, um processo que efetivamente separa o gás natural que é utilizado pra gerar energia na plataforma e exportado pros gasodutos pra aproveitamento econômico, e esse gás rico em CO<sub>2</sub> ele é reinjetado no poço quer dizer, existe uma linha, um duto que tem uma bomba que pressuriza esse gás que vence essa coluna d'água e reinjeta o gás dentro do reservatório de novo. Então esse CO<sub>2</sub> não é emanado pra atmosfera.

E esse processo vai ser utilizado em todas as unidades de produção? Ou vão ser um projeto piloto, como é que vai ser feito?

Não vai ser, já é. As unidades de produção todas reinjetam o CO<sub>2</sub>, a gente não ventila.

(Aviso sobre carro estacionado)

Os combustíveis fósseis estão com os dias contados no Brasil não (...) capítulo 21, comprometeram-se com o desenvolvimento em combustíveis fósseis ir para fontes limpas e o Brasil não?

Eu imagino que seja a agenda 21? Ok. Efetivamente os combustíveis fósseis devem estar com os dias contados mesmo, eu não imagino que daqui a 50 anos tenhamos carros a gasolina ou óleo diesel, acredito que não. Porém o petróleo não é utilizado só para isso. Como eu disse aqui na minha apresentação nós temos de aspirina até assento de banco ou infinitas aplicações para a sociedade, desodorante, enfim; no que respeita a agenda 21 isso é um compromisso governamental. A Petrobrás é uma empresa de petróleo e gás, ela tem como seu objetivo principal a exploração, produção, refino, distribuição de petróleo e gás em território nacional. Não é mais monopólio de produção e hoje nós já tivemos aí no passado diversas iniciativas no que respeita a bio combustíveis, ao desenvolvimento de célula de geração de energia, mas devido aos ocorridos dos últimos anos efetivamente a Petrobrás tem buscado focar um pouco mais no seu negócio.

Boa noite, meu nome é Esméria Regina da Silva. A minha pergunta também se deve às conferências nacionais, internacionais que tem ocorrido nessas questões do uso dos combustíveis, então o quê que vai acontecer, vocês estão prevendo isso, vocês tem alguma coisa que vocês possam estar evitando que vá pra essa linha e que possa de repente ser realmente conduzido de uma forma a qual não tenhamos tantos impactos ambientais, sociais e quando você fala, essas conferências, das mudanças climáticas, nós estamos vendo o quanto a interferência tá ocorrendo e nós estamos percebendo isso, isso tá acontecendo nos oceanos e isso vai implicar na questão da pesca, isso é muito sério, nos plânctons e na vida marinha de um modo geral e também na parte da atmosfera do nosso planeta. Então eu queria chegar a isso com vocês, a um estudo mais profundo, por que vocês sabem o que aconteceu no México, e aí, o quê ocasionou, o quê que está acontecendo? Acompanham? Estão acompanhando? O quê que tá acontecendo? Muitas vezes não vem até nós, então a mídia burla, passa outras situações as quais não são verdadeiras e de repente nós vamos vir



aqui discutir e estão todos preocupados realmente com o Rima e o futuro do nosso planeta? Nós vamos seguir pra onde? Nós vamos pra outro lugar, o que nós vamos deixar aqui?

As colocações da senhora são extremamente pertinentes, não tenho observações a fazer. A dificuldade aqui é que a gente tá dentro do escopo de um processo de licenciamento ambiental, muitas das colocações da senhora tem que ser incorporadas em políticas públicas que sejam efetivamente, alterem alguns direcionamentos que nós temos hoje. A Petrobrás é um empreendedor, é uma empresa de produção de petróleo e gás, o Ibama é o órgão executor da política nacional do meio ambiente. A concepção, o direcionamento que é dado é a nível dos ministérios, da União como um todo. O Ibama, não está dentro das atribuições, na verdade da capacidade dele, ser o responsável por definir essas diretrizes, a política de estado para as matrizes energéticas e outras situações. O Ibama é o braço executivo das políticas que são definidas. Então as colocações são extremamente pertinentes, como eu já disse, estão registradas e serão consideradas mas elas, a nossa capacidade dentro de um processo de licenciamento ambiental é muito restrita ao objeto do que a gente está licenciando, então enfim a gente fica dentro das limitações das ferramentas que nós temos nesse momento. Eu corroboro, assinaria um documento junto com a senhora com as suas colocações, mas nós estamos tratando efetivamente de um processo de licenciamento de produção de petróleo e gás na bacia de Santos. De qualquer forma agradeço, é muito interessante receber essas colocações e ver que pessoas estão preocupadas com esse direcionamento, eu acho que isso já é um bom sinal. Muito obrigado pela participação da senhora.

Colocações orais.

Senhor Jorge Greco.

Boa noite, no início, na abertura dessa audiência o presidente da mesa disse que essa audiência é um momento valioso pra gente dar as contribuições, essa não é a primeira audiência que eu participo e pra torná-las mais valiosas eu acho que tá na hora de incorporar determinadas coisas ao processo também. Eu não consigo me conformar com o fato de o transporte de um empreendimento como esse não fazer parte da discussão. Vocês por hipótese lançaram, zero minutos de jogo aqui, nós só estamos falando do navio até lá embaixo, até a árvore por que o transporte não é licenciável. Gente, os impactos do etapa 3 vão acontecer no transporte de óleo por que existe o etapa 3. Então os impactos que vão acontecer nas comunidades tradicionais, no meio biótico, nas unidades de conservação com o aumento do transporte do óleo, portanto com o aumento do transporte em várias áreas, acontece por que nós estamos licenciando o etapa 3. Se a etapa 3 não fosse licenciada esse aumento não ocorreria. Eu entendo perfeitamente que a legislação não prevê mas nós temos que começar a considerar isso, por que nós que moramos em áreas de influência, que apesar do Eia e do Rima não considerarem, vão ter por conta do aumento do transporte impactos significativos sim como por exemplo o “*cheap to cheap*” que o senhor Antonio citou, que nem essa operação é licenciável? O Ibama delegou a “Cetesb” essa competência e a “Cetesb” diz que não é necessário licenciar. Então esse tipo de coisa, já teve acidentes dessa operação até em Angra dos Reis em 2015 é de conhecimento público então já que a gente não consegue evoluir nessa questão eu peço pelo menos a sensibilidade aos analistas do Ibama pra estender essa área de influência incluindo as unidades de conservação e os municípios como Ilhabela, como São Sebastião que estão sim sujeitos a potenciais riscos grandes, não adianta o estudo dizer que lá não há potenciais riscos, há sim, por conta do transporte. Ah não, mas o transporte não é licenciado, então Ibama por favor seja sensível e pra finalizar, desculpa se eu me estendo, gostaria de uma resposta sobre a possibilidade de se fazer uma audiência pública também em Ilhabela pra que outras pessoas não só esse cantinho aqui que vocês viram que se concentrou, possa manifestar essa preocupação. Muito obrigado.

Boa noite Jorge, obrigado pelas suas colocações, esta audiência pública é a de número 19 do Pré sal da bacia de Santos. Então nós fizemos audiências no etapa 1, no etapa 2 e etapa 3. As questões são sempre as mesmas, se fizermos em Ilhabela as questões serão as mesmas, outras pessoas participarão e o que agrega aí obviamente essa decisão não é da

Petrobrás em hipótese alguma essa é uma decisão do Ibama, exclusivamente do Ibama. A sociedade civil pode solicitar ao Ibama, o Ibama avaliará e decidirá, o que for decidido pelo Ibama, certamente a Petrobrás irá acolher, não há nenhuma discussão quanto a isso.

No que respeita aos navios aliviadores, queria só dar uma informação adicional que não sei se pra maioria das pessoas isso é simples, existe uma lei no nosso país chamada lei das sociedades anônimas, Petrobrás é uma sociedade anônima, “TransPetro” é uma sociedade anônima, mesmo sendo do mesmo grupo, 100% do capital da “TransPetro” é da Petrobrás? A Petrobrás não faz gestão sobre a “TransPetro” por lei. Então são questões distintas. Nós não temos como efetivamente - e vice versa.

No que respeita ao processo de licenciamento da atividade de transporte de produtos perigosos, não só de petróleo, o que se pode, isso aí é apenas uma sugestão, mas propor um projeto ao Conama ou coisa que o valha por que o regramento estabelecido hoje não define que se analise num processo de licenciamento do Pré sal da bacia de Santos lá que se incorpore a cadeia produtiva de petróleo e gás, mas também por que não colocar outras atribuições também como a refinaria em Campinas ou coisa que o valha? Cada um tem seu regramento específico.

Só acrescentando um pouco eu entendo a frustração da gente fazer um licenciamento que se interrompe no mangote da plataforma, eu só ia colocar 2 pontos, 1 tem a dificuldade que a Petrobrás já colocou, de atribuir a Petrobrás a responsabilidade que no caso da Petrobrás existe essa relação com a “TransPetro”, no caso de uma operadora estrangeira, “Bg”, “Total”, nem essa relação existe então a gente tem realmente uma dificuldade de chegar ao transporte.

Por outro lado, a forma como a gente conseguiu lidar, pelo menos dar visibilidade a questão foi solicitar a Petrobrás que trouxesse pra dentro do processo de licenciamento deles essa informação, então todo esse trânsito de embarcações de transporte de óleo tá sendo monitorado no projeto de tráfego de embarcações da mesma forma e pelo menos a gente tá tentando dar visibilidade nisso pra gente tentar tratar das questões, pelo menos tentar estimular que a questão seja tratada por exemplo no licenciamento dos terminais, que é uma forma sim, o Ibama participa de alguma forma no acompanhamento do licenciamento apesar dele estar com a “Cetesb” de tentar entender o quanto que a etapa 3 do Pré sal tá aumentando esse transporte de petróleo pro terminal de, não só de São Sebastião mas da baía de Guanabara e os outros terminais que a gente tem na costa e ver que medidas podem ser tomadas pra tentar minimizar impacto e risco.

Eu agradeço o retorno, eu entendo tanto é que eu comecei minha fala dizendo ‘eu sei que é isso’, por isso que peço uma certa sensibilidade talvez na redefinição por parte do Ibama de algumas áreas de influência. Mas eu queria ressaltar primeiro rapidamente o enorme contrassenso que é ter um projeto como o “Pike” que é uma avaliação de impactos cumulativos e a gente tá fazendo licenciamento de uma etapa 3 sem considerar o transporte, então a Petrobrás concorda que precisa fazer uma avaliação de impactos cumulativos mas o transporte a gente não avalia junto, primeira coisa. Segunda coisa, Vinícius me perdoa, nós nos conhecemos bem, temos ótimas relações mas um dos grandes motivos que fez fracassar o diálogo com a Petrobrás foi esta consideração burocrática de que Petrobrás é uma coisa, “TransPetro” é outra.

Só aproveitando pra esclarecer, o projeto de avaliação de impactos cumulativos ele é uma exigência do Ibama também nesse sentido, embora todos esses outros elos da cadeia do petróleo não estejam dentro do nosso processo de licenciamento, do que tá na nossa competência, muitos deles sobre licenciamento estadual, a avaliação dos impactos cumulativos visa dar visibilidade a isso, mostrar que existe sim uma cadeia de petróleo que impacta cumulativamente regiões, ao litoral norte aqui de alguma forma, baía de Guanabara lá no Rio de Janeiro e outras regiões do Brasil, eles existem, o licenciamento que é uma das ferramentas da política nacional de meio ambiente tem as suas limitações mas como é que a gente consegue vencer essas limitações é através de informação né, tentando gerar informação pra lidar com isso.

Só uma última complementação, efetivamente a Petrobrás entende que o projeto de avaliação de impactos cumulativos não deveria ser imputado ao empreendedor, ela está executando o projeto por ser uma condicionante de licença.

Senhor Carlos Nunes.

Boa noite. A gente já tá ouvindo diversos fatos que mostram mais uma vez um Rima de qualidade questionável e principalmente sempre ocorre nos Rimas anteriores uma minimização dos impactos negativos e uma maximização dos impactos positivos. O seu Antonio já citou a tabela 13 aqui que suprimiu uma série de informações a respeito de instituições, não vou entrar nisso novamente, a informação dada inclusive na apresentação que o impacto positivo é o aumento nos salários da região, apesar de até ocorrer no poder público e principalmente das cidades que recebem um alto volume de royalties como é o caso de Ilhabela, há um inflacionamento do mercado e acaba diminuindo o poder aquisitivo da população, então isso é um impacto negativo muito grande, outros impactos citados como positivo por exemplo o “Peia” e o “Papp” que é o programa de educação ambiental e o de apoio a pesca podem questionar nas comunidades se isso melhorou a vida deles, eu tenho certeza que a resposta vai ser ‘em nada mudou minha vida’, então isso não é um impacto positivo e aí eu repito um mantra que eu digo em todas as audiências: essa forma de Rima não vai mudar enquanto o Eia Rima for custeado, financiado pelo empreendedor. Isso deveria ser uma função do estado, e aí sim a gente teria um relatório isento, por que atualmente ele não é isento, eu nunca vi um Rima dizer que aquele impacto não é viável, em nenhum momento nas diversas audiências públicas. Sobre o impacto sempre considerado positivo que é a distribuição dos royalties, obviamente que é uma realidade, nosso município é o principal, com o aumento de royalties, só que poucos sabem e nunca aparece em estudo nenhum os impactos negativos então eu vou citar alguns deles. Em Ilhabela por exemplo nós temos uma média de 100 milhões de obras anualmente, se você considerar que 40% disso é mão de obra, e aí a gente tem também mais uns 50 milhões em serviços, entre consultorias, shows e outras coisas. Nós estamos falando aí de 2 mil trabalhadores que a maioria vem de fora pra prestar serviço e acaba uma boa parte ficando. O que aconteceu com a nossa cidade, O IBGE e o “Ceade” diz que nós temos 33 mil pessoas, no SUS nós temos 45 mil cadastradas, então os impactos negativos disso, turismo de saúde, nós temos hoje turismo de saúde, déficit habitacional quase na mesma escala, inversamente proporcional aos aumentos dos royalties, então aumentou exponencialmente o nosso déficit habitacional nos últimos 8 anos que é o nosso período de escala, de aumento de royalties, uma escola e uma creche por ano é necessário na cidade, um novo polígono de ocupação desordenada a cada 2 anos. Então todos esses impactos negativos nenhum deles foi sequer mencionado no estudo. Eu tô citando Ilhabela por que eu tenho todos os números mas isso deve acontecer também em São Sebastião e Caraguatatuba. E sobre as condicionantes, eu queria mencionar aqui, pedir pro Ibama, é um pedido eu até agora não fiz pergunta, agora é um pedido que tenha também uma condicionante de um acompanhamento profissional de todas as mitigações das condicionantes por que o programa de monitoramento sócio econômico, o “Bms” ele não existe, ele não foi feito nada, ele tem uma condicionante da etapa 2 ou da 1 nem lembro qual, se tem nas duas, ele nada foi feito, a única coisa que eu conheço vagamente em 2011 foi feito um pequeno *insight* pela empresa “Science” mas que não abrangeu o litoral norte então não existe, o quê que isso gerou, nós não temos informações reais de quanto realmente a indústria de petróleo e gás tá impactando na região. Então tudo que é colocado no Eia Rima é estimativa e não tem estudos, esse estudo de salários que eu citei não existe nenhum estudo que acompanha, e o acontece que o nosso “Pike” que é uma condicionante que está sendo, nem sei se é realmente uma condicionante mas quem tá financiando é a Petrobrás, ele está muito deficitário principalmente por falta de informações e agora também até lembrando o que o Jorge disse aqui, como que nós temos um “Pike” que deve consolidar todas as avaliações de impactos cumulativos da região e 1 deles que talvez é um dos principais que é o transporte, nunca é avaliado? E aí a gente chama aqui no litoral norte a “TransPetro” de empresa invisível, por que ela nunca é citada em nada, recentemente teve um vazamento até hoje a colônia lá da “Cucanha” não foi ressarcida e nós temos esse impacto real e não é considerado nem em Rima nenhum, nem em “Pike” e nem em momento nenhum, então eu queria pedir pra Ibama 2 coisas que tivesse esse acompanhamento profissional de todos esses impactos que estão sendo feitos, por que se



estabelece mas ninguém acompanha e o pedido que vocês tem que escalar, levar isso pra cima, o estudo de impacto ambiental não pode ser custeado pelo empreendedor, isso nunca vai funcionar.

Carlos, boa noite, não posso discordar das suas colocações mas se você observar grande parte das condicionantes impostas a Petrobrás do etapa 1 e 2 até agora, efetivamente isso deveria ser obrigação do estado, você fala do “Pike”, o “Pike” devia ser obrigação do estado, você fala do “Pms” devia ser obrigação do estado, você fala do “Peia” devia ser obrigação do estado. Enfim, nesse cenário nós fazemos um Eia, submetemos ele pra apreciação pública e temos buscado, e você participou efetivamente como vários outros aqui, discutir o Eia ao longo do tempo antes desse momento até mesmo pra tentar reduzir dúvidas. Nós sabemos que o Eia é um instrumento de licenciamento de processo administrativo que existe, que o Ibama é o responsável, tem suas limitações. Tem várias limitações, quando o Jorge fala do transporte do petróleo é uma limitação, quando você fala do projeto de monitoramento sócio econômico é uma outra limitação, é um projeto de extrema dificuldade de ser realizada por um empreendedor, no caso a Petrobrás tá fazendo isso, ele ocorre em 14 municípios, nós já desenvolvemos mais de 140 indicadores que foram agrupados, enfim, tá sendo executado. Os relatórios estão sendo entregues. Agora a aplicabilidade disso não pode se dar pelo empreendedor, é um fato. Não tem como a Petrobrás assumir que vai aplicar isso um dia lá na frente. Existem condicionantes de compensação, como houve por conta, que você citou também, do “Pecap” programa de compensação da atividade pesqueira, a condicionante na nossa avaliação foi o “impacto” por que eu ouço até hoje, ‘quando o duto passar’, o duto passou tem anos, não houve esse impacto sentido. Mas as condicionantes sim, foram condicionantes do ponto de vista de assistencialismo, de fazer algo pra entregar, algo pontual. É isso então nós temos também os nossos questionamentos sobre a efetividade de algumas condicionantes e na visão da Petrobrás, não precisa contratar um profissional pra avaliar tecnicamente a condicionante, o Ibama faz isso e muito bem. Eles tem sua análise crítica e nos cobra por meio de pareceres periódicos, então é uma questão de acesso a informação e essa informação está disponível no “Comunica bacia de Santos.com.br” e no site do próprio Ibama.

Ricardo quer fazer uma complementação.

Boa noite seu Carlos, a título de informação, complementando um pouco, a avaliação de impacto do Eia ela é sensivelmente mais detalhada que a que está no Rima. O impacto dos royalties no Eia ele tem um caráter dubio de positivo e negativo. Ele é positivo por que ele aumenta a massa de dinheiro em circulação, aumenta a arrecadação tributária e ele é negativo por que ele traz consequências algumas como o senhor colocou aí na sua fala. A questão do Eia não viável, o Eia não viável que diz que o empreendimento é ambientalmente inviável ele não foi entregue ao órgão ambiental por que se ele é um elemento que visa subsidiar a avaliação de viabilidade ambiental e ele quando foi feito concluiu que o empreendimento era inviável, ou o empreendimento foi modificado em função do resultado dessa análise pra que se tornasse viável ou o empreendedor desistiu desse empreendimento, realmente ele não apresentaria ao órgão ambiental um documento dizendo que o empreendimento dele é ambientalmente inviável pedindo uma licença ambiental. Com a questão da independência da equipe que elabora o Eia Rima, quando começou o estudo de impacto ambiental em 86 pela resolução Conama 1 de 86, ela trazia a exigência que fosse feito por uma equipe independente do empreendedor, mesmo que custeado com ele. Em 97 com a resolução Conama 297 essa exigência foi revogada, hoje em dia o próprio empreendedor pode fazer o Eia Rima se ele quiser, ele contrata consultores externos, as vezes por uma conveniência, por uma questão de contratar alguma empresa que tenha alguma experiência que ele não tenha ou o seu corpo técnico tá ocupado ou ele não tem corpo técnico pra isso. O fiel da balança é o órgão ambiental que analisa o estudo e como nós estamos vendo aqui, discorda do estudo em diversos pontos, pede estudos complementares, pede revisão da avaliação de impacto, as veze fazemos avaliação de impacto com equipe multidisciplinar, a avaliação de impacto tem um grau de subjetividade, por mais que se tente quantificar os impactos, alguns deles tem uma subjetividade na sua avaliação, e a equipe do Ibama com alguma frequência nos questiona se o determinado

impacto considerado de grande importância, de média importância não deveria ter uma importância maior ou ter alguns atributos modificados. Do nosso ponto de vista a gente procura fazer o melhor trabalho possível e pra gente é muito confortável saber que o trabalho será analisado por uma equipe multidisciplinar com bastante experiência e que também será submetido a avaliação da comunidade através da divulgação da informação e que podemos receber subsídios ou nos alertando de impactos que não vimos, que não cortejamos por que realmente nos passou despercebido ou por que alguma parte do estudo indicava que o impacto teria menor importância e ele teve a maior importância, mas nós, uma equipe bastante experiente, fizemos o estudo dentro dos limites que são pertinentes a um determinado estudo, quer dizer estamos falando aí do etapa 3 com essas características que o projeto etapa 3 tem, de bases portuárias, de distâncias de localização e tudo mais. E realmente pode haver divergência de interpretação e o processo de audiência pública e de análise pelo Ibama é o que traz isso e aí vamos fazendo complementações e atendendo a questionamentos tentando chegar a um consenso.

Boa noite gente, meu nome é Bruno, eu também sou analista ambiental do Ibama, eu vou tentar explicar melhor um pouco dessa questão que foi colocada na última pergunta, que acho que diz respeito a outros questionamentos que foram feitos anteriormente com relação a impactos indiretos, impactos difusos associados a empreendimentos que tem relação com a atividade de produção e escoamento de petróleo e gás mas não é exatamente a atividade de produção e escoamento que a gente licencia que é o caso dos terminais, das unidades de tratamento de gás, dos estaleiros e assim como foi explicado anteriormente pelos representantes do Ibama também, a alternativa que a gente encontra pra essa falta, essa pouca capacidade de atuação do Ibama com relação a legislação ambiental que define um escopo específico pro processo de licenciamento, a gente tenta destacar do estudo de impacto ambiental alguns projetos, que foi o caso, eu citaria aqui o projeto de avaliação de impactos cumulativos e o projeto de monitoramento sócio econômico que foi citado na última pergunta como uma tentativa de iluminar e trazer informações a respeito desses impactos difusos e aí especificamente com relação a esse projeto de monitoramento sócio econômico ele de fato foi solicitado a algum tempo, ainda no âmbito do licenciamento da perfuração da área geográfica da bacia de Santos, a Petrobrás chegou a fazer uma primeira contratação pra construir, pra executar esse projeto, infelizmente o resultado não foi muito satisfatório, encontrou dificuldades na elaboração desse, por que esse projeto no final ele gera um sistema de indicadores sócio econômicos então o sistema que foi resultado dessa primeira tentativa não foi satisfatório, a gente solicitou que fosse feito uma nova contratação e atualmente o status desse projeto é que existe uma empresa consultora contratada e ela tá elaborando tentando solucionar quais indicadores são mais adequados pra gente conseguir medir as transformações do território frente as atividades de produção e escoamento de petróleo e gás, ainda tá em desenvolvimento e a última informação que a gente teve da Petrobrás e com relação a esse projeto é que ainda em abril ou acho que ainda esse mês deve chegar o resultado preliminar e aí enquanto a sua proposta de tentar construir um processo de acompanhamento desse projeto eu acho que é uma ideia interessante, acredito que ele caiba nessa segunda fase do projeto, penso que a medida que a gente tiver um sistema de indicadores sócio econômicos montado, quando ele for rodar esse sistema de indicadores acredito que seria muito razoável a gente construir uma espécie de observatório pro monitoramento das transformações no território, eu vejo que é uma contribuição que é passível de ser incorporada a medida que o projeto avance.

Senhor Rivaldo Ramos.

Eu queria passar alguma informação aí, já que nós estamos falando de meio ambiente, dizer pra vocês que eu trabalhei 25 anos na Petrobrás. Ela sempre teve muito cuidado com o meio ambiente muito embora acidentes as vezes acontecem. A gente só tem uma preocupação, por que a vida ensina a gente: é com as multinacionais. E falar pro Ibama aí tomar cuidado por que eles estão no quintal dos outros fazendo o que eles querem e não dão satisfação pra ninguém, e isso tá acontecendo.

Mas eu quero falar de uma riqueza que pouca gente sabe. A Petrobrás descobriu nesses últimos 10 anos nesse Pré sal uma reserva de 200 bilhões de barris calculado pelas associações de engenheiros da Petrobrás e pelos técnicos da universidade do Rio de

Janeiro. São previsões de 200 bilhões de barris, se vocês quiserem fazer um cálculo, nós consumimos hoje no Brasil por ano 1 bilhão, então tem Petrobrás pra 200 anos. Mas nós não queremos petróleo pra 200 anos, nós queremos petróleo pra saúde, pra educação e para transformação da energia limpa.

Mas tem outra coisa interessante aqui que eu quero passar pra vocês. Estão dizendo que a Petrobrás tá em dificuldade financeira. Estão vendendo os ativos da Petrobrás. Como é que quem descobre uma reserva de 30 trilhões pode ter dificuldade financeira, se o seu ativo é 60 vezes menor? Não pode. Isso é resultante de um governo corrupto, um congresso corrupto e tá prejudicando quem, a quem prejudica essa corrupção? A vocês da nova geração que estão aí. E pra vocês a gente quer um país melhor. Um país melhor por que o meu país já foi bom, já sou idoso, mas ainda não desisti dessa luta não e vou dizer pra vocês a luta não é fácil. Vou dar um exemplo pra vocês aqui: o royalty é pra compensar até certo ponto a riqueza que é subtraída do município pelo estado, é mais ou menos isso. Tá aqui ó, recente, medida de isenção de impostos a petroleiras, quê petroleiras são essas aí? São as multinacionais que estão aí querendo pegar o petróleo que a Petrobrás descobriu. Elas não descobriram nada aqui, quem descobriu foi a Petrobrás. Agora se você descobre uma mina e alguém vai subtrair a tua mina o quê que cê faz? Cê vai brigar. Essa briga nós vamos ter que levar e vou dar um outro exemplo pra vocês: nós temos 200 bilhões de barris, existe a interferência dos países, principalmente os países que são mais ricos, os países que são imperialistas que é o caso dos Estados Unidos. Os Estados Unidos tem hoje uma reserva de 20 bilhões de barris, eles consomem 10 por ano, nós temos 200, só consumimos 1, eles estão de olho aonde? Na reserva da gente. Vocês podem estar certos disso. Se nós não fizemos uma luta séria e forte, eles vão tomar essa coisa de vocês, eu já digo de vocês, que qualquer hora São Pedro nos chama, a gente já passou da idade, mas vocês vão ficar. Como nós nunca acreditamos na derrota e a gente fala pra vocês: só tem uma luta que a gente perde, não sei se vocês sabem, só tem uma que a gente perde, é a que a gente desiste. E nós não vamos desistir não. É isso aí.

Seu Rivaldo, as colocações do senhor são muito ricas, estão devidamente registradas de ata, de gravação. Só uma coisa que eu gostaria de toda a fala do senhor, muito interessante, o que eu posso garantir pro senhor, pelo licenciamento ambiental conduzido pelo Ibama: nenhuma empresa terá tratamento diferenciado ou especial. Todas serão submetidas ao mesmo rigor que a Petrobrás é submetida, a equipe técnica do Ibama submeterá qualquer companhia, seja de qual nacionalidade for, qualquer uma que queira operar no Brasil será cobrada a cumprir a legislação ambiental da mesma forma que a Petrobrás é cobrada. Falo isso pela equipe do Ibama responsável pela condução desses processos de licenciamento.

Questionamentos escritos.

Senhor Danilo Coelho.  
Senhora Maia Andrade.  
Senhora Marina Gonçalves.  
Senhora Ana Maria dos Santos Silva.

Senhor Danilo.

Eu gostaria de saber se algum dia houver uma alteração no nosso ecossistema, o quê nós pescadores iremos fazer para sobreviver e sustentar nossas famílias?

Boa noite, a bacia de Santos tem o plano de emergência a vazamento de óleo contempla efetivamente o apoio das comunidades da localidade onde houver o vazamento de óleo. Então nós temos agora até planejado para o dia 25 e 26 de maio um simulado de emergência de nível 4, com vazamento com toque de costa na região de Bombinhas em Santa Catarina, aonde efetivamente exercitaremos esse tipo de atendimento as comunidades de pesca artesanal e de maricultura, então o nosso planejamento se restringe a algumas atividades de substituição da geração de renda durante o período na qual estiver o pescador impedido de pescar ou o maricultor impedido de efetuar a sua atividade econômica. De que forma? Contratando as embarcações, oportunidade pra por exemplo fazer monitoramento da região afetada, pra identificar eventuais animais petrolizados,



utilizando restaurantes, instalações como hotéis pra atender as equipes que trabalharão nas emergências, coisas dessa natureza, isso obviamente sem nenhum prejuízo a um eventual questionamento judicial por parte das colônias de pesca dos pescadores e etc.

Senhor Danilo.

Vocês deram curso pra gente, da Petrobrás, quando tivesse vazamento de óleo, teve derramamento e nenhum barco foi chamado, que a gente fez o curso, várias pessoas, e nenhum pescador foi chamado pra recolher o óleo.

Felizmente no Pré sal nós não tivemos nenhum acidente com vazamento que tenha atingido a zona costeira então por esse motivo que efetivamente não tivemos essa relação com as comunidades de pescadores.

Senhor Antonio Carlos “Spozito”.

Qual o orçamento previsto para o etapa 3 do desenvolvimento do Pré sal, de onde virão esses recursos? E 9% que caberá a Petrobrás para exploração do petróleo do Pré sal.

A outra também é do seu Antonio.

Se forem plataformas estrangeiras, qual será a porcentagem embarcada de trabalhadores brasileiros no processo, na exploração?

Bom senhor Antonio “Spozito” efetivamente o orçamento previsto pra implementação do etapa 3 do Pré sal eu não saberia lhe dizer, não tenho esse número. Posso me comprometer com o senhor de conseguir esses valores e tem o seu contato aqui eu lhe devolvo esse, por que é algo bastante inusitado para nós. Os recursos tem diversas naturezas, também não saberia lhe detalhar quais são os recursos, tem parte que é reinvestimento de recursos próprios, parte que veio por financiamentos internacionais, enfim, mas também, fico lhe devendo mais detalhadamente essa resposta.

No que respeita a empregos, as unidades próprias previstas para o etapa 3 tem uma previsão de geração de 1760 empregos na Petrobrás, nas unidades próprias. Os senhores sabem que também existirão as afretadas, aquelas unidades que são alugadas pela Petrobrás e aí é feito uma tripulação mista, então são esperados mais 4 mil trabalhadores e aí podem vir de diversas partes do mundo, inclusive do Brasil como acontece com as fretadoras que hoje atuam na bacia de Santos. Nós temos a “Ogpk”, a “Sbm”, “Modek” enfim, e aí tem tripulações que podem vir de diferentes partes do mundo mas que também se utiliza mão de obra brasileira. Devido ao regime de trabalho nessas plataformas nós temos colegas da Petrobrás que moram fora do Brasil, isso é relativamente comum, o cara tem um regime que ele trabalha um período embarcado, e tem um período bastante dilatado de folga, enfim é uma decisão individual.

Senhor Antonio.

Bom, eu tive em algumas convenções, alguns seminários sobre os problemas da Petrobrás em diversos lugares, estivemos em Macaé e soubemos de plataforma que tem 100% de estrangeiro, isso daqui dentro do nosso país eu acho um absurdo. O único brasileiro que aparece na plataforma é aquele que faz a medição do que tá saindo ali do produto. Então é um negócio meio complicado, estar aqui no Brasil e não dar emprego pros brasileiros.. é meio complicado isso aí.

Tá registrado seu Antonio e com relação ao valor do empreendimento, nós estamos buscando aqui, no momento do requerimento da licença prévia da etapa 3, é solicitada a declaração da estimativa do custo do empreendimento, nós estamos buscando aqui pra passar pro senhor o que foi informado no requerimento de licença prévia. A gente tá tentando consultar nosso sistema aqui pra passar, esse valor pode sofrer atualização ao longo do tempo mas efetivamente a Petrobrás já protocolou uma informação relacionada ao orçamento previsto para o empreendimento denominado etapa 3.

Seu Antonio.

2009, 2010, nós tivemos conversando com o “Zé Luiz Marcuso” havia um projeto de mais de 200 bilhões de dólares para o desenvolvimento daquelas etapas. Como é que ficou isso? Abandonaram esse valor?

Em 2009, 2010 eu estive com o ex gerente do Pré sal, Zé Luiz, e ele falou que tinha reservado um valor acima de 200 bilhões de dólares pra desenvolvimento das etapas do Pré sal.

Veja bem seu Antonio. Infelizmente de 2009 para hoje a Petrobrás passou por diversas transformações, inclusive uma crise econômica sem precedentes. Nosso plano de negocio de gestão ele foi reajustado pelo menos 3 ou 4 vezes. Por isso que eu não ousaria a lhe dizer aqui qual o valor por que eu incorreria em erro certamente. Destacando que o que o Ibama tá levantando que está protocolizado ali é uma projeção de 2015, como eu disse o Eia ficou 1 ano parado, nesse meio tempo saiu um novo plano de negócio e gestão, então nós temos uma nova abordagem também, então é importante essa atualização, eu faço questão de lhe retornar a exemplo de quando na audiência pública de Angra nós tivemos uma senhora que fez uma questão que nós não tínhamos uma resposta firma, nós já fizemos contato com ela e efetivamente fizemos essa resposta.

Só pra complementar a resposta, o documento que nós temos protocolado hoje cita o valor do empreendimento como 126 bilhões, 564 milhões de reais. É o que tem hoje no requerimento de licença prévia do empreendimento, e isso só o valor do empreendimento, os custos relacionados ao cumprimento das condicionantes, os projetos, não estão incluídos nesse valor. Esse é o valor do investimento do empreendimento.

Questões orais.

Senhora Ednéia Correia.

Olá boa noite. Eu sou analista ambiental do refúgio de vidas silvestres do arquipélago de Alcatrazes e da estação ecológica Tupinambás que são unidades de conservação federais aqui na bacia de Santos. O meu questionamento é pro Ibama, eu gostaria de saber o seguinte, ok, o transporte do petróleo extraído no empreendimento não está contemplado nesse processo de licenciamento, no entanto, o transporte de cargas perigosas, nesse caso petróleo, ele é atividade sujeita a licenciamento ambiental, consta da resolução Conama 237 de 97, então eu gostaria de saber se existe um procedimento próprio de licenciamento ambiental apenas para o transporte, se esse licenciamento atualmente está sendo feito pelo Ibama ou se foi delegado aos estados e de que forma ocorre esse licenciamento, é considerado de grande impacto, ele demanda produção de Eia Rima ou é um licenciamento simplificado? Obrigada.

Ednéia, o transporte ele não é licenciado, ele é autorizado, ele não é sequer conduzido pela diretoria de licenciamento ambiental do Ibama. Existe um procedimento autorizativo onde é muito semelhante ao que é a declaração de transportes de produtos perigosos em terra, onde os transportadores tem que registrar e ter a autorização pra transporte. O transporte de petróleo do *offload* ele é tratado como produto perigoso, logo não é objeto de licenciamento, ele é objeto de autorização, então ele não tá no escopo do nosso processo de licenciamento, nem de nenhum outro. Quando ele atraca, enfim, em algum terminal pra offload ele entra, no offload em si no momento ele está sujeito no terminal... tem o plano de emergência dele, tudo isso, mas o transporte em si não é licenciado.

Uma vez que a atividade transporte de cargas perigosas está claramente lícita na Conama 237 de 97 existe então um instrumento legal que regulamenta que não seja feito processo de licenciamento ambiental e sim esse processo autorizativo? E se existir eu gostaria de saber qual é esse instrumento legal.

Eu não tenho domínio dos normativos que tratam disso até por que a gente não lida com isso, mas recordando quando foi feita a lei complementar 140 que estabeleceu as atribuições federais, estaduais, municipais tentando deixar mais claro essas atribuições, ficou claro pro Ibama que ele teria que lidar com o transporte terrestre e ao mesmo tempo tornou evidente

como o transporte marítimo estava num limbo, não estava sendo tratado como um licenciamento formal e nem tinha autorização, então em decorrência da lei complementar 140, o Ibama fez uma instrução normativa pra tratar do licenciamento de produtos perigosos de forma simplificada então não tem Eia Rima, não existe Eia Rima pra isso e, até onde eu acompanhei eu acho que essa autorização é uma autorização auto declaratória no site do Ibama que é emitido uma, quem tá fazendo o transporte assume uma série de compromissos e assim ele ganha autorização pra fazer transporte a transporte, então a cada transporte feito ele pede essa mesma autorização e assume aqueles compromissos que estão dispostos lá. Essa normativa foi pensada pra ser temporária, a ideia, o Itagiba falou, não tá nem na nossa diretoria, isso não tá no controle da diretoria de licenciamento do Ibama, mas na diretoria de proteção ambiental que trata dos riscos e das emergências ambientais e a ideia é que esse sistema fosse se aprimorando pra aumentar o controle mas eu não tenho notícia que tenha se avançado além dessa proposta inicial de uma autorização auto declaratória no site do Ibama.

Complementando a resposta do Guto, essa é uma questão até por ser um impacto muito visível sobretudo os empreendimentos que se localizam a 300km da costa, que é visível o momento que as embarcações chegam pra fazer a descarga. Essa questão já foi trazida nas nossas audiências públicas anteriores, considerando o volume e todo o histórico que o Guto fez, nós estamos providenciando um questionamento formal à diretoria, que tem que avaliar, a nossa diretoria de “lic” junto a diretoria de proteção ambiental quais os encaminhamentos a serem dados, se o instrumento que era pra ser provisório em que pé está, enfim, provocar pra que efetivamente a gente tenha um encaminhamento melhor, mais claro sobre essa questão do transporte de petróleo no mar.

Só rapidamente quero agradecer pelas respostas e que bom saber que vocês vão fazer esse questionamento por que isso é fundamental, por que o transporte é a atividade que pode causar maior impacto sobre as 200 unidades de conservação que o próprio Eia mapeou, então é muito pra ser tratado dessa forma, não pode.

Senhor Tiago de Luca.

Cumprimento a mesa conferencista e os amigos presentes aqui, Sebastianenses, pessoal de Caraguatatuba, Ubatuba. Eu sou professor, também escritor, pesquisador em administração, mas a minha pergunta ela vai ser bem simples. Considerando as simulações que tem sobre as áreas de risco, considerando a bacia inteira de Santos, desde a área do Rio de Janeiro até a área de Santa Catarina e todos os riscos, mesmo com as simulações e tudo mais, considerando modelagem estrutural e tudo mais, a gente sabe que a ciência ela nunca é exata, vide a catástrofe que teve em Mariana por exemplo, ninguém conseguiria estimar isso e visto também a própria P36 com mortes e ferimentos e tudo mais. A minha pergunta é considerando todos esses riscos ambientais pro litoral norte, que a gente está encubado nesse estudo, se a Petrobrás, se o grupo tem alguma contra prestações econômica, eu digo no sentido de qualificação pro mercado de trabalho, geração de emprego, compartilhamento de informações, mas não pras prefeituras que mamam dos royalties e nem pra própria Petrobrás que vai lucrar milhões com esse projeto do Pré sal. Eu falo pro povo Sebastianense, povo Caraguatatubense, povo do litoral norte se tem algo nesse sentido.

Senhor Tiago, obrigado pela sua colocação, bastante precisa. Efetivamente a simulação de dispersão de qualquer natureza, os modelos de dispersão matemáticos podem incorrer em erros efetivamente, tanto é que o Ibama nos exige um cenário que não é real, ele é muito pior do que efetivamente poderia acontecer, imagine o senhor que tem uma unidade de produção onde ela estivesse com toda, completa, com toda a capacidade de qualquer fluido a bordo que somaria 450 mil metros cúbicos, e que ela da noite pro dia, ali em uma dia inteiro ela rompesse e todo esse líquido vazasse e por 30 dias nós ficaríamos assistindo o vazamento e não fizéssemos nada, aí sim teríamos o toque na costa. Então, isso não acontece. Imediatamente, também por exigência do Ibama, o nosso plano de emergência a vazamento de óleo, ele define tempos de atuação, esses tempos são muito justos, são questões de horas, em horas, nós temos embarcações dedicadas, lá no polígono que eu mostrei, aquele desenho, nós temos hoje 10 embarcações, 6 dedicadas pra um eventual



vazamento, 4 de uso misto. Todas elas de deslocamento rápido, é um barco de grande proporção, não sei se o senhor se atentou para uma fotografia que tinha, uma embarcação e tinha uma pessoa próxima, são barcos de grandes dimensões com grande capacidade de atuação. Adicional a isso nós temos os centros de defesa ambiental ao longo de toda a costa brasileira, com a capacidade de mobilização ímpar na indústria do petróleo, isso é um fato reconhecido inclusive pelas demais empresas de petróleo, então esse cenário realmente ele não é real, a gente sabe disso. Nós trabalhamos forte pra que não aconteça nenhum acidente no Pré sal da bacia de Santos, mas se acontecer nós temos a melhor preparação possível, e respondendo objetivamente a sua pergunta que foi bastante clara, bastante objetiva, não, não há nenhuma previsão disso, a Petrobrás ela recolhe seus impostos e contribui com a royalty que é o que está na legislação. Nós não temos uma previsão para este caso específico, compensação de um eventual vazamento futuro. Existem outros projetos ligados a área de responsabilidade social é uma outra questão, mas efetivamente como compensação, não.

Agradeço a sinceridade na resposta, e acho que o que ficou claro nesse sentido é que, até talvez por força de legislação, quem vai ganhar com isso são as prefeituras e eles repassam como eles querem obedecendo também uma legislação e um regulamento, mas o povo em si sofre, como alguém falou aí, muito obrigado.

Senhora Maria Ines “Fazinni”.

Boa noite a todos, eu sou gestora do parque estadual de Ilhabela e falo como presidente do conselho do parque estadual. Mas na verdade eu tô aqui quebrando minha cabeça pra pensar como é que a gente resolve essa equação de que, o impacto que é visível, que é sentido nas unidades de conservação, nas comunidades tradicionais do litoral norte, tá longe de ser pensado nesse licenciamento. Então na verdade Ibama, eu queria, eu vim aqui com uma série de solicitações, de inclusão, de ampliação, de estudo, mas acho que é importante a gente fazer essa reflexão: de que forma agora, é muito válido os planos todos pra que a gente possa definir indicadores, ter uma relação, ter referências para os próximos, mas de que forma agora, neste processo de licenciamento, a gente consegue incluir a questão do tráfego de embarcações? Como é que a gente faz isso? Se na verdade nós consideramos aquelas rotas prioritárias das embarcações de apoio para o projeto, se o Ibama passar a considerar todas as rotas, não só as prioritárias, e aquelas rotas previstas potencialmente pra descarga, ampliar essa área de influência, ampliar essa área de estudo para o litoral norte, a gente consegue incluir essa questão que não é licenciável. Por que me parece muito absurdo isso, o quê que nós estamos fazendo aqui? O que mais nos impacta de fato é o transporte, é o tráfego de embarcações. Sentem isso os pescadores que lá na reunião do conselho declararam cada um dos... a presença de lama nas suas redes, a diminuição do estoque pesqueiro, eles vivem o dia a dia disso e declararam isso no conselho. Então eu acho que é fundamental que o Ibama, e o Ibama pode fazer isso, ele pode procurar uma brecha pra que a gente comece a englobar dentro desse estudo contratado aquilo que nós queremos mostrar, e aquilo que nós queremos prever e prevenir. O Ibama pode fazer isso, então o pedido é esse. Se a gente amplia essa área de influência, amplia essa área de estudo, considera além das rotas prioritárias que estão lá naquele polígono mostrado aqui pelo Ricardo, considera as outras rotas, todas as rotas das embarcações a gente consegue analisar esses impactos e aí de fato fazer a previsão. Esta é uma coisa.

A outra questão, que eu acho que é pra nossa reflexão, pra reflexão do povo brasileiro e do empreendedor Petrobrás, é que veja como é maravilhoso a gente ter conquistado um aumento espetacular na produção do petróleo no Brasil. Mas, diferentemente desse crescimento espetacular, o nosso povo não viu nenhuma melhoria. Nem baixar o preço de combustível a gente conseguiu, com toda essa produção de petróleo, que dirá então educação, saúde, infra estrutura. Isso é uma reflexão pro povo brasileiro que está aqui presente hoje até esse horário discutindo. Mas a minha pergunta é, e a minha indagação, como fazer isso? Uma outra pergunta, Marcos Vinicius, que você não é obrigado a responder, é, será que a “TransPetro” também tem um programa de acompanhamento, de atendimento as comunidades pesqueiras em caso de vazamento? Será que eles tem? Por quê que não aplicaram quando aconteceu com a comunidade pesqueira da “Cocanha”? Olha gente, o meu pessoal do parque, os nossos técnicos lá estudaram o Rima, alguns leram

alguns capítulos do Eia Rima, e não encontraram elementos pra poder se posicionar por exemplo com relação aos impactos da nossa unidade de conservação. Então pra isso é preciso que esse estudo seja complementado, e me parece pela manifestação de vocês que já vem sendo feito essa solicitação ao empreendedor. O outro pedido nosso é que haja a execução imediata do programa de monitoramento das espécies exóticas invasoras, que é uma condicionante da etapa 2. E outro pedido ao Ibama é que a gente faça uma audiência pública em Ilhabela. Acho que é só isso, muito obrigada.

Obrigado você Maria Ines, sempre ajudando a gente a refletir e pensar melhor as nossas atividades fico feliz de você ter dito algumas coisas principalmente no que respeita a gasolina, a gasolina ela chega cara pro consumidor, a gente paga 5 e 50 em Ilhabela, talvez esteja enganado, só que na porta da refinaria ela custa 1,60. Se você pegar da portada refinaria até chegar na bomba, tem um monte de coisa que entra nesse processo, tem 23% do valor que é o álcool depois tem uma quantidade muito expressiva de impostos, então o que vem pra Petrobrás é 1,60, o resto.. até tem sido isso, tem chegado a nós muita demanda disso, não só pra nós aqui da bacia de Santos mas pra toda Petrobrás, a Petrobrás vai lançar uma campanha agora de esclarecimento no que respeita ao preço da gasolina, tem um posto na porta de Paraty que custa 6 e 30 o litro da gasolina comum, então tem alguma coisa aí que a gente não pode responder.

No que respeita ao coral sol, depois eu passo ao Ibama pra fazer as complementações que eu acho que parte das suas perguntas foram efetivamente relacionadas ao Ibama, a Petrobrás ela tem participado ativamente das discussões do ministério do meio ambiente na elaboração do plano nacional do coral sol. Essa semana que passou houveram as oficinas em Brasília, também houve a participação do IcmBio, sabemos disso, então as diretrizes e orientações com relação ao coral sol sairão em nível nacional daí, isso não invalida exigências que o Ibama tem feito a Petrobrás no que respeita ao coral sol, então nós também estamos atentos a isso e atuando e desenvolvendo projetos de monitoramento nesse sentido.

Das colocações da senhora vou pedir o apoio do Carlos e do Fernando pra tratar de pontos específicos mas um ponto que eu já posso adiantar, a questão de audiência pública aqui no litoral norte, nós já recebemos algumas demandas inclusive do ministério público para realização de outras audiências públicas e nós ainda não definimos o local mas pelo menos mais uma audiência pública será realizada aqui no litoral norte, nós temos outras demandas em outros locais que também estamos avaliando se realizaremos também em outros lugares, mas ao menos mais uma audiência pública será realizada aqui no litoral norte, ainda não consigo lhe passar qual vai ser o município inicial, mas depois a gente complementa.

E Maria Ines, a “TransPetro” está passando por uma reestruturação organizacional muito importante. Posso lhe assegurar que isso vai ser sentido aqui no litoral norte. Toda sua gestão, sua gestão ambiental, sua gestão de responsabilidade social foi reestruturada e estão efetivamente implementando ações no sentido de melhorar e recuperar essa imagem que possa ter ficado por ações passadas. Houve uma troca de toda a direção da “TransPetro” e isso permeou a empresa como um todo. Conhecemos profissionais bastante sérios que estão atuando inclusive aqui no litoral norte e que tenham certeza que vocês terão o prazer de ter uma relação bastante profícua nos próximos meses.

Antes de entrar na parte que eu ia falar, só complementando o que o Itagiba falou, essa audiência pública, a segunda audiência pública a ser realizada no litoral norte, ela não vai ser de imediato, a gente entende que tem que aguardar a Petrobrás apresentar uma resposta ao primeiro parecer técnico não só do Ibama como o parecer técnico da fundação Florestal, a gente vai emitir um outro parecer técnico com as contribuições dessa audiência que vai ser incorporada nessa resposta da Petrobrás, somente após que a Petrobrás se posicionar sobre todas essas questões a gente vai, distribuir essa resposta da Petrobrás, vai convocar audiência pública através de um edital aí sim essa audiência pública vai ser realizada. Então é uma coisa que eu acredito que deve ocorrer pra meados de maio.

Ainda na questão, vou falar especificamente do transporte. As embarcações de apoio as atividades da Petrobrás tanto de instalação quanto de operação elas fazem parte desse licenciamento, elas são vistoriadas pelo Ibama e elas são autorizadas a operar. As embarcações de apoio. O que está fora do nosso licenciamento, pelos motivos já explicados aqui, são as embarcações que transportam petróleo, os navios aliviadores. Apesar de, por tudo aquilo que já foi explicado, não ser licenciável, tem as questões relacionadas a autorização emitida por Brasília, a gente de alguma forma tentou trazer isso pra dentro do nosso licenciamento através dos relatórios de operação que a Petrobrás apresenta de todos os empreendimentos dela na bacia, esses relatórios informam quais navios foram até a plataforma, o quanto de petróleo ele pegou e pra onde ele levou, aí de fato a gente conseguiu começar a mapear pra onde é que vai o petróleo do Pré sal. Se ele vem pra São Sebastião, se vai pra Angra, se tá indo pra Bahia, se tá indo pro Rio Grande do Sul, se tá indo pro Uruguai. A gente tem esse mapeamento através dos monitoramentos que a gente pede de toda plataforma dela. Além disso o projeto de monitoramento do tráfego de embarcação ele inclui também os navios aliviadores, ele não exclui os navios aliviadores. Só que essa questão, como a gente já falou aqui, a gente vai encaminhar pra Brasília levando essa reivindicação da sociedade através de diversas audiências públicas pedindo que seja dado algum encaminhamento em Brasília, se obviamente a decisão de Brasília for incluir dentro do nosso licenciamento essa parte de transporte a gente vai incluir. Se a decisão provocar mudanças no tipo de autorização que é emitido hoje atualmente, ótimo também. A gente só quer deixar claro que não vai deixar isso parado aqui, isso vai sair dessa audiência vai ser dado algum encaminhamento dentro do Ibama só que a decisão ela não nos cabe, não está nas nossas mãos, e depois a gente retorna a decisão que o Ibama tomou, o posicionamento do Ibama enquanto instituição pra vocês.

Com relação a questão do uso prioritário ou não prioritário das bases, a gente tem hoje acho que 90% , 93% do tráfego de embarcações vai pra baía da Guanabara, outra parte vem pro litoral norte, vai pra baía da Ilha Grande, vai pra (...). Isso vai ser considerada a inclusão das unidades de conservação, o impacto dessas embarcações seja lá quantas forem, sobre as unidades de conservação vai ser considerado pelo Ibama. Qualquer questão relacionada a unidade de conservação, a gente entende que o órgão competente pra se posicionar sobre isso são as unidades gestoras dessas unidades de conservação. Então a gente não quer fazer nenhuma manifestação ainda aguardando o posicionamento oficial da fundação Florestal, do Instituto Chico Mendes, assim que esse posicionamento chegar, a não ser que hajam divergências muito grandes entre o, se houver divergências a gente vai chamar pra conversar, vai conversar com a fundação Florestal, vai conversar com o Instituto Chico Mendes, mas isso nunca aconteceu não creio que vai acontecer, a tendência natural é esses órgãos emitirem suas autorizações e a gente incorporar na íntegra as autorizações apresentadas, a gente não questiona, inclusive se o posicionamento da fundação Florestal e do Instituto Chico Mendes for entender que o tráfego de embarcação, o tamanho que ele seja pro litoral norte, impacta as unidades de conservação deles, a gente vai considerar que impacta. A gente não vai questionar isso e quem tem que dizer isso é a unidade gestora.

Boa noite meu nome é Fernando, sou analista da Coprod também, da coordenação de produção, semana passada nós estávamos mesmo em Brasília lá, terminando a elaboração dessa oficina que é a oficina de elaboração do plano nacional de prevenção a invasão do coral sol, e acabou nesse empreendimento entrando mesmo como vocês viram o TR é de 2015. A partir de 2015 já começaram a ter aprofundamentos de informações científicas, tivemos ações civis públicas que acabaram colocando o Ibama como réu, a própria Petrobrás também, que acabou conduzindo essa discussão pra um patamar mais alto dentro do próprio até ministério do meio ambiente que em 2016 elaborou uma portaria que estabeleceu que era necessário estabelecer esse plano nacional pra tratar dessa espécie invasora. Na semana passada quando o ministério emitiu essa portaria ele tinha um cronograma de até em outubro de 2016 finalizar o seu trabalho apresentando esse plano. Tivemos algumas articulações de inclusão de algumas informações pra dentro do processo que acabaram postergando esse resultado de setembro de 2016 pra agora, exatamente nesse período que nós estamos que é pra simplesmente compilar essas informações da oficina pra trazer pra cá.



Mas dentro desse processo esse nosso parecer que já fez a análise das informações do Eia já apresentou um encaminhamento que é até o que nós já estávamos conduzindo dentro de outros processos de licenciamento, que é a obrigação de apresentação de um projeto de prevenção e controle de espécies exóticas, ele acaba abraçando não só o coral sol, mas o coral sol só pela peculiaridade que tem com a atividade de petróleo e a sua facilidade de identificação acaba facilitando algumas tomadas de decisões e discussões de uma maneira mais ampla, mas esse projeto ele acaba abraçando todas as espécies exóticas. Então vai ter sim algumas atividades ali, não só de monitoramento que a gente tá em discussão com a Petrobrás como que isso vai poder ser abraçado, ser discutido, quanto acompanhamento do próprio FPSO que estarão fazendo algumas operações, isso até em decorrência do aprendizado que nós tivemos acompanhando outras licenças até do etapa 2 e etapa 1, aonde tiveram navios que foram fabricados no Brasil, pararam na Ilha Grande pra terminar de serem fabricados e na sua mobilização pra começar a operar se identificou o coral sol, então nós vimos que alguns gatilhos que eram apresentados no licenciamento como dizendo que eram efetivos para o controle dessas espécies exóticas na prática eles não eram efetivos pra esse tipo de embarcação. Pra essas embarcações de apoio que tem uma movimentação maior ainda existem muitas dúvidas de como que se dá a colonização de coral sol nesse tipo de embarcação. Pra FPSO já tá mais ou menos um consenso que sim existe essa incrustação só que são atividades que nós não consideramos como vetores, dentro dessa nossa oficina a gente considera eles como foco, por que são atividades que vão ficar lá durante 20, 25 anos e se não tiver um acompanhamento, monitoramento e talvez até uma gestão, a população de coral sol pode começar a crescer e espalhar pras outras áreas, e o encaminhamento que esse plano nacional deu é do controle exatamente pra reduzir esse transporte gênico que existe entre uma população e outra. Então mesmo a plataforma sendo algo mais específico com uma dinâmica diferente ele vai ser foco disso, mas o foco também principal vai ser dado em cima dos vetores que são essas embarcações menores que tem todo uma dinâmica, mas associado a isso vai ter sim, tanto um projeto de acompanhamento e monitoramento desses vetores na locação e na sua atuação mais portuária e costeira aqui também.

Só uma consideração, as embarcações de apoio na qual o analista do Ibama fez referência, que são parte integrante desse processo de licenciamento, não é 97%, 100% delas saem e voltam para a baía de Guanabara. O projeto de monitoramento do tráfego das embarcações demonstra pro litoral norte de São Paulo, a baía de Ilha Grande são navios aliviadores, que não são parte integrante desse processo de licenciamento, então é importante distinguir isso de uma maneira muito clara por conta de eventuais confusões que se façam.

Senhor Jerry Eduardo.

Pessoal, boa noite. Por favor me levanta a mão aqui quem é pescador, por favor gente. Pescadores profissionais e de comunidade de estão aí. Tá, obrigado gente. Sou de Ubatuba, da colônia de pescadores “E10” de Ubatuba, sou vice da federação paulista das colônias do estado de São Paulo e tô aqui em nome da confederação nacional dos pescadores e aqüicultores do Brasil. Tô vendo a etapa 1, a 2, que já foram feitas né, tá aqui ‘empreendimento ligado a indústria de petróleo e gás’. Gente nós temos 4 processos, aqui tá “Papp”, reuniões que chegaram a pescadores que foi proposta praticamente a força. Por que assim, vocês querem e eu não quero se vocês não querem não tem problema nenhum, não vai ter nada. Grande parte do empreendimento o impacto ambiental é grande, gente. Tiraram Ubatuba, Caragua, São Sebastião, Ilhabela dessa parte do vazamento do petróleo ali, desses mapas que tem no Rima que eu acho até engraçado que veio pra pouca comunidade né, isso aqui tinha que estar na mão do povo, gente. Isso aqui não tinha que ser direcionado só as comunidades, só as colônias, tinha que ser direcionado ao povo. Por que a maior parte desse povo que tá aqui eles queriam saber como é que tá escrito isso aqui. Eu mesmo olhei isso aqui, nem entendo isso aqui. Mas tudo bem. Tem 4 processos, “Saco da Ribeira” um rancho que foi dado pros pescadores que não serve pra nada, “Pissinguaba” um carro frigorífico, “Maranduba” uma draga que foi mandada pra lá a 10 anos, tá lá, a draga tá estragando lá. E nós não temos licenciamento não podemos fazer nem o trabalho de dragagem da barra dos pescadores. Tá lá estragando se você sair daqui agora vai lá ver aquela porcaria estragando lá. Eu achei engraçado falar do navio né, que os navios não vão

chegar aqui no litoral norte.. gente nós temos várias ações aí gente, Apa marinha, o nosso povo mesmo comunicando que vão chegar esses navios aqui, não adianta vocês falarem que não. O nosso povo tá aqui referendando o que vocês querem. Tem mais uma coisa, a “TransPetro” pra começar, quando teve o vazamento da “TransPetro” eu tive em Brasília com o ministro Crivella. Sabe qual que foi a notícia, sem brincadeira gente, o cara falou que teve 20 galões de óleo que vazou, gente que mentira, gente. O vazamento foi grande. O ministro falou pra mim sentado, eu do lado dele ele falou ‘Jerry’.. Chegou aqui o presidente da “TransPetro” que eu acho que foi preso, acho que tá cadeia aquele... Aí eu acho engraçado vocês falarem assim que não vai ter impacto nenhum esses vazamentos. Maior parte da nossa frota que está aqui em Ubatuba, nós somos a segunda frota pesqueira do estado de São Paulo, terceira, nós éramos segunda agora caímos pra terceira. Nossos cardumes vão ser afetados sim se tiver um vazamento. A nossa estrutura de pesca hoje, maior parte dos nossos pescadores não deram informação quando foi tirado isso aqui, por que assim nós temos um governo que parece engraçado. Quando era pra pobre, era uma coisa, agora virou diferente, que é governo pra rico, não pra pobre. Pobre quer mais que morram todos. Tá aqui hoje, licenciamento repartidos, Ubatuba ficou aqui, como a gente tá num movimento engraçado por que assim, Caragua, São Sebastião, Ilhabela. Royaltie pra Ubatuba não tem, isso aí é uma coisa, mandaram pra nós só o ônus lá. Por que acontece o seguinte muitas pessoas que vieram trabalhar aqui foram pra Ubatuba, eu conheço várias pessoas que moram lá e vem trabalhar em São Sebastião todo dia. Aí temos 46 mil habitantes e temos 100 mil pessoas lá. Engraçado né, da onde que veio esse pessoal? Vieram pra Ubatuba de graça? Nós ficamos com o ônus, e não tem nada pra gente lá, tem 1 casa que foi dada pra colônia de pescadores que saiu agora o ano passado a documentação, ficamos 10 anos pra receber a documentação. É brincadeira, gente. Pescador não tem a consideração de ninguém. Taí a Petrobrás plantando, fazendo, desmanchando, acabando com tudo. É até um desabafo da gente de falar isso, mas a cobrança é nossa. Tem um documento protocolado pelas comunidades, parabéns pelas comunidades que se mexeram, pelos quilombolas, pelos caiçaras que estão aqui. Nós somos pescadores, eu represento minha categoria por que eu dependendo do mar, tudo que eu tenho na minha vida veio das águas e eu acho que a maior parte do meu povo que tá aqui é isso aqui. Muitos de nós estamos quietos, estamos morrendo as minguas então deu vontade de gritar, vai gritar pra quem, pra um presidente corrupto? Então eu acho que chegou o momento da Petrobrás escutar o povo. Muitas coisas que eu não tô falando aqui tá num documento protocolado e eu acho que a maior parte de todo mundo que tá aqui... foi protocolado, e essa juventude que tá aí, eu tô com 51 anos, tô meio caminho andado já da, pra chegar lá no céu, essa juventude que tá aí fazendo faculdade, vocês que vão cuidar desse povo aí gente, vocês não se alertam não, não fiquem espertos vocês não que vocês vão ver só o tamanho da cacetada que vocês vão levar. Os seus filhos não vão poder falar nada. Então gente fiquem espertos, vocês que tão aí. E nós vamos continuar cobrando. Tem muita coisa que tá escrita aqui, tá lá naquele documento, a comunidade do litoral norte tá aqui gente. Nós vamos estar participando dessas audiências públicas, pra vocês verem como que nós somos considerados, pegaram um documento da soma lá atrás no passado, pegaram um barco da pesca industrial, um motor 190 que é uma porta de 200 kilos cada uma, e colocaram lá. Aí falaram ‘pesca artesanal’, legal né cara? Um barco de um motor 190 que gasta 250 litros de óleo por noite, 12 horas de trabalho. E deixaram os pescadores de canoas, a embarcação minha, que eu sou pescador tenho um barco de 11 metros que é uma “batera” e eu fico lá gente, eu gasto 20 litros de óleo por dia, trabalhado no dia, 12 horas de trabalho. Trabalhamos acompanhando a legislação do Ibama de 65, que tá lá que nós temos que trabalhar, que todos os pescadores hoje acompanham no litoral norte e sul ao sudeste. Então gente, a única coisa que eu quero que vocês façam aí, verifique todas essas condicionâncias por que é o seguinte, nós estamos aprovando uma coisa aqui hoje que vocês nem terminaram lá atrás. Aqui ó. Os pescadores estão todos lá atrás. Nós estamos aqui reverenciando uma parte que vai ser feita e a parte de vocês não fizeram. Petróleo, vazamento? Pode ter a qualquer momento gente, tá lá no México foi no Alaska que teve aquele vazamento também né. E lá tinha americano, gente e as companhias que estão trabalhando hoje são 23 companhias americanas, portuguesas, gente... O que tá acontecendo aqui hoje é pra boi dormir. Mas nós estamos alerta, vocês podem ter certeza, o povo largou de ser burro. Desses 12 anos pra cá muitos estudaram e entenderam o quê que é fazer política, o quê que é fazer cobrança pro governo federal, estadual e municipal. Então

gente, parabéns pra todos vocês que estão até aqui agora, é que nós dependemos disso, muitos acham que não estamos resolvendo nada, estamos sim. Vocês são povo, nós somos povo, na eleição que vem nós votamos. Então gente nós vamos cobrar esses cidadãos que estão aí, independente de serem doutores ou não, o Ibama, é uma condicionância que eles sempre falam pra gente que nós temos que cobrar e eles cobram esses cidadãos. Por que tem várias coisas que prometeram pro povo e não cumpriram e o que fizeram, fizeram pela metade. Então nós vamos aprovar a etapa 3 com muitas condicionantes que estão pra trás aqui, então vamos prestar atenção nisso, só isso, obrigado.

Senhor Jerry, obrigado pelas suas colocações e pela lição de cidadania que efetivamente é isso que o senhor fez aqui é muito bom ouvir isso. Especificamente no projeto de compensação, o “Pecap” da atividade pesqueira, o “Papp” que nós fizemos decorrente da passagem do duto aqui. Eu em outro momento manifestei a opinião da equipe técnica da Petrobrás quando a condicionante ela é o impacto. Efetivamente é isso que a gente tem visto ao longo dos anos. O diagnóstico participativo que foi conduzido nos 4 municípios que haviam compensações determinadas pelo Ibama, foi feito o acompanhamento também dos técnicos do Ibama e os técnicos da empresa contratada como o senhor disse, a “Soma” aonde foram identificados projetos de um grau de dificuldade de execução muito grande que era fazer um rancho de pesca na faixa de areia, você tem que regularizar isso junto a secretaria de patrimônio da União, a doação de uma draga, enfim, uma série de atividades que em nossa avaliação são assistencialistas, pra compensar o impacto de um lançamento de um produto por 15 dias aqui na baía de Caraguatatuba, enfim não discutimos e efetivamente executamos. Todas as comunidades contempladas foram efetivamente realizadas essa compensação, e o senhor fez uma referência bastante sábia ao que respeita a draga de “Maranduba”, a draga foi comprada, entregue, a prefeitura tinha que fazer o licenciamento, teve dificuldade, nós apoiamos o licenciamento, o licenciamento estava na fase final pela “Cetesb”, houve a mudança do governo do município de Ubatuba, o governo que estava saindo pediu o cancelamento do processo de licenciamento, teve que voltar na “Cetesb”, falar pra continuar aquele processo, enfim, processo de licenciamento já não é uma coisa muito rápida nem simples, então isso efetivamente causa esse mal estar, ver a draga lá e não ter a licença pra operar. Obrigado mais uma vez pela sua colocação.

Vou falar de forma bem breve sobre o “Papp” aqui. Na verdade o Ibama, a gente acompanhou o processo de construção dos projetos do “Papp” junto com as comunidades, foi um processo muito intenso com muitas idas e vindas, muitas discussões pra definição dos projetos e a partir do desenvolvimento dos projetos, eles começaram a ser desenvolvidos a gente se posicionou várias vezes durante esse processo, a gente recebe relatórios da Petrobrás sobre a situação desses projetos, a gente cobrou por diversas vezes os atrasos que estavam tendo, a Petrobrás apresentava seus posicionamentos sobre as dificuldades, um exemplo é o licenciamento da dragagem lá no rio “Maranduba”, tiveram outros problemas de regularização relacionada aos ranchos, quer dizer, a gente acompanhou de perto esse processo. A gente tá trabalhando, o Jerry apresentou um documento aqui, a gente tá com esse documento, me comprometo pessoalmente, a equipe do Ibama se compromete a responder esse documento pra vocês com o posicionamento específico sobre as questões do “Papp”. A gente incorpora tudo que vocês falaram no âmbito do processo de licenciamento da etapa 3 e especificamente sobre o “Papp” a gente vai remeter diretamente a vocês com o posicionamento a cerca dos 3 projetos que você menciona ali, por que não dá pra gente tratar de cada um especificamente senão ia tomar muito tempo aqui e tem parte da equipe que acompanha o “Papp” também que tá no Rio de Janeiro então a gente vai fazer uma reunião com a equipe assim que voltar, vai fazer uma avaliação sobre esses projetos que vocês mencionaram, o que eu posso garantir pra vocês é o seguinte, a gente vai exigir a gente vai ver os documentos que a Petrobrás encaminhou, a gente vai exigir que a Petrobrás cumpra aquilo que foi acordado lá atrás. O que foi acordado, que foi aprovado pelo Ibama a Petrobrás vai ter que executar. Eu vou verificar o status com calma desses projetos e a gente vai dar um encaminhamento adequado pra isso. Só pra registrar aqui pra ficar bem claro, o “Papp” não é um projeto relacionado ao Pré sal. O “Papp” foi um projeto de compensação exigido pelo Ibama no âmbito do licenciamento da plataforma de mexilhão. O Ibama entendeu que a restrição a utilização do espaço marítimo



durante o lançamento do gasoduto de mexilhão numa zona costeira prejudicou diretamente a pesca então haveria necessidade dessa compensação. Com relação aos impactos sobre os pescadores artesanais advindos do licenciamento do etapa 1, 2 e agora 3 do polo Pré sal, a gente não tem previsão de projetos de compensação, por que a gente entende que todo o trabalho nosso, tem os pescadores artesanais assim como os quilombolas os indígenas e os caiçaras como grupos prioritários pras ações que o licenciamento deve promover. Então você tenha certeza que tudo que a equipe de sócio economia da coordenação de produção de petróleo e gás do Ibama tem como prioridade é a garantia da permanência da pesca artesanal como uma atividade produtiva de vocês, a valorização do modo de vida de vocês, a garantia de manutenção dos estoques pesqueiros, então ao invés da gente estar pensando numa eventual indenização, por que se tiver um vazamento de petróleo, espero que nunca aconteça de grande porte né no Pré sal, a necessidade de uma indenização vai ser discutida a posteriori, judicialmente ou até mesmo com exigências do Ibama pra Petrobrás. O que a gente quer agora é de certa forma através do processo de licenciamento garantir que o modo de vida de vocês, que o território pesqueiro, que as comunidades tradicionais sejam poupadas o máximo possível do que tá vindo com todo esse processo de industrialização da bacia de Santos. Então vocês podem ter certeza que vocês são o grupo prioritário pra gente dentro do licenciamento.

Eu queria só complementar a resposta, eu acho que o Carlos explicou bem esse ponto específico da compensação pesqueira aqui no litoral norte, mas eu queria fazer uma fala no sentido do quê é o plano de compensação da atividade pesqueira que não é uma medida assistencialista. O Ibama desenvolve um trabalho de mais de 10 anos ao longo da costa brasileira exigindo planos de compensação na atividade pesqueira em função dos impactos que não são mitigáveis. Então esses projetos ocorrem em função de atividades sísmicas que geram uma área de exclusão pra atividade pesqueira, esse projeto também é solicitado em função da instalação de gasodutos por que também na fase de instalação gera uma área de exclusão da atividade pesqueira que foi o caso específico aqui do litoral norte em função da instalação do gasoduto de mexilhão por um período durante a fase de instalação uma área de exclusão de pesca foi percebida na região então por conta disso que o Ibama exige uma compensação da atividade pesqueira então não é uma medida assistencialista, é uma compensação de impactos não mitigáveis inclusive a orientação do Ibama é pra que o projeto seja um projeto coletivo, um projeto que preveja um resultado concreto pra comunidade, não é simplesmente dar uma cesta básica não é pra dar uma medida assistencialista como a gente observa em outros processos verificados no país, então eu tô fazendo uma fala aqui em defesa do projeto.

E outra coisa que eu queria ressaltar, o segundo ponto é com relação ao projeto ser um impacto. Isso a gente não quer que aconteça de forma alguma e essa não é a orientação do Ibama. Se houve nesse processo em específico algumas dificuldades e alguns projetos que foram realizados não ficou de maneira satisfatória em relação a comunidade a gente tem que trabalhar isso no âmbito do processo, não vou me debriçar aqui sobre os pontos específicos mas a orientação do Ibama é pra que o processo de diagnóstico participativo e de eleição do projeto que vai ser executado, pra que seja um projeto que não dependa de licenciamento, como foi o caso da draga, a orientação é pra que não seja desenvolvido projetos que demandam outras atividades que faz com que o processo se alongue, que fique anos pra realizar esse projeto o que acaba configurando um impacto do projeto que não é o objetivo dele. Então só queria fazer esse esclarecimento e uma defesa desse tipo de projeto de compensação da pesca.

Senhor Orlando Euzébio.

Senhoras e senhores, muito boa noite. Sou da comunidade tradicional isolada em Ilhabela, praia de Serraria, tô aqui pra representar a minha comunidade. A respeito do Pré sal, tudo que tá escrito, eu fiz parte de um projeto “Soma” como a pessoa da mesa falou aí, fui representante da comunidade isolada como um todo e nós sabemos que esse duto, eu falei em pauta na “Soma” que enquanto tivesse operando o duto, nós tínhamos que receber uns 2 ou 3 salários mínimos, enquanto tivesse operando o duto. Mas isso não aconteceu então aí... tudo isso que tá acontecendo aí é uma coisa que é progresso, mesmo que a gente não queira isso daí vai acontecer, já está acontecendo, já está vindo aí. Agora esse impacto

ambiental já está acontecendo a muito tempo. A gente perde a nossa pescada, a gente tá perdendo as nossas redes, o Ibama tá levando nosso material, não tá ressarcindo a gente com nada, a semana passada levaram o material do meu primo, foram lá pegaram a rede dele, levaram embora, é uma coisa de louco. Agora quem somos nós pra proibir o Ibama pra aceitar isso daí? Mesmo que nós não queremos isso daí já tá vindo. Eu queria dizer a vocês da mesa que estão aí que ajudem nós, poxa nós estamos vivendo uma vida ruim, a pescaria tá escassa.

Sobre ressarcir as comunidades tradicionais, o royalty pode também ser designado um pouco pras comunidades tradicionais também, por que a educação nós estamos bem escassos. Na realidade nós pescadores estamos sendo depredados e quem é o maior predador da natureza é a Petrobrás. Muito obrigado.

Senhor Orlando, boa noite. Salvo engano, a compensação de Serraria foi a doação de motores não foi isso? Então isso foi um projeto como eu disse aqui anteriormente, que partiu de um diagnóstico com a participação dos moradores de Serraria, foi acompanhado pelo Ibama, aprovado pelo Ibama e a Petrobrás comprou e doou os motores pra comunidade de Serraria. Houveram outros lugares que os projetos necessitavam de autorização do “SPU”, de licenciamento ambiental, enfim diversas naturezas que prolongaram um pouco esse projeto.

No que respeita a apreensão de... primeiro, o que o senhor disse, o royalty é uma questão que é uma gestão municipal. Ilhabela é um município que tem muita discussão sobre royalty, tem uma sociedade bastante esclarecida sobre o uso do royalty, sugiro que efetivamente os senhores apresentem projetos e solicitações pra prefeitura no que respeita a parte de educação da comunidade de Serraria.

No que respeita apreensão de material de pesca e petrechos de pesca não sei se o Ibama quer...

Só complementando a resposta, é uma preocupação do Ibama o impacto das atividades que nós licenciamos sobre a atividade pesqueira, sobretudo sobre os pescadores artesanais. A quantidade de projetos que nós solicitamos, diagnósticos de forma a gente conseguir ter informação e evidenciar, e deixar absolutamente claro esse impacto é devido a essa atenção, a essa necessidade da gente obter essa informação e conseguir efetivamente mensurar o impacto sobre essas atividades. Eu sei que às vezes é muito frustrante projetos que por motivos diversos não andam muitas vezes por necessidade de interlocução com atores que estão fora da nossa alçada, eu compreendo até por que é frustrante também pra gente como órgão licenciador sobretudo como analistas que trabalhamos diretamente com vocês e pra quem nós temos que dar satisfação. Quando muitas vezes se fala vocês, é pra sociedade, nós somos servidores públicos, todos aqui sem exceção do Ibama, todos são servidores concursados de carreira, nós trabalhamos para a sociedade então é bastante frustrante quando efetivamente algum projeto não transcorre da forma que nós gostaríamos mas o Ibama tem uma atenção especial e vai direcionar esforços pra que os impactos sejam mitigados, compensados dentro de toda previsão técnica e legal que nós temos a disposição.

Senhor Joselito Euzébio.

Boa noite a todos, meu nome é Joselito, chamado por Tito, sou pescador do litoral norte a 35 anos, sou representante da classe pesqueira também que está aqui, faço parte dessa comunidade e venho falar pra vocês, as palavras de vocês são muito doces, são muito boas, mas tudo isso que vocês falaram aí a gente vem ouvindo já em várias audiências públicas que vem vindo até antes de instalar o duto. A compensação do “Papp” quando chegou pra nós a reforma do nosso rancho o duto já estava operando a 4 anos. Depois disso, tem mais algo que a gente pediu que não fomos atendidos. Depois do duto instalado tivemos prejuízos mais de anos, a nossa classe pesqueira por que o duto invadiu uma área que era a nossa área de trabalho e a compensação que o Ibama diz fazer isso não paga um 10% do que nós perdemos durante esse tempo todo que nós tivemos trabalhando depois que instalou o duto. Agora eu pergunto pro Ibama, o Ibama fala em impacto ambiental, o impacto daqui, impacto dali, vocês estão analisando o impacto de cada casa de família que tem 2, 3 filhos, quando perde uma rede, quando perde um barco, quando perde uma coisa, quando perde outra? Vocês só pensam no impacto ambiental mas e a família, e os filhos na escola? Como é que

fica? Como é que fica alimentação da casa durante o período que nós tivemos perda de rede? Eu mesmo perdi 8 redes durante esse período da instalação do duto, não fui compensado por nenhuma e nem muito menos a Petrobrás foi lá perguntar pra mim 'tá precisando de alguma coisa?' Agora vocês vem com essa história de etapa 3 nem pagaram a primeira nem a segunda, vocês querem ainda assinar mais uma. É mais prejuízo pro pescador, o derramamento de óleo de 2013 fez uma bagunça desgramada acabou com o mercado de peixe, acabou com nosso trabalho tivemos que entrar na justiça pra tentar recuperar alguma coisa porém, tá lá ainda na justiça e nós continuamos na mão. Quer dizer o Ibama pra nós é uma fantasia, é uma fantasia que só olha pro lado grande, o lado pequeno continua padecendo. Vocês precisam olhar pro impacto familiar.

O que eu posso falar pra vocês é o seguinte, a gente dentro da coordenação como eu falei na fala anterior, a gente tem uma preocupação. Nós temos essa preocupação, o problema é que existe o limite do que é possível fazer por dentro do licenciamento. Na maioria das vezes a gente acha que o licenciamento ambiental tem muitos problemas, te garanto que a equipe inteira aqui do Ibama acha. O fato é: o licenciamento ambiental é um instrumento que é insuficiente pra dar conta dos impactos trazidos pro modelo de desenvolvimento que tá colocado aí, é fato. O licenciamento ambiental não vai resolver esses problemas. O governo brasileiro quando lá atrás ele fez a concessão pra exploração de petróleo das empresas, quando teve aqueles leilões da ANP, o governo brasileiro não considerou os impactos que ele vinha provocar sobre as atividades pesqueiras, sobre as atividades que disputam território com a indústria do petróleo, foi uma decisão do governo brasileiro priorizar a exploração de petróleo. Não foi uma decisão do Ibama, não foi uma decisão do licenciamento. O que chega pra gente é o empreendimento para ser licenciado em que a gente tem que avaliar todos os impactos e a gente considera, agora a gente tem limites. E são limites que são colocados pelo próprio estado, eu não consigo ir além, eu não consigo chegar e falar 'Petrobrás, olha só, você..' - o ideal pra gente, a gente discutiu muito hoje aqui, discutiu que não tem resultado de monitoramento ambiental, que falta resultado de monitoramento sócio econômico, que o monitoramento da pesca não dá pra avaliar ainda o impacto. A maioria, a gente tá trabalhando numa realidade em que a gente tá correndo atrás de informações que a gente precisava ter a muito tempo. Sabe o que seria o ideal? O ideal pro Ibama, o ideal pros analistas do Ibama? Seria a gente decretar uma moratória do petróleo no país, a gente para a exploração de petróleo no país enquanto obtém dados pra saber o real impacto dessa atividade sobre os pescadores, sobre os ecossistemas. Só que isso não tá colocado, isso não é uma decisão do licenciamento ambiental. Eu tô aqui como técnico do licenciamento ambiental do Ibama, eu não tô aqui como cidadão, se eu tivesse aí do outro lado eu poderia falar outras coisas também, colocar outras coisas como vocês colocam. Como técnico do licenciamento dentro dos limites que eu tenho pra atuar como servidor público dentro do licenciamento ambiental eu posso garantir pra vocês, toda equipe aqui vai ao limite do que é possível fazer. O que não é possível fazer, o que não dá pra gente fazer enquanto servidor público, pode ter certeza que cada um de nós aqui quando sai do trabalho ele tá do mesmo lado que vocês. A diferença é que a gente tenta fazer uma batalha por dentro do licenciamento também pra garantir que a indústria do petróleo não passe que nem um rolo compressor por cima do meio ambiente, por cima dos pescadores, por cima das comunidades tradicionais, agora a gente tem limites a gente sabe que não é suficiente. Mas a gente não tem nem a ousadia de imaginar de que a gente vai conseguir dar conta disso por que nós não vamos conseguir dar conta. Pra quê que existe essas audiências públicas, pra quê que existe esses espaços de discussões pra gente levantar todas essas bolas pra gente poder de fato discutir com vocês e essa discussão aqui ela é importante pra gente saber que a gente não vai mudar a realidade do pescador artesanal através de uma audiência pública, através de uma discussão por dentro de um processo de licenciamento, através de projeto de compensação.. por mais que a gente pense projetos maravilhosos elaborantes, a gente nunca vai dar conta dos impactos que uma indústria potencialmente poluidora traz pra essas comunidades, é fato. O que a gente tem que fazer é estar provocando esse debate, que eu acho, minha opinião e acho que opinião de grande parte da equipe, só a mobilização de vocês e só a luta de vocês é que vai de fato mudar o que tá colocado aí dentro desse modelo que o país escolheu. O país escolheu através de seus mandatários o modelo de desenvolvimento que tá sendo implementado. A gente dentro do Ibama gostando ou não, e o



que a gente fala é o seguinte, lá dentro do Ibama a gente vai fazer o possível pra segurar todos esses impactos. Do lado de fora a gente tá na luta, tá junto com vocês.

A fala do Carlos é absolutamente perfeita, é isso. Boa parte dos impactos que o senhor cita, é quase uma unanimidade aqui, eles extrapolam o licenciamento ambiental. O licenciamento ambiental é o último elemento antes de um projeto estar sendo implementado. As questões, as interações com as demais atividades deveriam ser previstas no momento de planejamento, da estratégia do país no desenvolvimento das suas atividades econômicas e políticas públicas serem pensadas de modo que você conseguisse conciliar, fazer um zoneamento, determinadas regiões tem propensão pra tal atividades outras não. O licenciamento ao longo do tempo ele tem arcado com uma demanda muito maior do que instrumento foi pensado, do limite do instrumento. Nós tivemos hoje uma reunião com o ministério público que é algo que muitas vezes, é uma aflição que nós que lidamos com isso que trabalhamos com a ferramenta do licenciamento ambiental diariamente, nós também temos. Nós sabemos que a nossa aflição não se compara a de vocês que estão sendo impactados mas nós com o objetivo de tentar efetivamente mitigar, minimizar e considerar esses impactos foram muitas vezes ignorados, no momento de concepção do projeto em desenvolvimento, nós trazemos pra gente essa carga e é muito difícil não quero nem perto de igualar a nossa aflição o nosso desgaste com o de vocês e quem efetivamente está sofrendo impacto, mas a gente trabalha muito como o Carlos falou, do limite do instrumento licenciamento ambiental. Nós fazemos todo o possível pra conseguir minimamente mitigar o que for possível dentro do projeto. Mas boa parte extrapola e muito o que é possível de fazer dentro do processo de licenciamento ambiental. Eu sei que é uma resposta que não satisfaz o objeto da sua preocupação absolutamente legítima. O que nós fazemos como o Carlos falou é dentro do processo de licenciamento ambiental considerar todas as questões que são postas aqui, nenhuma é ignorada dentro do processo e todas são submetidas a instâncias acima e o Ibama quando convocado não se omite em participar dos fóruns de discussão de políticas públicas do que for. Só que nós temos sempre que lembrar dessa dificuldade do instrumento do licenciamento ambiental. É um instrumento que tem limitação de capacidade até onde ele pode atuar e é bastante difícil eu gostaria de registrar em ata e na gravação, que eu compartilho e muito a preocupação e falo, sou hoje o coordenador mas sou analista ambiental do Ibama, do empenho dessa equipe em conseguir trabalhar e trazer a questão dos pescadores, das populações tradicionais pra dentro do processo de licenciamento pra que eles não sejam esquecidos, pra que não seja ignorado, pra que não haja como o Carlos falou, um rolo compressor. A equipe técnica dentro da nossa capacidade a gente tem feito isso. Nós sempre trabalhamos pra tentar melhorar os nossos processos, o resultado dele. Então gostaria de deixar registrado aqui que não é por falta de empenho, não é por menosprezar os impactos sobre essas populações, é pelo limite que muitas vezes nos são impostos pelas amarrações que nós temos dentro do processo.

Até agora você estava falando do projeto, eu perguntei por último se há uma preocupação do Ibama com a família dos pescadores, pelos filhos dos pescadores, por que durante esse período todo, por que eu não tô falando dessa audiência pública, eu já participei de 5 audiências públicas e todas audiências públicas vem falando promessas e agora eu fiz uma colocação e você só falou do projeto, eu não quero saber desse projeto, eu quero saber do que passou pra trás, a dívida que tá lá nossa, a despesa que tá lá nossa. Muito pescador aqui era pra ter mudado de barco trocado de casa, trocado de carro, trocado de muita coisa e não trocou por que? Por causa que a Petrobrás trouxe um grande prejuízo pra nós e quem vai repor esse prejuízo pra essa galera toda? Fala pra mim. É o Ibama que vai só 'ah, vai dar um rancho', minha família vai comer rancho? 'Ah, vai dar um guincho', minha família vai comer guincho? Tem que fazer o certo, ressarcir a galera.

Nós tratamos aqui dentro do processo de licenciamento ambiental dos impactos que estão identificados. Eventuais danos causados pela empresa ao senhor ou a qualquer um, a empresa tem que ser cobrada. Se essa questão não é trazida ao Ibama nós não temos como trazer, por ser um acidente ou o que for. Pra além disso existem as instâncias de recurso pra que a empresa seja responsabilizada, se ela causou um dano ao equipamento do senhor ou de qualquer um existem as instâncias pra isso. Nós temos os ministérios públicos, nós temos

o próprio Ibama que pode ser acionado, mas é como os acidentes, existe a tramitação legal, toda a questão até ser efetivamente resolvido. Eu não tenho uma resposta simples pro senhor, de que vai se ter um caixa, chegou lá danificou, alterou. É complicado, mas eu acho que a posição é essa, a sociedade tem que reivindicar as suas questões em que ela se sente impactada nas instâncias competentes. Ou no órgão licenciador, o ministério público é um parceiro da sociedade pra inclusive acionar quem de direito pra que seja cobrado.

Só uma colocaçãozinha de 2 minutinhos, no derramamento de óleo de 2013 foi o Ibama que interferiu a Petrobrás nos indenizar por que ela disse que não houve danos. Se não houve danos por quê que após o acidente apareceu um bocado de camarão encalhado na praia, apareceu um bocado de peixe encalhado na praia, apareceu um bocado de coisa. Tivemos prejuízo com venda de peixe, tivemos prejuízo com tanta coisa e por quê que o Ibama falou que nós não tivemos prejuízo nenhum? É só isso que eu quero saber pra eu ir embora.

Entra na situação que a gente tem dito, um acidente da “TransPetro” o que for não tá coberto, eu não posso falar por um processo que não é meu, eu não sei a informação a dar, entendeu? A gente pode buscar, aqui. Do mesmo jeito que eu não posso cobrar ao senhor pela atividade pesqueira de outro, a gente não consegue. É isso, eu não consigo responder a essa questão por que não é objeto do nosso licenciamento, efetivamente é isso. Mas todas suas questões estão registradas.

Senhora Ana Carolina Barbosa.

Boa noite a todos, eu sou a Carol lá de Ubatuba, eu sou do fórum de comunidades tradicionais e colaboro com a associação de amigos remadores da canoa caiçara e entre outras frentes de luta. Aí o que eu gostaria de falar hoje que de acordo com o decreto 60 40 nós nos reconhecemos como comunidades tradicionais e o que a gente percebe aqui são várias violações de direitos, e no meu entender nenhuma compensação, nenhuma condicionante, nenhuma medida mitigatória, nenhuma medida compensatória vale por esses direitos que estão sendo violados, uma classe que corre um risco de estar extinta que são os pescadores, não sei se eu tô errada aqui falando por eles mas isso é uma coisa que entristece muito a gente. Ubatuba tem uma relação muito forte com a canoa caiçara, várias comunidades tradicionais que fazem o uso da canoa caiçara, tem um movimento forte com as corridas de canoa que já está no município a mais de 60 anos e eu vejo vários impactos diretamente ligados a essas ações e que não estão sendo levados em consideração pelo empreendimento, pelo empreendedor e até mesmo às vezes pelo Ibama mesmo por que a gente vê muita restrição pro próprio pescador, artesanal, e pros grandes a gente não vê nada, as traineiras que podem pescar lá fora e leva o peixe todo embora, não deixando o peixe chegar até os pescadores, isso é bem ruim, e eu gostaria de falar aqui que a gente vem pra audiência sim mas a gente já sabe o quê que se dá, aí até mesmo aqui hoje na apresentação do senhor Ricardo da Mineral, ele mostrou ali um mapa sobre a área de pesca em Ubatuba só que aquele mapa que ele apresentou era do projeto de caracterização sócio econômico da pesca artesanal e não era o mapa da área de pesca realmente, era o mapa do projeto de monitoramento da pesca artesanal. E eu gostaria também de dizer que a gente gostaria de entrar efetivamente no mapa, de ser considerado por que eu acho que demorou pra nossa voz ser ouvida, até mesmo pra nós, pra classe se unir, mas agora eu acho que o pessoal está se atentando que realmente é preciso nós estarmos unidos por que unidos nós vamos mais longe e não adianta também a gente ficar lutando isolado. Um pouquinho aqui de Caragua, o pessoal de Ilhabela, de Ubatuba, não, vamos lutar pelo litoral norte, não só pelo nosso município. Com isso também a gente busca pela área de influência, o litoral norte está na área de influência do Pré sal. Também gostaria de dizer aqui sobre o coral sol já está aparecendo lá em Ubatuba na ilha das couves, aí eu trouxe aqui um poema de um amigo, poeta, compositor, cantor que é o Luiz “Perequê” que diz, ele fez esse poema para o fórum de comunidades tradicionais no ano de 2014, que diz assim: ‘o povo que planta e pesca, canta, dança, faz festa no seu pedaço de chão. Abastece a sua mesa, agradece a natureza em qualquer religião. Seu lugar, seu oratório. Tirar o seu território é calar a tradição’, e pra finalizar eu também gostaria de deixar uma mensagem que é o seguinte, na terra e no mar nós vamos lutar.

Dona Carolina, primeiro gostaria de, como já foi dito, o Ibama já solicitou uma série de questões de reavaliação por parte da Petrobrás inclusive na área de influência, do diagnóstico, enfim, boa parte das questões que a senhora colocou o Ibama já questionou, já existe um parecer técnico de análise do Eia, onde boa parte dessas questões já foram tratadas. A questão do coral sol, da área de influência, do impacto sobre a atividade pesqueira, todas essas colocações já foram contempladas no nosso processo. Pra além disso todas as colocações que a senhora, que estão aqui, vão ser incorporadas ao processo de licenciamento ambiental, teremos pareceres específicos e eles serão incorporados pro prosseguimento do processo.

Dona Carolina boa noite, importante lembrar que os 4 municípios do litoral de São Paulo já são integrantes da área de influência da etapa 1, 2, inclusive do etapa 3 do Pré sal ou seja, não haverá discussão sobre se irá haver a incorporação ou não, isto posto, nós já temos uma série de projetos que são condicionantes de licença dos outros licenciamentos que aqui conduzimos. Pra gente lembrar, a Petrobrás, a bacia de Santos tem em carteira hoje aproximadamente 700 condicionantes de licença nos seus processos de licenciamento na bacia de Santos, obviamente que nem todas delas vão perpetuar ao longo de todo o projeto, mas algumas que são mais facilmente visualizadas pela comunidade, como o projeto de monitoramento da atividade pesqueira, monitoramento de praias, o “Peia”, caracterização sócio econômica da pesca como a senhora falou, enfim. E ainda mais 2 questões que são bastante importantes, hoje não há condicionante que não tenha sido cumprida pela Petrobrás, todas que foram exigidas pelo Ibama estão integralmente atendidas ou em atendimento por que elas perdurarão por muito tempo.

E no que respeita a uma eventual compensação, a única previsão legal que se há para uma compensação financeira ou algo dessa natureza, é a chamada lei do “Snuc” do sistema nacional das unidades de conservação, aonde um valor de até meio por cento de cada empreendimento deve ser destinado pro sistema nacional das unidades de conservação ou seja, pros parques, parque estadual de Ilhabela, enfim, diversas unidades de conservação. Se pegarmos o valor previsto aqui no etapa 3, estamos falando de algo em torno de 850 milhões de reais. Vou passar aqui pro Ricardo fazer uma complementação.

Dona Ana Carolina, aquele mapa apresentado ele realmente é do projeto de caracterização sócio econômica da atividade de pesca e aquicultura da bacia de Santos e ele é o mapa da região da atividade pesqueira levantado pelo Instituto de pesca no âmbito desse projeto que eu falei. Ele realmente dentro dos projetos e das informações que se tem, o que melhor espelha o local de pesca até o momento. Esse projeto ainda está em continuidade, estão sendo geradas novas informações, pode ser que com o tempo ele venha a ser modificado, mas o mapa tá correto sim, ele é um mapa da informação das áreas de pesca.

Eu tinha feito uma pergunta por escrito e não deu tempo de levar até a mesa, aí eu vou falar aqui agora, sobre os bens culturais acautelados, que são os registrados, tombados e valorados pelo Iphan conforme a instrução normativa 001 de 2015, como se dá frente ao empreendimento o programa de gestão desses bens cautelados. Quais programas estão propostos para isso, quais são os programas efetivos de gestão. Eu também gostaria de saber se os pareceres do Iphan, como é que tá sendo isso, se já tem alguma coisa em andamento ou previsto.

Na verdade não existe uma previsão dentro do nosso processo de licenciamento de qualquer consulta ao Iphan, por que a princípio não existe o entendimento de que esses bens culturais previstos eles estão sendo impactados pela atividade, o que não significa que durante o debate dessas audiências, durante outras reuniões que possam ser feitas com o fórum das comunidades tradicionais até no âmbito do projeto de caracterização, ao identificar que existem bens culturais sobre ameaça dos impactos provocados pela atividade da empresa a gente não venha ver necessidade de consultar o Iphan até mesmo em função de uma provocação pra vocês. De antemão com o que chegou na nossa mão em termos de características do empreendimento que a Petrobrás vai desenvolver a gente não viu essa necessidade.



Em função disso é importante até reafirmar aqui, o processo de licenciamento ele não se encerra com a emissão da licença prévia. Provada a viabilidade ambiental do empreendimento a gente sugere a emissão da licença prévia, mas a qualquer momento depois da emissão dessa licença ao ser identificado um novo impacto que pode acontecer de não estar previsto, até em função dos projetos de monitoramento que a gente vem desenvolvendo, novas condicionantes podem ser exigidas para a Petrobrás, novos projetos, então a gente assume um compromisso aqui com vocês de tentar acompanhar na nossa visão, se está havendo algum tipo de impacto aos bens culturais e pede também o apoio de vocês que ao identificar esse tipo de impacto, a gente tem uma relação muito próxima com o fórum de comunidades tradicionais de Ubatuba, Paraty e Angra dos Reis, tanto que o projeto piloto tá começando por lá. Então a qualquer sinal de que esses bens estão em risco a gente pede que vocês encaminhem um comunicado diretamente ao Ibama, a gente conversa lá, verifica o nosso entendimento e se houver necessidade a gente marca um reunião com vocês até pra tentar compreender melhor quais são esses riscos.

Doutora Valquíria “Imamura”.

Boa noite a todos, meu nome é Valquíria “Imamura Picoli” eu sou procuradora da República, ministério público federal em Caraguatatuba, que tem a atribuição de fiscalizar e acompanhar esse empreendimento de exploração do polo Pré sal na bacia de Santos em todas as suas etapas, desde a etapa 1, a etapa 2 e agora na etapa 3. Eu agradeço a presença resistente de todos aqui hoje, fico muito feliz e satisfeita de ver a participação de todos os municípios do litoral norte nessa audiência pública e informo que o ministério público federal e o ministério público estadual do estado de São Paulo, o “Gaema”, enviamos ofício ao Ibama solicitando a realização de audiências públicas em virtude da característica do litoral norte do estado de São Paulo, com tantas unidades de conservação tanto terrestre como marinhas e da presença maciça de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e caiçaras. Em virtude do difícil deslocamento inclusive dessas comunidades, que muitas estão em ilhas, não tem acesso terrestre, nós considerando todas essas dificuldades de participação, nós solicitamos ao órgão licenciador que façam mais 3 audiências públicas nos outros 3 municípios do litoral norte de São Paulo e em contraposição ao nosso pedido, nós recebemos a informação do Ibama de que eles tem a intenção de realizar mais 1 nova audiência pública no litoral norte não sabem ainda definir em qual dos municípios. Nós aproveitamos aqui o ensejo da audiência pública pra contrariar a argumentação trazida em uma reunião bem recente com a Petrobrás, no sentido de que as audiências públicas, as já realizadas, elas não tem uma participação intensa da população e às vezes trazem perguntas impertinentes, que não tem nada a ver com os impactos do empreendimento, as medidas mitigatórias e compensatórias. Aqui no litoral norte do estado de São Paulo a gente está conferindo a presença maciça da população inclusive das comunidades tradicionais que os ministérios públicos trataram nesse ofício e buscam a participação dessas comunidades nessas audiências públicas. Então fica aqui já inicialmente uma reiteração do pedido dos ministérios públicos em relação a realização dessas audiências nos 3 municípios do litoral norte.

O que a gente pode comentar a respeito dos procedimentos que tem instaurados no ministério público federal e no ministério público estadual aqui do litoral norte do estado de São Paulo, são vários procedimentos já instaurados pra fiscalização e acompanhamento do licenciamento da etapa 1, 2 e agora da etapa 3 do Pré sal. Nós primeiro temos que abordar um pouco do contexto do licenciamento do Pré sal na bacia de Santos. A gente tem que trazer a consciência à toda população impactada de que a decisão política da União de pesquisar e explorar a produção de petróleo e gás na bacia de Santos, é uma decisão tomada a muito tempo. O licenciamento que nós estamos tratando aqui agora, da etapa 1 que foi tratado, da etapa 2 e agora da etapa 3, ele vai tratar de alguns pormenores, alguns detalhes de como vai ser feita essa exploração. Nosso âmbito de decisão nesse processo é muito pequeno e talvez até irrelevante. Nisso eu acompanho aqui as palavras do pessoal da “Cgpeg” que agora é “Cgmac”, hoje a gente foi corrigido inúmeras vezes na reunião técnica que a gente teve antes da audiência, dessa “Cgmac”, então eu enfatizo essa questão de que a revolta da população com essa decisão de explorar o polo Pré sal na bacia de Santos durante 10, 20, 30 anos, por que é desse período temporal que a gente tá tratando e a gente tá só engatinhando agora no licenciamento desse mega empreendimento que vai afetar a

vida de nós, dos nossos filhos, dos nossos netos e talvez até bisnetos, é uma decisão política e econômica a muito tempo tomada ou seja, infelizmente não temos ingerência a respeito da exploração desse enorme campo de petróleo e gás que está aqui a alguns quilômetros de distância da nossa zona costeira, de onde a gente vive e explora recursos pesqueiros e turísticos principalmente. Então essa reflexão é importante que se faça nesse momento, essa revolta, ela tem que ser voltada contra essa decisão política econômica que o país tomou a muito tempo atrás e que a cada dia que passa tem demonstrado equívocos sucessivos nessa visão de modelo econômico de exploração de petróleo e gás. Já se falou aqui como essa decisão política tá na contramão da política energética do mundo, o acordo de Paris, a “Coop” enfim, tudo isso tem demonstrado que na verdade a fonte energética fóssil que começou lá com o carvão e depois passou pro petróleo e gás, essa fonte energética traz consequências imensuráveis pras mudanças climáticas e pro aquecimento global e isso não pode ser olvidado numa audiência como essa, essa decisão política portanto não teve a participação de ninguém aqui, nem do Ibama, nem do MP, nem das comunidades tradicionais impactadas nem das prefeituras enfim, não teve a decisão infelizmente de nenhum de nós, nenhum de nós foi consultado a respeito dessa decisão e isso é importante que fique claro aqui. Então esses pormenores que a gente tá tratando aqui na verdade são escalas muito minúsculas de todo esse processo decisório político que já foi tomado a muito tempo e sobre o qual a ingerência dos órgãos ambientais e eu me coloco nessa posição também, de fiscalizadora dos órgãos ambientais, é muito pequena, é ínfima. Em relação a esses procedimentos que nós temos no MPF e no “Gaema” do MP de São Paulo, nós conseguimos identificar várias preocupações, várias, inúmeras. Inclusive tratamos de várias dessas preocupações com o órgão ambiental hoje, com o Ibama hoje, numa reunião que durou acho que umas 4 horas. Uma dessas preocupações é, e a principal delas, acredito eu, é com a transparência e o acesso a informação do licenciamento do Pré sal de todas as etapas. A nossa preocupação saliente, é da etapa 1, da etapa 2, da etapa 3 e das próximas dezenas de etapas que estão por vir. Acho que esse é um processo muito importante pra gente fixar as premissas que serão utilizadas pra todo o empreendimento nas décadas futuras que estão por vir. Uma das preocupações que a gente ressaltou com o Ibama nessa reunião que a gente fez hoje foi então dessa transparência e acesso a informação sobre o licenciamento ambiental do Pré sal pelos órgãos de fiscalização, pelos órgãos públicos e principalmente pela comunidade, pela população impactada e envolvida nesse processo. Que na verdade são os elementos acredito eu, mais caros que existem no licenciamento ambiental no nosso país e no estado democrático de direito por que ele faz com que a população impactada, a população que vivencia esses empreendimentos todos os dias participe, seja informada, com informações qualificadas e atualizadas a respeito de o que está acontecendo. Quais os impactos previstos, quais as medidas mitigatórias, quais as medidas compensatórias, quais as condicionantes desses empreendimentos, qual o status de cumprimento de cada uma dessas condicionantes? Essa é uma questão crucial pro ministério público federal e pro ministério público estadual do estado de São Paulo e hoje a gente pode afirmar sem sombra de dúvidas de que há uma extrema dificuldade de acesso a informação sobre o cumprimento de condicionantes da etapa 2 e etapa 1 do Pré sal já realizadas.

A título de exemplo eu cito um pedido de informação sobre o cumprimento das condicionantes da “L.I” 583 de 2009 do trecho terrestre, só a título de informação, de exemplo. A gente encaminhou um ofício ao escritório regional do Ibama em Caraguatatuba no dia 26 de junho de 2017 solicitando informações a respeito do cumprimento dessa condicionante. Em resposta o escritório regional do Ibama apontou que a informação poderia ser obtida com a “Dilique” em Brasília. Pra quem não tá muito acostumado, o órgão ambiental federal, o Ibama, ele tem várias coordenações e divisões internas que tem competências específicas dentro do licenciamento e aí eu vou citar cada uma delas aqui. Solicitamos ao escritório regional então em junho de 2017 informações sobre o cumprimento das condicionantes da “L.I”, eles apontaram então que a gente tinha que pedir informação lá pra “Dilique” em Brasília. Então a gente oficiou a “Dilique”, tendo essa, a “Dilique” em agosto do mesmo ano apontado que na verdade era a “Cgpeg” quem estava responsável por dar essa resposta a requisição do ministério público. Ocorre que no dia 18 do 01 de 2017, ou seja lá no começo do ano a gente já tinha uma informação nos autos do procedimento da própria “Cgpeg” que havia informado que as informações sobre o cumprimento da licença de

instalação 853 podia ser obtido com o escritório regional em Caragua, ou seja, fechou o ciclo. O escritório regional mandou pra “Dilique”, a “Dilique” mandou pra “Cgpeg” e aí “Cgpeg” tinha falado que então era pra gente procurar com o escritório regional. Ou seja, após quase 1 ano de indagações ao órgão ambiental a respeito do cumprimento da condicionante 583, o MP que tem meios legais de pressionar os órgãos públicos e pessoas particulares para obtenção de informações nas suas investigações, não obteve a resposta até hoje.

Outro exemplo de dificuldade no acesso a informação também do Pré sal e agora já da etapa 3 é a não obtenção do plano de emergência de vazamento de óleo revisada pra etapa 3 do Pré sal. Nós primeiro fomos atrás do Eia Rima e fomos buscar o “Pevo” que é apelidado “Pevo” que é só o plano de emergência de vazamento de óleo do Pré sal 3. E a gente não conseguiu naquele site, não sei se vocês já tentaram acessar, o “Sislic” que hoje inclusive o próprio Ibama confessou que é um site que tá com problemas de transparência no acesso a informação pública, a gente procurou no “Sislic”, infelizmente não encontramos. Nem eu, nem a equipe técnica do MPF nem a equipe técnica do MPSP, ninguém conseguiu encontrar. Nós solicitamos então a Petrobrás informalmente e ao Ibama o encaminhamento desse plano emergencial de vazamento de óleo, até agora a gente não conseguiu o acesso a esse plano. Diante desse cenário a gente pode concluir que se nem o órgão do ministério público consegue acessar de forma rápida, tempestiva e adequada informações a respeito do licenciamento do Pré sal, seja ele de que etapa for, como que a sociedade, como que as comunidades tradicionais obtém essas informações? Qual é o acompanhamento que é possível, que é atingível a essas comunidades e a essa população impactada?

Essa é uma pergunta que eu gostaria que fosse abordada pelo Ibama e pela Petrobrás, e nós temos como sugestão um aperfeiçoamento dessa transparência e a facilitação do acesso a informação de forma atualizada, qualificada, tempestiva. Não apenas aos órgãos públicos mas a toda a sociedade, não só do litoral norte, mas do Brasil todo.

Nós temos a possibilidade e isso já foi conversado com o Ibama na reunião de hoje a tarde, de concretizar isso de uma forma muito simples já no Pré sal 3 englobando etapas anteriores claro, por que a transparência implementada no etapa 3 pode ser aplicada retroativamente as outras etapas, que é qual: revisar o programa de comunicação social da Petrobrás. Não sei se os senhores já acessaram o “Comunica bacia de Santos”, alguém aqui já acessou o “Comunica bacia de Santos”? Não sei se vocês repararam lá, Carol né que tá aqui representando o fórum de comunidades tradicionais, fiquei emocionada com a citação da sua poesia, parabéns. Eu não sei se vocês conseguiram ter acesso e acompanhar efetivamente cumprimento de condicionante e em que etapa do projeto estava, como está o monitoramento.. conseguem acessar esse tipo de informação nesse site? Há transparência nas informações nesse site? Nós acessamos, e nós, órgãos fiscalizadores temos dificuldade de encontrar informações sobre o acompanhamento, principalmente cumprimento, status de cumprimento de condicionante. Então o quê que a gente propõe? Revisar o programa de comunicação social da Petrobrás da bacia de Santos imediatamente trazendo um banco de condicionantes que inclua todas as licenças, autorizações, suas retificações, atualizações com os respectivos pareceres técnicos que analisam o cumprimento ou não de cada uma das condicionantes pelo empreendedor assim como a publicização do status de cumprimento de cada uma dessas condicionantes e o pagamento das compensações ambientais, compensações ambientais essas que até agora, no Pré sal da bacia de Campos não foi depositado 1 real, embora a Petrobrás esteja recorrendo em todas as instâncias a 10 anos, a 10 anos a Petrobrás recorre a todas as instâncias possíveis pra discutir a respeito de questões acessórias ao débito da compensação ambiental inclusive sobre o coeficiente, o percentual de atualização monetária dessa dívida aí de compensação que já foi colocado número aqui até agora, que são bilhões de reais a serem investidos em unidades de conservação das áreas impactadas. Então o que a gente propõe de imediato e de forma absolutamente necessária, a participação efetiva da população e das comunidades no processo de licenciamento pra que eles acompanhem pra que haja um controle social efetivo por parte da sociedade, é a revisão imediata desse programa de comunicação da Petrobrás e a gente diz isso com base também nessa recomendações para o fortalecimento do licenciamento dos grandes empreendimentos e controle social de suas contra partidas que foi publicado no caderno temático 5 do observatório litoral sustentável, que foi um grupo com participação de movimentos sociais, sociedade civil organizada, órgãos públicos, enfim a



gente extrai daqui essas considerações, não saiu da minha cacholinha nem da cachola de um promotor de justiça ou de quem quer que seja, saiu de um grupo que é composto por vários representantes da sociedade civil e órgãos públicos que passaram muito tempo pensando o fortalecimento do licenciamento de grandes empreendimentos, a gente extrai desse caderno essa sugestão e pedido de revisão imediata do programa de comunicação social da Petrobrás.

Outra questão que nos traz bastante preocupação em se tratando do empreendimento Pré sal na bacia de Santos é a ingerência política no licenciamento ambiental. Se houve uma decisão política que definiu que vai haver exploração do Pré sal na bacia de Santos, isso a gente não pode tratar aqui por que tá fora da nossa esfera de poder, agora dentro do licenciamento ambiental haver ingerência política para emissão de licenças e para reconsideração de condicionantes já previamente fixadas, isso é inadmissível e o ministério público está atento pra cobrar que análises técnicas não sejam injustificadamente derrubadas por decisões políticas no âmbito do licenciamento do pré sal. A gente pode falar disso e eu peço aqui licença pra excluir esse grupo de profissionais que estão aqui presentes na audiência de hoje por que esse pessoal é o pessoal que traz relatórios, que traz pareceres técnicos dentro do Ibama, não é sobre grupo aqui que nós estamos falando da ingerência política, na verdade é contra o parecer desse grupo técnico que aqui se encontra que a gente tá falando dessa ingerência política. Pra eu não ficar falando no vazio aqui por que parece acusação infundada, há pareceres da etapa 2 do Pré sal e eu cito aqui o número, o 355 de 2016, o 454 de 2016 e o 377 de 2015, foram expedidos por esses senhores que aqui se encontram do Ibama pela “Cgpeg” atualmente “Cgmac” que dizem que não recomendam a emissão de “L.o.” de 3 explorações: “Dp de Lula Iracema norte”, “Dp de Lula central” e “Dp de Lapa”. Não obstante a não recomendação de expedição de “L.o.”, nesses pareceres técnicos que eu acabei de citar referentes a essas explorações, a diretoria de licenciamento do Ibama em Brasília emitiu as “L.o’s” mencionadas e não recomendadas tecnicamente. Ou seja, há um parecer técnico dizendo que em virtude de descumprimentos reiterados de condicionantes e da não indicação pela Petrobrás de quando iria cumprir essas condicionantes, não era para emitir a “L.o.”. Eu não sei se vocês conhecem o processamento do licenciamento, o empreendimento começa com uma “L.p” que é licença prévia em que o órgão ambiental atesta a viabilidade do empreendimento, a “L.i” que é a licença de instalação do empreendimento e a “L.o” que é a licença de operação, ou seja no nosso caso efetivo a exploração de petróleo e gás. Então esses pareceres técnicos recomendaram, Ibama, “Dilique”, órgão que expede a licença, não expeça licença de operação desses “D.p.’s”, “D.p” de Lula Iracema, “D.p” de Lula central e “D.p” de Lapa, mesmo assim a “Dilique” foi lá e emitiu a licença de operação. Não sei vocês entender qual a interferência política evidente nesse processo de licenciamento.

Outra questão que eu trato aqui inclusive foi objeto de uma medida por parte do ministério público federal nós recomendamos MP federal de Angra e MP federal de Caragua, nós recomendamos e corremos atrás, ligamos, a gente correu muito atrás e conseguimos agora recentemente a implementação da condicionante de caracterização de povos e comunidades tradicionais, que é uma condicionante da etapa 1, vejam, a etapa 1, há anos e anos atrás deveria a Petrobrás ter contratado e implementado esse projeto de caracterização de povos e comunidades tradicionais, justamente pra fazer um diagnóstico prévio das comunidades tradicionais do litoral norte de São Paulo e sul fluminense, que é o projeto piloto dessa condicionante. Houve interferência por parte da Petrobrás que pediu reconsideração, revisão dessa condicionante dentro do licenciamento e a “Dilique” na época concedeu efeito suspensivo a essa condicionante, ficou parada, sem poder ser cobrada, como cumprida ou descumprida enfim, ficou parada lá no “Dilique” durante tanto tempo. Visualizando essa situação o ministério público federal exigiu que essa condicionante fosse cumprida sob pena de adotar as medidas judiciais cabíveis. E só agora tardiamente a gente tá começando a andar com essa condicionante tão importante pra nós do ministério público federal. Então essa ingerência política é inaceitável embora a decisão política sobre a exploração de petróleo e gás esteja fora da nossa seara de decisão, interferências políticas dentro do processo de licenciamento ambiental não são admissíveis e por conta disso reitero mais uma vez a necessidade de maior transparência e acesso a informação por parte da sociedade a fim de que ela controle o licenciamento ambiental também, não só os órgãos de fiscalização,

nós somos pagos pra isso, mas a população precisa se engajar e precisa conhecer o que de fato está acontecendo dentro do licenciamento ambiental.

Outra preocupação do MP é em relação a área de influência dos impactos sócio econômicos relacionados a pesca. Muito se falou aqui, 'os municípios do litoral norte estão todos abrangidos na área de influência. Estão realmente, Ubatuba, Caragua, São Sebastião e Ilhabela estão abrangidos na área de influência, mas não pelo critério de impacto na pesca artesanal e é sobre isso que eu quero que os senhores envolvidos com a pesca artesanal atentem. Os senhores atentem sobre esse fato, qual é o critério adotado pelo órgão ambiental e pelo empreendedor pra dizer que há área de influência em São Sebastião, Caragua, Ilhabela e Ubatuba. Bem Ilhabela é por conta de royalty, recebimento de royalty, Ubatuba e São Sebastião é por conta de impactos em serviços e infra estrutura e Caragua por conta da existência de unidades da "Utgca" e o "Gastal". Então atentem senhores, por que pra nós do ministério público essa área de influência, de impacto sócio econômico relacionado a pesca artesanal também incide nos municípios de Ubatuba, Caragua, Ilhabela e São Sebastião. Afinal de contas, se há potencial risco de vazamento de óleo no mar, e se é do mar que essas comunidades tradicionais retiram a pesca, como que eles reconhecem que há impacto em relação a atividade de pesca em Paraty e não há impacto em Ubatuba? Como, eu não consigo visualizar a lógica desse processo de identificação de impacto.

Pro ministério público tá muito obscura essa definição de área de impacto sócio econômica relacionado a pesca artesanal e pra nós há área de impacto sim relacionada a pesca artesanal em todos os municípios do litoral norte, por que em todos os municípios do litoral norte há comunidades tradicionais que vivem de pesca artesanal e com certeza nenhum vazamento de óleo essas comunidades vão ter o seu recurso prejudicado em relação ao vazamento então esse é um dos pontos que nós mais temos detido preocupação e nós vamos estar atentos em relação a essa questão da área de influência.

Há outras questões aqui relacionadas a água de produção e a questões de emissão de gases de efeito estufa, que embora seja uma questão internacionalmente pautada hoje e abordada aqui em uma linha do detalhamento aqui da audiência pública mas eu não vou tratar pra não me estender, mas eu queria muito solicitar que os senhores que estão aqui presentes hoje continuassem participando dos debates e das audiências públicas, continuassem reivindicando, continuassem acompanhando as condicionantes, continuassem controlando o processo de licenciamento ambiental naquilo que lhe interessa, naquilo que lhe impacta e nós do ministério público estamos atentos as condicionantes e entendemos que não há possibilidade de emissão de licença prévia pra etapa 3 do Pré sal sem o cumprimento integral de todas as condicionantes da etapa 1 e 2, isso a gente não vai deixar passar. Obrigada pra vocês e desculpe o alongado mas é muito pouco tempo pra tratar de um assunto tão complexo como esse. Agradeço a todos.

Nós temos também aqui presente o doutor Tadeu Salgado Badaró do ministério público de São Paulo que vai fazer uma colocação complementando as colocações da doutora Valquiria e depois disso o Ibama e o empreendedor fará suas colocações.

Boa noite, eu vou ser bem rápido por que a doutora Valquiria já externou quais são os principais pontos de preocupação do ministério público. Eu queria reforçar uma coisa que eu acho que tem que ser sempre reforçada em toda fala, em toda audiência pública que diga respeito a exploração de petróleo e gás, que tem a ver com a colocação da senhora que é a contextualização dentro da questão dos desafios de redução da emissão de CO<sub>2</sub>, comunidade internacional se dedicando a esse desafio difícil de reduzir a emissão de CO<sub>2</sub> e reverter um processo de aquecimento global que tende a provocar desastres ambientais sem precedentes na história da humanidade, alagamentos de áreas imensas do planeta, desertificação de outras como consequência de processos migratórios de milhões de pessoas, isso é uma questão que é discutida a todo momento e por mais que seja diminuto o âmbito de discussão do licenciamento ambiental ele tem que ser contextualizado dentro desse espectro, sobretudo para que por exemplo apresentações como essa que trata por exemplo dos impactos não subdimensionem uma questão dessa importância que diz respeito a emissão do CO<sub>2</sub> e também pra que seja devidamente informado o impacto desses empreendimentos tanto direta como indiretamente.

O Marcos Vinicius disse que todo o gás é reinjetado nas plataformas, isso não é verdade. Uma parte do gás é reinjetado, uma parte do gás vai pro duto e a outra parte do gás é queimado e isso representa um significativo aumento nos índices de emissão de CO2 o que nos leva a conclusão que esse tipo de empreendimento vai na contramão de tudo isso que tá sendo discutido em âmbito internacional em relação a problemas seríssimos. Como disse doutora Valquiria e eu faço questão de reforçar também o que disse o Carlos, é importante que a gente entenda que há uma série de decisões que já nos estão dadas, a partir da descoberta do Pré sal, não nos foi dado discutir qual o regime jurídico de exploração, se seria um monopólio do estado ou seria aberto a iniciativa privada, o que aconteceu na prática foi que no momento de se investir na tecnologia pra extração do petróleo isso coube a estatal e depois que nós descobrimos, desenvolvemos essa tecnologia nós entregamos de graça a outras empresas. Não nos foi dado discutir como se faz a distribuição dos royalties, não nos foi dado discutir o que pra mim é muito fundamental e muito importante, com que intensidade, velocidade e cuidado nós vamos fazer a extração desse recurso natural. Natural seria que dada a descoberta houvesse uma exploração cuidadosa, paulatina e que houvesse um tempo pra se avaliar quais são os reais impactos desse tipo de atividade, e o que aconteceu na prática foi algo parecido como uma corrida do ouro, nós descobrimos o Pré sal, o petróleo na camada do Pré sal e há uma avalanche de licenciamentos pra extração em tempo curtíssimo desse recurso natural, então me chama atenção quando a Petrobrás me faz colocações do tipo 'nós fizemos monitoramento e os monitoramentos não apontaram nenhum impacto', não deu tempo de ter resultado efetivo que possa ser avaliado a respeito de impacto algum por que os licenciamentos são atropelados uns atrás dos outros sem que haja a menor possibilidade de acompanhamento dos reais impactos, sem que haja a menor possibilidade de acompanhamento desses licenciamentos pela sociedade, pelas instituições como bem exemplificou a doutora Valquiria, pelo próprio Ibama, e eu faço questão de registrar o quão digna é a atuação da "Cgpeg" agora "Cgmac" em relação a, apesar de todas as dificuldades estruturais, tenta fazer um trabalho muito bacana mas é impossível fazer uma análise cuidadosa e dedicada e cautelosa em relação a impactos tamanha volúpia na exploração do petróleo e a velocidade dos licenciamentos. Então o que a gente tem na verdade é que trabalhar dentro de um espectro bastante diminuto em que tudo é nos dado e não há condição de acompanhar um projeto que se desenvolve nessa velocidade e nessa dimensão.

A despeito disso é o que nos sobra então a gente tem que se concentrar pelo menos em fazer valer aquilo que tá dentro do espectro do licenciamento e nesse contexto é que tá justamente o cumprimento das condicionantes, e como disse a doutora Valquiria, é impraticável fazer um real acompanhamento do cumprimento das condicionantes por que essa informação não está disponível de forma acessível e de fato a participação social ela é bastante reduzida, reduzida a um momento como esse em que os senhores tem alguns minutos pra fazer alguma colocação que possa eventualmente interferir no licenciamento, aí os senhores devem se perguntar 'mas pelo menos essa possibilidade de interferir e de fazer uma colocação que eventualmente se transforme numa condicionante ou seja incorporada a alguma condicionante mais já existente, eu tenho', correto? Mais ou menos. Se a sua colocação puder ser transformada numa condicionante que esteja dentro da previsão orçamentária do empreendedor e que não vá causar atraso no cronograma por ele apresentado, pode ser que isso seja incorporado, do contrário é muito pouco provável. Agora, uma vez incorporado uma condicionante, pelo menos eu tenho a segurança de que ela vai ser cumprida, correto? Mais ou menos. A gente tem um histórico de atraso no cumprimento de condicionantes, a doutora Valquiria exemplificou algumas desses pareceres que apontaram atraso de condicionantes e existe também o registro de situações como no caso das condicionantes, de mapeamento das comunidades tradicionais e que o empreendedor no primeiro momento ele aceita aquela condicionante, recebe a licença, depois de recebida a licença ele vai lá pra Brasília em reuniões diretamente com a diretoria e pede a reconsideração da condicionante.

E quando não cumpre a condicionante, o quê que acontece? Na prática o que acontece é aplicação de multa pelo licenciador, multas que são objetos de recursos administrativos que tramitam durante muito tempo e que mesmo quando são afinal julgadas precedentes, representam um custo muito insignificativo pro empreendedor então não tem o condão de inibir o descumprimento de condicionantes.



E quando acontecem pareceres contrários a emissões de novas licenças em função da demora no cumprimento de condicionantes em função do descumprimento de condicionantes, o quê que acontece, muitas vezes isso é levado pra uma solução política e nesse sentido eu gostaria de pedir uma atenção especial pra vocês em relação as notas públicas, comunicados oficiais da “Asibama” que é a associação dos servidores da área ambiental federal, eles fizeram uma série de notas denunciando como é que se dá essa ingerência política no trabalho técnico. Dentre outras medidas, a diretoria foi deslocada do Rio de Janeiro pra Brasília, os técnicos que faziam o acompanhamento das condicionantes antes tinham poder de fazer autuação em caso de constatação de descumprimento, agora já não podem fazer mais, foi criado uma estrutura burocrática também em Brasília pra tornar mais difícil a imposição das multas, ocorreram exonerações de servidores que se colocaram de uma forma mais independente quando ocupando os cargos de coordenação, então é esse o contexto em que se dá o cumprimento de condicionantes. Quando se trata de uma condicionante de fácil cumprimento e que não atrasa o cronograma, ela é cumprida, do contrário, existe essa ingerência política do empreendedor diretamente em Brasília pra fins de se eximir de compromissos anteriormente assumidos.

Me espanta quando a Petrobrás faz a afirmação de que cumpre rigorosamente todas as suas condicionantes, não é verdade. Por exemplo a questão do coral sol que foi colocada aqui, ela foi objeto de uma condicionante do etapa 2, até agora essa condicionante não foi cumprida por que a Petrobrás não cumpriu também a condicionante de avaliação ecológica rápida. Então o risco é que nós continuemos avançando nos processos de licenciamento num ritmo absolutamente impossível de ser fiscalizado com riscos de impactos ambientais eventualmente irreversíveis, então é isso tudo pra dizer, reforçando o que foi dito pela doutora Valquiria, o ministério público não vai abrir mão de pelo menos garantir a força coercitiva das condicionantes, basicamente, sem condicionante cumprida, sem licença expedida essa tem que ser a lógica, se esse é o único espectro no qual nós podemos influir, dele a gente não pode abrir mão. Muito obrigado.

Em primeiro eu tinha feito uma pergunta por escrito mas já que, depois da fala do ministério público tanto federal como estadual, eu acho que está invalidada a audiência pública. Por que tanto o ministério público federal como o estadual colocou em dúvida não só o Ibama como a Petrobrás. Eu acredito, na minha opinião, que a audiência pública relacionado ao etapa 3 e a segunda estão em dúvida, estão não correspondendo a verdade então a comunidade não pode se posicionar em cima de suspeita levantada oficialmente.

Registre as questões levantadas pela doutora Valquiria, pelo Doutor Tadeu, vou tentar passar por elas depois passarei pra Petrobrás também se colocar, se por acaso eu pular alguma questão por favor depois se manifestem.

Corroboro a satisfação com a participação da sociedade no processo de licenciamento, como eu disse no início, com todas as deficiências que o instrumento da audiência pública tem, é um momento de nós todos estarmos aqui frente a frente e sermos cobrados diretamente por quem efetivamente sofre impacto, então corroboro a colocação da doutora Valquiria sobre a importância da audiência e parabenizando vocês por estarem aqui nesse momento, a meia noite e meia discutindo um processo de licenciamento ambiental. Quanto a questão do requerimento das audiências públicas como nós já dissemos anteriormente, ao menos mais 1 já está definido que será realizada, a análise técnica tá sendo realizada pela equipe técnica, será submetida a diretoria que efetivamente é quem define sobre a realização ou não das audiências públicas em todo o processo de licenciamento ambiental.

Com relação a transparência, nós temos que reconhecer que temos grandes deficiências ainda e temos uma margem absurda em evoluir com relação a transparência. Tornar nossos processos mais transparentes, mais que transparentes, palatáveis para a sociedade como um todo. Temos uma série de limitações de sistemas, nós passamos por uma transição de sistema a pouco tempo, tivemos uma mudança de sistema a pouco tempo, temos outros sistemas entrando que visam atacar a questão da transparência, de tornar os processos mais transparentes, mas que ainda estão em desenvolvimento, que dependem de recurso físico mesmo, melhoria da tecnologia, da estrutura de T.I do órgão que tá sendo investido, mas nós sabemos, tenho certeza que todos vocês acompanham as restrições orçamentárias

dos órgãos sobretudo imagina o órgão ambiental. Tem sido enfrentado, infelizmente não no tempo que seria o ideal.

Com relação as questões do fluxo de informação, nós temos normativas internas, é vedado a coordenação de área, a coordenação geral, as tratativas, a resposta ao ministério público é feito diretamente via diretorias, nem tô me referindo especificamente a diretoria de licenciamento ambiental, então qualquer questionamento que os ministérios públicos façam quem tem autonomia pra responder é a nível de diretoria ou presidência, já que a presidência é a autoridade máxima ela pode se manifestar em qualquer situação. Infelizmente nós temos dificuldade de fluxos, o “Cei” melhorou alguma coisa mas ainda há margem pra melhorar o fluxo da informação. O que eu gostaria de salientar, que as questões do ministério público nós reconhecemos sobremaneira a importância dele, entendemos ele como um fiscalizador, nosso fiscalizador, fiscalizados dos nossos processos e um representante, um defensor dos direitos da sociedade. Todas as questões enviadas pelas diversas procuradorias e promotorias entram sempre como prioridade de resposta assim que recebemos. Muitas vezes não conseguimos dar as respostas no tempo mais adequado por que precisam de análise, muitas vezes a análise não tá pronta, precisamos fazer a análise, outras vezes precisamos obter informação frente a volumes enormes de estudos que temos, que correm paralelo a toda essa demanda que vocês tem uma pequena noção aqui. Então nós temos tentado aumentar a transparência liberando o acesso aos nossos processos de licenciamento, temos investido bastante nisso, temos que melhorar e gostaria de garantir o empenho da coordenação geral em atender sempre na maior seriedade possível as demandas do ministério público.

Foi dado o exemplo específico da questão do “Pevo” da bacia de Santos que foi solicitado, foi encaminhado uma versão digital que estava corrompida que havia falha, nós encaminhamos também em 14 do 3 o ofício 76 2018 que foi encaminhado por A.R pra procuradoria, possivelmente não chegou ainda, a questão dos correios, foi encaminhada uma versão física do documento, mas para além disso nós vamos encaminhar também via email esse ofício que já que está assinado digitalmente pela diretora, agora nós podemos encaminhar diretamente pro correio eletrônico da procuradoria.

Com relação a uma das estratégias de enfrentar a questão da transparência que foi tratada hoje na nossa reunião a questão de tentar fazer adequações do Pcs da bacia de Santos. Como foi dito na reunião, a equipe do Ibama entendeu como interessante a proposta, nós vamos trabalhar com o empreendedor pra fazer essa construção.

A questão da área de influência de pesca. Primeiro que essa é uma questão que tem sido sistematicamente trazida em diversas audiências públicas, aqui novamente tá surgindo, será considerada e além disso já foi objeto de vários questionamentos no nosso parecer já emitido.

A questão do cumprimento das condicionantes, como foi feita a observação, da nossa parte que é a parte técnica, é o que nos cabe, nós sempre avaliaremos com o rigor devido o cumprimento das condicionais e elaboraremos os nossos pareceres que são opinativos e são submetidos as instâncias competentes pra decisão quanto a emissão ou não de licenças. Esse é um compromisso que eu posso assumir como coordenador e por estar trabalhando junto com essa equipe, que, os pareceres que forem assinados por a gente serão baseados em questões técnicas. Identificando o cumprimento ou não das condicionantes, os nossos parâmetros são técnicos. Qualquer deliberação de cunho político, alguma coisa, não é na nossa instância, está acima da nossa alçada.

Uma ressalva válida, essa questão da ingerência política ou não muitas vezes é conjuntural, em determinado momento é maior ou menor, acho que vale o registro que a atual gestão está presente no Ibama, tem acompanhado, nós tivemos manifestações negativas de licença, de não emissão de licença corroboradas pela diretoria e consequentemente pela presidência, licenças do Pré sal que ficaram suspensas por meses por questões de condicionante, de compensação ambiental enfim. No momento nós temos tido bastante respaldo da diretoria e da presidência com relação aos nossos pareceres técnicos.

Corroboro a colocação do doutor Tadeu quanto a questão do tempo dos monitoramentos, os monitoramentos serão realizados enquanto o Ibama entender que a geração de dados é necessária para a gente poder avaliar o impacto.

A Petrobrás ou qualquer outra empresa tem o direito a questionar, mas do ponto de vista do Ibama a geração desses dados são fundamentais pra gente poder avaliar o impacto e serão mantidos até que nós tenhamos segurança pra tomar as medidas seguintes necessárias. As questões com relação a estrutura do Ibama, alteração no organograma, tudo isso também não está na nossa alçada não tenho como opinar, foi uma decisão institucional do órgão assim como a questão das portarias de fiscalização que sequer estão sob controle da diretoria de licenciamento ambiental. Portariar ou não determinados agentes como fiscal é atribuição de uma outra diretoria do Ibama.

Doutor Tadeu.

Dado que já foi considerado a possibilidade de novas audiências públicas, a solicitação é pra que nas próximas a diretoria de licenciamento se fizesse presente.

Certamente a demanda vai ser encaminhada a diretoria.

Feitas as colocações bastante extensas do ministério público me sinto na obrigação de fazer alguns ajustes apenas de uma maneira bastante simples. A convenção das partes que determina as questões ligadas a gás do efeito estufa como é amplamente divulgado, o Brasil ele é considerado um país do anexo 5 da convenção das partes, ou seja que não tem obrigação legal de fazer nenhuma compensação de emissões. Os (..) do anexo 1 tem, o Brasil por uma participação propôs uma meta voluntária que era reduzir a queimada na floresta atlântica em 17% no prazo de 5 anos, pra isso criou o Fundo Amazônia então obviamente um processo produtivo como o Pré sal que opera a 300km da costa sim, injeta um número muito expressivo e efetivamente queima gás, em algum momento queima gás. As queimas extraordinárias elas são compensadas dentro do Fundo Amazônia, submetido ao Ibama, foram queimadas tantas toneladas, o valor exato da compensação da tonelada de CO2 equivalente são 5 dólares por tonelada de CO2 equivalente e é feita a compensação conforme a normatização internacional vigente e aceita, e assumida pelo governo brasileiro. O ministério público e o Ibama e todos os presentes aqui respeitam a legislação e é isso que nós temos disponível hoje em território nacional, não há outra alternativa nem tampouco outra obrigação. Obviamente todos nós aqui estamos imbuídos no sentido de minimizar as emissões fato esse que no balanço de sustentabilidade publicado agora pela Petrobrás houve comparativamente a 2009 e com um aumento substancial da produção de petróleo, uma redução de 30% global das emissões de gás do efeito estufa pela Petrobrás ou seja, são iniciativas voluntárias que a Petrobrás adota investindo vultuosos recursos financeiros pra reduzir a emissão de gás do efeito estufa então é importante que se parta dessas premissas para antes de mais nada.

Segundo lugar com relação ao “Pevo” pessoalmente tive a oportunidade de estar no ministério público federal apresentando o etapa 3 do Pré sal e infelizmente a promotora não estava nesse dia, eu fiz uma apresentação aos assistentes técnicos onde foi apresentado inclusive o “Pevo”. Naquele momento foi franqueado a disponibilização do Eia completo e que um anexo do Eia é o “Pevo”.

Nosso plano de comunicação social regional tem um link pro “Sislic” que é o sistema de licenciamento que vai direto aonde está o “Pevo”. Não é simples, concordo que não é, o sistema do Ibama ele é bastante complexo, sugiro aos senhores, qualquer cidadão que tenha interesse, é só se cadastrar nesse sistema com o seu cpf, cada vez que o Ibama adicionar um documento nesse sistema que é complexo sim, mas tá infinitamente melhor do que já foi, você recebe um email com a informação ‘foi adicionado um documento no processo tal’ então fica fácil de obter os documentos, nós Petrobrás fazemos assim, a nossa gerência de meio ambiente da bacia de Santos toca desta maneira.

No que respeita especificamente ao “Pctt” também salientando, somos uma gerência de meio ambiente, responsável pela gestão ambiental da bacia de Santos e nos resguardamos o direito a controverso sim, quando não concordarmos vamos questionar e foi o que fizemos, questionamos o Ibama teve o seu tempo de resposta, se o tempo foi curto ou longo é um ponto de vista apenas mas fizemos o direito ao controverso. Se uma semana depois tivesse tido uma resposta ‘olha não acolhemos ao seu pleito, toca’, tocamos como já fizemos isso em outras situações, isso é importante destacar aqui e efetivamente não tenho conhecimento de tratativas políticas no que respeita a discussão de condicionância e licença.



Como o ministério público foi bastante enfático nesse sentido acredito que os senhores tenham essa, eu gostaria até de receber isso por que é uma questão que podemos efetivamente dentro da companhia cobrar, por que nós somos técnicos, somos legalistas então o que o Ibama determina a gente pode não gostar, a gente registra isso nos pareceres, muitas vezes o Ibama também não gosta que a gente registre mas nós registramos, é uma relação de muito respeito, eu respeito integralmente as decisões do Ibama mas queremos ser respeitados também por que também somos técnicos bem formados sim graças a Deus e temos direito ao controverso, acreditamos que isso é um ponto passivo entre as partes não temos problemas quanto a isso, chutamos a bola mas nunca a canela essa é a frase que eu gosto muito, então eu acho importante a gente manifestar.

Com relação a eventuais atrasos nas contratações dos projetos, igualmente resguardo o direito da Petrobrás de receber a incumbência pelo Ibama pra implementar o maior projeto ambiental que se tem notícia do planeta que é o monitoramento de praias por exemplo, que abrange 2.200 km construção de mais de 15 estruturas, articular com mais de 15 instituições que nem sempre havia uma organização, tivemos que organizar essas instituições, escrever uma especificação técnica que vai desde determinação de hidrocarbonetos poliaromáticos até protocolos de como é que faz a coleta por que não existia isso no Brasil e mais que eu também acho igualmente importante, todas as instalações estão licenciadas, eu pergunto se antes do “Pmp” havia algum centro de triagem e habilitação de animais no Brasil operando com licença, eu pergunto isso. Não há, não havia. As nossas estão licenciadas, as nossas seguem a nota técnica do Ibama. Então tem atraso na contratação sim, assumimos esse atraso, por que não é simples de fazer, não é fácil contemplar mais de mil profissionais que atuam no “Pmp”, ajustar, treinar, capacitar, qualificar, colocar eles andando na praia todo dia por aproximadamente 800 km mais ou menos eles andando todo dia na praia coletando bicho, vivo trata e solta, bicho morto leva pra fazer necropsia, quando junta 40 mil animais pra fazer necropsia, 20 mil animais pra fazer necropsia não tem nem onde guardar, não tem como tratar estas informações, isto é um fato, não é viável tratar então concordo com o doutor Tadeu, não dá tempo ainda de saber do impacto x ou y, mas dá tempo de saber e garantir aos senhores todos aqui, o impacto dos bichos que chegam mortos, as tartarugas, 85%, esse é um mantra, 85% das tartarugas verdes de 30 a 50 cm são jovens, que habitam na costa do Brasil vem a óbito pela famosa interação antrópica com lixo. Isso tá registrado, fotografado feito por meio de protocolos que foram desenvolvidos pela Petrobrás, submetidos e aprovados pelo Ibama, pela equipe técnica do Ibama, enfim, é um trabalho hercúleo tô falando de um projeto, poderia falar do monitoramento de cetáceos, igualmente nunca realizado, cruzeiros aéreos, colocar as pessoas dentro de um avião com vidro bolha pra olhar de cima cetáceo, como é que registra isso? Não vou falar muito menos do projeto de monitoramento da paisagem acústica submarina, atrasou? Atrasou, por que no meio do caminho descobrimos que a marinha é a única detentora, só ela que pode analisar os dados produzidos por que tem uma questão de segurança nacional importante, o dna das embarcações que transitam aqui, nós não conseguiríamos definir se é um barco de guerra ou um barco da marinha mercante, e entregar esses dados pra qualquer consultoria é um risco à segurança nacional, dito pela marinha, registrado pela marinha, tivemos que fazer um convênio com a marinha usando um interveniente. Não é simples e lhes asseguro isso. Então efetivamente há atrasos? Sim, há atraso. Integralmente justificáveis e esse é um ponto que eu não abro mão, a Petrobrás justifique seus atrasos sim, mas insisto, não há condicionante em aberto, o Ibama emitiu um parecer em novembro, talvez esteja enganado, outubro, sobre as condicionantes do Pré sal, o andamento delas, pode estar uma mais aqui uma mais ali, todas integralmente sendo executadas e provadas, é possível provar que elas estão sendo executadas, então isso eu considero fundamental.

Respeito e lembro de um último ponto aqui pra não me estender em respeito aos 25 manifestantes orais que faltam e um sem número de manifestações escritas, a decisão de governo foi tomada sim, da exploração do Pré sal, mas não se esqueçam disso, gostemos ou não, quem tomou essa decisão são os nossos representantes legais que foram eleitos pelo voto de todos nós que aqui estamos. Podemos não gostar, mas é isso que aconteceu. Então essa decisão de desenvolver o Pré sal a, b ou c, rápido ou devagar, não é de nenhum de nós aqui, é dos governantes legitimamente eleitos, como foi dito aqui no estado democrático de direito.

Em relação a dificuldade no cumprimento de programas eu faço uma pergunta retórica, é mais fácil cumprir um programa de monitoramento de praia do que desenvolver uma tecnologia de perfuração do petróleo na camada do Pré sal? Eu presumo que a segunda é mais difícil, mas quando se quer, se faz.

A segunda colocação eu peço licença a todos pra me despir da figura do promotor de justiça pra fazer uma consideração como cidadão. Dizer que essa decisão política representa a vontade soberana da população por meio dos seus representantes legitimamente eleitos. No cenário de absoluta corrupção, cooptação dos agentes políticos, do setor econômico é de uma hipocrisia sem tamanho. Do setor econômico inclusive o setor do petróleo e de gás são os grandes setores econômicos que tem os representantes como prepostos de seus interesses privados e não de interesses públicos, é nesse cenário que se dá a definição de matriz energética, de exploração de Pré sal, não nos enganemos ninguém aqui é ingênuo.

Doutor Tadeu, lembrando que essa decisão não se deu agora, semana passada, neste ano nem no ano passado, essa decisão se deu a mais de 10 anos, ela foi tomada a mais de anos.

E sim, muitas vezes é mais difícil cumprir um programa que você necessita de um parecer do “Spu”, é mais difícil do que tirar petróleo a 7 mil metros de coluna d’água, eu lhe asseguro isso. Eu o convido a acompanhar um processo desse detalhadamente, eu o convido. O senhor vai ver que é mais fácil tirar petróleo lá fora.

Senhora Izaneide Sales.

Boa noite. Vocês falaram sobre impacto e falaram que a nossa costa aqui não vai ter impacto. Como todo mundo aqui já colocou que tem, eu vou falar de um impacto maior que o pessoal não falou. A gente vai começar a ter aqui terremoto, tremor de terra, e aí? E outra não é que vocês não sabem que vai ter por que vocês sabem que vai ter por que lá fora tá tendo e vocês sabem por quê que vem. Aí vocês tem a decência de falar pra nós que nós não vamos ter impacto. Legal, ótimo.

Outra coisa, a licença de vocês, vocês receberam rapidinho, agora os pescadores estão aí desde 2013 e não tem uma licença pra pescar e aí tem o Ibama pra ir lá pegar o pessoal. Agora será que a gente que não quer estar certinho, será que a gente que não quer estar pegando o nosso pão de cada dia ali no mar levando pra casa ou será que são vocês que não faz por onde dar uma documentação que é simplesmente um papelzinho pra vocês, mas que tem uma importância muito grande pra nós. E aí?

Olha gente eu só sei de uma outra coisa, eu fiquei sabendo que o Ibge é quem define o royalty. Diz que nós aqui não vamos ter. Só que assim qualquer problema que vier a ter lá no meio do mar, é a nós aqui que vocês vão correr, vocês não vão sair daqui e ir primeiro lá pro Rio, lá pra Santos, por que mais perto é aqui. Então como que a gente além de receber toda a sujeira, não vamos ter nada? Tá errado. Já chega o pessoal ali do óleo, que por causa do óleo tá todo mundo com câncer por causa da Petrobrás e ninguém fez nada, tá tudo aí. Então, primeiro se faz a lição de casa, depois se aprova isso aí de novo, concorda? É isso aí.

Dona Izanete vou responder rapidamente sobre as suas colocações no que respeita a um eventual terremoto. A área de produção de petróleo da bacia de Santos, ela tá sobre uma placa sedimentar, desculpa não tem como responder de outra maneira, ou seja muito estável. Os terremotos se dão quando 2 placas se encontram, não é o caso, nós não temos falhas registradas aqui na bacia de Santos e aí se a senhora está se referindo a perfuração de poços, eventual formação de algum espaço vazio pela remoção do petróleo, isso não acontece. Quando o petróleo sai a água do mar entra, então não fica esse espaço vazio. E mesmo por que a rocha reservatório ela não é oca, ela tem uma piscina de petróleo lá. Se a senhora lembrar, uma comparação grosseira, é uma pedra pome cheia de óleo dentro, então a estrutura física será mantida.

Com relação a licença de pesca, eu acho que o Ibama pode contribuir de alguma maneira.

Só concluindo o que você acabou de falar, só que a água do mar ela é líquida e o óleo não, o óleo que sai não é líquido, então aí tá a grande diferença. A água do mar ela se balança fácil o óleo já não por que ele é denso, ele é grosso então faz toda a diferença e outra coisa o senhor falou também dos estudos que vocês fizeram durante 1 mês sobre o mar, só que se

você pegar pra fazer o estudo que você fez aí do óleo um mês de agosto ou julho, que são os meses que a gente tem ondas mais fortes você vai ver que o seu estudo, a água, o óleo que cair vai justamente pegar a nossa costa e não aonde o senhor falou.

Isso também mereceria um esclarecimento bastante importante, não foi pego 1 mês, foi pego o ano inteiro com todas as condições meteorológicas, talvez tenha tido um problema de, ou a nossa colocação não foi adequadamente clara ou a falha do entendimento que é perfeitamente aceitável, por que se trata de um efetivamente estudo bastante complexo as simulações de dispersão, são modelos matemáticos que levam em consideração essas questões meteorológicas e oceanográficas. O petróleo é líquido também, ele pode ser um pouco mais viscoso mas ele se comporta como líquido também igualmente.

Só complementando a resposta, com relação a emissão das carteiras de pesca, desde a criação do ministério da pesca não é competência mais do Ibama, o Ibama não emite essas carteiras. Na verdade hoje o ministério da pesca foi extinto, foi passado pra outra competência. Não é competência do Ibama desde que foi criado o ministério da pesca lá atrás. A competência da fiscalização ambiental compete não só o Ibama como todos os órgãos ambientais.

Isso certamente foi demandado inúmeras vezes, mas é aquilo, a gente demanda mas o tempo de desenvolvimento é de quem é competente pra tal. É a secretaria da pesca. Com relação a questão do royalty ele é definido pelas linhas da costa que são definidas e a ANP, a quantificação tudo, as diretrizes são dadas pela ANP. Não tenho o registro aqui mas provavelmente todos os municípios aqui da região estejam contemplados por aquele critério de royalty, estão não estão? Então todos os municípios daqui do litoral norte estão contemplados por royalty, mas da mesma forma registro que não é competência do Ibama a quantificação, a destinação disso. O marco legal estabelece que é competência da ANP a gestão dos recursos de royalties a ser destinados pros municípios.

Senhor Firmo Teixeira.

Boa noite a todos, eu sou da “Ilha dos búzios”, primeiramente eu queria saber uma coisa. A primeira vez a Petrobrás teve lá nos búzios, teve até o gerente da Petrobrás, teve já o presidente da (...) de pesca, foram lá na ilha, falaram que não iam arrumar os barcos, os barcos pequenos, não iam aumentar, não iam dar o motor. Chegaram na ilha deram barco, deram canoa pra turma vender, a maioria dos pescadores fizeram as pessoas de bobo na Ilha dos Búzios. Os documentos de pesca nós não conseguimos tirar, a gente não sabe ler, o Ibama vai e apreende a nossa rede, nós vamos sobreviver de quê? Se a “agricultura” de pesca diz que não pode dar uma carteira de pesca, a capitania não dá, nós lá não temos ramo de serviço, eu queria saber de uma coisa, o que nós vamos fazer naquela ilha? O negócio que nós temos que fazer, roubar ou matar a gente não pode. Aconteceu esse negócio do petróleo aí, que recompensa nós tivemos? A Petrobrás teve uma lavagem de dinheiro, pagaram estaleiro do barco, cada barco 200 mil reais pro estaleiro. Cada barco 80 mil. Eu tenho prova disso que eu tenho meus primos lá que tem barco. Agora chega aqui pra nós, o que vocês deram pra nós? Um chute na bunda, é isso que vocês deram? Por que chegaram lá fizeram a maioria das pessoas dos Búzios de bobo e a maioria de pescadores que necessitam de pesca pra sustentar sua família. Vocês não fazem nada, vocês são todo mundo uma lavagem de dinheiro como deu a Petrobrás colônia de pesca, 50 mil reais sumiu da Ilhabela, da colônia. São Sebastião foram 30 mil reais que foram sumidos. Pescador paga e não tem direito de pesca. Eu queria que vocês respondessem o que vocês pudessem fazer, que nem vocês fizeram aí, deram canoa, deram barco, a maioria das pessoas que não ganharam nada, vai ficar a troco de nada isso? Era isso que eu queria saber.

Senhor Firmo, obrigado pelas suas colocações, nós, equipe técnica da Petrobrás reafirma que entende que esse projeto ele teve o viés assistencialista, e que efetivamente ele causou mais descontentamento do que compensação pras comunidades pesqueiras, especificamente na área de Búzios e Vitória foram reformadas embarcações de pesca de alguns pescadores, aqueles que foram mapeados a época do diagnóstico participativo, foi esse efetivamente o que se deu. Fizemos a regularização das embarcações pelo fato de que



tivemos que disponibilizar a pedido da capitania dos portos, a delegacia dos portos na verdade, toda parte de salvagem, rádio, então isso foi equipado os barcos, foi regularizada a documentação dessas embarcações e entregue pros pescadores.

No que respeita especificamente a questão da licença de pesca nós não podemos efetivamente fazer nada, a Petrobrás não tem gestão sobre a emissão da licença de pesca.

Complementando conforme foi dito pela nossa equipe já, o Ibama vai exigir que a Petrobrás cumpra tudo que foi acordado no escopo do projeto, o Ibama tem trabalhado nessa direção e vai exigir que tudo que foi acordado, que foi construído junto a população, a população alvo do projeto seja efetivamente cumprido.

Outra pergunta eu gostaria de saber, então no caso os pescadores que tem barco teve arrumação e até dinheiro que deram por trás disso, a Petrobrás deu, eu tenho prova disso. A Petrobrás deu até dinheiro pros pescadores que tiveram os barcos, agora a maioria dos pescadores que tem a sua carteirinha, são pescadores, acha que isso aí não merece ganhar nada? Então só vamos ganhar quem tem barco, os pescadores que são da ilha, vamos viver de quê? E não vai ganhar nada vai ficar a troco de nada? Então o Pré sal o óleo que vão tirar aí, só vai ter essa parte pra quem tem barco? Os outros pescadores também não são pescadores? Não vivem do mar? Eu queria saber isso.

Como o Itagiba colocou aqui, antes de dar uma resposta mais específica, todo esse processo de compensação que foi feito no litoral norte de São Paulo ele foi finalizado por parte da Petrobrás mas a gente vai fazer essa avaliação no âmbito da renovação da licença, e aí com relação ao projeto específico da sua comunidade, é que foi uma reforma de embarcação né, a orientação que vem do Ibama é de que seja feito um diagnóstico participativo, que esse projeto seja eleito na base da comunidade e que seja um projeto coletivo e que traga benefícios concretos pra comunidade, se houve alguma falha no processo acho que cabe a gente tentar consertar e tentar aprimorar pra esse ou pros próximos processos.

Só pra complementar uma pergunta anterior também sobre a atribuição da emissão dos registros gerais de pesca, do Rgp, ele saiu do Ibama quando o governo federal criou a secretaria da pesca, que depois virou ministério da pesca, depois cancelou o ministério da pesca, virou ministério da agricultura, e agora recentemente recriou a secretaria da pesca então eles que tem a atribuição pra emitir o Rgp.

O que ele tá dizendo é o seguinte, nem todo pescador é dono de barco. Os donos de barco ganharam. A maioria dos pescadores que trabalham nos barcos, não ganhou nada. Ganhou serviço, continuou trabalhando no barco, é o que ele tá falando, ele é pescador a tanto tempo, também não tem carteira por que não tem leitura. Pra ele não foi dado nada, foi dado pra dono de barco. É isso que ele quer que você entenda.

Eu compreendo a crítica mas me lembro que esse foi um projeto que foi aprovado no âmbito da discussão com a comunidade, não sei dizer aqui sobre possíveis falhas que tenham ocorrido no processo, mas a orientação e a diretriz que a gente constrói a mais de 10 anos implementando compensações da pesca é que esses projetos sejam deferidos junto a comunidade e que atendam ao conjunto dos pescadores artesanais que residem naquela comunidade.

Como eu comentei, a gente vai fazer essa avaliação do relatório final que a Petrobrás protocolou de finalização do projeto e possíveis complementações ou alguma medida administrativa da parte do Ibama será feito a partir desse momento de renovação da licença de mexilhão, que é o processo de licenciamento que originou esse projeto de compensação da atividade pesqueira.

Senhor Fabio Antonio Ferreira de Oliveira.

Eu sou do “Saco da Ribeira” sou tesoureiro da associação dos pescadores do “Saco da Ribeira”, sou vice presidente do conselho rural e pesqueiro, sempre fiz parte da diretoria da “Amesp” que é a associação dos maricultores do estado de São Paulo, e o problema da

Ribeira foi grave, fizeram um rancho num local inadequado, do lado do “I.o”, não tem acesso pro pescador, da praia da Ribeira ou da Ribeira ali, a praia que a gente queria que fizesse o rancho é uma praia que foi vendida a concessão para uma empresa lá da Ribeira e estamos numa situação muito delicada, todos os pescadores da Ribeira.

E voltando atrás, o vazamento de óleo que teve em 2003, chegou um óleo “fino” no Lázaro, onde que eu sou morador e pescador, e tenho criação de marisco e de peixe, de Bijupirá hoje e a gente nunca foi beneficiado com nada. 2013 esse óleo foi pro fundo em São Sebastião matou todo o camarão “sete barbas”, prejudicou toda a pesca artesanal de Ubatuba, São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba nunca recebeu nada. Pescadores e maricultores sempre ficaram a ver navios.

Outra discussão também é por quê que o Ibama legaliza todos esses empreendimentos e não legaliza o (...), tudo que tá parado, a gente é tudo bandido, a malha 16 não pode, a malha 20 não pode, tudo a gente não pode. A “rede boiada” hoje também não pode, então quer dizer é um absurdo o pescador hoje praticamente é bandido, a gente é bandido.

E a maricultora também eu sou maricultor, não tem nada que a Petrobrás faz de incentivo a maricultura, não vi ninguém aqui hoje da “Cocanha”, vi só a Dara aqui que é da prainha lá do “Perez”, não vi o “Beto Carlota” ninguém da “Cocanha”. A gente realmente de Ubatuba sempre fica pra trás. Todo pescador aqui, não sei se todos, mas São Sebastião, Caragua e Ilhabela todos foram beneficiados, Ubatuba nunca nenhum pescador foi beneficiado.

Rapidamente respondendo a sua colocação senhor Fabio efetivamente no “Saco da Ribeira” nós ficamos sem opção do local de fazer o rancho, acho que o senhor é da nova diretoria, a diretoria anterior acompanhou esse processo e foi definido conjuntamente a praia do “Lamberto” ali dentro do “I.o” e foi definido também uma passagem para os pescadores dentro do “instituto oceanográfico”. Foi o que foi feito à época por que a outra área que havia era de posse da fundação Florestal e a outra de um empreendimento imobiliário e aí só sobrou essa área não havia outro local pra colocar o rancho efetivamente, então foi aprovado à época pela diretoria que o antecedeu lá e foi isso.

Com relação ao vazamento de 2013, não se deu no âmbito da nossa área de atuação, foi um vazamento da “TransPetro” aqui no terminal, foram feitas algumas ações à época da gerência de responsabilidade social mas eu sei que isso não prosperou. Como eu disse anteriormente a “TransPetro” agora sofreu uma reestruturação, saiu a diretoria antiga, tem uma diretoria nova e efetivamente esses passivos vão ser recuperados ao longo do tempo.

Como já foi falado aqui pelos representantes do Ibama que falaram sobre essa questão, a gente recebeu o documento de vocês e esse atendimento aos projetos que foram gerados no “Papp” vai ser avaliado por nós pra ver se a Petrobrás de fato cumpriu o que foi acordado e isso pode gerar eventuais correções nas ações desde que verificado que não houve esse cumprimento.

Só uma complementação também na fala do senhor que falou que as comunidades de Ubatuba não foram contempladas pelo projeto mas se eu não me engano foram 4: Saco da Ribeira, Pissinguaba, Ilha dos Pescadores e Maranduba.

Sim, todos esses problemas que estão sendo relatados aqui na audiência, acho que esse é um espaço também pra coletar a contribuição e a avaliação crítica sobre o que foi entregue nesse projeto e reforçando de novo que isso vai passar por uma avaliação nossa no âmbito da renovação da licença do empreendimento que diz respeito a esse projeto.

Também sobre o incentivo a maricultura eu gostaria de saber se tem alguma projeção de investimento na maricultura que realmente eu acho que é a peça chave é a maricultura hoje pra nós também.

Senhor Fabio coincidentemente no dia de hoje a Petrobrás por meio da sua área de responsabilidade social reabriu os editais de programas com o cunho sócio ambiental então sugiro que o senhor junto com a sua associação se informe desse projeto, quais são os meios de apresentar um projeto e concorra com o que senhor entender que seja o melhor

projeto pra aquela comunidade. Lhe asseguro que projetos de geração de emprego e renda são bem vistos pela área de responsabilidade social da Petrobrás. Tá no site da Petrobrás e eu posso depois também conseguir maiores informações e lhe passar o meio mais fácil de ter acesso a essa informação.

Senhora Neide Antunes Sá.  
Senhor Luiz Claudio Santiago.  
Senhor Lucas Cândido.

Senhora Ana Flávia Pinto.

Boa noite. Eu sou representante dos caiçaras e pescadores artesanais da praia da Lagoinha, da praia do Perez e Oeste, localizada na região sul do município de Ubatuba. Vimos declarar que a nossa comunidade não foi contemplada no diagnóstico participativo do programa da educação ambiental elaborado pela Petrobrás em 2012 e consequentemente dos empreendimentos relacionados a extração do petróleo do Pré sal. Não recebemos qualquer informação sobre o licenciamento das etapas 1 e 2 sobre o modo como essas etapas podem afetar as nossas atividades, a nossa saúde, a nossa vida. Não recebemos o relatório do impacto ambiental da etapa 3 e só ficamos sabendo sobre a realização dessa audiência pública por acaso, a poucos dias. Razão pela qual não pudemos participar das reuniões preparatórias da discussão e esclarecimento sobre esse empreendimento. A praia do Perez e Oeste não tem acesso a energia elétrica, estamos correndo atrás com um defensor público, ministério público e a todas as instâncias que podemos recorrer. Entregam versões impressas do relatório impacto ambiental, impossibilitaram totalmente o nosso acesso ao conteúdo desse documento. A omissão dos empreendedores impediu que nós pudéssemos compreender quais serão os efeitos desse empreendimento, que suspeitamos que impactará diretamente em modo irreversível o nosso meio de subsistência. Essa omissão prejudicou “irremediavelmente” o nosso direito a informação ambiental relevante que constitui requisito indispensável a participação popular na tomada de decisão a que a essa audiência pública se destina. A violação ao direito dos pescadores da praia da Lagoinha, a praia do Perez e Oeste a informação ambiental relevante e consequentemente a participação popular na tomada de decisão, ambos princípios que deve nortear o licenciamento ambiental, deslegitimam essa audiência pública. Além disso enquanto caiçaras, somos comunidades tradicionais cujo consentimento livre é informado e pré requisito essencial a aprovação do empreendimento que impacta o nosso território, conforme a “conversão” da organização internacional do trabalho 169 da qual o Brasil é signatário. Com base no exposto em norma da nossa comunidade requeremos que sejamos incluídos na lista das comunidades afetadas pelos empreendimento da cadeia produtiva de petróleo e gás, no programa da educação ambiental, no plano de compensação da atividade pesqueira, precisamos de um rancho na Lagoinha que já temos a planta da União, já temos todos os processos feitos e aprovados pela União, estamos só esperando fazerem o rancho pra gente, que sempre falam que não tem verba. Então pra fim de programas destinados às comunidades pesqueiras para fins de informação, avaliação e compensação dos impactos do empreendimento. Que essa audiência pública seja anulada uma vez que, apesar de sermos comunidade afetada pelos empreendimentos em questão, não recebemos informação ambiental relevante antes dessa reunião, em desrespeito aos principais de acesso a informação ambiental relevante, a participação social na tomada de decisão e as condicionantes do licenciamento ambiental que se refere à prévia informação das comunidades afetadas. Que seja obedecida a obrigatoriedade da convenção da organização internacional do trabalho 169, de obtenção de consentimento livre e informado prévio a aprovação de empreendimentos que impactam territórios de comunidades tradicionais. Que sejamos informados sobre as respostas do empreendedor, do Ibama, às solicitações feitas nessa data, por meio de anexo já protocolamos o caso. Queremos aqui falar também sobre a comunidade da prainha do Perez, a prainha do Perez ela é esquecida. A família Oliveira é gigante, parece que não por que todo mundo que vai na praia do Perez fala ‘imagina, eu fui lá, só tem turista’, mentira. A praia do Perez se entra adentro. A família da Taiana mora pra dentro da praia. Se você for entrar numa escada você sobe pra dentro do mato. Tem uma família enorme lá dentro. Eu tenho 3 filhos, a Dara é minha sobrinha, nós temos uma família lá dentro que tá esquecida. A mais de 60 anos, o



meu sogro morreu com 87 anos. Lógico que talvez não tenha nada a ver aqui por que não é competência de vocês, é do governo. A gente luta pela energia elétrica. Então a gente não tem compensações, eu tenho carteira de pesca a mais de 20 anos, meu marido, a minha família inteira, a família da Dara que são meus sobrinhos, cunhados, todos nós somos pescadores comprovadamente em carteira de pesca a muito tempo. A gente tem um rancho que tá lá, que vai caducar em 4 anos. A gente não tem dinheiro pra construir esse rancho. Se a gente não tem dinheiro nem pra comprar nossa rede de pesca que é difícil, imagina a gente construir um rancho. Então assim a gente quer ser informado do que pode acontecer. Todo mundo fala 'não, Ubatuba tá lá longe', Caragua tá aqui o gasoduto. Mas quando teve o vazamento de 2013, que além de pescadora eu sou professora, eu levei meus alunos da escola do Arouca pra ver, estava inteira a praia preta, cheia de resíduos. Quê que aconteceu, esse camarão ele é pequenininho aqui, ele vai migrar. Quando a gente tá aberta a pesca do camarão a gente vai pescar camarão, nessa época foi a pior pesca que nós tivemos. Nós não conseguimos pescar nada, foi a pior pesca. Nós passamos a pior situação pra sustentar nossas famílias. Então assim eu peço encarecidamente que vocês anexem a prainha do Perez e a Lagoinha, por que a prainha do Perez é só pedra. Então a gente tem que fazer o nosso rancho na Lagoinha. Já foi aprovado temos planta, temos provas temos tudo, até no jornal saiu. Então agora a gente fica lá, puxa pra prefeitura a prefeitura joga pra outro órgão e assim vai jogando um pro outro. Então eu queria saber até de quem é a competência também sobre esse rancho e queria saber também sobre essa pesca industrial. Nós somos pesca artesanal, eu pego camarão com a mão, um por um selecionado. Enquanto eu vou lá tem o cara lá com 2 toneladas de embarcação. Vejo um amigo meu, o Ibama pegando um pesqueiro artesanal, sendo que o cara passando lá industrial. Então acho que tem muitas coisas a serem feitas e analisadas pra ter essa mais várias audiências, não só mais uma.

E também se tem uma audiência pública em Ubatuba. Que não só a minha comunidade tá fora, procurem estudar, tem muitas comunidades fora ainda, do mapa, do monitoramento. Eu acho muito importante que isso aconteça.

Dona Ana Flávia, com relação as colocações da senhora sobre a inclusão no "Peia", o próprio documento que a senhora protocolou, como eu já disse diversas vezes, nós vamos avaliar e vai ser incorporado, vai ser objeto de análise específica da nossa parte e será considerado no processo de licenciamento, inclusive se for entendido como efetivamente impactado, constatado que houve uma brecha, que houve uma falha no diagnóstico, será demandado a empresa que tome as medidas necessárias.

Com relação a questão da OIT, como eu já falei a algumas horas atrás, nós estamos formalizando uma consulta à diretoria e a procuradoria pra uma manifestação formal sobre o encaminhamento pra essa situação.

Bom dona Ana Flavia boa noite, obrigado pelas suas colocações, salvo engano a senhora é da comunidade do "Bonete" de Ubatuba, certo? O "Bonete" de Ubatuba ele faz parte do "Peia", já está acontecendo o "Peia" naquela localidade.

No que respeita a Lagoinha e a praia do Perez, a equipe técnica que desenvolve o projeto já identificou, já registrou essas duas comunidades e salvo engano já foi protocolado no Ibama também o relatório aonde se identifica essa questão do diagnóstico foi feito, e obviamente não se consegue abarcar toda a área. Então o Ibama vai avaliar por que tem uma série de não só essas comunidades que a senhora citou mas existem outras comunidades também que foram igualmente identificadas pela equipe de campo da empresa que realiza o "Peia" a Mineral e já foi encaminhado ao Ibama então nós estamos aguardando uma manifestação e isso ainda vai gerar alguma discussão por que terá que ser feito um diagnóstico, enfim, algum trabalho e assim sucessivamente.

Com relação ao rancho eu deixo claro aqui que a Petrobrás não tem nenhuma intenção de construir, disponibilizar recursos financeiros pra construção de rancho ou coisa dessa natureza. É importante nós termos uma relação muito transparente e bastante objetiva, infelizmente não é nesse fórum que vamos discutir isso.

Dona Ana Flavia, complementando a minha colocação anterior e eu acho que a senhora foi uma das que se manifestou com relação a questão da audiência pública nesse horário, 1 e

25 da manhã já que a gente está. É sempre uma dificuldade muito grande essa questão, nós marcamos pra noite por que entendemos muitas vezes que na parte do dia, no horário comercial boa parte da população não estaria atendida por que estariam trabalhando. Ao mesmo tempo compreendo absolutamente essa questão por que botando as 18h, nós temos determinadas atividades que trabalham de madrugada, então é sempre bastante complicado isso. Como eu disse, nós vamos realizar mais audiências aqui na região, podemos entrar em contato e tentar construir qual o melhor horário, dia da semana, enfim qual o período pra realização, pra que efetivamente vocês se sintam contemplados, possibilite uma melhor participação. Tenta entender nosso lado que muitas vezes é isso, se marca de manhã a gente vai receber questionamento 'poxa mas eu trabalho de manhã, você fez pra me excluir', quando marca a noite.. então é sempre bastante complicado, mas eu acho que nós podemos conversar e tentar achar o ponto mais adequado pra gente poder fazer essa consulta.

O que eu falei não foi quanto ao horário, foi quanto quando comunidades acabam não entrando nessa audiência, elas nem tão sabendo que isso tá existindo, então ela não tem legitimidade, é isso que eu quero dizer. E quanto ao rancho, eu perguntei sobre uma compensação. A praia do saco da Ribeira se eu não me engano, não sei se tô falando besteira, não teve uma compensação no "Lamberto"? Que eu fui lá ver o rancho, muito bonito por sinal, achei um rancho perfeito, aquele lavatório específico enfim, o que eu quero dizer, num foi uma compensação da Petrobrás? Só isso que eu queria saber.

Senhora Patricia Santos.  
Senhora Celia Regina.  
Senhora Lara Legaspe.  
Tami Albuquerque.  
Gabriela Murva.  
Senhor Osvaldo de Arruda.  
Senhor Guilherme Zangranda.  
Senhor Roberto Francine Junior.  
Senhor André Ricardo de Souza.

Boa noite, aqui sou o Irineu de praia de Castelhanos, presidente da associação Castelhanos Vive, eu quero fazer uma pergunta pra vocês a respeito do impacto ambiental, como foi falado já muitas vezes, a gente tem uma grande preocupação com isso, por que a gente tá passando um momento difícil da comunidade e a gente não tem transporte, a gente tá lá com a estrada que caiu a metade dela, a gente pensou em fazer um desvio, segundo a gestora do parque disse que a "Cetesb" não aprova, Ambiental não deixa e a gente tá hoje praticamente tendo transporte via mar. A terra, a estrada está... infelizmente hoje está mais do que parada. Nós estamos preocupados com o impacto no mar por que se não pode mexer na terra também no mar é a mesma coisa por que lá vai mexer no meio ambiente da mesma forma. A gente não sabe onde que tá a lei, quem pode nos defender por que como é que a Petrobrás mexe lá e não há estrada pra dar o acesso a população que tá lá a mais de 200 anos, não pode fazer nada.

Aqui a estrada da Tamoio tem lugares aí que entraram por dentro do parque perfurando 3km de túnel, agora pra fazer um serviço de acesso e transporte a comunidade que tá lá durante todo esse tempo, não existe lei, é proibido fazer. O pescador realmente como está aí sendo falado, ele não tem nenhum direito da pesca. Pescador ele não tem defeso, agora o camarão está parado, a maioria dos pescadores lá da comunidade, ele não recebe defeso e também não pode pescar. Peixe nenhum da nossa região aonde nós pescamos, não se tem defeso, só tem a parada mas ninguém recebe defeso, então realmente as comunidades estão sofrendo por esse momento.

Pedimos que vocês tenham esse olhar pras comunidades e cobre dos órgãos competentes que possam solucionar os nossos problemas, muito obrigado.

Eu queria aproveitar a sua colocação pra falar uma coisa que a gente acabou não colocando nos esclarecimentos anteriores, que é com relação ao projeto de educação ambiental, que ele tá acontecendo no litoral norte de São Paulo e no litoral sul do Rio, aqui no litoral norte pega os 4 municípios e no total do projeto trabalha com 71 comunidades. Também como

uma demonstração do que a gente colocou aqui ao longo da audiência no que se refere a preocupação do Ibama aos impactos na comunidade pesqueira artesanal, a gente colocou pra esse projeto uma orientação de que não seja um projeto de educação ambiental exclusivamente focado em ações formativas mas que venha acompanhado com iniciativas de geração de trabalho e renda, com iniciativas que possam garantir o direito ao uso do território, então eu acho que a gente acabou não entrando no detalhamento do projeto de educação ambiental, inclusive eu vi alguns participantes aqui do projeto na plenária, então queria aproveitar esse momento pra ressaltar que esse projeto ele conta com essa diretriz de tentar construir processos de geração de trabalho e renda voltada pra estruturação da cadeia produtiva da pesca artesanal.

Não quer dizer que vai arrumar o acesso pra esse processo específico de manutenção da estrada lá em Castelhanos, a gente tem que lembrar que a orientação é pra que construa o processo de geração de trabalho e renda mas que tenham de alguma forma a ver com a atividade que a gente está licenciando aqui e com os impactos da atividade de produção e escoamento de petróleo e gás, mas também, acho que um dos objetivos do projeto é tentar auxiliar no fortalecimento da organização comunitária dos pescadores artesanais pra que vocês possam cobrar os entes e os órgãos com atribuição específica pra esse caso de que resolva a situação, como vocês colocaram uma situação bastante complicada.

Como o Bruno falou a gente sempre tem que trabalhar, é o que a gente fala da questão da limitação do instrumento, dentro dos impactos. Mas um dos objetivos do “Peia” conforme foi dito, é dar a vocês a capacidade de cobrar, a manutenção da via de acesso é uma competência do município, ele tem que ser cobrado, ele recebe recurso pra isso, recurso e dentre muitos outros, dos royalties. A prefeitura ela tem que se responsabilizar, tem que trabalhar dentro da sua competência, então ela tem que ser cobrada de forma que o senhor tenha acesso como qualquer cidadão da cidade onde reside, então um dos objetivos dos “Peia’s” dos projetos de educação é fomentar isso e a capacidade de questionar a quem de direito.

Só mais uma colocação, acabei esquecendo, a respeito da condicionante que foi feita nas comunidades também, a gente recebeu essa compensação mas realmente não foi como foi iniciado o projeto, foi totalmente distorcido, foi um outro projeto que foi implantado, os produtos de material não foi o que foi acordado até mesmo pelo engenheiro da Petrobrás que compareceu, que a gente tirou as dúvidas, não foram, e assim, quero dizer pra vocês que essa compensação, por mais que a Petrobrás deu pra todos os pescadores, ela já recebeu de volta por que um motor que nem ela deu pro pescador, o combustível que lhe compraram pra usar no motor já pagou o motor de volta, então acabaram recebendo de volta. Hoje nós estamos lá com a máquina de gelo que o Marcos Vinicius ele sabe que deu problema na máquina faz 2 anos que nós recebemos essa máquina de gelo nesse rancho, ela não funcionou 1 ano e meio, tá lá parada, quebrada. O Marcos Vinicius falou que quando desse problema, ele assumiria, por que a primeira vez que deu problema, nós fizemos trazer para o Ibama. Trouxe o motor, levou um técnico lá, fez funcionar, e quando chegou agora em dezembro parou a máquina, tá lá parada. Então nós estamos com 2 anos com os maquinários que a Petrobrás entregou, e tem 1 ano e meio de funcionamento e tá lá tudo parado.

E outra, lá a câmara fria era pra ser uma turbina, foi colocado um gerador. Esse gerador pra nós, ele tá muito caro o diesel pra nós usarmos e com isso, a gente não tem quase condições de estar funcionando com essa máquina. Mas a gente espera que seja tomado uma recompensa com isso.

Bom senhor, esse é um problema que nós temos com projetos que visam o assistencialismo, na nossa visão da Petrobrás. Efetivamente a informação que a máquina quebrou de novo é a primeira vez nós estamos tendo ela agora, mas ao pé da letra, o quê que nós fizemos, havia uma garantia do equipamento, ela foi cumprida, ela quebrou no meio do caminho, nós consertamos, alteramos projeto, e lá não é viável fazer uma turbina. Pra você fazer uma turbina lá, primeiro que não tem o fio d’água pra fazer, segundo teria que ter um licenciamento específico que é dentro da área de parque, não é viável, isso tudo foi discutido



à época, e foi levado ao Ibama, os argumentos e os motivos pelos quais a comunidade, junto com a Petrobrás e junto com o Ibama tomaram a decisão de colocar um gerador a diesel. Tudo isso foi falado, se falou do custo, foi feito curso sobre como fazer a manutenção dos gastos com o diesel pra manter esse gerador, qual era o valor que tinha que chegar o gelo, pra quem deveria vender o gelo, enfim. Mas essas questões a gente já imaginava que não sobreviveriam por longo tempo, mas a condicionante efetiva da compensação foi cumprida. Foi feita a máquina de gelo, foi dado a manutenção dela, foi dado curso de qualificação pra comunidade, ela funcionou pelo período dela e havia uma previsão de se reservar um recurso para manutenção futura.

... que o Ibama abrisse uma ouvidoria direto com o pescador artesanal por que ele é muito prejudicado e fora que tem as pescas industriais que rodeiam as baías, as bacias, as praias e não tem fiscalização nenhuma, agora pegar a rede de um pescador simples, humilde, que não consegue nem 2 salários mínimos é fácil.

A senhora pode falar qual o seu nome só pra gente registrar por favor?

Cristiane.

Tá ok dona Cristiane. A senhora também é da praia de Castelhanos? Dona Cristiane, só pra registrar: qualquer demanda relacionada ao processo de licenciamento ambiental que a gente tá conduzindo você pode entrar em contato diretamente tanto pelo nosso email que tá aqui atrás, quanto por aqueles telefones que foram passados na minha apresentação mais a frente, qualquer relação com relação aos projetos ambientais, qualquer ponto, você entra direto com a gente. O Ibama possui uma ouvidoria que entra no âmbito de tudo, da fiscalização, ou seja eu acho que a forma mais efetiva é você entrar em contato direto conosco, nós somos quem conduzimos esse processo de licenciamento ambiental da atividade de produção de petróleo, e pra onde esses projetos estão vinculados, então o melhor contato é conosco através dos telefones, dos e-mails e também dos acompanhamentos, boa parte da nossa equipe está periodicamente aqui acompanhando os diversos projetos que estão no âmbito das licenças que já foram emitidas. Então os canais existem e estão absolutamente a disposição. Outro canal que a gente tem disponível, registrando a demanda com relação a canal, nós temos o escritório também aqui em Caraguatatuba, onde nós temos analistas, servidores do Ibama que as demandas que forem trazidas a eles serão encaminhadas para, no caso dos empreendimentos relacionados aos nossos processos serão encaminhadas pra gente, então vocês também podem procurar o escritório do Ibama aqui em Caraguatatuba e levar suas demandas que serão prontamente encaminhadas pra diretorias, coordenações responsáveis, então o escritório do Ibama também é um ponto de comunicação que vocês podem utilizar.

Senhora Maria Márcia de Oliveira.  
Senhor Ronaldo de Souza.

Então, nós priorizamos dar andamento pras questões orais devido ao enorme volume que nós tínhamos, nós priorizamos as questões orais, até por que nós entendemos que quem se inscreveu aqui tinha o desejo de fazer diretamente a sua pergunta e ser ouvido pelo Ibama, pela Petrobrás, pela consultora e gerar o registro de tudo isso. Pra além disso nós temos ainda uma série de questionamentos que foram encaminhados por escrito mas visto o quórum que nós temos presente tá evidente que boa parte dos questionamentos que foram encaminhados, as pessoas já não estão presentes então consulto algum dos presentes ainda encaminharam questões escritas que ainda não foram respondidas no âmbito das questões que já foram levantadas?  
A senhora quer fazer sua pergunta diretamente, oral?

Eu me chamo Sabrina Moraes Pereira, tô aqui representando o coletivo caiçara de São Sebastião, eu, a Neide, o Humberto, o Nicinho. A gente veio aqui tá desde as 2 e meia da tarde no ônibus da Petrobrás que nos trouxe aqui e eu fiz 2 perguntas, 3, que tá aí, uma

delas é: por que a costa sul, até mais, não foi contemplado pelo “Peia”, lá em São Sebastião?

“Boissucanga” foi inserido agora recentemente ou seja, São Sebastião não tem um rancho só aqui no bairro de São Francisco, são mais de 110 km de extensão de praia. Outra pergunta seria sobre os royalties, se é possível determinar um valor, um percentual pra cultura tradicional caiçara. É isso.

Bom dona Sabrina, com relação ao nosso “Peia” aqui da costa verde, que nós estamos chamando até que defina um nome melhor pra ele, foi feito um diagnóstico a uns 2 anos atrás aproximadamente 3 talvez e efetivamente as comunidades que entraram foram as que estiveram dentro desse recorte. Muitas outras comunidades não foram contempladas. Isso pode ser revisto pelo Ibama a qualquer tempo sem nenhum prejuízo pra essa comunidade nesse processo, se “analisará” do começo, não menos importante também é destacar, como foi dito já anteriormente, que hoje tem 13 operadoras de petróleo, 7 delas parceiras da Petrobrás, na bacia de Santos. Pode ser que o Ibama também impute a uma outra empresa pra conduzir o “Peia”, não sei, isso é uma decisão exclusiva do Ibama por que o “Peia” é um projeto do Ibama, ele é executado pela Petrobrás.

Eu venho acompanhando e tenho contato também com o pessoal da prefeitura, isso foi solicitado em documento pra incluir a costa sul, eu não sei se foi respondido mas até onde eu sei não foi e também não foi contemplado. Ou seja são cerca de 30 ranchos que tem no município eu quero que vocês citem aí a quantidade que foi contemplada. É surreal dentro de um projeto desse. E a gente tá na rota, como não? Como você divide o município? Então a gente tá na rota disso aí.

Bom, como eu lhe disse, foram os critérios adotados na fase do diagnóstico que definiu essas 71 comunidades inicialmente que fazem parte do “Peia”, não sei se o Ibama quer complementar, mas seria isso da nossa parte, e também com relação a royalty é uma resposta que a Petrobrás não tem como dar por que efetivamente não é quem legisla sobre royalties.

De fato a prefeitura de São Sebastião encaminhou um ofício a nossa coordenação reivindicando a participação das comunidades da costa sul de São Sebastião no projeto de educação ambiental a gente respondeu a eles através de um ofício de fevereiro, o ofício 51 de 2018 e aí o Marcos Vinicius iniciou o esclarecimento sobre isso, é que o diagnóstico participativo foi iniciado pela Petrobrás em 2008 naquele contexto, o gasoduto de mexilhão, tinha mais a ver com a questão do gasoduto de mexilhão por isso as comunidades da costa sul que estão mais distantes desse empreendimento não foram contempladas no diagnóstico, da mesma forma que no plano de compensação da atividade pesqueira essas comunidades da costa sul não foram contempladas pelo projeto. Em função desse diagnóstico não ter sido feito nessas comunidades da costa sul, o projeto de educação ambiental que é um desdobramento desse diagnóstico, ele incorporou as comunidades que foram contempladas pelo diagnóstico, que o Marcos Vinicius colocou são 71 comunidades no litoral norte de São Paulo e no litoral sul do Rio. O que a gente respondeu nesse ofício que eu comentei direcionado a prefeitura de São Sebastião é que a gente iniciou o primeiro ciclo do projeto de educação ambiental como eu disse, são 71 comunidades, foi feito um planejamento, uma contratação pra lidar com essas 71 comunidades, inclusive foi verificado a necessidade de aumentar o recurso destinado a esse projeto, recentemente tivemos uma reunião e o encaminhamento junto a Petrobrás no sentido de contratação de mais técnicos pra executar esse projeto, então a gente entende que não tem como inserir novas comunidades nesse processo que tá em curso o que não quer dizer que num próximo ciclo do projeto, onde vai se iniciar uma nova fase de contratação, onde vai ser feita uma nova previsão de recursos orçamentários, essas comunidades podem ser contempladas. Uma outra alternativa que o Marcos Vinicius também colocou é que existem outras operadoras de petróleo, que a medida que o licenciamento dessas atividades avancem, essa também é uma alternativa possível de o projeto de educação ambiental de outras operadoras ficar com a responsabilidade de incorporar essas comunidades que não foram contempladas

por esse projeto inicial da Petrobrás, mas finalizando, fica o registro também reforçando a reivindicação da incorporação dessas comunidades da costa sul de São Sebastião ao projeto de educação ambiental, isso é uma coisa que nos alegra, acho que é uma evidência do reconhecimento do projeto de educação ambiental se não fosse isso as comunidades não estariam interessadas em serem inseridas.

Mais alguém fez questionamento por escrito que por um acaso não foi respondido por nenhuma das colocações já postas aqui?

Meu nome é William lá da baía de Castelhanos, pescador, quero falar pra vocês do Ibama e da Petrobrás olhar o nosso documento que tá aí protocolado com bastante carinho e atenção por que é da comunidade inteira tradicionais, pega Bonete, baía de Castelhanos, Ilha de Búzios, Vitória, vocês olhem com muito carinho tudo que nós sofremos na pele tá aí nesse documento aí e outra coisa, impacto causado pela Petrobrás, não causa impacto, tem 3 comunidades que tem muito petróleo lá a 30 anos atrás, tá lá até hoje ninguém nunca foi tirar. É tudo impacto que não é causado pela Petrobrás, tá lá até hoje lá. Muito obrigado.

Seu William, não tenha dúvida que o documento que o senhor protocolou vai ser analisado e vai ser considerado dentro do processo de licenciamento.

Gostaria de registrar que todas as colocações escritas mesmo as que não foram aqui respondidas pela ausência, todas elas serão digitalizadas e serão incorporadas dentro do nosso processo de licenciamento ambiental.

Gostaria de registrar que tivemos 393 presentes com 18 documentos protocolados durante a presente audiência pública.

Gostaria de agradecer muito mesmo a todos aqui presentes, sobretudo os que até essa hora estão aqui, o pessoal da praia de Castelhanos, Ilhabela, todos que estão aqui, nós sabemos da dificuldade que é, mas os senhores estiveram aqui participando, colaborando, contribuindo, reivindicando de todas as partes dentro do processo. Esse é o objetivo, nós sabemos da dificuldade mas gostaria muito de agradecer.

Meu nome é Humberto eu moro no Araçá, vocês falaram que a compensação é só se tivesse algum dano, quando fala isso vocês só falam se derrubar petróleo, o dano já tá aí cara. Cês colocaram um monte de plataforma aí fora, a gente que pesca na costa, solta nossas redes aí e não pega mais a quantidade de peixe que pegava, por que o peixe fica parado na luz, na plataforma. Então a compensação já tinha que estar aí já, por que querendo ou não nós já estamos deixando de pescar por causa de vocês.

Agradeço, tá registrado o questionamento contra o impacto das plataformas, da atividade pesqueira tudo isso já tá registrado e o Ibama tá trabalhando enfim, em medidas que efetivamente tentem mitigar, minimizar esse impacto.

Se caso vocês acharem que é besteira o que eu tô falando, só basta vocês irem ali no terminal e olhar a quantidade de peixe que fica ali a noite por causa da luz, então o pescador não pesca mais, agora o peixe vai ficar lá fora por causa da manjuba.

Nós não achamos que é besteira, pelo contrário, consideramos extremamente importante a participação de vocês que efetivamente sofrem impacto e tem conhecimento do ambiente que convivem, do recurso que exploram, então a contribuição de vocês é extremamente valiosa.

Várias comunidades.. (problemas no mic)

Obrigado, tá registrado e vamos avaliar.

A 1 hora e 55 minutos nós concluímos essa audiência pública relacionada ao processo de licenciamento ambiental do etapa 3, agradeço a presença de todos mais uma vez, e declaro essa audiência pública válida.



Bom retorno a todos e excelente quarta feira pra todos.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS  
NATURAIS RENOVÁVEIS  
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL  
COORDENAÇÃO GERAL DE LICENCIAMENTO DE  
EMPREENHIMENTOS MARINHOS E COSTEIROS

### ATA SUMÁRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CGMAC/DILIC/IBAMA Nº 4/2018

<b>EMPREENHIMENTO / ATIVIDADE:</b>	Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, do Licenciamento Ambiental da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal, Bacia de Santos – Etapa 3.
<b>PROCESSO IBAMA Nº:</b>	02001.007928/14
<b>DATA:</b>	20.03.2018
<b>LOCAL:</b>	Caraguatatuba/SP

Aos vinte dias de março do ano de dois mil e dezoito, às dezoito horas e trinta minutos, no Teatro Mário Covas (Av. Goiás, 187 – Indaiá), iniciou-se a Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA referente ao Licenciamento Ambiental da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal, Bacia de Santos – Etapa 3. A presente ata foi lavrada de acordo com os procedimentos definidos pelo IBAMA no Regulamento da Audiência Pública e em atendimento à Resolução CONAMA nº 009, de 03 de dezembro de 1987. Participou da Audiência um intérprete de libras. A cerimônia teve início após o rito do hino nacional, quando a mestre de cerimônia comunicou sobre a distribuição do EIA-Rima e sobre o relatório de divulgação da Audiência, ambos disponíveis para consulta no auditório, e informou a composição da mesa diretora da Audiência Pública, presidida pelo Sr. Itagyba Alvarenga Neto, Coordenador de Produção da COPROD/CGMAC/DILIC/IBAMA, tendo como Secretário Executivo o Sr. Guilherme Augusto dos Santos Carvalho, analista ambiental da COPROD/CGMAC/DILIC/IBAMA; o Sr. Marcos Vinícius de Mello representando a Petrobras; o Sr. Ricardo Simonsen e a Sra. Fabiana Bonani, representantes da empresa Mineral Engenharia e Meio Ambiente. O presidente da mesa passou orientações regimentais da Audiência, explicou o funcionamento da mesa de apoio do IBAMA explicitando que o licenciamento ambiental é um processo de avaliação de impactos e riscos ambientais, a partir da análise do estudo de impacto ambiental (EIA) e da imposição de medidas de gestão ambiental, sendo papel do IBAMA exigir o menor impacto possível. A Audiência Pública tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo desse estudo, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito do EIA-RIMA, estando a equipe técnica responsável pela análise presente na Audiência, pois é o momento onde o estudo ainda está em análise, com possibilidade de mudanças e correções. Em seguida passou a palavra para o Sr. Marcos Vinícius, representante da Petrobras, que fez breve fala de abertura, saudando os presentes



e explicitando a disponibilidade para dirimir dúvidas sobre o empreendimento. Após a fala de representante da Petrobras a mestre de cerimônia chamou o Sr. Itagyba Alvarenga, que realizou a apresentação institucional pelo IBAMA, falou sobre a dinâmica do processo de licenciamento de petróleo e gás, as atribuições e competências do órgão licenciador e as etapas correspondentes, desde a apresentação da ficha de caracterização do empreendimento pelo interessado até a emissão, ou não, da licença ambiental, quando se inicia o acompanhamento do seu cumprimento. Apresentou o cronograma do processo da Etapa 3, com a emissão do Termo de Referência em 10 de julho de 2015 até a emissão, no dia 26 de fevereiro, do primeiro parecer sobre o Estudo de Impacto Ambiental; e explicitou que toda a documentação sobre o processo é pública e disponível para consulta, indicando os contatos (telefones/ endereço eletrônico) correspondentes. Às dezoito horas e cinquenta e três minutos, o Sr. Marcos Vinícius, gerente setorial da Petrobras, iniciou a apresentação pelo histórico das atividades da empresa na Bacia de Santos, indicando os empreendimentos de exploração, produção e escoamento de petróleo e gás já instalados e os previstos que já possuem licenças emitidas, explicitando os volumes de óleo e gás produzidos desde 2011 e as projeções de produção sem considerar a operação dos empreendimentos da Etapa 3. Em seguida foram apresentadas as características da área Pré-sal e as características operacionais e econômicas dos empreendimentos propostos e seus cronogramas (Etapa 3: 1 TLD – Teste de Longa Duração; 9 Sistemas de Produção Antecipada; 1 Piloto de curta duração, 12 Desenvolvimentos da Produção 1 Piloto de longa duração), falando da localização e do funcionamento das estruturas componentes; arranjos submarinos; volumes de produção e escoamento de óleo e gás; transporte do petróleo por navios (explicitando que o transporte não é escopo do licenciamento em epígrafe); transporte do gás por gasodutos; medidas de controle e de segurança; e utilização das bases de apoio. Por fim, o Sr. Marcos apresentou as justificativas para o desenvolvimento dos empreendimentos propostos e o cenário sem o desenvolvimento da Etapa 3. Após encerrada a apresentação, às dezenove horas e catorze minutos a mestre de cerimônia chamou o Sr. Ricardo Simonsen, representante da Mineral Engenharia e Meio Ambiente, empresa responsável pela elaboração dos estudos ambientais (EIA-Rima) para o licenciamento da Etapa 3. O Sr. Simonsen apresentou as justificativas para a delimitação da área de estudo adotada para posterior delimitação da área de influência, indicando todos critérios utilizados; os diagnósticos realizados para caracterização dos meios físico, biótico e socioeconômico, destacando os impactos ambientais operacionais e potenciais, descrevendo os mais importantes que podem ocorrer e suas classificações; alguns resultados de projetos continuados condicionantes de licenciamento (abrangentes para todos os licenciamentos da empresa na Bacia de Santos) referentes às Etapas 1 e 2 do Pré-sal, como os projetos de monitoramento do tráfego de embarcações e monitoramento da atividade pesqueira; os riscos ambientais; as medidas mitigadoras e compensatórias e as ações para enfrentamento de incidentes como vazamento de óleo, descrevendo as propostas elaboradas para os projetos ambientais de mitigação/monitoramento/compensação e para o plano de emergência a serem continuadas (potencializadas)/implementadas na Bacia de Santos, considerando o aporte da Etapa 3, finalizando às dezenove horas e cinquenta e sete minutos. Após a apresentação, a mestre de cerimônia anunciou a abertura de inscrições para realização de perguntas orais na mesa de apoio do IBAMA. Fez-se um intervalo de cerca de 45 (quarenta e cinco) minutos. Reabrindo a sessão o Sr. Itagyba Alvarenga Neto convidou para compor a mesa dos debates o Sr. Guilherme Augusto dos Santos Carvalho, como secretário executivo; o Sr. Marcos Vinícius de Mello representando a Petrobras; o Sr.



Ricardo Simonsen e a Sra. Fabiana Bonani, representantes da empresa Mineral Engenharia e Meio Ambiente. Iniciaram-se os debates e o esclarecimento das perguntas escritas. Os temas abordados foram os seguintes: (1) área de influência x área de risco; (2) risco e emergência; (3) responsabilidade socioambiental da empresa; (4) introdução de espécies exóticas; (5) impactos à fauna; (6) impactos sobre a atividade pesqueira; (7) matriz energética; (8) instalação/utilização de infraestrutura de apoio; (8) indenização/compensação em caso de vazamento; (9) medidas mitigadoras, abrangência/tempo; (10) sinergia entre os empreendimentos Etapas 1, 2 e 3; (11) impactos sobre populações tradicionais; consulta OIT; (12) licenciamento de empresas estrangeiras; (13) mão-de-obra estrangeira; (13) questões de mercado/licitações; (14) royalties; (15) (16) de comunitários do município de São Sebastião para a Transpetro, com indagações sobre capacidade operacional da empresa em situações de emergência. As perguntas orais: (1) Antônio Alexandre Lopes, da Amavi/Ilhabela, colocou que as prefeituras do litoral norte do estado de SP sabem a localização das comunidades tradicionais em seus territórios; afirma que o RIMA traz insegurança, pois exclui o Parna Superagui e os manguezais de Paranaguá e Cananeia; afirma ainda que Tabela 2 do documento indica que não existe pesca artesanal no litoral norte; destaca que não existe influência da economia petroleira em Ubatuba e Ilhabela, sendo tal influência central em São Sebastião, por conta do Terminal e das atividades de ship-to-ship lá realizadas. O RIMA indica ainda, na Tabela 13, que não existem diversas associações e instituições representativas de setores importantes, devendo ser revisto. Citou também a deficiência das informações sobre o turismo; (2) Gilda Nunes, da Amabi/Ilhabela, menciona problemas no Termo de Referência do IBAMA (não consideração do transporte de óleo; comunidades tradicionais em UC's); solicita realização de Audiência Pública em Ilhabela; menciona o impacto de *royalties* no município e nas Unidades de Conservação; (3) Georges Greco, do Instituto Ilhabela Sustentável, considera inadmissível a desconsideração do transporte de óleo no processo de licenciamento, que considerara muito impactante (cita o ship to ship); cobra a responsabilidade solidária das subsidiárias; solicita a realização de Audiência Pública em Ilhabela; (4) Carlos Nunes, do Instituto Ilhabela Sustentável, fala do subdimensionamento e ausência de impactos e de sua classificação duvidosa (cita remuneração de mão-de-obra e distribuição de *royalties*); ressalta que o RIMA é parcial pois financiado pelo empreendedor; solicita condicionante que monitore a efetividade das medidas mitigadoras e compensatórias e a incidência e alcance dos impactos ambientais, mencionando o PAIC e PMS que apesar de condicionantes, não estão implementados; (5) Rivaldo Ramos, petroleiro aposentado, diz que trabalhou 25 anos na Petrobras e que a empresa sempre foi cuidadosa com o meio ambiente, apesar de acontecerem acidentes, mas que com as estrangeiras isso pode não ocorrer; fala sobre a previsão de óleo que existe nos reservatórios (de 200 anos) e que os brasileiros não querem petróleo para 200 anos, mas petróleo para saúde, educação e energias renováveis; fala sobre corrupção, privatizações e sobre o interesse de outros países no petróleo brasileiro; (6) Edneia Correia, da Revis de Alcatrazes (ICMBio), questiona sobre o transporte de petróleo mencionando que o transporte de produtos perigosos tem um regramento previsto na CONAMA e neste sentido, se o transporte de óleo tem processo de licenciamento e está sujeito à EIA-RIMA ou a algum outro instrumento regulatório simplificado; (7) Thiago De Luca, professor, pergunta se, considerando os simulados realizados e os riscos dos empreendimentos, o que existe de contrapartida para as populações que convivem com os riscos associados (menciona capacitações, investimentos, compensações em caso de vazamentos); (8) Maria



Inês Fazzini, do Parque Estadual de Ilhabela, fala que o impacto sentido pelas UCs e populações tradicionais não estão considerados no licenciamento e indaga de que forma se pode incluir o impacto de todo o tráfego de embarcações sobre estes compartimentos, incluindo *offloading*; fala sobre o aumento vertiginoso da produção de petróleo sem consequência positiva socioeconômica (cita o preço abusivo da gasolina); pergunta se a Transpetro tem programa específico para tratamento do impacto às comunidades pesqueiras, pois ela impacta seriamente estas comunidades; pergunta sobre o controle/monitoramento da invasão de espécies exóticas; e, por fim, solicita realização de Audiência Pública em Ilhabela; (9) Jerri Eduardo Moraes, da Colônia de Pescadores Z10 – Ubatuba, fala sobre a cumulatividade dos empreendimentos de petróleo e os projetos decorrentes, mencionando que muitas compensações não foram suficientes ou não foram adequadas para o enfrentamento de impactos (cita projetos do PAPP com problemas); diz que o RIMA deve ser distribuído para todas as pessoas interessadas e não somente para as colônias, apesar de ser de difícil entendimento; fala sobre o impacto do tráfego de embarcações e possibilidade de vazamentos, que impactam muito a atividade pesqueira e que os pescadores não são considerados como deveriam; que Ubatuba não recebe *royalties*, apesar do inchaço no município que abriga trabalhadores da indústria; solicita que a Petrobras dê visibilidade para a classe pesqueira; solicita que as condicionantes não cumpridas sejam cobradas pelo IBAMA; (10) Orlando Eusébio de Moraes Filho, da Comunidade de Praia de Serraria, Ilhabela, fala sobre os impactos do duto de Mexilhão, afirmando que os pescadores deveriam receber indenizações pelo tempo de operação do gasoduto; reclama das abordagens dos fiscais do IBAMA na apreensão de equipamentos e produção dos pescadores artesanais; indica que os *royalties* deveriam ser em parte destinados para as populações tradicionais e fala que a Petrobras é a maior predadora do meio ambiente; (11) Joselito Eusébio de Moraes (Tito), de Pontal da Cruz, pescador há 35 anos, afirma que tudo que foi falado sobre impactos/compensações/licenciamento não corresponde com a vida real, pois os impactos sobre as famílias dos pescadores são muito grandes e recorrentes e as compensações não são suficientes para o seu enfrentamento, citando ainda a perda de petrechos de pesca durante a instalação do gasoduto de Mexilhão e o acidente ocorrido em 2013, até hoje sem solução adequada; (12) Valquíria Imamura Picoli, do MPF Caraguatatuba, menciona a qualidade fiscalizatória do MPF sobre os empreendimentos; o pedido feito para a realização de mais três Audiências Públicas nos demais municípios do Litoral Norte de São Paulo (em função das dificuldades logísticas); contrapõe manifestação da Petrobras sobre a precariedade (baixa participação popular e perguntas impertinentes) da Audiência Pública para reiterar sua importância e validade; fala de procedimentos instaurados durante o acompanhamento dos empreendimentos do Pré-sal; fala sobre decisões políticas que determinaram o desenvolvimento dos empreendimentos e as limitações dos órgãos reguladores e fiscalizadores em abarcar todas as contingências envolvidas em processos desta magnitude, dizendo que a revolta das populações deve ser voltada para as instâncias que determinaram o atual modelo energético; fala das preocupações do MPF, sendo a principal a transparência na condução dos processos do Pré-sal, solicitando a garantia do acesso à informação qualificada sobre todas as etapas/impactos/condicionantes dos processos, indicando a dificuldade em obter informações sobre cumprimento de condicionantes das licenças (exemplos: requisição de informação sobre cumprimento de condicionante ao Escritório de Caraguatatuba; não obtenção do Plano de Emergência da Etapa 3; solicitação de revisão no Programa de Comunicação Social para abranger o status de cumprimento de condicionantes – Site



Comunica Bacia de Santos e demais informações necessárias para acompanhamento processual; denuncia a ingerência política dentro do licenciamento, mencionando pedidos de reconsideração de condicionantes e pareceres de não recomendação da emissão de licenças pela equipe técnica que foram desconsiderados por instâncias superiores do IBAMA (fala da condicionante que solicita o PCTT – Projeto de Caracterização dos Territórios Tradicionais - e que foi objeto de efeito suspensivo em oposição ao posicionamento técnico); questiona a ausência do Litoral Norte na área de influência pelo critério de impacto à pesca artesanal (risco de vazamento); indica que sem o cumprimento integral das condicionantes das Etapas 1 e 2 não deveria haver emissão de licença da Etapa 3; (13) Tadeu Salgado Badaró Jr., do MPSP, reforça a necessidade de redução da emissão de CO2, citando alguns dos seus impactos, devendo os empreendimentos propostos atuarem neste contexto; fala sobre o poder de decisão sobre o desenvolvimento da matriz energética e demais contingências da produção de petróleo proposta, com desconsideração de planejamento integrado e tempo qualificado para avaliações (menciona os licenciamentos subsequentes, atropelados e fracionados); fala sobre a necessidade de transparência dos processos para garantia do acompanhamento pelos interessados e órgãos reguladores e fiscalizadores; cita as Notas da Asibama/RJ, de denúncias sobre a ingerência política nos processos; (14) Izaneide Sales, do Grupo Caiçara de São Sebastião, fala sobre impactos não relatados nos estudos, como terremotos, reiterando que haverá impactos na região. Reclama da demora nas ações reparadoras de acidentes passados e do não recebimento de royalties, quando a população sofre os impactos. Relatou também dificuldades para emissão de novas carteiras de pesca. Reclamou sobre os estudos de dispersão de óleo, que não refletiriam casos específicos, como meses com grandes ondas; (15) Firmo Teixeira Pinto, pescador da Ilha dos Búzios, relatou que a Petrobras esteve na ilha e não cumpriu promessas. Que as carteiras de pesca não são expedidas e o IBAMA apreende os materiais de pesca. Reclama que a Petrobras tem recursos para investimentos em estaleiros, mas não para compromissos com os pescadores. Questiona o que a empresa fará com as populações que não receberam apoio, que somente os que possuem barcos são contemplados; (16) Fábio Antônio Ferreira de Oliveira, Vice-presidente do Conselho Rural e Pesqueiro de Ubatuba e tesoureiro da Associação de Pescadores do Saco da Ribeira (APSR), relata, sobre o PAPP, que foi feito um rancho em local inadequado na comunidade, não trazendo os benefícios esperados; que no vazamento de 2013 houve impacto para a pesca local, mas os pescadores não foram compensados. Reclama das restrições aos petrechos de pesca impostas pelo IBAMA e questiona se haverá incentivo às atividades de maricultura; (17) Ana Flávia Sallai Pinto, da Associação de Moradores Praia do Peres e Oeste, declara que sua comunidade não foi contemplada nos processos das Etapas 1, 2 e 3 do Pré-sal e está invisível nos estudos e avaliação de impactos; informa que, pela invisibilidade, os processos perdem legitimidade, indicando a nulidade da Audiência Pública; solicita inclusão da comunidades em todos os aspectos processuais (diagnósticos, avaliação de impactos, medidas mitigadoras/compensatórias, capacitações, atividades referentes às audiências públicas); cita a Convenção da OIT e a necessidade de oitiva das populações tradicionais; fala de impactos que são verificados na localidade e não contemplados nos processos; fala sobre o rancho de pesca precarizado e solicita mediação/intervenção; solicita Audiência Pública em Ubatuba; (18) Ana Carolina Barbosa, do Fórum de Comunidades Tradicionais (Ubatuba), fala sobre o reconhecimento das comunidades tradicionais e violações de direitos nos processos de licenciamento quando não consideram essas populações nos processos, solicitando melhorias neste aspecto e




visibilidade dos territórios tradicionais na área de influência e na avaliação de impactos; perguntou ainda sobre bens culturais acautelados protegidos pelo IPHAN possivelmente impactados na área de influência e sua gestão; (19) Irineu, da Praia de Castelhanos, presidente da Associação Castelhanos Vive, pergunta sobre impactos ambientais da indústria e informa que não tem transporte adequado para a comunidade pois as Unidades de Conservação não permitem, entretanto, para a Rodovia Tamoyos não houve nenhuma restrição; fala das dificuldades enfrentadas pela pesca, como ausência do seguro defeso e problemas para transitar no mar (que as empresas não têm), solicitando mais atenção para as comunidades pesqueiras; reclama que as compensações entregues pelo PAPP na comunidade não foram adequadas ou foram realizadas diferente do que estava acordado (embarcações, máquina de gelo/câmara fria); (20) Cristiane, da Praia de Castelhanos, solicita que o IBAMA tenha um canal (ouvidoria) para interação direta com os pescadores artesanais; (21) Sabrina Moraes Pereira, representante do Coletivo Caiçara de São Sebastião, pergunta porque a Costa Sul não foi contemplada pelo PEA; pergunta se é possível determinar percentual de *royalties* para investimento na cultura tradicional caiçara; (22) Almir, da Baía de Castelhanos, pede que o documento protocolado pela comunidade seja considerado no processo e recebam a compensação devida; (23) Alberto, de Araçá, fala dos danos/impactos já vivenciados pelos pescadores em função da existência das plataformas. O presidente da mesa informou que o encaminhamento de documentos sobre o Licenciamento Ambiental ou sobre o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA do empreendimento Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal, Bacia de Santos – Etapa 3, podem ser encaminhados para o e-mail [CGMAC.sede@ibama.gov.br](mailto:CGMAC.sede@ibama.gov.br) ou através do endereço: Praça XV de novembro, nº 42, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ no prazo de 10 (dez) dias úteis. Muitos questionamentos escritos não foram lidos em função do adiantado da hora e evasão dos participantes, sendo aberta a palavra para quem ainda permanecesse no Auditório e tivesse questões ainda não respondidas durante a Audiência. Todos os pontos foram esclarecidos pela mesa, pelo IBAMA, pela empresa de consultoria e por técnicos da PETROBRAS com conhecimento específico sobre os temas perguntados. Foram protocolados 17 (dezesete) documentos durante a Audiência Pública: (1) Ofício nº 005/2018 da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento da Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba, que apresenta e endossa manifestação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro – CMDRP sobre os estudos ambientais do empreendimento; (2) Carta de Manifestação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro – CMDRP sobre os estudos ambientais do empreendimento; (3) Manifestação da Associação de Moradores e Amigos dos Bairros do Sul da Ilhabela sobre os estudos ambientais e com solicitação de realização de Audiência Pública na Ilhabela; (4) Carta (IIS/0019.03.2018) do Instituto Ilhabela Sustentável, sobre os estudos ambientais e com solicitação de realização de Audiência Pública na Ilhabela; (5) Manifesto da Associação de Moradores e Amigos da Vila (Ilhabela/SP), sobre os estudos ambientais - principalmente questões de risco - e necessidade de consideração do transporte de óleo neste licenciamento; (6) Of. GT Ubatuba – Etapa 3, Manifestação das Comunidades Pesqueiras de Ubatuba com considerações sobre condicionantes dos Projetos Mexilhão, Etapa 1 e Etapa 2 e contribuições sobre os estudos ambientais da Etapa 3; (7) Of GT Caraguatatuba – Etapa 3, Manifestação das Comunidades Pesqueiras de Ubatuba com considerações sobre condicionantes dos Projetos Mexilhão, Etapa 1 e Etapa 2 e contribuições sobre os estudos ambientais da Etapa 3; (8) Of GT São Sebastião – Etapa 3,



Manifestação das Comunidades Pesqueiras de Ubatuba com considerações sobre condicionantes dos Projetos Mexilhão, Etapa 1 e Etapa 2 e contribuições sobre os estudos ambientais da Etapa 3; (9) Carta de representante da Associação dos Moradores da Praia do Peres e do Oeste, que denuncia a invisibilidade das comunidades especificadas nas medidas de compensação/mitigação realizadas até o momento pela Petrobras e reivindica visibilidade na Etapa 3; solicita anulação da presente Audiência por não abranger as comunidades especificadas (não receberam informação qualificada); e solicita obediência à Convenção da OIT sobre consulta livre e informada às populações tradicionais; (10) Manifesto dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Ilhabela/SP, com considerações sobre condicionantes dos Projetos Mexilhão, Etapa 1 e Etapa 2 e contribuições sobre os estudos ambientais da Etapa 3; (11) da organização Terra & Mar, com manifestação sobre os estudos ambientais da Etapa 3 e solicitações para o processo; (12) Justificativa de ausência do Presidente da Câmara Municipal de Caraguatatuba Estância Balneária; (13) Coletivo de entidades representativas de populações tradicionais reivindicando Consulta Livre, Prévia e Informada conforme determinação da OIT; (14) Coletivo de entidades representativas de populações tradicionais com considerações e contribuições sobre os estudos ambientais e demandas para o processo; (15) Associação dos Pescadores da Praia do Camaroeiro (APPC), com demanda para o processo referente ao licenciamento de Mexilhão; (16) Of. CBH-LN 06/2018 do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte, com considerações sobre o EIA-RIMA e sugestões e recomendações sobre o processo Etapa 3; (17) de Oswaldo de Arruda Corrêa Dias, sobre os estudos ambientais do empreendimento. A Audiência Pública contou com a presença de 393 (trezentos e noventa e três) pessoas. O Sr. Itagyba Alvarenga Neto fez suas considerações finais e, à uma hora e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezoito, considerou válida e encerrada a Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA referente ao Licenciamento Ambiental da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal, Bacia de Santos – Etapa 3. Lavrou esta Ata a Analista Ambiental da CGMAC/DILIC/IBAMA, a Sra. Lilian Maria Menezes Lima, que assina com os demais representantes.

  
*Itagyba Alvarenga Neto*  
Coordenador de Produção da COPROD/CGMAC/DILIC/IBAMA  
Presidente da Mesa Diretora da Reunião Pública

  
*Guilherme Augusto dos Santos Carvalho*  
Analista Ambiental da COPROD/CGMAC/DILIC/IBAMA  
Secretário Executivo

  
*Marcos Vinícius de Mello*  
Gerente Setorial de Meio Ambiente UOBS  
PETROBRAS



*Ricardo Simonsen*  
Mineral Engenharia e Meio Ambiente



*Liliã Maria Menezes Lima*  
Analista Ambiental  
CGMAC/DILIC/IBAMA





**SERVIÇO PÚBLICO**  
**FEDERAL**  
MMA - IBAMA

**Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA  
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E  
GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS -  
ETAPA 3**

Local de realização: Caraguatatuba/SP

Data: 20.03.2018

**Horário: 18:00h**

[illegible]



Horário: 18:00h

[illegible]



## AUDIÊNCIA PÚBLICA

Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 3 -  
Empreendedor: PETROBRAS

Local de realização: Caraguatatuba/SP

Data: 20.03.2018 Horário: 18h

### LISTA DE PRESENÇA - Participantes Petrobras e equipes de apoio

NOME	INSTITUIÇÃO/LOTACÃO	TELEFONE/E-MAIL/CHAVE
1. Carlos Alessandro Harding Miranda	Petrobras UO BS SACS MA	(13) 981267101 miranda@petrobras.com.br
2. Sérgio de S. Franca Jr.	Petrobras UO-BS -	(13) 3886-5486 CW6N
3. ARNALDO MARGOTTI JR	PETROBRAS	(13) 994405894 Y1Z8
4. Shirley Franço	Transpetro	12389/4192 TSBW
5. Fabio Cruz	AQUARIUS OFFSHORE	P 3892 2935 Fabio.cruz@aquariusoffshore.com.br
6. ZILDO DE C. SOARES	CARCO COMPANY LTDA	38922216 - zildo@carco.com.br
7. WILLER T. BORGES	ACE S. Sebastião	(12) 98154-0436 willer_borges@acel.com.br
8. Ana Carolina Afre	Petrobras / UO BS	(11) 3886-5484
9. Camila S. Soares	Indotec / UTGCA	(12) 3886-5173
10. Carlos Alberto Soares Mart.	PETROBRAS / UO BS	(12) 3886-5066
11. Evca Cristina R. Gomes	Petrobras UO-BS SACS/MA	(13) 981871433 / TW381
12. Priscilla Ferreira de Souza	Petrobras COM/AIR/SEB	(14) 2116-6207 / T172
13. ANDRÉ SCHALACH ORHAL	PETROBRAS - UTGCA	12 3886-5124 ANDRE.SCHALACH@PETROBRAS.COM.BR
14. MARCELO GARCIA DE SOUZA	Jurídico	12 91155-2112 CB9H
15. DOUTOR INACIUPO	MA Transpetro	21 997411205 MA.SPL e Petobras@ma
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		





**Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 3 - Empreendedor: PETROBRAS**

**Local de realização: Caraguatatuba/SP**

Data: 20.03.2018 Horário: 18h

## LISTA DE PRESENÇA - Participantes Petrobras e equipes de apoio

LISTA DE PRESENCIA	NOME	INSTITUIÇÃO/LOTAÇÃO	TELEFONE/E-MAIL/CHAVE
1.	FERNANDO ALMEIDA	157030303	015/977542960
2.			
3.			
4.			
5.			
6.			
7.			
8.			
9.			
10.			
11.			
12.			
13.			
14.			
15.			
16.			
17.			
18.			
19.			
20.			



## AUDIÊNCIA PÚBLICA

Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 3 -  
Empreendedor: PETROBRAS

Local de realização: Caraguatatuba/SP

Data: 20.03.2018 Horário: 18h

### LISTA DE PRESENÇA - Participantes Petrobras e equipes de apoio

NOME	INSTITUIÇÃO/LOTAÇÃO	TELEFONE/E-MAIL/CHAVE
1. Fábio Ribeiro da Silva	Petrobras	(11) 99629-5887 (chave)
2. Bruno BS Reis Fonseca	SUPERFLO / PETROBRAS	(12) 99797-9334 COORDENADOR, EAB SUPERFLO.000
3. cláudia Nakamura	Petrobras	(13) 3249 4103 / RCRH
4. Lourival de Queiroz	Petrobras	(13) 3249 4110 / UTIC
5. Fernando Mendes	Petrobras	(21) 2141-9649
6. MARCEL KATEKAWA	PETROBRAS	21 - 99357-9842
7. CELIO V & F	PETROBRAS	21 - 998059126
8. GUILHERME SERRA	PETROBRAS	21 - 999306271
9. FÉRE LUIZ RIBEIRO	PETROBRAS	21 996338129
10. GUSTAVO LIMP	PETROBRAS	21 2166-4427
11. Sérgio Crivello	PETROBRAS	21 9993582969
12. Thiago Otto Corrêa Alves	Petrobras	13 98233 2906
13. MARIA CECÍLIA MAMEDI TRENTI	MINERAL	11 98282 4352
14. Patricia T. Fontanilla	RS/IRCC/SPSUL	11 35236533 / CXAC
15. LAÍS ANA AUGUSTO BROWN	RS/IRCC/SPSUL	11 94366-5657
16. GUILHERME PROENÇA	RS/IRCC/SPSUL	13 999797-2702
17. Aracy Lúcia de Fátima	Petrobras	13 3249 4118
18. Manoel Neto	Petrobras	13 981135077
19. Daniela Wey Aguiar	Petrobras	(13) 99 7092021
20. Vinícius Vardugomini	Petrobras	13 99 1262322 - U48V



**SERVIÇO PÚBLICO  
FEDERAL  
MMA - IBAMA**

**Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA  
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E  
GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS -  
ETAPA 3**

Local de realização: Caraguatatuba/SP

Data: 20.03.2018

Horário: 18:00h

NOME/IDENTIDADE	Localidade ou Instituição	ENDEREÇO/TELEFONE/E-MAIL
Francieli Batista Duarte	módulo	(12) 99249-7692
Rogério Supighiani	CAMAROEIRO	982154366
Maria Helena M. Pereira	Módulo / Ubatuba	(12) 997383710
IVAN ELIAS	IBAMA CGT3	12 38832520
Diego Bellini Farin	módulo	12 997879096
Gabriela R.	MPF	967161649
Miquelina	módulo	12 992100559
Joselito (Zito)	Pontal da Cruz	12) 38621147
WILLIAM DO AMARAL	Ubatuba	(12) 997399321
Latônia T. Matuk	São Paulo / Mineral	(11) 998959562
Camila Fornaggi	módulo	12-981377625
MARIO S. Bezerra Filho	Ubatuba	12-9965-72950
Isiana de OLIVEIRA	Morres do Algodão / Módulo	12-99219-0268
Diego Fernandes de Sousa	UBATUBA módulo	12-98851-3441
Penna Farnmenta	Terra Terra	12 9784 0743
Thaiza Carboni Onofre	módulo	12 98246-7181
MARIANA MAUARO	MPF - Caraguatatuba	3886-6212
Guilherme Melo	Ubatuba Módulo	99617-5402
Gabriela Toledo Cabreça	Centro Universitário	49785-0036
Isiana Regina de Silva	Centro Univ. módulo	996542250
Edwaldo do A. P. Dias	Centro Univ. Módulo	11.305.2133-X
Fabiano Pereira R. de Silva	Centro Univ. módulo	fabiano.silva@redcantos.com.br





**Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA  
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E  
GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS –  
ETAPA 3**

Data: 20.03.2018

Horário: 18:00h

[illegible]



SERVIÇO PÚBLICO  
FEDERAL  
MMA - IBAMA

**Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA  
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E  
GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS –  
ETAPA 3**

Local de realização: Caraguatatuba/SP

Data: 20.03.2018

Horário: 18:00h

[illegible]



**Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA  
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E  
GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS –  
ETAPA 3**

Data: 20.03.2018

Horário: 18:00h

[illegible]





SERVIÇO PÚBLICO  
FEDERAL  
MMA - IBAMA

**Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA  
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E  
GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS -  
ETAPA 3**

Local de realização: Caraguatatuba/SP

Data: 20.03.2018

Horário: 18:00h

NOME/IDENTIDADE	Localidade ou Instituição	ENDEREÇO/TELEFONE/E-MAIL
Monaleide L. Jan	Praxamson	
Zenone M. S. Monteiro	Projutiva de São Sebastião - SEMAM	zenonemmonteiro@yahoo.com.br
Luiza Neiva	Rio do Ouro	38811435
Guilherme Castilho	Ubatuba	38333628
Lucas Antônio Belutti	Caraguatatuba	biabelutti@gmail.com
Amorim Castro Park	Pinquimaba	996353435
Alfredo Benedito de Amorim	Modulo	982526337
Prof. Roberto Durval	Monte de São	388002013
Silvia Tha Godoy	ICMBio Alcatrazes	silvia.godoy@icmbio.gov.br
Alfredo Rodrigues	Modulo	997663888
Carlos Vinícius de S. Rocha	Modulo Caraguatuba	982794420
Carlos Vinícius de S. Rocha	M. P. F.	41198896.2837
Paulo Karoline T. Leite	Modulo Montimodilha	(12) 996567413
Carla M. de F. Dourado	Modulo	(12) 997301439
Lucas de Moura	Modulo	(12) 981279543
Lucas (Cami) de S.	Modulo	(12) 982696863
Carla de S. Paimuca	Rio do Ouro	12 931660667
Lucas Carlos F. Batista	Modulo Caraguatuba	11 97625-6697
Paulo A. de S.	Modulo	12 974016603
Carla de S.	Modulo - SMMA-PM	12 981980495
Amara R. de S.	Ubatuba	amara.biomate@gmail.com
Carla Rodrigues O. de S.	Modulo	997788903
Carla de S. L. de S.	Faculdade Modulo	Carla@hotmail.com
Carla de S.	Modulo	996756711
Carla de S.	Modulo	12 996120976
Carla de S.	Modulo	12 974093514
Carla de S.	UN. NOVA	12 982162670
Carla de S.	Caraguatatuba	12 996288436



SERVIÇO PÚBLICO  
FEDERAL  
MMA - IBAMA

**Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA  
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E  
GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS -  
ETAPA 3**

Local de realização: Caraguatatuba/SP

Data: 20.03.2018

Horário: 18:00h

NOME/IDENTIDADE	Localidade ou Instituição	ENDEREÇO/TELEFONE/E-MAIL
João Fernando F. Figueira	Prefeitura São Sebastião	11/1932@gmail.com
Valter S. Cortes	Camama	3887508
Renato Luiz de Lencastre	Modulo	Bravo Luiz 2096@hotmail.com
FRANCA DE SANTANA	UNIFESP	(11) 936675374
Simone de Góes	Modulo	(42) 99766-9406
Renato Luiz de Lencastre	VARADOURO	(12) 981577819
FRANCESCO FRANCESCHINELLI	TERRA E MAR	terraemar.ubatuba@gmail.com
Alia R.C. Silva Paula	Ubatuba - Praia	012 997461051
Flávia Danielle R. dos Anjos	modulo	12 982703060
EDUARDO DIAS	CONSTRUÇÃO	997816139
Reginaldo Corrêa	Camama	019 7136965
Adriana C. Souza	modulo	12-996676875
Reduclio FACHINI	CIDADE	rg.fachini@hotmail.com
Valquiria P. Picoli	MPE/Caraguat.	
Renato Luiz de Lencastre	modulo	12 982510214
CARLOS ZACCHI NETO	FF/DLN	12 996371687
BRUNA CARVALHO	MODULO-	12996719617
Elmar Lourenço	CONAQ	12 956349040
ANTONIO GOMES BATIST	Caraguat.	(12) 996202015
João Souto	Modulo	(12) 988078510
Rafael Rocha	modulo	(12) 98174-3051
Luiz C. Almeida	Sindicato	12 997357080
Wesley Ramiro	modulo	(12) 997611421
Anderson Matheus	modulo	(12) 997981113
Marcelo Russo Silva	modulo	marcelarussosilva@hotmail.com
BRUNO L. ROMANO	FF - Pasm NIS	ROMANO@FFLOWERSA.SG21.BR
Luiz Carlos de Brito	UBATUBA - ABP - APV	(12) 997264915



**Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA  
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E  
GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS -  
ETAPA 3**

SERVIÇO PÚBLICO  
FEDERAL  
MMA - IBAMA

Local de realização: Caraguatatuba/SP

Data: 20.03.2018

Horário: 18:00h

NOME/IDENTIDADE	Localidade ou Instituição	ENDEREÇO/TELEFONE/E-MAIL
Personale (Oliver) da Proia Mansa		
Carla Carolina dos Santos	Módulo	
Lucas Borges Batista	Módulo	
Marcia Fernanda D. do Santos	Módulo	(12) 98251-2880
Isis de Paula	Módulo	(12) 982268861
Paulo A. Lemos	Módulo	12-981460767
Guilherme Nunes	Ilhabela	12997399280
Ademir Victor	Simpliciter - LP	991104108
Roberto Antonio Lora	SIND LP	32318071
Julia Proquiere	Módulo	98259-9897
Roberto Pinheiro dos Santos	Módulo - Caraguatuba	998919086
Veronica Bente R. da Silva	UNIFESP	95763-5172
Roberto da Silva Cordeiro	UNIFESP - DIADEMA	91 980909088
Renato Milhonen	S/A Riser OFFSHORE	12 982573528
Patricia C. dos Santos	UNIFESP - DIADEMA	11 95254-1488
Andréia S. da Silva	Voradouro São Sebastião	12-981017665
Lincoln dos Santos	PEA LITORAL NORTE	(12) 981260598
Antonio Carlos	Vila Madalena	(12) 9976671532
Bruno R. Gil	MPSP	(12) 38921616
Patricia Erica	A.M.A. Almada	(12) 996563756
MARCIA SISLA	TERRAMAR AMAFS	(12) 997190047
Caroline M. Aljunied	Colônia ZB	(12) 3881-2687 99602-1534
Renata C. Correia	ICM Bio	(12) 3892-4427
Patrícia Ferreira dos Santos	Caraguatuba	12 997813831
Osamu Norimasa Hashimoto	Petrópolis	hashimoto@petrodor28.com.br
Patrícia de Lencastre	Petrópolis	paty.paula@hotmail.com
KAREN F. PINHEIRO	Módulo	(011) 958550294





SERVIÇO PÚBLICO  
FEDERAL  
MMA - IBAMA

**Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA  
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E  
GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS -  
ETAPA 3**

Local de realização: Caraguatatuba/SP

Data: 20.03.2018

Horário: 18:00h

NOME/IDENTIDADE	Localidade ou Instituição	ENDEREÇO/TELEFONE/E-MAIL
Roberto Amari	SMAPA/UBATUBA	Bomani@hotmail.com
ROBERTO BRAZ FERREIRA	SÃO SEBASTIÃO/MARINHA	ROBERTO.BRAZ@MARINHA.MIL.BR
Roberto Silva	Caraguatatuba - Praia Grande	Roberto.Silva@Anixa.com.br
Stefanie Dantas	Caraguatatuba	12 81812879
Roberto Pereira	São Sebastião	(19) 9 81379150
Clara C.S. Novais	Unelache/Munici	(11) 997446091
Fabio D. S. Oliveira	Lagoa PSR	991563952
Radula Coelho Borges	Caraguatatuba - Portão	982399982
Paulo Roberto Costa	Colônia Z14	38620482
Roberto dos Reis	ABATINGA	99760432
Camilo dos Santos	P. Mansa	372530937
Camilo	PARIVEMI	JLHABELO
Camila de Souza	Praia Mansa	
Camila de Souza	Praia de Carstenham	Praia de Carstenham
Clara C. Redins	S. Sebastião	(11) 98390-6763
Camila Ferreira de Almeida	São Sebastião/módulo	(12) 98134-1098
Camila de Souza de Oliveira	Caraguatatuba - módulo	(12) 98235-7197
Camila Alexandra Lopes	Ilha de L	12 3896 2105
Camila dos Reis	Caraguatatuba - módulo	12-981081593
FIRMO TEIXEIRA FILHO	Búzios ILHA BELA	
GEORGES H GREGO	Instituto Ilha Bela Sustentável	12 38963015
RENATO CARDOZO	Sindicato de Pesca	(13) 997116219
Renato Carlos	SINIPETRO LP	13 93180821
WILBER S. CARDOSO	PMO - UBATUBA	12-98127-1317
FRANCISCO B. DOS S.	Caraguatatuba - BR SP	(12) 981851714
Camila Avelar	Unifesp Diadema	11 941482499
Camila de Almeida	Unifesp Diadema	(19) 99500-9887
Camila Maria	Unifesp Diadema	(11) 9871-1041



**Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA  
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E  
GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS -  
ETAPA 3**

SERVIÇO PÚBLICO  
FEDERAL  
MMA - IBAMA

Local de realização: Caraguatatuba/SP

Data: 20.03.2018

Horário: 18:00h

NOME/IDENTIDADE	Localidade ou Instituição	ENDEREÇO/TELEFONE/E-MAIL
Luci Lúcio Tortelli	Quilombo Camburi	(12) 997019745
Lucio Santiago Bernardes	Quilombo Camburi / FET	(11) 981382533
Mariane Cleice Santos	Quilombo Camburi	(12) 996374058
Vale Antunes de S.	Quilombo Casandoca	(12) 997449045
Wagner (A)	maracônia (Vila Boa) CAUASA	(12) 997126301
Anderson da Silva	POÇA DA FOME	(12) 996261557
Enidete G. de S.	Ilha de São Pedro	(12) 981141438
Roberto G. de S.	São Pedro	
Paulo Sérgio de Souza		(12) 99631-3930
Hilário Costa	Ilha da Vitória	(11) 84586072
Sandra de S.	Saco do Sombrio	(012) 997542939
Anderson Mendes	Esq. de Caragua	(12) 98133-7636
Paulo R. S.	Almado	
En. Eduardo Mesquita	210	(12) 38361448
Infância Sérgio	PG. do Bonito	(11) 995399011
Dalmo de Oliveira	Coletivo Capão S.S	(12) 981726392
(GARCIA) XAVIER	Ponto Novo	(12) 982942094
Amirclayne Jordão	Ponto Novo	—
Marcelo Galvão	Modulo	992538498
Marcelo Vitor Soares	Modulo	(12) 997606325
Marcelo Vitor Soares	Modulo	(12) 98169-7071
Marcelo Vitor Soares	Modulo	(12) 96126443
Marcelo Vitor Soares	Modulo	(12) 981234248
Marcelo Vitor Soares	Modulo	junior@marcelo.com
Marcelo Vitor Soares	Modulo	JEANLEONARDOHSILVA@GMAIL
Marcelo Vitor Soares	Modulo	(12) 98143-6188
Marcelo Vitor Soares	Modulo	(12) 992241890
Marcelo Vitor Soares	Instituto Azeiteira	(12) 997945759



SERVIÇO PÚBLICO  
FEDERAL  
MMA-IBAMA

**Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA  
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E  
GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS -  
ETAPA 3**

Local de realização: Caraguatatuba/SP

Data: 20.03.2018

Horário: 18:00h

NOME/IDENTIDADE	Localidade ou Instituição	ENDEREÇO/TELEFONE/E-MAIL
Glória Lúcia de Cruz	Camburi	(12) 997795582
MARILENE DOS SANTOS	CAMBURI	(12) 996005843
Leonel Corvela	Camburi	-
Gabriela Tibirica Sartori	APA Marinha Litoral Norte	12 3832 1397
Renata Wendlimi Tokohashi	Imfomor Ubatuba (fornal)	(12) 99608-3238
Julia do Prado Barbosa N.	Universidade modalce	(12) 99661-5966
R. Carlos da Vasconcelos	ARCADE CIVIL	(11) 98133-8314
Deise de Celia Baroni	Camburi	(12) 99721.5049
Angela Marcelino	Cacanduca	(11) 997661256
Maria Figueira Moura	Conjeto Ubatuba	(12) 982978677
Elizabeth Prato	Camburi	(12) 996599296
CEPE CHAGAS	SÃO PAULO	(11) 980984078
Francisco A. Pereira	ENSEADA SS	(12) 941453183
Marcellus M.O.C	Praia da Fome	<del>997536656</del>
Benedete Teixeira	Ilha de Banguê	994536656
VALTER DE OLIVEIRA	ILHA DA VITÓRIA	991555781
Roberta Go. Loure	SMAPA UBATUBA	38533500
ANACRISTINA CHAVES	STATOIL	21-971328094
Fernando dos Santos Souza	Saco do Emburo - Ilhabela	12. 981683338
Marcelo de Oliveira	Bairro S. Francisco	6.036915.2 S. Sebastião
Julio Oliveira	Itaipu - Arapio	996736446
Samuel de O.	Guilherme Campello	999681541
Carla Bruner-Pavone	CEBIMAR USP	(11) 992090999
Denis Coelho	CARAGUATATUBA	(12) 981239768
Paula Maria de Mello	Porto Novo	12 982828426
Stênio Silveira	UNIVERSIDADE modula	9 81998517
Wagner Silva	SS	981227511
Wagner RSC	SS	9 82481659





SERVIÇO PÚBLICO  
FEDERAL  
MMA - IBAMA

**Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA  
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E  
GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS -  
ETAPA 3**

Local de realização: Caraguatatuba/SP

Data: 20.03.2018

Horário: 18:00h

NOME/IDENTIDADE	Localidade ou Instituição	ENDEREÇO/TELEFONE/E-MAIL
Carla B. Lopes	Quilombo Cambuga	(12) 996 81 11 57
Leandro M. de Aguiar Cambuga		1241 999 529183
Paulo Henrique Bianchi Bagnato	APA MARINHA LITORAL NORTE	(12) 98123 0465
Adelmar Cabral	Quilombo Cacamba	(12) 996 051497
RAEHL RAEHL	BRANBIEN	(11) 99201 0032
Mariana Cruz Trema	Praia da Jome	(12) 997 064762
Samuel Costa Oliveira	Buzios Porto do Meio	12 992-38-29.17
Carlos Regina	Buzios Guarumã	12 996-48 946
Edna Junior de Santo	Ilhabela	12 991 59 9381
Norma Costa	Ilha da Vitória	
Carvalho Costa	Ilha da Vitória	12/ 991 797798
VALDEMIR DE OLIVEIRA	Ilha da Vitória	12/991051799
CP Nesto do Souza Filho	Campo do Mar	997140986
Francisco Almeida	Porto Sta Maria	Francisco, todopapel@gmail.com
AUNE KEIKO ISHIKAWA	APA-MARINHA LN	(12) 38321397
JORGE ROCCO/CIBSP	SP/ CIBSP	(11) 38493263
Debra R. de O. Maria	colônia Z 10 Ubatuba	(12) 992275050
Anna Maria de C. Andrade	AMBP Picinguaba	(12) 99779-4733
Jaime Maravilha Barbosa	ALMADA Ubatuba	12 99724-5657
Dona de Oliveira	Praia do PERES	
Leandro C. de Jesus	SÃO FRANCISCO S. SEBASTIÃO	(24) 99916-2799
Luiz V. Maciel	CAMBOI RO	12 98125 9776
Dr. Luis Dellipera	Caraguatatuba	12 982300561
Marcelo M. dos Santos	Caraguatatuba	12 982593007
Castor C. Loral	Ilhabela	(12) 9923 58242
Luiz de Souza Lora	Castellano	
Simão de S. Silva	Canto Ribeiro	83 94 7070
Roberto L. Boys	Centro Univ. Módulo	38104446



SERVIÇO PÚBLICO  
FEDERAL  
MMA - IBAMA

**Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA  
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E  
GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS -  
ETAPA 3**

Local de realização: Caraguatatuba/SP

Data: 20.03.2018

Horário: 18:00h

NOME/IDENTIDADE	Localidade ou Instituição	ENDEREÇO/TELEFONE/E-MAIL
Roberto J. Schenker	Caraguatuba ACANU	38876037
Marcelo J. Lucas	Caraguatuba	98142-2748
Marcelo J. R. dos Santos	São Francisco	974061506
Guilherme J. dos Santos	São Francisco	78929737
Wagner Rodrigues Nogueira	Caraguatuba	99665-9249
Thayla Mourão Garcia	Módulo	99622-4169
Luiz Fernando Garcia Nogueira	Módulo	12-982844564
Wendel Gonçalves Siqueira	Módulo	12-996253057
Leonardo Estrelin	PET	12 99218 4080
Julia Vivora	MINERAL	11 996121015
Marcelo Soares	Módulo	12 982694365
Carla Beatriz Barbosa	Instituto Alconauta	12 981799611
Carlos Roberto Nunes	INST. ILHAZELA JUS	12 99793 7853
Marcelo J. R. dos Santos	São Francisco	34647862
Marcelo J. R. dos Santos	Módulo	12 997224901
Marcelo J. R. dos Santos	IBAMA	12 997951517
Marcelo J. R. dos Santos	Caraguatuba	(12) 997575487
Marcelo J. R. dos Santos	UNIFESP	(11) 98894-4666
Marcelo J. R. dos Santos	UNIFESP	(11) 99875-1915
Marcelo J. R. dos Santos	Mineral	99733-3099
Marcelo J. R. dos Santos	UNIFESP	(11) 981035785
Marcelo J. R. dos Santos	UNIFESP	(11) 951146999
Marcelo J. R. dos Santos	Caraguatuba	(12) 981614881
Marcelo J. R. dos Santos	" " " "	" " " "
Marcelo J. R. dos Santos	Módulo Maritim	981905767
Marcelo J. R. dos Santos	ALMA DA	(12) 997799488
Marcelo J. R. dos Santos	Módulo Maritim	(12) 996230029
Marcelo J. R. dos Santos	Módulo Maritim	(12) 982117702



**Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA  
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E  
GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS -  
ETAPA 3**

SERVIÇO PÚBLICO  
FEDERAL  
MMA - IBAMA

Local de realização: Caraguatatuba/SP

Data: 20.03.2018

Horário: 18:00h

NOME/IDENTIDADE	Localidade ou Instituição	ENDEREÇO/TELEFONE/E-MAIL
Elaine R. Passato	Instituto Federal Caraguatatuba	elaine.passato@ifsp.edu.br
Bruno M. da Silva	Módulo	bruno.caraguata070827@gmail.com
Leilaine K. M. de Oliveira	Módulo	leilaine.kathleen@gmail.com
Bruno F. da Gallardo	módulo	BrunoGallardo.1@gmail.com
Marcos da Silveira	módulo	(12) 997718485
Ricardo Ramos	Santos	13-32367665
Luiz Henrique B.	Santos	13-32891618
ANTONIO DOS ANJOS SILVA	SANTOS	(13) 34694945
ALBERTA PEROTA	JUSTIÇA FEDERAL	(12) 98129-2201
Julia Jordana S. Barbosa	ABO / FCT / AARCCA / OTSS	(12) 99442-6863
Alcides da Silva	Centro Universitário	(12) 995875246
GUINE SIMÕES	UNIFESP DIADEMA	11 996305129
Thiago Thomaz Lima	UNIFESP Diadema	(11) 97075-7033
Aracê Fúfca P. dos Santos	UNIFESP DIADEMA	(11) 94811-5268
Adnan Cassimiro Brito	UNIFESP - DIADEMA	(11) 95999-8230
Leandro Fernando Macedo Nunes	UNIFESP - Diadema	(11) 944518179
Thiago C. C. Farias	UNIFESP - Diadema	(11) 992829769
Marcelo Fickens Pinto	Caraguatatuba	(12) 98227-6762
Michelle M. M. M. M.	Observatório de Conflitos Rurais	(11) 991553087 / michelle.m.m.m@usp.br
Carla Guimarães C. Fontana	módulo	12 996358146
Tatiana S. I. Badurini	MP/SP GAEMA	(12) 99123-7823
Mônica Genes da Silva	Caraguatatuba	(12) 983648033
Adriano Leopoldo B.	Ulmado	12 994939335
Fernando C. L. de Jesus	SMA / CEA	12 992632682
EDRÉO SANTANA	SOS. P. DIADEMA COCA	12-982-554674
Guilherme R. Freire	Petrópolis	21 98034-4208
Caroline Marangoni	Cidade Caraguá	19 998419429
Paulo A. Viana Jr.	Petropolis	21 97926 0800





SERVIÇO PÚBLICO  
FEDERAL  
MMA - IBAMA

Data: 20.03.2018

Horário: 18:00h

NOME/IDENTIDADE	Localidade ou Instituição	ENDEREÇO/TELEFONE/E-MAIL
Julia Roberta da Silva Mayana Marques Jr	Jardim do Sol Linha	Julia.dasilva@gmail.com 98119.9285
Tais Herina dos Santos	Linha	997134305
Daniela Marcondes	Alibela	(12) 997659492
Luciana Agostinho de Jesus	Modulo	12. 98864 0986
PHILIP RIBEIRO	RIO DO OURO	129103228 marioribeiro@uol.com
Camon Borges de O. Martins	Modulo	12982974408
Kathellen Souza Lombz	Ubatuba	Kathellenlombz@gmail.com
ROBERTO FRACALVE TO	Ass. Com. Ubatuba / CONSEMA	roberto.fracalve@gmail.com
JOHN de Amorim	Topo Indias Sub	12- 981968583.
Kauê de Constantino	Ubatuba	12 997918540 luworf@hotmail.com
Marcos Mendes Barchi	Modulo	12 981003473
Paulo Sérgio de Jesus	Modulo	12- 981538122
Adriana B. de Jesus	Com. Ubatuba - H. Barbosa	12- 991053434
M. A. de A. R. A.	C. A. G. C. A. T. A. T.	12- 999115008
ALVARO R. A.	CH. F. M.	12
Lucas Souza	Apareado	12 9113 1808
Luiza Mariana	União Inguetá	12 9109 8477
MANOEL AUGUSTO	GUARATINGUETÁ	12- 99159-9650
Lucia Pinheiro Vianna	SPaulo	12 99412393
Marcio J. Spito	S. Paulo	12 991447378
Vanessa Miller P. Oliveira	C. A. G. C. A. T. A. T.	12 91642 7363



SERVIÇO PÚBLICO  
FEDERAL  
MMA - IBAMA

**Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA  
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E  
GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS -  
ETAPA 3**

Local de realização: Caraguatatuba/SP

Data: 20.03.2018

Horário: 18:00h

NOME/IDENTIDADE	Localidade ou Instituição	ENDEREÇO/TELEFONE/E-MAIL
Lucas Cezar Pereira	Camburi	(12) 997872138
André Luiz Jorge	Camburi	99735-2994
Robson	Camburi	(12) 986631433
Regiane Barbosa	Universidade Modulo	(12) 98169-7755
Emery de Naxamento	Camburi	12996240083
Marino Marcio de Oliveira	Prato da FOME	
Conrado TENORIO	Prato da Fome	
Marcos do Tenorio	Prato da Fome	
Roberto Ricardo de Souza	Prato de Castelhanos	99650-8848
Orlando Augusto M. F. prava	Serraria	11 11 11 11
Arso de São Janelim	Caraguata	marcos_lfg@hotmail.com
Rodrigo Antunes de S. Talatunigo		997557690
Pastor João de S. L.		997410382
Lucas Cezar Cansido	FF/PARQUE ESTADUAL DA ANA	EST A (13) 982060780
Marília Goni	UNIFESP - Diadema	(11) 99112-3553
ADIS S. CTC LIMA	CARAGUATATUBA	(12) 937142708
Marilene Julia Ribeiro	Caraguatatuba	(12) 9181774219
Flávia S. Ponte	Ubatuba Praia de Pôrto	(12) 997926018-
Marina Mariano	São Sebastião	(12) 974090915
Carla R. Leite	Caraguatatuba	(12) 997688472
Paulo Roberto de F.	Caraguatatuba	(12) 99621-0412
Danielle dos Santos S.	Caraguatatuba	(13) 98625-9458
Renato Luiz G. Athi	Caraguatatuba	(12) 981452555
MARLUS R. SANTOS	Unic. N. de S.	(12) 992328194
Enria Estro de Freitas	Caraguatatuba - SP	12-98218-0808
Manoel Merchidima	Universidade Modulo	12-98225-4333
Renato de S. L. Lira	Caraguatatuba - modulo	12-99666083
ANDRÉ GETALDO	CARAGUATATUBA	11 942635714